

RODRIGO APARECIDO RIBEIRO DA SILVA

***“GRANDES DOENTES DE CORPO E DE CABEÇA”*: a presença de
Voltaire e Jean-Jacques Rousseau na obra de Lima Barreto**

**ASSIS
2024**

RODRIGO APARECIDO RIBEIRO DA SILVA

**“*GRANDES DOENTES DE CORPO E DE CABEÇA*”: a presença de
Voltaire e Jean-Jacques Rousseau na obra de Lima Barreto**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras
de Assis (FCL) – Universidade Estadual Paulista
(Unesp) “Júlio de Mesquita Filho”, para a obtenção
do título de Doutor em Letras (Área de
Conhecimento: Literatura e Vida Social)

Orientadora: Dra. Daniela Mantarro Callipo

ASSIS
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ana Cláudia Inocente Garcia - CRB 8/6887

S586g Silva, Rodrigo Aparecido Ribeiro da
"Grandes doentes de corpo e de cabeça" : a presença
de Voltaire e Jean-Jacques Rousseau na obra de Lima
Barreto / Rodrigo Aparecido Ribeiro da Silva. — Assis,
2024
203 p. : il.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientadora: Dra. Daniela Mantarro Callipo

1. Barreto, Lima, 1881-1922 - Crítica e interpretação.
2. Voltaire, 1694-1778. 3. Rousseau, Jean-Jacques, 1712-
1778. 4. Literatura - Influências francesas. 5. Sátira.
I. Título.

CDD 869.909

IMPACTO POTENCIAL DA PESQUISA

Considerando a postura militante de Lima Barreto, empenhado em suas obras e na imprensa em desmistificar o projeto de modernidade de sua época, que privilegiava uns poucos grupos detentores de poder econômico e político, e o papel transformador de Voltaire e Rousseau, empenhados ambos em compreender o momento histórico em que viviam, bem como as forças que conformavam as estruturas sociais e o mecanismo das desigualdades, o estudo da presença desses autores sob a perspectiva da sátira pode contribuir para ampliar o debate sobre a obra de Lima Barreto, tendo em conta que suas produções compõem no conjunto um projeto literário que ganha elementos e novas nuances ao longo de sua trajetória como intelectual inserido num contexto específico. Acrescenta-se que a produção cultural empenhada de Lima Barreto, pela elaboração estética, pelos temas que elege para compor suas narrativas e reflexões e por sua luta para desmontar “máquinas de embuste” (Barreto, 2010, p. 116), faz deste autor uma referência extremamente necessária e potente para a compreensão de nossa dinâmica literária, histórica, social e cultural profundamente marcada pela desigualdade, pelo racismo estrutural e pelo autoritarismo. Como intelectual negro que, por meio da atuação na imprensa, adentra o debate público e sai em defesa dos despossuídos, lutando por espaços discursivos e profissionais que lhe são com frequência interditados, Lima Barreto constitui, ao lado de figuras como Luiz Gama, Machado de Assis e Carolina Maria de Jesus, uma voz poderosa, que se faz atual e urgente.

Além de chamar a atenção para a dinâmica do contato do escritor brasileiro com duas das maiores vozes do século XVIII, o estudo da presença de Voltaire e Rousseau na obra do autor de *Numa e a ninfa* pode contribuir também para ampliar o campo dos estudos sobre as relações entre Brasil e França, sobretudo no que se refere às particularidades das retomadas críticas realizadas por nosso autor, que traz, sobretudo por meio da sátira, os dois filósofos para o século XX, sinalizando, também, o caráter necessário do diálogo com ambos para tratar dos temas que elegeu. O fato é que, retomando Voltaire, Rousseau, assim como evocando um sem número de outras vozes, Lima Barreto compõe, nas palavras de Sevcenko, “um imenso mosaico, rude e turbulento, que despoja a *Belle époque* de seus atavios de opulência e frivolidade” (Sevcenko, 2003, p. 191).

IMPACT POTENTIEL DE LA RECHERCHE

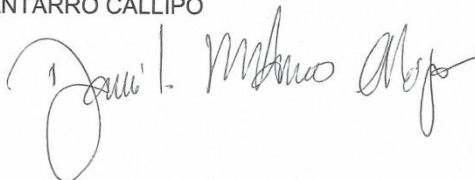
En tenant compte de la position militante de Lima Barreto, engagé dans ses œuvres et dans la presse à démystifier le projet de modernité de son temps, qui privilégiait quelques groupes détenant le pouvoir économique et politique, et le rôle transformateur de Voltaire et de Rousseau, tous deux attachés à comprendre le moment historique dans lequel ils ont vécu, ainsi que les forces qui donnaient la forme aux structures sociales et le mécanisme des inégalités, l'étude de la présence de ces auteurs du point de vue de la satire peut contribuer à élargir le débat sur l'œuvre de Lima Barreto, sachant que ses productions dans leur ensemble constituent un projet littéraire qui gagne des éléments et de nouvelles nuances tout au long de son parcours d'intellectuel inséré dans un contexte spécifique. Il faut ajouter que la production culturelle engagée de Lima Barreto, à travers l'élaboration esthétique, à travers les thèmes qu'il choisit pour composer ses histoires et réflexions et à travers sa lutte pour démanteler les « machines de tromperies » (Barreto, 2010, p. 116, notre traduction), fait de cet auteur une référence extrêmement nécessaire et puissante pour comprendre notre dynamique littéraire, historique, social et culturelle, profondément marquée par les inégalités, le racisme structurel et l'autoritarisme. En tant qu'intellectuel noir qui, à travers son travail dans la presse, entre dans le débat public et prend la défense des dépossédés, luttant pour des espaces discursifs et professionnels qui lui sont souvent interdits, Lima Barreto constitue, aux côtés de personnalités comme Luiz Gama, Machado de Assis et Carolina Maria de Jesus, une voix puissante, actuelle et urgente.

En plus d'attirer l'attention sur la dynamique du contact de l'écrivain brésilien avec deux des plus grandes voix du XVIII^e siècle, l'étude de la présence de Voltaire et de Rousseau dans l'œuvre de l'auteur de *Numa e a Ninfa* peut également contribuer à élargir le domaine d'études sur les relations entre le Brésil et la France, notamment en ce qui concerne les particularités des reprises critiques réalisées par notre auteur, qui amène, surtout par la satire, les deux philosophes au XX^e siècle, signalant également le caractère nécessaire du dialogue avec eux pour traiter de sujets qu'il a élus. Le fait est qu'en reprenant Voltaire, Rousseau et en évoquant d'innombrables autres voix, Lima Barreto compose, selon les mots de Sevcenko, « une immense mosaïque, grossière et turbulente, qui dépouille la Belle époque de ses atours d'opulence et de frivolité » (Sevcenko, 2003, p. 191, notre traduction).

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE RODRIGO APARECIDO RIBEIRO DA SILVA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.

Aos 08 dias do mês de agosto do ano de 2024, às 14:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de RODRIGO APARECIDO RIBEIRO DA SILVA, intitulada **“GRANDES DOENTES DE CORPO E DE CABEÇA”: a presença de Voltaire e Jean-Jacques Rousseau na obra de Lima Barreto**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. DANIELA MANTARRO CALLIPO (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de Letras Modernas / UNESP/FCL - Assis, Profa. Dra. NORMA DOMINGOS (Participação Presencial) do(a) Departamento de Letras Modernas / UNESP/FCL - Assis/SP, Prof. Dr. ALVARO SANTOS SIMÕES JUNIOR (Participação Presencial) do(a) Departamento de Estudos Linguísticos e Literários / UNESP/FCL - Assis/SP, Prof. Dr. DIRCEU MAGRI (Participação Virtual) do(a) UFV - Viçosa/MG, Profa. Dra. MILENE SUZANO (Participação Virtual) do(a) USP - São Paulo/SP. Após a exposição pelo doutorando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. DANIELA MANTARRO CALLIPO



Para Tatiane

AGRADECIMENTOS

O momento de dar o ponto final numa tese é talvez um dos mais contraditórios na vida de quem se dedica à pesquisa. Na superfície, tudo parece corresponder ao resultado de uma constelação de pequenas e grandes decisões, sempre ponderadas, encadeadas e organizadas por relações de causa e efeito. Trata-se de um engano, mais um entre os infinitos enganos que se criam por nossa inexperiência ou por nossa própria condição humana (*nossas condições humanas, pois, como ensina Ailton Krenak, há muitas humanidades e muitas formas de vivê-las e expressá-las*). Num trabalho como esse, de fato, há muito de cálculo, de ponderações, de ajustes e de previsibilidade, mas também comparecem, com uma espécie de clareza que só a instauração de um ponto final nos dá, a força e os movimentos do acaso.

Assim é que eu gostaria de “enquadrar” os agradecimentos, pensando em todos os pequenos acasos que, mais adiante, em muitos pontos que hoje já não consigo determinar, levaram a pequenas e grandes decisões, a encontros memoráveis e diálogos abertos, a surpresas e encantamentos. E pensando também que uma tese é uma rede formada pelo entrecruzamento de escritas e vivências, de ideias e sentidos que milhares ou mesmo milhões de pessoas construíram no espaço e no tempo, cada uma delas, por sua vez, figurando como uma microrrede imensa.

Agradeço aos meus pais, Paulo e Aparecida. Sem ter pensado em ter um filho professor ou acadêmico, ensinaram, cada um à sua maneira, que era preciso insistir, repensar, refazer, esperar e também recuar quando fosse necessário.

Agradeço à Tatiane, que vem transformando minha existência há uma década e me ensina, cotidianamente, com sua presença, sua voz e suas lutas, que a vida é sempre múltipla, que é preciso vê-la (e vivê-la) em todas as suas manifestações e que, acima de tudo, é preciso “estar atento e forte”.

Agradeço à Daniela Callipo, que leva consigo, para toda parte, em ação e palavra, todos os sentidos de *orientar*. Sob o “pretexto” de me orientar no Mestrado e no Doutorado, Dani me mostrou caminhos, me levou a conhecer a minha força e a fazer da pesquisa não só um *trabalho*, mas também um processo de autoconhecimento. Devo a ela, nessa imensa rede de aprendizagens que me formaram e me formam todos os dias, a porção mais humana da minha profissão e das minhas maneiras de pensar a realidade.

Agradeço ao Nelson Paschoal, que me deu, ainda em 2005, um pequeno volume de crônicas do Lima Barreto, sem imaginar que esse gesto, junto a outros num momento especialmente difícil, levaria a um contato permanente com a obra deste potente escritor.

Agradeço ao Alberto, à Nara e ao Alexandre, pela amizade, pelos bons acasos e pelas boas risadas, sem as quais a vida seria mais árida e certamente mais tensa.

Agradeço ao Professor Álvaro e à Professora Norma Domingos. Com um olhar sempre generoso e atento, dedicaram seu tempo e contribuíram com sua experiência para me *formar* na graduação e na pós. Ao Álvaro devo especialmente a *orientação* para a sátira de Lima Barreto.

Agradeço aos Professores Dirceu Magri e Milene Suzano Almeida, que gentilmente aceitaram compor a banca de defesa, junto à Professora Daniela, ao Professor Álvaro e à Professora Norma.

Agradeço a todo o pessoal do Departamento de Letras Modernas (DLM) da Unesp de Assis, em especial às pessoas que estiveram comigo durante o período em que lecionei como professor bolsista na graduação: Bentô, Carla, Gláucia, Inara, Ivana, Janaína e Jaqueline.

Agradeço aos graduandos e graduandas que estiveram comigo nas aulas de Língua Francesa. Juntos construímos um aprendizado crítico que marcou (e marcará ainda) profundamente a minha trajetória.

Agradeço a todos e a todas que integram a Seção de Pós-graduação e a biblioteca da Unesp de Assis, sem os quais nenhum percurso acadêmico é possível.

Agradeço aos meus alunos e alunas do Ensino Fundamental, que me ensinam a dialogar, que me formam diariamente e permitem, com uma gentileza enorme, que eu os oriente.

Gostaria de agradecer, também, aos integrantes do Instituto Conhecimento Liberta. Com seus cursos, programas, noticiários e documentários, o ICL me encoraja a combater o obscurantismo e a nossa brutalidade cotidiana por meio dos muitos saberes que elaboramos *humanamente*.

Não poderia terminar sem agradecer a todos e todas que, direta ou indiretamente, lutaram para manter viva a memória de Lima Barreto. Graças a essas pessoas, o autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma* pôde e pode ser lido, estudado e admirado e pôde chegar até nossos dias com a força, a potência e a atualidade de sua escrita combativa, falando a cada uma e a cada um de nós sobre sua época, suas lutas, seus anseios e sua esperança em nossa “triste humanidade”, como ele mesmo definiu em “O destino da literatura”.

Até bem pouco, a minha atenção só estava voltada para os grandes doentes de corpo e de cabeça, como Pascal, Voltaire, Rousseau e tantos outros; mas, nos dias que correm, considereei que tais personagens, incapazes para o football e outros exercícios saudáveis e helênicos, já pela sua constituição física vergonhosa, já pela sua organização mental defeituosa, deviam e devem ser sacrificados no nascedouro.

A vida deve pertencer aos fortes e é um erro estarmos protegendo os bois, os carneiros, os perus, enquanto exterminamos os leões e os tigres.

Lima Barreto, na crônica “Um ofício da A.P.S.A.”

RESUMO

O objetivo desta tese é analisar a presença de Voltaire (1694-1778) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) na obra de Lima Barreto (1881-1922). Nos gêneros textuais aos quais se dedicou ao longo de sua trajetória literária, Lima Barreto exibiu um estreito contato com as manifestações culturais europeias, com destaque para aquelas que circularam na língua francesa. Por meio de alusões, citações e pseudônimos disseminados em textos publicados sobretudo na imprensa, o escritor brasileiro joga com sua memória, impõe sua *biblioteca* e põe os textos que retoma *em relação* com sua própria escrita combativa. Reconhecido como um autêntico satirista, o autor de *Bruzundangas* faz mais do que citar obras e autores ou aludir a passagens. Ele põe frequentemente o intertexto a serviço da intencionalidade satírica. Ao acionar a memória da escritura em suas produções, o escritor dá às referências, alusões e citações uma função mais pragmática: a de contribuir para a contraposição própria da sátira, que visa, entre outros propósitos, corrigir condutas, desconstruir ideias cristalizadas e desvelar mecanismos de falseamento da realidade. Defende-se neste trabalho a tese de que a presença de Voltaire e Jean-Jacques Rousseau, autores amplamente conhecidos por sua postura contestatória em relação aos valores e crenças de seu tempo, ocorre numa perspectiva satírica. A partir do estudo comparativo de crônicas e de um conto de Lima Barreto, com base nas formulações sobre a intertextualidade a partir de Samoyault (2008), Genette (2006) e Compagnon (1996); sobre a sátira (e suas técnicas), a paródia, a ironia e a caricatura, segundo Almeida (2013), Bosi (1977), Brayner (1979), Fantinati (1978; 2012), Figueiredo (1995, 1997), Frye (2014), Hodgart (1969), Hutcheon (1989) e Sangsue (1994), concluímos que o posicionamento de Lima Barreto em relação a Voltaire é de evidente admiração e homenagem à tradição da sátira, como bem ressaltou Corrêa (2016). O escritor brasileiro não apenas retoma o filósofo e escritor francês por meio de alusões e citações, como também utiliza o pseudônimo Ingênuo em parte de sua produção cronística, incorporando uma *persona* satírica de forma semelhante ao procedimento utilizado pelo autor de *L'ingénu*. A relação estabelecida com a obra de Rousseau, no entanto, é distinta e se intensifica apenas a partir de 1918, quando o cenário de crise após a Primeira Guerra Mundial, observado pelo espelho satírico de Lima, parece abalar a crença nos ideais como os expressos no *Contrat Social* e fazer o escritor se desmotivar diante da banalização do discurso.

Palavras-chave: Lima Barreto; Voltaire; Jean-Jacques Rousseau; intertextualidade; sátira; paródia; ironia; crônica.

RÉSUMÉ

Le but de cette thèse est d'analyser la présence de Voltaire (1694-1778) et de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) dans l'œuvre de Lima Barreto (1881-1922). Dans les genres de textes auxquels il s'est consacré tout au long de sa carrière littéraire, Lima Barreto a montré un contact étroit avec les manifestations culturelles européennes, en particulier celles qui circulaient en langue française. A travers des allusions, des citations et des pseudonymes diffusés dans les textes parus surtout dans la presse, l'écrivain brésilien joue avec sa mémoire, impose sa *bibliothèque* et situe les textes qu'il utilise en relation avec sa propre écriture combative. L'auteur *d'Os Bruzundangas*, reconnu comme un satiriste authentique, en plus de citer des œuvres et des auteurs ou de faire allusion à des passages, met souvent l'intertexte au service de l'intentionnalité satirique. En déclenchant la mémoire de l'écriture dans ses écrits, l'écrivain donne aux références, citations et allusions une fonction plus pragmatique: celle de contribuer à la contreposition typique de la satire, qui vise, entre autres, à corriger les comportements, déconstruire les idées cristallisées et découvrir les mécanismes qui déforment la réalité. L'on défend la thèse selon laquelle la présence de Voltaire et de Jean-Jacques Rousseau, deux auteurs largement connus pour leur position contestataire à l'égard des valeurs et des croyances de leur temps, se produit dans une perspective satirique. À partir de l'étude comparative de chroniques et d'un conte de Lima Barreto, basée sur les formulations concernant l'intertextualité de Samoyault (2008), Genette (2006) et Compagnon (1996); sur la satire (et ses techniques), la parodie, l'ironie et la caricature, selon Almeida (2013), Bosi (1977), Brayner (1979), Fantinati (1978; 2012), Figueiredo (1995, 1997), Frye (2014), Hodgart (1969), Hutcheon (1989) et Sangsue (1994), nous concluons que la position de Lima Barreto par rapport à Voltaire est une position d'admiration et d'hommage évident à la tradition de la satire, comme Corrêa (2016) l'a bien souligné. L'écrivain brésilien, en plus de reprendre le philosophe et écrivain français à travers des allusions et des citations, utilise également le pseudonyme Ingênuo dans une partie de sa production de chroniques, incorporant un personnage satirique de manière similaire à la procédure utilisée par l'auteur de *L'ingénu*. Le rapport établi avec l'œuvre de Rousseau est cependant distinct et ne s'intensifie qu'à partir de 1918, lorsque le scénario de crise de l'après-Première Guerre mondiale, observé à travers le miroir satirique de Lima, semble ébranler la croyance dans les idéaux exprimés dans le *Contrat Social* et l'écrivain se démotive face à la banalisation du discours.

Mots-clés: Lima Barreto; Voltaire; Jean-Jacques Rousseau; intertextualité; satire; parodie; ironie; chronique

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Paulo de Gardênia, por ocasião do anúncio, na <i>Revista da Semana</i> , da publicação do romance <i>Sol de primavera</i> (1914)	88
Ilustração 2 - Em sua edição de número 356, a <i>Careta</i> tematiza em sua tradicional charge de capa as disputas relacionadas à Comissão dos Cinco.....	106

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 “O ACRE E PUNGENTE ODOR DA SÁTIRA”.....	27
1.1 A intertextualidade: a “memória que a literatura tem de si mesma”.....	27
1.2 Sátira, paródia, ironia e caricatura: formas de uma relação crítica com a realidade.....	34
1.2.1 Sátira.....	34
1.2.2 Paródia e ironia.....	43
1.2.3 Caricatura.....	52
1.3 <i>Careta</i> e Lima Barreto: uma só revista e muitos nomes para o mesmo satirista.....	56
1.4 A revista <i>A.B.C.</i> e a colaboração de um Lima Barreto sem pseudônimos	63
1.5 O século das <i>Lumières</i>	66
2 “LEMBREM-SE DE VOLTAIRE”.....	72
2.1 <i>L’ingénu</i> de Voltaire.....	72
2.2 “Não é bem cavalheiro nem cavaleiro”.....	79
2.3 Um governo de crianças na terra dos espantos e das surpresas.....	93
2.4 Um diálogo sobre os princípios republicanos.....	99
2.5 “Por força”: nobrezas doutorais para velhos novos tempos.....	114
2.6 “A zanga dos edis”: aqui como em Roma.....	122
3 ROUSSEAU ENTRE OS “DOENTES DE CORPO E DE CABEÇA”.....	129
3.1 Jean-Jacques Rousseau (1712-1778).....	129
3.2 Um olhar sobre a presença de Rousseau em Lima Barreto.....	132
3.3 “Desta minha cela ou quarto de hospital”.....	135
3.4 Ofícios, conferências, artigos de fundo e uma Hélade no futebol.....	152
3.4 “Procurem a sua Josefina” e os manuais da arte de governar.....	165
3.5 “Mágoa que rala”.....	177

Considerações finais.....	185
Referências	192
Anexos.....	202

INTRODUÇÃO

“A troça é a maior arma de que nós podemos dispor e sempre que a pudermos empregar, é bom e é útil. Nada de violências, nem barbaridades. Troça e simplesmente troça, para que tudo caia pelo ridículo.”¹ Com essas palavras, numa curta crônica publicada nas páginas da revista *Careta* em setembro de 1919, o escritor Lima Barreto (1881-1922) sintetiza a principal via de orientação de sua obra. Ao longo de toda a sua vida o autor permaneceria atento às dissonâncias, rupturas e permanências no interior dos discursos, às ideias e preconceitos cristalizados e às tentativas de mascaramento das desigualdades, não apenas no âmbito dos indivíduos, mas também nas esferas de atuação dos dirigentes políticos. Tendo eleito o jornalismo “como uma de suas trincheiras” (Matias, 2007, p. 13), Lima fez da imprensa o meio onde a arma da “troça” foi mais amplamente utilizada, ora de forma explícita e contundente ora de forma mais velada.

O acesso à imprensa e às demais instâncias de atuação discursiva, contudo, quase sempre se deu numa perspectiva de enfrentamento e luta. Para realizar seu ideal literário, o escritor “cerca-se de estudo e informação, luta por espaços em revistas e jornais, valoriza produções paralelas aos círculos oficiais, assim como incentiva os iniciantes” (Figueiredo, 1997, p. 377).

Em um estudo fundamental sobre a obra limabarretiana, Antônio Arnoni Prado sintetiza não apenas os múltiplos cerceamentos sofridos por Lima como a potência de seus livros (construída, também, como força reativa a esses mesmos cerceamentos) para um conhecimento aprofundado de nossa história:

Ler os livros de Lima Barreto é de alguma forma participar do drama do intelectual sitiado. Mais talvez do que isso, é um exercício de consciência histórica que conta com a vantagem, como poucas noutro escritor brasileiro, de um difícil testemunho: constatar como a vida, e nesta a opressão e o fracasso, se converte em literatura (Prado, 1989, p. 3).

Armando-se da linguagem como resistência, Lima Barreto se voltava contra tudo o que representasse o mascaramento ou o falseamento da realidade, contra muitas das tendências que ou despontavam ou se (re)afirmavam em sua época: a violência do Estado; o nacionalismo exacerbado (que ganhou corpo com a eclosão da Primeira Guerra Mundial); a

¹ *Careta*, 20 set. 1919, sem indicação de página (“Negócio de maximalismo”).

segregação social, sobretudo da população negra; a manutenção dos privilégios e o arrivismo social (expressos principalmente pela figura do “doutor”); a “oficialidade” literária predominante nas letras brasileiras; a ciência de cunho positivista; as instâncias de poder que tendiam a manter o *status quo*; as falsas promessas (assim como as promessas não cumpridas) feitas pela jovem República; as mudanças urbanísticas que, além de descaracterizar a cidade do Rio de Janeiro, expunham a lógica excludente das reformas: *europeizar* os espaços, eliminar da vista das elites aqueles que não deviam fazer parte de um conceito de nação avançada e coerente com o ideário europeu e (mais tarde) estadunidense.

Essa postura combativa atravessa todos os gêneros praticados pelo autor de *Clara dos Anjos*, desde as crônicas iniciais de 1900, passando por seus romances, contos, cartas, diários e crítica literária.

A imprensa periódica foi a porta de entrada para parte considerável dos escritos de Lima Barreto, incluídos aí não apenas as crônicas, mas também muitos dos contos e alguns dos principais romances do autor. A imprensa exerceu, portanto, um papel fundamental na trajetória editorial do escritor. Tendo publicado em mais de trinta veículos ao longo de duas décadas, disseminando seus escritos tanto em publicações efêmeras como em jornais e revistas de longa duração, Lima fez das revistas *Careta* e *A.B.C.*, os destinos mais frequentes de seus escritos, principalmente no período compreendido entre 1915 e 1922.

O autor de *Histórias e sonhos* atuou na imprensa nas duas primeiras décadas do século XX a partir da cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal, cidade que havia tempo já concentrava o maior mercado de trabalho para os homens de letras, tanto locais como vindos de outras partes do país, e que se empregavam nas áreas do ensino, da política e do jornalismo (Ventura, 1991, p. 10). Lima Barreto transitou na contramão do discurso entusiasmado vigente no período, desafinando “o coro dos contentes”, na conhecida expressão do poeta Torquato Neto. Em obras como *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909)², *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1916), *Numa e a Ninfa* (1915) e *Os Bruzundangas* (1923), bem como em suas inúmeras crônicas e contos, dedicou-se a empreender uma crítica severa a todos os setores da sociedade responsáveis pela manutenção dos privilégios, pelo crescimento das desigualdades socioeconômicas e pela falácia do projeto “civilizador”, centrado no Rio de Janeiro e irradiado, com graus variados de eficiência e aceitação, para outras partes do país (Sevcenko, 2003). Tanto nas obras de ficção como nos textos publicados como crônicas e nos escritos pessoais, o escritor apresenta uma postura militante que busca agir sobre a realidade,

² “[Lima Barreto] elegeu essa obra como aquela que lhe propiciaria a abertura para o campo intelectual e cultural do período.” (Fantinati, 1978, p. 18)

no sentido de esclarecer seus leitores sobre os mecanismos sociais, políticos e econômicos responsáveis por tecer a malha das desigualdades e manter o *status quo*. Segundo Arnoni Prado (1989, p. 34), para Lima “a preocupação é muito mais fazer da literatura um meio de atuação social e política do que meramente situá-la como oposição aos modelos ‘cerebrais e artificiais’ consagrados.”

Em prefácio para o volume *Vida urbana*, que integra a edição das *Obras Completas*, de 1956, Antonio Houaiss já chamava a atenção para a concepção limabarretiana de literatura voltada para uma comunicação de teor combativo e não apenas para a expressão. Nesse tipo de fazer literário, marcado por essa “comunicação militante”, o autor “se engaja, tão ostensivamente quanto possível, com suas palavras e o que elas transportam, a mover, demover, comover, remover e promover” (Houaiss, 1956, p. 9). Note-se, já na percepção de Houaiss, o recurso ao campo lexical do *combate*.

Esta postura de contraposição aos valores vigentes em seu tempo, na qual se observa com frequência a tensão entre o falso e o utópico, foi desenvolvida especialmente por meio da sátira, que aparece como gênero independente ou mesclado a outros gêneros e estratégias discursivas em romances, contos, crônicas, textos de crítica literária e escritos pessoais.

O ímpeto satírico de Lima Barreto tem merecido mais atenção por parte de pesquisadores. Embora desde a publicação de *Recordações do escrivo Isaias Caminha*, em 1909, a crítica tenha assinalado a presença da sátira na obra limabarretiana (especialmente nos romances), por muito tempo não foram suficientemente investigados nem as dimensões nem o papel da sátira nas produções do escritor, carência inicialmente apontada por Fantinati (2012), no ensaio dedicado à sátira limabarretiana. Já em seu estudo sobre *Recordações*, o estudioso referia-se às práticas da sátira, da paródia, da ironia e “de outras formas de destruição” como um recurso de que o artista militante se vale para reagir ao *modus operandi* do campo intelectual, produzindo sua obra e refletindo sobre a realidade a partir de uma “postura opositora” (1978, p. 7).

Autores como Fantinati (1978), Brayner (1979), Figueiredo (1995; 1997), Marins (2004) e Almeida (2013), dedicaram-se a investigar os elementos da sátira presentes na obra de Lima Barreto, circunscrevendo, porém, suas análises ao âmbito dos romances e das obras satíricas por excelência (como *Numa e a Ninfa* e *Os Bruzundangas*).³ No entanto, as

³ Mesmo restrita inicialmente aos romances, a fase que inaugura um olhar mais acurado sobre a sátira em Lima Barreto só se tornou possível, segundo nosso entendimento, a partir da publicação das *Obras Completas* (1956)

indagações sobre a “dominância satírica” realizadas por Fantinati em seu ensaio sobre a sátira em Lima Barreto (escrito em 1981, mas publicado apenas em 2012) e a revitalização de parte substancial das crônicas limabarretianas por Felipe Botelho Corrêa (2016), que fez ressaltar o ímpeto satírico do autor de *Numa e a ninfa* também no campo das crônicas, têm aberto novas perspectivas, no sentido de demonstrar que a sátira de fato constitui, como assegura Fantinati (2012), a linha mestra de toda a obra de Lima Barreto, compreendendo todos os gêneros praticados por ele.

Reconhecer que o escritor nascido no Rio de Janeiro em 1881 é um autêntico satirista e compreender as estratégias discursivas utilizadas por ele ao longo de sua carreira para agir sobre a realidade de sua época não torna nossa tarefa mais fácil. Ao lado de um universo de recursos relativos à produção literária numa perspectiva contrapositiva, Lima Barreto dá a conhecer também um sem número de elementos que, às vezes de forma mais transparente e às vezes de maneira mais velada, evocam um espectro imenso de leituras, de memórias de leituras, de associações mnemônicas e discursivas, de *rastros* que ligam sua formação intelectual a autores, obras e ideias. Tais elementos, aparecendo frequentemente sob a forma da alusão, da citação ou mesmo camuflados sob um pseudônimo, instauram o que Samoyault (2008) define como *biblioteca* ou *memória da escritura*, que poderíamos sintetizar como o conjunto de textos a que um texto se refere.

Uma constelação de nomes e retomadas se faz presente na obra de Lima Barreto. Desde suas primeiras experiências (seja no *Diário íntimo*, seja na série de reportagens que escreveu em 1905 para o *Correio da Manhã*), é possível capturar evocações, as quais evidenciam não apenas as leituras como também o constante (e não raro, conturbado) diálogo que o escritor buscou manter com a tradição, sobretudo a de matriz europeia.

Tais retomadas ou evocações ocorrem majoritariamente por meio das práticas intertextuais da alusão, da citação e da paródia. Devido ao ritmo de publicação a que estava exposto (ou ao qual se viu obrigado para complementar sua renda) e ao fato de, principalmente nos últimos anos de sua existência, ter-se dedicado mais à produção de textos curtos (crônicas e contos), a alusão era a forma mais à mão para Lima Barreto estabelecer esse diálogo ou retomar ideias e conceitos presentes nas obras de nomes da literatura, da história, da filosofia e de outras áreas pelas quais demonstrou interesse ao longo de sua carreira.⁴

que permitiu, pela primeira vez, uma visão do conjunto da obra e, por consequência, dos procedimentos gerais da produção textual limabarretiana (ver Camargo, 2015).

⁴ A esse respeito, ver Silva, 2017, p. 50.

O problema do reconhecimento tácito (mas sem aprofundamento de análise) também pôde ser observado com relação à presença francesa na obra limabarretiana.

Embora não se estendam sobre as especificidades da presença de um autor francês na obra do brasileiro, autores como Fantinati (2012) e Corrêa (2016) já apontam para as implicações satíricas das retomadas contrapositivas em crônicas, contos e romances do autor de *Policarpo Quaresma*, ao ressaltar, por exemplo, a persistência, em diversas produções, de um trecho da obra *Discours sur l'histoire universelle*, do teólogo Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704).⁵

Ao analisar a sátira *Numa e a Ninfa* (1915), Fantinati toma como ponto de partida as duas epígrafes que introduzem a história do político Numa Pompílio de Castro. A primeira é o trecho recorrente de Bossuet, apresentado em francês (diferentemente das outras retomadas) e a segunda apresenta um trecho de *Vida de Numa*, de Plutarco, referente à vida do rei romano. Considerando como traço fundamental da sátira “o seu conflito com um real dado indiretamente” e que esse conflito é frequentemente exibido por uma série de contrastes paródicos, o estudioso comenta:

O aspecto político, presente já nesse mito [do rei Numa], é reiterado numa outra epígrafe, retirada do *Discours sur l'histoire universelle a Monseigneur le Dauphin* [pour expliquer la suite de la religion et les changements des Empires], de autoria de Bossuet, composto entre 1670 e 1680. Essa nação (o Egito) grave e séria conheceu desde o início o verdadeiro fim da política, que é o de tornar a vida cômoda e os povos felizes. O mito da epígrafe do escritor e sacerdote Plutarco e a do político, filósofo e religioso Bossuet (1627-1704) criam, assim, uma expectativa positiva no leitor que, em *Numa e a Ninfa*, a política se encontra inserta na esfera do mítico e do sagrado, conduzida por agentes pacíficos, tendo por objetivo satisfazer os interesses e as exigências da coletividade. Mas a leitura da obra, em lugar de ser uma confirmação dessa imagem positiva de sabedoria política, coloca o leitor em contato com a realidade política republicana caracterizada pela negação desses princípios (Fantinati, 2012, p. 84).

Fantinati procura demonstrar que o recurso à obra do teólogo francês, na forma da epígrafe, se dá numa perspectiva crítica, construída por meio de um conflito entre as informações sobre a política veiculadas pelas epígrafes e a apresentação do mesmo tema ao longo da narrativa. Em *Numa e a Ninfa*, a noção de política apresenta-se corrompida por uma série de práticas escusas, como troca de favores e influências, escalada de ambições e um esforço para manter a maioria da população, em tese a beneficiária das decisões tomadas nos âmbitos do poder, excluída das realizações que resultariam dessas mesmas decisões.

⁵ Para um olhar mais detido sobre a presença de Bossuet em Lima Barreto, ver Silva, 2017, pp. 121-152.

A recorrência de um conceito ideal de política contido no *Discours* (ideal ligado à imagem do Egito como a terra que conheceu, segundo Bossuet, o verdadeiro fim da política, que é “*tornar a vida cômoda e os povos felizes*”), funciona como uma contraposição positiva ao conjunto de valores compreendidos como ameaçadores pelo cronista no contexto da Primeira República. Do ponto de vista da sátira, essa contraposição tem uma função militante e corretiva.

Os resultados a que chegamos em trabalho concluído em 2017, com a investigação da presença de Baudelaire, Bossuet, Brillat-Savarin e Voltaire nas crônicas publicadas por Lima Barreto na *Careta* entre os anos de 1915 e 1922, apontam que, para além da utilização do gênero crônica com propósitos satíricos, a inserção de marcas francesas também se dá numa perspectiva satírica, ou seja, a instauração da biblioteca, a rememoração de autores por parte do cronista ao comentar os assuntos, faz mais do que recuperar obras e autores e inseri-los, pelo intertexto, numa nova dinâmica de compreensões e referências. A presença de autores de expressão francesa não apenas atualiza as referências, fazendo com que elas vivam e atuem em outro contexto, como colabora ainda para a veiculação da sátira. Daí a frequente utilização de citações e alusões numa visada irônica ou paródica, além do recurso ao rebaixamento, do uso de máscaras, da instauração de um contexto ficcional cujos elementos remetem a uma realidade histórica considerada ameaçadora, compondo um todo em que até mesmo o intertexto atua como um veículo da tendência satírica.⁶

O presente trabalho estabelece, portanto, com relação ao trabalho realizado anteriormente, uma nítida linha de continuidade, na medida em que parte da tese previamente delineada (e comprovada dentro dos limites de tempo e de arcabouço teórico impostos pela dissertação) para desenvolver alguns pontos apenas esboçados ou pouco aprofundados na dissertação e, finalmente, para avançar pela investigação da presença de dois autores de expressão francesa.

Dentre os autores cuja presença se faz notar com frequência na obra limabarretiana, merece destaque primeiramente o nome de Voltaire (1694-1778). Além de citar trechos de obras do autor e aludir a escritos voltairianos em romances, contos e em mais de uma dezena de crônicas, Lima Barreto chega a criar um pseudônimo diretamente ligado a uma obra de Voltaire, com a possibilidade, ainda, de ter adicionado ao codinome uma segunda camada crítica que será comentada mais adiante. Entre abril e maio de 1915, o escritor brasileiro publica na *Careta* sete crônicas sob o nome de Ingênuo, remetendo

⁶ Ver Silva, 2017.

diretamente ao personagem homônimo do conto filosófico *L'Ingénu* (1767). O uso do pseudônimo, associado a alusões ao protagonista do conto, corresponde ao procedimento satírico do mascaramento, quando o autor se vale de uma persona para tratar criticamente um determinado tema (Hodgart, 1969, p. 124).

No conto de Voltaire, o indígena Ingênuo (também conhecido por Huron, em referência à sua tribo de origem, no Canadá), criado no seio de uma cultura não ocidental, penetra na sociedade francesa e, de uma perspectiva *naïve*, desprovida dos cerceamentos e preconceitos existentes no país europeu, atravessa uma série de reveses cômicos, de que resulta, por contraste, uma contundente crítica da sociedade francesa, em seus diversos aspectos (político, ideológico, religioso, etc.). Assim, a apropriação da denominação Ingênuo por parte do autor de *Policarpo Quaresma* se dá numa perspectiva satírica, potencializando o ataque contra os poderosos do momento, as formas de condução do poder, as teorias pseudocientíficas de inspiração positivista, as tentativas de mascaramento das desigualdades sociais e, por fim, o profundo abismo entre o *modus vivendi* das classes privilegiadas e a existência de numerosos grupos marginalizados e/ou invisibilizados pelo poder público e por esses mesmos grupos elitizados.

Ao lado de Voltaire, o também filósofo e escritor nascido em Genebra, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), pensador cuja influência se faz sentir ainda nos dias atuais, é também um autor relevante no espectro de retomadas empreendidas por Lima Barreto, principalmente em crônicas cuja temática dominante é o discurso.

Devido ao caráter introdutório do trabalho apresentado no Mestrado, que buscou principalmente apresentar o estudo da presença francesa nas crônicas de Lima Barreto, apontando ainda caminhos para a compreensão das retomadas via sátira, não foi possível investigar mais a fundo a presença de Voltaire, assim como de outros autores de expressão francesa. Se as investigações apresentadas levam a crer que parte considerável das citações, alusões, referências e mesmo pseudônimos de que o escritor brasileiro se vale participa do processo satírico, consideramos de fundamental importância ampliar essa pesquisa, no esforço de comprovar, com um número mais substancial de elementos, que a memória da literatura de que fala Samoyault (2008, p. 47) é, nas crônicas de Lima Barreto referentes a Voltaire e Rousseau, ativada e veiculada sobretudo como veículo da tendência satírica, mesmo que, no caso do escritor suíço, ao ser retomado pelo autor de *Gonzaga de Sá*, apareça de forma mais sutil, ou, em outras palavras, compareça na maioria das vezes por meio da paródia e da ironia, também veículos pelos quais o ímpeto satírico muitas vezes se mostra (Hodgart, 1969; Hutcheon, 1989; Frye, 2014).

Ao considerar o intertexto como dado dominante na construção do texto, Samoyault (2008) ressalta não apenas o processo da referência mas também o papel que tal referência assume quando em novo contexto, de modo que, ao passar para um novo âmbito nas formas da citação, da alusão, da referência, do plágio etc., um fragmento, embora ainda carregado dos sentidos de sua fonte original, passa por uma realocação ou atualização, na medida em que passa a trazer também uma nova carga de significado dada pela inserção em outro espaço textual.

Ao escolher Voltaire e Jean-Jacques Rousseau, limitamos nossa investigação a dois autores historicamente situados no século XVIII, período pelo qual Lima nutria admiração, chegando a defini-lo, em crônica publicada na *Gazeta da Tarde*, como o “extraordinário século XVIII francês” (Barreto, 2004, v.1, p. 73). Escrevendo a partir das décadas iniciais do século XX, período em que se verificou a explosão de um conflito mundial, a expansão dos nacionalismos e imperialismos, a permanência dos antigos privilégios sob novos nomes e funções, assim como a sagração de práticas escusas como parte orgânica do sistema republicano, o século das *Lumières* constituía, de certa forma, o passado para qual o satirista Lima Barreto, em sua “recusa irada do presente” (Bosi, 1977, p. 158), voltava-se em busca de respostas, sentidos, referências, interlocutores e armas para sua escrita combativa. Não o fazia, contudo, sem questionar alguns pressupostos do século dos filósofos europeus, colocando, com isso, a própria matriz cultural europeia, responsável por grande parte de sua formação (que classificariamos como *cosmopolita* no sentido mais amplo ou clássico do termo), sob uma ótica crítica, principalmente por meio do narrador-protagonista Augusto Machado, de *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919).

O critério para a seleção dos textos que compõem o *corpus* foi o da clareza das referências, ou seja, escolhemos os textos cujas alusões, citações e assinaturas (ou pseudônimos) podem ser comprovadamente associadas a Voltaire, Rousseau e suas respectivas produções e que, além disso, dão indícios de fazer parte do processo de construção satírica.

No que diz respeito a Voltaire, a conformação do *corpus* abarca as crônicas publicadas na revista *Careta* sob o pseudônimo Ingênuo em 1915 (em quatro delas há alusões ao personagem do conto filosófico *L'Ingénu*). Compreendemos que o estudo do conjunto completo de textos permite avaliar o alcance e a conformação de tal pseudônimo na fatura textual limabarretiana, bem como as estratégias satíricas envolvidas na escolha da denominação por parte do cronista.

No que se refere a Jean-Jacques Rousseau, elegemos para estudo três crônicas publicadas na revista *A.B.C.* entre novembro e dezembro de 1918 e o conto “Mágoa que rala”, publicado na *Revista do Brasil* entre dezembro de 1919 e janeiro de 1920⁷. Nas ocorrências referentes ao escritor e filósofo suíço, predominam as alusões ao *Contrat Social* e a *Émile ou de l'éducation*, ambos publicados em 1762.

Considerando a postura militante de Lima Barreto, empenhado em suas obras e na imprensa em desmistificar o projeto de modernidade de sua época, que privilegiava uns poucos grupos detentores de poder econômico e político, e o papel transformador de Voltaire e Rousseau, empenhados ambos em compreender o momento histórico em que viviam, bem como as forças que conformavam as estruturas sociais e o mecanismo das desigualdades, o estudo da presença desses autores sob a perspectiva da sátira pode contribuir para ampliar o debate sobre a obra de Lima Barreto, tendo em conta que suas produções compõem no conjunto um projeto literário que ganha elementos e novas nuances ao longo de sua trajetória como intelectual inserido num contexto específico. Acrescenta-se que a produção cultural empenhada de Lima Barreto, pela elaboração estética, pelos temas que elege para compor suas narrativas e reflexões e por sua luta para desmontar “máquinas de embuste” (Barreto, 2010, p. 116), faz deste autor uma referência extremamente necessária e potente para a compreensão de nossa dinâmica literária, histórica, social e cultural profundamente marcada pela desigualdade, pelo racismo estrutural e pelo autoritarismo. Como intelectual negro que, por meio da atuação na imprensa, adentra o debate público e sai em defesa dos despossuídos, lutando por espaços discursivos e profissionais que lhe são com frequência interditados, Lima Barreto constitui, ao lado de figuras como Luiz Gama, Machado de Assis e Carolina Maria de Jesus, uma voz poderosa, que se faz atual e urgente.

Além de chamar a atenção para a dinâmica do contato do escritor brasileiro com duas das maiores vozes do século XVIII, o estudo da presença de Voltaire e Rousseau na obra do autor de *Numa e a ninfa* pode contribuir também para ampliar o campo dos estudos sobre as relações entre Brasil e França, sobretudo no que se refere às particularidades das retomadas críticas realizadas por nosso autor, que traz, sobretudo por meio da sátira, os dois filósofos para o século XX, sinalizando, também, o caráter necessário do diálogo com ambos para tratar dos temas que elegeu. O fato é que, retomando Voltaire, Rousseau, assim como evocando um sem número de outras vozes, Lima Barreto compõe, nas palavras de Sevcenko, “um imenso

⁷ “Da minha cela” (*A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 195, ano IV, 30 nov. 1918. p. 11,14); “Um ofício da A.P.S.A.” (*A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 199, ano IV, 28 dez. 1918. p. 16-17) e “Procurem a sua Josefina” (*A.B.C.*, Rio de Janeiro, n. 200, ano V, 4 jan. 1919. p. 14-15). Seguimos neste trabalho a valiosa indexação dos textos publicados no *A.B.C.* feita por Henrique Sérgio Silva Corrêa (2012).

mosaico, rude e turbulento, que despoja a *Belle époque* de seus atavios de opulência e frivolidade” (Sevcenko, 2003, p. 191).

Para a tarefa à qual nos propomos, procuraremos adotar dois importantes conselhos dados por Fantinati na introdução de *O profeta e o escritor: estudo de Lima Barreto*: “deixar os próprios textos falarem o mais possível” e não fazer da obra do autor “um meio para se evidenciar um método” (1978, pp. 17 e 23).

Partindo do princípio da dominância satírica referida por Fantinati (2012), as atitudes, estratégias e recursos relacionados à sátira (quais sejam o ataque agressivo, o uso de uma forma indireta, a contraposição normativa e mesmo o acionamento da paródia e da ironia) são mobilizados em diversos gêneros. No caso específico da crônica, é importante considerar que, em Lima Barreto, devido à tendência comum ao satirista de valer-se de um contexto ficcional ou da “inversão fantástica do mundo real” (Hodgart, 1969, p. 19), a crônica assume muitas vezes uma feição narrativa, que, no entanto, não se volta necessariamente para a ação, mas para a ilustração do caso visado por meio da encenação, da sobreposição, da criação de mosaicos ou quadros isolados sucessivos (cf. Gerth, 1977, p. 83-86).

Na presente pesquisa, as práticas intertextuais exercidas por Lima Barreto são tratadas numa perspectiva de entrecruzamento com as manifestações satíricas, paródicas e irônicas. A paródia e a ironia aqui são compreendidas também como práticas a serviço da sátira, com base sobretudo nos estudos de Fantinati (1978; 2012), Hodgart (1969); Gerth (1977); Hutcheon (1989); Sangsue (1994) e Northrop Frye (2014). Tomamos o cuidado, porém, de trazer comentários e reflexões que tratam das confusões comumente encontradas entre a sátira e os demais gêneros e estratégias de que ela pode se valer, como a paródia e a ironia (Samoyault, 2008; Sangsue, 1994).

Devido mesmo a esse entrecruzamento de práticas literárias (e por consequência, de abordagens teóricas e metodológicas na análise dessas mesmas práticas), é seguro dizer que a presente tese apresenta uma dupla filiação, sem que, contudo, isso signifique tratar-se de característica inédita. Considerando a presença francesa na obra limabarretiana, enveredamos pela Literatura Comparada, dando continuidade, por exemplo, a trabalhos de fôlego que vem sendo realizados por Gilberto Pinheiro Passos (1996), Daniela Callipo (2010), Dirceu Magri (2016), entre outros que investigam o universo de autores de expressão francesa presentes na obra de Machado de Assis.

Tendo em vista o emprego da sátira em seu potencial desvelador e mordaz e, principalmente, em sua simbiose com outros gêneros e práticas também críticas (como a paródia e a ironia, por exemplo), nossa investigação, iniciando-se com as retomadas via

alusão, citação e uso de pseudônimos, volta-se para um campo teórico e de estudos marcado pela conceituação da sátira como gênero literário muito fluido e de sua atuação nas diversas instâncias (literárias ou não) da vida humana, que tornam suas práticas extremamente relevantes para a compreensão das diferentes sociedades humanas ao longo do tempo. Por isso, nossa investigação deve muito aos trabalhos de Carlos Erivany Fantinati (1978; 2012), Sônia Brayner (1979), Álvaro Marins (2004), Carmen Lúcia Negreiros de Figueiredo (1995; 1997), Milene Suzano Almeida (2013), entre outros que se debruçaram sobre a obra de Lima Barreto.

Não poderíamos, evidentemente, deixar de acrescentar a relevância do campo de estudos referentes à imprensa periódica para nosso estudo, principalmente no que se refere à configuração, aos diferentes alinhamentos ou arranjos de forças que marcaram a imprensa brasileira entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Nesse aspecto, foram relevantes os trabalhos de Alvaro Santos Simões Jr., Machado Jr. e Henrique Sérgio Silva Corrêa.

No primeiro capítulo, será desenvolvido o arcabouço teórico referente à sátira, à paródia, à ironia, à caricatura e à intertextualidade. Paralelamente, faremos um resgate dos estudos que versam sobre a presença francesa e sobre o recurso à sátira, à paródia e à ironia nas produções do autor de *Numa e a ninfa*, pois eles contribuem para ilustrar as diferentes abordagens com relação à obra limabarretiana, bem como situar o lugar do presente trabalho no conjunto de esforços para, numa perspectiva ampla, rastrear o alcance e os múltiplos sentidos da presença de autores de expressão francesa em escritores brasileiros e, numa perspectiva mais específica, interpretar um autor como Lima Barreto.

O segundo capítulo é dedicado à presença de Voltaire. Procedemos a um *rastreamento* dessa presença nas obras de Lima Barreto para ilustrar a dinâmica das alusões e citações, que são recorrentes e, quando instauram a *biblioteca*, passam a atuar num contexto novo, reconfigurando os sentidos. Considerando a “dominância satírica” definida por Fantinati (2012), a mobilização não apenas das alusões e citações (ou seja, da *biblioteca*), como também dos pseudônimos, é posta *a serviço da sátira* e no conjunto empreende uma crítica feroz ao falseamento da realidade, à atuação dos poderosos e ao caráter excludente das reformas urbanas, entre outros aspectos.

Finalmente, o terceiro capítulo é dedicado à presença de Rousseau. Embora seja um pouco menos recorrente do que a observada com relação a Voltaire, a presença de Rousseau constitui um componente relevante da escritura limabarreatiana, capaz de suscitar

questionamentos, por exemplo, sobre a apropriação do discurso rousseauiano por diferentes instâncias de poder, sobretudo a partir de 1918, com o fim da Primeira Guerra Mundial.

1 “O ACRE E PUNGENTE ODOR DA SÁTIRA”

Um espírito que criou, para si, um ideal de vida muito diferente da que a nossa atual de fato apresenta, conclui que tanto vale ter isto ou aquilo; que os homens são insuportáveis, tolos, injustos e que devemos vê-los, ricos ou pobres, doutores ou curandeiros, carvoeiros ou almirantes, ministros e os seus sábios secretários, na sua hipocrisia de tartufos, na sua miséria moral, na sua abjeção necessária, como atores de uma comédia que nos deve fazer rir, sem esquecer de ter pena deles, pois os seus esgares, as suas “pinturas”, as suas roupagens brilhantes de reis, de príncipes, de papas, ou os trapos de mendigos que os vestem, a sua “caracterização”, enfim, tem por destino ganhar dinheiro, a fim de que não morram de fome, eles, as mulheres e os filhos.

Lima Barreto, “A matemática não falha”

Neste capítulo⁸, apresentamos o arcabouço teórico referente à intertextualidade, à sátira, à ironia, à paródia e à caricatura. Delineamos alguns traços do período em que Lima Barreto viveu, situando também aspectos de sua biografia e seu percurso literário que praticamente se confundem com sua atuação na imprensa, dado o número elevado de colaborações em dezenas de periódicos, desde os de vida efêmera até aqueles que alcançaram um amplo público para os moldes da época, tais como *Fon-fon!*, *Careta* e *A.B.C.*

1.1 A intertextualidade: a “memória que a literatura tem de si mesma”

Desde suas primeiras experiências no campo da escrita, Lima Barreto veiculou, ao lado de relatos sobre a própria existência e impressões e apontamentos sobre a realidade de que era contemporâneo, um grande número de retomadas. Ora alude ao *Candide* de Voltaire (como nos folhetins que escreveu para o *Correio da Manhã* em 1905), ora reflete sobre Taine e Poincaré, como nos primeiros registros do que, em 1953, viria a se tornar o seu *Diário íntimo*.

A perspectiva de Tiphaine Samoyault (2008) é aqui considerada revisionista porque, ao elaborar uma síntese histórica e crítica da noção de intertextualidade, a estudiosa rastreia as concepções extensivas e restritas que a noção adquiriu desde que surgiu no contexto dos anos 1960, com Kristeva, até a mudança de perspectiva nos anos 1980, quando a “inflação de definições” começa a dar lugar a uma compreensão mais restrita e ligada principalmente ao diálogo que a literatura estabelece consigo mesma (no plano da *referência*),

⁸ O título do capítulo é uma expressão utilizada por Northrop Frye (2014, p. 371) para se referir à identificação da sátira.

sem, contudo, ignorar seus elos com o mundo (sua relação com a *referencialidade*) nem o papel relevante da memória do leitor para a constituição do intertexto.

É a partir dessa síntese que Samoyault introduz uma nova nuance no conceito, ligando-o ainda, contudo, à concepção restrita da intertextualidade, o que, de certa forma, estabelece uma continuidade em relação aos trabalhos de Riffaterre, Compagnon e Genette. A estudiosa deixa de lado a visão da intertextualidade como simples fenômeno para compreendê-la numa perspectiva cujas noções gravitam em torno das metáforas de *memória*, *biblioteca* e *movimento*.

Samoyault reúne os traços da intertextualidade em torno da ideia de *memória* e propõe que os *intertextos funcionam como repositórios literários*, no sentido de que fazer *falar o texto dentro do texto* por meio de práticas como a citação, a alusão, a referência, o plágio, etc., impõe a *biblioteca* ou a *memória que a literatura tem de si mesma*, o que, por sua vez, coloca essa própria memória em movimento (2008, pp. 10-11). A memória, para a estudiosa, constitui “um grande espaço de jogo” (idem, p. 85).

Produzida, portanto, “com a lembrança daquilo que é, daquilo que foi”, a literatura coloca essas memórias em movimento por meio de “procedimentos de retomadas, de lembranças e de re-escrituras”, apontando tanto para a origem como para a novidade apresentada pela realocação, pela reapropriação. Ao colocar textos em movimento (importante atentar aqui para as metáforas do *movimento*), ao ativar repetidamente sua própria dinâmica interna de referências e recorrências, a literatura “mostra sua capacidade de se constituir em suma ou em biblioteca e de sugerir o imaginário que ela própria tem de si” (Samoyault, 2008, p. 47).

Entre as práticas para “fazer falar o texto dentro do texto” está a citação, que Genette (2006, p. 8) considera a forma mais explícita e mais literal de intertextualidade, sendo também a dominante, em contraposição ao plágio e à alusão, que se situam num plano menos explícito e cuja determinação não conta necessariamente com marcas gráficas como as aspas ou com o suporte de uma referência.

É importante lembrar aqui que Genette estabelece duas grandes categorias no que se refere às relações entre textos. Pautada na noção de “presença” ou “co-presença”, a *intertextualidade* é compreendida como a “presença efetiva de um texto em outro” (2006, p. 8), que Samoyault refere como a “*imposição da biblioteca de maneira horizontal*” (2008, p. 31) e envolve, por exemplo, práticas com a citação, a alusão e o plágio. Já a *hipertextualidade* está ligada à noção de derivação, restringindo-se, portanto, às práticas fundadas num processo derivativo ou transformacional (um texto originando-se a partir de um anterior, inclusive por

imitação), que pode ser observado, por exemplo, na paródia, no pastiche e na charge. O caráter de derivação ou hipertextual⁹ marca, para Samoyault (2008, p. 31), a *presença da biblioteca de maneira vertical*.

Tanto para Genette (2006) como para Samoyault (2008), a citação é uma prática intertextual cuja identificação geralmente é facilitada graças a recursos tipográficos, cuja ausência total transforma a citação em plágio, “que é um empréstimo não declarado, mas ainda literal” (Genette, 2006, p. 8). Para Samoyault

A citação é imediatamente identificável graças ao uso de marcas tipográficas específicas. As aspas, os itálicos, a eventual separação do texto citado distinguem os fragmentos emprestados. Se basta uma dessas marcas para assinalar a citação, a ausência total de tipografia própria transforma a citação em plágio, cuja definição mínima poderia ser a citação sem aspas, a citação não marcada. Com a citação, em compensação, a heterogeneidade fica nitidamente visível entre texto citado e texto que cita: portanto, a citação sempre faz aparecer a relação do autor que cita com a biblioteca, assim como a dupla enunciação que resulta dessa inserção. Nela reúnem-se as duas atividades da leitura e da escritura e ela deixa transparecer tudo que está por trás do texto, o trabalho preparatório, as fichas, o saber que foi preciso armazenar para chegar a esse texto (2008, p. 49).

A concepção de citação referida por Samoyault (2008) nos remete àquela de um importante estudioso da leitura, das bibliotecas e da relação das sociedades com os livros. Em um dos ensaios de *A biblioteca à noite*, Alberto Manguel se refere à constituição de muitas sociedades por meio do livro e às relações muitas vezes ambíguas que podemos estabelecer com as bibliotecas e com seu conteúdo. Relaciona a citação à continuidade do diálogo com o passado e também a um esforço de contextualizar o presente: “Citar é fazer uso da Biblioteca de Babel; citar é refletir sobre o que já foi dito, e quando não o fazemos falamos num vácuo em que nenhuma voz humana terá como ressoar” (2006, p. 186). Tanto para Samoyault como para Manguel, citar é continuar a propagar uma memória, que só existe como tal porque é *compartilhada*.

Embora ressalte a heterogeneidade da citação, Samoyault não deixa de valorizar em sua compreensão as relações transformadoras decorrentes do processo de inscrever uma

⁹ De acordo com a terminologia genettiana, *hipertexto* denomina “todo texto derivado de um texto anterior” (*apud* Samoyault, 2008, p. 31). Já o termo *hipotexto* se refere ao texto que serviu de modelo para a derivação. Os aspectos relacionais e derivativos (com frequência apontados por meio de metáforas associadas à *rede*) também estão presentes na definição de hipertexto utilizada no campo das tecnologias da informação, como em Pierre Lévy: “[...] um hipertexto é um conjunto de nós ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos ou partes de gráficos, sequências sonoras, documentos complexos que podem eles mesmos ser hipertextos. Os itens de informação não são ligados linearmente, como em uma corda com nós, mas cada um deles, ou a maioria, estende suas conexões em estrela, de modo reticular.” (Lévy, 2000, p. 33)

porção textual em outro texto. Quando vistos em relação, o texto citado e o texto que cita ganham novos elementos, na medida em que o texto citado, “cercando-se” de significações adquiridas na sua origem, passa a circular num novo contexto e a ser compreendido, então, também em relação a esse novo contexto.

O caráter heterogêneo da citação em relação ao texto onde ela se inscreve foi também ressaltado por Compagnon (1996) ao recorrer às metáforas do recorte e da colagem, tomadas a partir da bricolagem infantil com a cola e a tesoura, para definir a citação como forma derivada da leitura e da escrita: “no texto, como prática complexa do papel, a citação realiza, de maneira privilegiada, uma *sobrevivência* que satisfaz à minha paixão pelo gesto arcaico do recortar-colar” (Compagnon, 1996, p. 12, grifo nosso).

Compagnon concentra-se no aspecto que diríamos mais operatório ou manipulativo da citação¹⁰, que envolve, entre outros, os processos de extração, mutilação, desenraizamento, explosão, dispersão, depredação, enxerto, unindo os atos da leitura e da escrita, que “são a mesma coisa, a prática do texto que é a prática do papel” (Compagnon, 1996, p. 29). O que ressalta da interpretação do estudioso é a compreensão não só da citação como de toda escrita como reescrita e *artifício*:

Escrever, pois, é sempre reescrever, não difere de citar. A citação, graças à confusão metonímica a que preside, é leitura e escrita, une o ato de leitura ao da escrita. Ler ou escrever é realizar um ato de citação. A citação representa a prática primeira do texto, o fundamento da leitura e da escrita: citar é repetir o gesto arcaico do recortar-colar, a experiência original do papel, antes que ele seja a superfície de inscrição da letra, o suporte do texto manuscrito ou impresso, uma forma da significação e da comunicação linguística (Compagnon, 1996, p. 41).

Se para Samoyault a questão do sentido é essencial para uma compreensão mais ampla da citação, para Compagnon o sentido é secundário, “vem por acréscimo, ele é o suplemento do trabalho”, pois a “mola do trabalho não é uma paixão pelo sentido, mas pelo fenômeno, pelo *working* ou o *playing*, pelo manejo da citação” (1996, p. 46), embora não ignore o papel da interferência enunciativa: “citando, fazendo com que um extratexto interfira na escrita, introduzindo um parceiro simbólico” (idem, p. 50). Devido a esse enfoque *operatório*, o reconhecimento de um sentido ao final do processo aparece como um bônus.

Pouco numerosas em relação às alusões, as citações nas crônicas de Lima Barreto nas publicações originais da *Careta* e do *A.B.C.* aparecem geralmente bem delimitadas e, por isso, facilmente identificáveis, marcando sua heterogeneidade em relação ao texto de acolhida

¹⁰ Note-se o uso de termos e expressões como *manejo*, *manobra*, *manipulação*, pôr “a mão na massa”, etc.

tanto por meio do uso de aspas e do itálico como por uma integração entre os dois recursos. Quanto às funções desempenhadas pelos empréstimos, por exemplo, em relação às retomadas citacionais de Brillat-Savarin, a citação dos aforismos da obra *Physiologie du goût* em conjunto com a paródia do estilo anedótico do autor francês (visto como um hedonista que constrói uma “ironia de ciência”), não só impõem a biblioteca como potencializam a sátira feita aos eventos presidenciais durante o governo de Epitácio Pessoa, em geral pautados em banquetes e recepções enquanto amplos setores da sociedade são sacudidos por instabilidades.¹¹

Nas crônicas de Lima Barreto, o fato de a alusão constituir uma prática mais frequente do que a citação foi objeto do nosso interesse quando iniciamos o trabalho de investigação da presença francesa nas crônicas limabarretianas:

É provável que isso esteja ligado às próprias características do gênero e à maneira limabarretiana de se valer dele para expressar suas ideias e opiniões. O grande número de textos breves publicados em curtos espaços de tempo leva a crer que o cronista os produzia num ritmo acelerado (frequentemente para mais de um periódico). Diante da própria velocidade de produção e veiculação de textos que já trazem na própria constituição essa ideia de rapidez e concisão, aludir parece uma prática mais familiarizada com o gênero da crônica do que citar. Citar, mesmo de memória, demanda todo o processo de recorte e colagem, nos termos de Compagnon (1995), enquanto aludir é uma prática mais direta, que faz falar mais prontamente outros textos no texto que se escreve, conformando-se à fluidez da crônica, à própria fluidez temporal de sua concepção e veiculação (não podemos esquecer que ela se destinava e se destina a periódicos, estes por sua vez ligados ao efêmero, ao contingente) (Silva, 2017, p. 50).

Se a dinâmica própria da produção e veiculação da crônica (tanto no que se refere à fluidez do gênero como à forma limabarretiana de lidar com ele) pode de fato estar associada à frequência da alusão, não é de todo insensato pensar que o *jogo alusivo* é também mais versátil do que a citação quando estão em pauta as intenções e realizações da sátira, na medida em que *aludir* (convém não ignorar a etimologia, que remete a *ludus*, jogo), não só exige uma participação mais efetiva do leitor – subentendidos os “riscos da alusão” de que fala Authier-Revuz (2007, p. 26) – como expande as possibilidades associativas, abrindo-se mais prontamente para os jogos irônicos que exibem, na dinâmica satírica, o julgamento do satirista em relação a um conjunto de normas ou valores atacados. Este aspecto será desenvolvido mais adiante.

¹¹ Ver Silva, 2017, p. 113.

Ao discorrer sobre a “memória da literatura”, Tiphaine Samoyault aponta para uma ambiguidade existente no “confronto” entre a objetividade do intertexto reconhecido (podemos reconhecer num texto a presença de outro por meio de vários índices) e a atuação subjetiva da memória. Por um lado, a intertextualidade se apresenta como resultado técnico, objetivo, do trabalho da memória da escritura e, por outro, não deixa, todavia, de se pautar muitas vezes pelas sutilezas do aleatório e do imprevisito, reforçando que a “memória das obras” (Samoyault retoma o termo de Judith Schlanger), é ou se constrói num espaço instável marcado pela atuação do esquecimento, pela lembrança fugaz e pelo apagamento temporário (Samoyault, 2008, p. 68). Em suma, embora o resultado possa ser medido em termos até certo ponto objetivos (ou *objetivados*¹²), a maneira pela qual nos apropriamos de um texto, alterando, disfarçando ou mesmo sonegando porções do empréstimo, é muitas vezes pautada na incerteza e no aleatório.

Essa relação entre o caráter naturalmente instável da memória e o intertexto como realização objetiva (que como tal pode ser reconhecido e recuperado) torna-se mais evidente quando adentramos o universo mais sutil (ou mais sujeito ao acaso) da alusão. Vânia Lúcia Menezes Torga, ao estudar o jogo alusivo nas crônicas machadianas, assim define essa prática intertextual:

A alusão é a estratégia mediadora dos movimentos da intertextualidade, que é *espaço contraditório da memória: o esquecer, recriado; o lembrado, reestruturado, em que fica o que significa, reproduzido pela transformação*. A memória não reproduz absolutamente o que foi, mas refaz o passado, reconstrói o vivido sob o olhar do tempo presente que não é apenas individual, mas social. Exige, pois, um trabalho de transformação, de deslocamento mas, como num palimpsesto, conserva, relativamente, as características do todo de que é parte e do qual a memória faz o recorte ao lembrar o que significa (Torga, 2008, p. 2; grifos nossos).

Para além de sugerir essa instabilidade que é própria do caráter associativo de nossa memória (tão sujeita aos anacronismos e aos influxos de milhares de contatos), as práticas intertextuais “informam sobre o funcionamento da memória que uma época, um grupo, um indivíduo têm das obras que os precederam ou que lhe são contemporâneas” (Samoyault, 2008, p. 68). Considerar, portanto, a *constituição da memória, a instauração da biblioteca* nos textos de Lima Barreto, a partir da investigação de alusões e citações remetendo a produções da cultura europeia em língua francesa, é também a busca por compreender as dinâmicas, as possíveis motivações, os embates, as distorções operadas nesse

¹² O termo é utilizado aqui com o sentido de que o reconhecimento pelo leitor é parte do componente *objetivo*, pelo menos no que se refere à alusão do ponto de vista de Authier-Revuz (2007) e à citação da perspectiva de Samoyault (2008).

diálogo constante e, sobretudo, o que o funcionamento dessa memória tem a nos dizer sobre o fazer literário limabarretiano.

A associação entre a presença de um autor francês e a veiculação satírica na obra de Lima é desenvolvida de forma bem fundamentada por Milene Suzano Almeida em sua tese de doutoramento *Humanismo satírico em Lima Barreto e Anatole France* (2013). A pesquisadora defende que “o viés humano e idealista de Barreto tem sua origem, em grande parte, na literatura militante de France”, tomando como um dos pontos de partida o comentário de Sevcenko, segundo o qual Lima foi o autor que melhor realizou a “ironia redentora” de France (Almeida, 2013, pp. 15-16).

Esse “anatolismo peculiar” do autor de *Clara dos Anjos*, que via em Anatole France (1844-1924) um escritor militante, caminhava na contramão da perspectiva normalmente adotada entre os escritores brasileiros contemporâneos de Lima com relação ao autor francês. Adotando uma visão estagnada, muitos enxergavam France como o “sensualista da ironia e da piedade”. Para Almeida (2013, p. 41), Lima Barreto “soube interpretar não somente o romancista como o crítico social e político”.

Almeida elenca vários pontos de convergência entre Lima e Anatole: a crítica que ambos fazem aos contemporâneos; o gosto pela polêmica e pelo debate; o tom anedótico e trocista comum aos dois escritores; o fato de ambos estarem inseridos na história literária em períodos de passagem ou transição entre movimentos literários; a capacidade de revisão das próprias opiniões e ainda a presença constante de “heróis intelectuais” em suas obras. O tema do herói intelectual é objeto de estudo também de Oakley (2011).

Entre as obras que eleger para estudo comparativo, merecem destaque as sátiras *Os Bruzundangas* (1923) e *L'Île des pingouins* (1908), analisadas sob a perspectiva do processo de caricaturização próprio da tendência satírica. Ao analisar a presença do escritor francês na sátira do brasileiro, Almeida aponta para o papel contestador que as referências a Anatole France assumem na fatura textual de Lima Barreto:

De um lado, temos, nas referências a Anatole France em *Os Bruzundangas*, a introdução de um método de julgamento que corrobora a busca satírica de produção de um efeito corretivo. Esse é o truque do satirista Lima Barreto ao se utilizar não somente das alusões a Anatole France, mas de outros como Bossuet. De outro lado, o leitor, na passagem do romance à sátira, começa a estabelecer uma outra relação com o autor, de adesão ou repulsa. (Almeida, 2013, p. 184)

Almeida situa a ausência de ação e o fracasso do discurso, ou seja, a incapacidade sentida pelo herói intelectual de “falar pelo outro ou por si próprio”, como razões para a tendência de a literatura militante seguir em três direções distintas:

em primeiro lugar, para textos de menor fôlego como as crônicas, nos quais a relação com o real é bem próxima; em segundo lugar, para uma linha mais autobiográfica ou alegórica; e por fim, para a narrativa satírica, como é o caso de *L'Île des Pingouins*, e de *Os Bruzundangas*, sátiras que reconstituem a história e as características de seus respectivos países em um ponto distante. (Almeida, 2013, p. 170)

Diante de situações de crise, quando a busca por corrigir a realidade por meio da palavra esbarra nos limites desta como representação, “resta a representação pelo método criativo da sátira” (idem, p. 170).

1.2 Sátira, paródia, ironia e caricatura: formas de uma relação crítica com a realidade

1.2.1. Sátira

Definir a sátira nem sempre é tarefa fácil, pois, além de ser constantemente confundida com a paródia e a ironia (confusão que se dá provavelmente pela íntima relação que estas práticas estabelecem no âmbito do desvio, do rebaixamento e da relação crítica com a realidade, ou por seus efeitos intencionais mais ou menos compartilhados), a sátira aparece frequentemente numa perspectiva transversal em relação a outros gêneros e formas textuais (Gerth, 1977, pp. 83-86). Sem ter sofrido um processo estabilizador¹³, ao contrário dos gêneros tradicionais como o épico, o lírico e o dramático, ela pode assumir uma “variedade de sub-formas” (Hodgart, 1969, p.11) e foi com frequência tomada como um gênero menor. Esses componentes, contudo, não impedem que se reconheça uma de suas características mais marcantes: a intenção empenhada, ou seja, o desejo de, numa mistura de riso e indignação (Hodgart, 1969, p. 10), apontar os erros e distorções e corrigir comportamentos e posturas considerados prejudiciais a um grupo ou à sociedade em geral.

Hodgart é possivelmente o estudioso que vai mais longe na tentativa de rastrear as origens da sátira, colocando-a como um tema próprio da condição humana, (como “um dos muitos modos de encarar a vida”), atribuindo-lhe um fundamento não literário que parece remontar à nossa origem como espécie social. Seu argumento é de que, diante da capacidade

¹³ Hodgart (1969, p. 12) aponta como exceção parcial a sátira formal romana.

limitada de satisfazer seus desejos físicos e intelectuais e das consequências muitas vezes inesperadas e desagradáveis daqueles que são satisfeitos, o ser humano contempla o mundo “com um misto de riso e indignação” e, diante dos “exemplos imediatos do vício e da estupidez humanos”, assume “uma postura mental de crítica e hostilidade”, que marca o começo da sátira (1969, p. 10, tradução nossa¹⁴). Conservando, então, “certa pureza de atitude” e um “sentido de superioridade”, o satirista desfere seus golpes, valendo-se de formas literárias e recursos retóricos adequados para expor suas vítimas ao ridículo e suscitar o riso destrutivo (Hodgart, 1969, p. 11), desencadeando um processo de conhecimento (Gerth, 1977, pp. 83-86).

O fundamento “ancestral” estaria no fato de que todos os animais sociais são agressivos e de que, no embate entre eles, o inferior se submete ao superior, cujo ímpeto agressivo é marcado por um sentimento de superioridade e de desprezo em relação à sua vítima. O riso depreciativo ou destrutivo é, neste caso, a melhor forma para que a aspiração do satírico (de que sua vítima se humilhe) seja atingida.

Não é nosso objetivo questionar a validade da vinculação da sátira a um princípio como o apontado por Hodgart, mas tão somente considerar que, mesmo na perspectiva dessa origem mais remota para o impulso satírico, a *intencionalidade* já é considerada um componente importante da sátira.

Northrop Frye (2014) dedica parte do terceiro ensaio de seu vigoroso *Anatomia da crítica* (publicado originalmente em 1957) ao estudo da ironia e da sátira, que compõem o que nomeia de “Mythos do inverno”. O crítico canadense distingue a ironia da sátira nos seguintes termos, acrescentando a *atitude* como critério importante para a distinção:

A principal distinção entre a ironia e a sátira é que *a sátira é uma ironia militante*: suas normas morais são relativamente claras e ela pressupõe padrões contra os quais o grotesco e o absurdo são medidos. A invectiva transparente, ou troca de insultos (“desafio”), é uma sátira em que há relativamente pouca ironia: por outro lado, *sempre que um leitor não estiver certo a respeito de qual seja a atitude do autor ou de qual se espera que seja a sua como leitor*, temos a ironia com relativamente pouca sátira. (Frye, 2014, p. 369; grifos nossos)

Outra distinção importante para nosso estudo é que se a ironia é compatível com o “completo realismo de conteúdo” e com a “supressão de atitude da parte do autor”, o mesmo não se dá com a sátira, pois esta necessita de uma “fantasia indicativa” (equivalente à

¹⁴ As traduções de todos os trechos da versão em espanhol de *La sátira* referidos neste trabalho são de nossa autoria.

“inversão fantástica do mundo real” de que fala Hodgart) que seja reconhecida pelo leitor como um conteúdo grotesco¹⁵ e ao menos “um padrão moral implícito”, cuja existência é “essencial em uma atitude militante em face da experiência” (Frye, 2014, p. 369).

Diferentemente da ironia, que, segundo Hutcheon (1989) pode julgar, mas sem *atacar* por si mesma ou *mobilizar* o leitor para o campo da *atuação*, a sátira é sempre compreendida numa perspectiva *atuante*, *militante*, que mobiliza recursos e encaminhamentos para desnudar, desvendar, revelar, contrapor, destruir. Poderíamos dizer que seus objetivos são normalmente descritos por metáforas tiradas dos campos lexicais do *desvelamento* (“tirar o véu” que oculta algo, desvendar, desnudar, desmascarar, expor, etc.), do *combate* (donde: militância, ataque, luta, realidade ameaçadora, estratégia, defesa, alvo, vítima, derrota, etc.) e da *destruição* ou *dissolução* (rompimento, reforma, morte, etc.), compondo uma espécie de percurso satírico em que as três instâncias podem até mesmo ocorrer simultaneamente, pois o *desvelamento não deixa de ser um combate capaz de destruir* ou que já pressupõe o desmonte ou a destruição, seja de automatismos, de concepções cristalizadas, seja de hábitos e estruturas considerados nocivos do ponto de vista do satirista.

O componente funcional da literatura satírica nos remete à definição da literatura limabarretiana exposta por Francisco de Assis Barbosa, biógrafo do autor de *Clara dos Anjos*:

Literatura não era escrever bonito. Não era instrumento de prazer para os ricos. Não era, em suma, o “sorriso da sociedade”, como a definirá mais tarde Afrânio Peixoto. Assim como se rebelava contra essa deturpação da missão do escritor, não podia ele admitir a literatura contemplativa, a literatura plástica, a literatura apenas pela literatura (Barbosa, 2002, p. 259).

Frye considera que o componente fantástico ou hipotético precisa manter uma plausibilidade, pois expressar um conteúdo “opressivamente real” pode levar ao rompimento da sátira:

Duas coisas, então, são essenciais para a sátira; uma é o engenho ou humor fundado na fantasia ou uma percepção do grotesco ou absurdo, a outra é um objeto de ataque. O ataque sem o humor, ou denúncia pura, forma um dos limites da sátira. [...] Para atacar qualquer coisa, escritor e público devem concordar quanto a ser ela indesejável, o que significa que o conteúdo de muitas sátiras baseadas em ódios nacionais, esnobismo, preconceito e ressentimentos pessoais torna-se obsoleto muito rapidamente (Frye, 2014, p. 370).

A questão do ataque agressivo chama também a atenção de Northrop Frye: “o ataque em literatura jamais pode ser uma expressão pura de ódios meramente pessoais ou

¹⁵ Segundo Frye, a seleção dos conteúdos absurdos e grotescos por parte do satirista é *um ato moral*.

mesmo sociais, qualquer que seja a motivação para eles”. Para que o ataque seja efetivo, continua o crítico, é “preciso atingir um tipo de nível impessoal”, o que compromete o autor do ataque com um *padrão moral*, pois “o satirista comumente assume uma linha moral elevada” (2014, p. 370), que se traduz num conjunto de normas geralmente compartilhadas por um grupo, aspecto também ressaltado por Gerth (1977).

A definição de Frye sintetiza alguns dos elementos essenciais da sátira: o “*humor fundado na fantasia*”, que Gerth (1977, pp. 83-86) refere como um contexto inventado ou ficcional e Hodgart como “inversão fantástica do mundo” (1969, p. 19); o *objeto de ataque*, pois não há sátira sem um direcionamento do impulso agressivo contra um alvo, seja ele um grupo, uma época, um conjunto de valores ou uma coletividade inteira; *concordância entre escritor e público* não apenas quanto ao alvo da sátira, como também quanto ao “padrão moral” (definido mais tarde por Gerth sob a noção de *norma*) de que o satirista se faz porta-voz e/ou defensor, como contraposição aos valores ou padrões morais atacados.

Hodgart aconselha a não definir a sátira pelos métodos tradicionais de classificação literária, mas ater-se à observação da atitude do satírico diante da vida e aos diferentes meios de que se vale para dar a conhecer essa atividade em forma literária (1969, p. 12). É a atitude, portanto, que define a sátira.

Klaus Gerth (1977, pp. 83-86) chamou a atenção para os alvos da sátira: “Desde sempre, a sátira visou anomalias sociais, falsos valores, contradições, abusos ou anacronismos; desde sempre, atacou tradições ou instituições políticas”. Alfredo Bosi (1977, p. 163), por sua vez, ressalta o caráter vigilante da sátira: “A sátira supõe uma consciência alerta, ora saudosista, ora revolucionária, e que não se compadece com as mazelas do presente.”

A dinâmica da sátira não pode, contudo, ser explicada apenas pela intenção empenhada ou militante. Embora não tenha alcançado um *status* genérico mais estável, para que se configure uma sátira é preciso, segundo Gerth (1977, pp. 83-86), que se conjuguem pelo menos três elementos ou características fundamentais: o ataque agressivo, a norma e a forma indireta.

O ataque agressivo nasce do conflito com uma realidade histórico-social considerada ameaçadora pelo satirista, sobretudo do ponto de vista da norma ou conjunto de normas que a regulam. Trazendo consigo sua própria representação de valores ou normas, identificada no seio de um grupo do qual ele se torna uma espécie de porta-voz ou baseada num conjunto de normas pretéritas consideradas ideais num dado momento histórico, o satirista recorre então a uma forma indireta para dimensionar sua investida (e contrapor sua

própria representação de valores), uma vez que o ataque direto, pura e simplesmente agressivo, corre o risco de prejudicar tanto os aspectos estéticos quanto os objetivos específicos de determinada sátira, aspecto também observado por Northrop Frye (2014), referido anteriormente.

O recurso à forma indireta, sem diminuir o poder do ataque, suscita um verdadeiro paradoxo: a sátira ataca o que é desagradável, ofensivo ou repelente, mas o modo como se apresenta é agradável ao leitor (Gerth, 1977, pp.83-86). Isso se dá sobretudo porque a forma indireta está associada a recursos estéticos como a utilização de um contexto inventado ou ficcional (Gerth, 1977, pp.83-86), que Hodgart, por sua vez, denomina “inversão fantástica do mundo real” (1969, p. 19) e a amenização cômica do conteúdo por meio de recursos como a dissimulação, o rebaixamento, o estranhamento, os contrastes cômicos, a ironia, a paródia, a caricatura, o travesti, etc.

Embora suas reflexões se voltem especificamente para a poesia, algumas definições de Alfredo Bosi sobre a sátira podem ser consideradas muito pertinentes para a compreensão do fenômeno satírico, na medida em que esclarecem elementos sobre a relação do satirista com o *presente*, o *passado* e o *futuro* e sua *atitude* em relação à ideologia vigente.

Crítico da ideologia e defensor da poesia como resistência, Bosi relaciona em *O ser e o tempo da poesia* (1977) duas vertentes da sátira, em sua “recusa irada do presente” ou “recusa aos costumes, à linguagem e aos modos de pensar correntes”: a sátira conservadora (de tipo romano), que se volta para o ataque do presente em nome do “bom tempo já passado” (podendo evocar ideologicamente o “mito da idade de ouro”) e a sátira revolucionária, que ataca igualmente o presente, mas em nome “daquilo que há de vir”, do futuro como utopia, uma utopia cuja estrutura simbólica é produzida pela *antecipação*. Bosi, contudo, não deixa de ressaltar que é o *contexto* que dirá se se trata do primeiro ou do segundo tipo de sátira (1977, p. 158; 161; 163).

Desse “embate com o presente”, a sátira poderá tirar, segundo Bosi, “tanto um moralismo acre e sardônico”, “quanto uma crítica lúcida ou desesperada de toda a existência, crítica que fere o que é por amor, oculto amor, ao que deveria ser” (1977, p. 164).

Se a sátira é mobilizada a partir dessa recusa e se orienta para o passado ou para o futuro, ela “supõe uma consciência alerta, ora saudosista, ora revolucionária” e “seu ímpeto vem da agressividade”. A sátira moderna, nesse aspecto, apresenta-se “infinitamente mais demolidora” e “corrosiva”. Observa-se que é também no campo lexical do embate que Bosi vai buscar os termos para definir o satírico e suas ações, apontando ainda os riscos envolvidos na postura de oposição:

Na luta contra a ideologia e o estilo vigentes, o satírico e o parodista devem imergir resolutamente na própria cultura. É dela que falam, é a ela que se dirigem. Tal imersão não se faz sem riscos e arrepios: não há nenhum outro gênero que denuncie mais depressa o partido do escritor, as suas antipatias, mas também as suas ambiguidades morais e literárias. O satírico aparece em estágios complexos e saturados da vida urbana; momentos em que a consciência do homem culto já se rala com as contradições entre o cotidiano real e os valores que o enleiam. E a paródia, “canto paralelo”, só se faz possível quando uma formação literária e um gosto, outrora sólidos, entram em crise, isto é, sobrevivem apesar do cotidiano, sobrevivem como disfarce, véu ideológico (Bosi, 1977, pp. 163-164).

No estudo que realiza sobre as *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, Carlos Evirany Fantinati (1978) ressalta que, na concepção de Lima Barreto sobre a literatura, o artista e a arte militante têm uma função profética e revolucionária¹⁶, em que o artista se apresenta como um contestador da sociedade e sua inserção no campo intelectual¹⁷ é intentada a partir de uma postura opositora.

Como intelectual militante, Lima Barreto deseja produzir “uma obra de arte esteticamente válida”, com um sentido revolucionário do ponto de vista social, capaz de *operar uma transformação por meio do reconhecimento*. Neste caso, a obra de arte é concebida também pela necessidade de que ela se volte para a conscientização e para o esclarecimento do público.

Essa postura é antagônica: enquanto o artista apresenta um elevado grau de consciência sobre a realidade social presente, o público sobre o qual pretende intervir apresenta-se integrado a essa sociedade, com pouca ou nenhuma consciência sobre ela. Para eliminar esse distanciamento e reconciliar-se com seu público, o artista volta-se para os processos de construção persuasiva de sua obra para levá-lo da ignorância ao *reconhecimento* ou ao *estágio de consciência*, que por consequência faz deste público um aliado do artista no processo “de solapamento da sociedade alienante em que ambos se acham inseridos: o artista, consciente e criticamente, como opositor e marginal, o público, inconscientemente, e, portanto, ajustado a ela” (Fantinati, 1978, p. 4).

¹⁶ [...] a obra de Lima Barreto, [...] sugere e propõe uma postura escatológica e utópica face ao mundo. Esta postura é de caráter profético e exprime sua concepção e vivência da literatura como uma arte participante, que incorpora valores autênticos da esfera da tradição religiosa judaico-cristã, com incursões também pela mitologia greco-latina. Com a acomodação da Igreja ao sistema burguês e capitalista vencedor, passaram seus valores, segundo Lima Barreto, para as mãos dos artistas e dos revolucionários, transformando-se estes nos verdadeiros profetas, apóstolos e missionários, opondo-se, pela militância, aos sistemas estabelecidos, afim de impedir a letargia e a petrificação do mundo. Mesmo derrotados, eles abrem caminho para um futuro melhor e promovem o encaminhamento da humanidade na direção de sua meta final. (Fantinati, 1978, pp. 15-16)

¹⁷ “O campo intelectual é constituído por escritores, jornalistas, críticos, editores e instituições culturais como academias, universidades, que, legitimados pela sociedade, legitimam em seu nome. (Fantinati, 1978, p. 6)

O reconhecimento, segundo Fantinati, apresenta três fases ou momentos: o primeiro é marcado por uma “visão defeituosa, falseada e deformante do ponto de vista da verdade”; um posterior, cuja característica é a apresentação da verdade e do conhecimento verdadeiro em razão de um processo de transformação e, por fim, o terceiro marca a participação e o engajamento do leitor, “ao lado do autor, na tarefa de contestar o presente, buscando ambos uma realidade nova e prospectiva”:

O que o intelectual militante busca com o objeto artístico, criado linguisticamente, é, em primeira instância, que o receptor *descubra sua própria identidade*, ou melhor, seu nível de consciência sobre o meio social. Para reformar a sociedade é necessário *reformatar o leitor*, a fim de que tome consciência de si e do mundo, e passe, graças ao efeito da obra, da condição de *ajustado* na sociedade alienante à de *oponente* a ela (Fantinati, 1978, p. 5; grifos nossos).

Esse processo que vai da alienação ao (re)conhecimento, em que o artista se investe de uma postura contestatória, contrapositiva, esforçando-se para desvelar ao leitor aspectos do funcionamento da realidade que comumente são tratados de forma tangencial, automatizada ou mesmo falsamente naturalizada pelo discurso oficial, é muito coerente com o *modus operandi* da sátira, como o próprio estudioso aponta, ao mencionar que, quando o artista militante busca se consagrar, adentrando o campo intelectual, não o faz movido pelas pressões externas (o *status quo*, o sistema simbólico vigente, a orientação “de fora”, que constróem e legitimam o “intelectual triunfante”), mas pela contestação da arte vitoriosa, valendo-se de recursos críticos como *a sátira, a paródia, a ironia e outras formas de destruição* (Fantinati, 1978, p. 7).

A militância literária de Lima Barreto no âmbito do romance aparece ligada, segundo Sônia Brayner (1979), à criação de tipos. O escritor, consciente de seu papel intelectual relacionado à *sinceridade* do artista, à simpatia pelo humano e à responsabilidade ética, compõe um mundo ficcional como “intermediário de ideias sobre os desajustes sociais e o mundo psíquico dos personagens” que se subordina a causas e efeitos presentes na realidade histórica. Ao limitar as linhas e os contornos de personagens de modo a torná-los identificáveis pelo leitor, o escritor procura ser mais eficaz no reconhecimento dos tipos pelo leitor.

Ao se referir a algumas das escolhas ficcionais do autor de *Policarpo Quaresma*, Brayner destaca a concepção pragmática, militante e sociológica do romance limabarretiano, que conduz o escritor tanto à “ironia ferina, à sátira e à paródia” como a um “mergulho subjetivo” no universo dos segregados sociais, dos personagens fracassados que, em sua

revolta infrutífera, são expressões do moderno anti-herói. O riso grotesco e a amargura dorida são compreendidos como dois extremos que se tocam na obra de Lima, além de exibirem os contornos da sátira:

A sátira de Lima Barreto possui um conteúdo que, pelo seu lado hiperbólico, extremado, excessivo, cai no grotesco, suportando implicitamente o reconhecimento de uma norma ética, utópica no estado social cotidiano que descreve, suporte básico da sua fatura literária militante. A forma pela qual manipula sempre as situações satíricas faz ressaltar um princípio de julgamento e escolha baseado em critérios morais: próximas sempre do cômico, as situações de confronto entre duas formas de sociedade – a vivenciada e a idealizada – atacam com o objetivo de corrigir através do desnudamento ridículo as normas preconceituosas ou rígidas (Brayner, 1979, p. 157).

Em *Machado de Assis e Lima Barreto: da ironia à sátira* (2004), Álvaro Marins revisita a obra dos dois escritores tidos equivocadamente como antagônicos por parte considerável da crítica¹⁸ e do público e realiza uma interessante aproximação entre ambos, por meio do recurso à ironia e à sátira, encontráveis na obra dos autores de *Dom Casmurro* e *Clara dos Anjos*. Marins situa Machado e Lima numa cadeia de autores que se voltaram para o exame crítico com base no riso. Para o pesquisador, a obra de Lima Barreto funcionaria como uma espécie de catalisador moderno dos momentos anteriores representados por Gregório de Matos, Tomás Antônio Gonzaga, Manuel Antônio de Almeida e Machado de Assis:

Os procedimentos estéticos humorísticos já vinham sendo trabalhados desde a caricatura gregoriana. Haviam passado pela ascensão das classes populares ao centro das narrativas de Manuel Antônio de Almeida e Aluísio Azevedo, e chegado até a constituição ideológica do poder dominante em Machado. O caldo de cultura se completava com a experiência da crítica direta de Gonzaga às formas de governo e com a necessária revisão ideológica do projeto romântico e da problemática relação simbiótica do poder com a atividade intelectual e literária (Marins, 2004, p. 173).

No que se refere especificamente a Lima Barreto, o estudioso concentra sua atenção em *Numa e a Ninfa*, sátira em que observa semelhanças com a obra satírica do escritor irlandês Jonathan Swift (1667-1745). Para Marins, *Numa e a ninfa* se alinha, quanto

¹⁸ Como Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo (1995, p. 11) ressalta, a ironia limabarretiana, vista pela crítica sob o espelho da fina ironia machadiana, era considerada menor por sua agressividade, seu caráter direto e seu aspecto mal elaborado. Esse era, evidentemente, um entre os vários aspectos que serviam para justificar a oposição entre os dois escritores.

ao eixo estruturante, ao modelo satírico das *Viagens de Gulliver*¹⁹. Se na obra de Swift o alvo é a sociedade britânica (no limiar entre os séculos XVII e XVIII) retratada nas formas sociais dos países imaginários que o protagonista encontra em suas viagens, em *Numa e a ninfa* o escritor brasileiro se volta satiricamente para a organização social brasileira (com foco no funcionamento e na manutenção do poder) num momento em que as tensões sociais e políticas se agravam, principalmente a partir da ascensão de Hermes da Fonseca à presidência da república, em 1910.

A sátira protagonizada pelo deputado Numa Pompílio de Castro apresenta ainda, segundo Marins, uma *elaboração caricatural*, processo também apontado por Barbosa (2002, p. 252), Figueiredo (1995) e Almeida (2013) nas produções limabarretianas. A partir da criação de caricaturas *individuais* de diversos personagens retirados da história republicana de que era contemporâneo (Pinheiro Machado, Hermes da Fonseca, etc.), fazendo cada um desempenhar um papel na engrenagem do poder, Lima termina por produzir a caricatura de todo um regime político, ou seja, um “mosaico caricatural” que expõe a forma republicana como “um enorme logro histórico” (Marins, 2004, p. 176).

Fantinati (2012) define Lima Barreto como um autêntico satirista e ressalta que, embora a presença da sátira tenha sido reconhecida pela crítica desde o aparecimento de *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* (1909)²⁰, obra que marca a estreia do escritor, ela foi quase sempre considerada um lugar-comum por aqueles que se debruçaram sobre a obra do autor de *Clara dos Anjos*, não tendo suscitado uma investigação mais aprofundada.

Consideramos aqui o fato de que no ensaio “A sátira em Lima Barreto” (escrito em 1981 e publicado apenas em 2012), a afirmação de Fantinati não cobre as investigações empreendidas após 1956 (data que marca a publicação das *Obras Completas* e a relativa “estabilização” do legado limabarretiano²¹) sobre a sátira na prosa de ficção. Parte do nosso esforço, até esta parte da pesquisa, consistiu em rastrear os trabalhos que consideraram a *presença efetiva* da sátira na prosa de ficção de Lima Barreto, com foco na produção romanesca: Fantinati (1978); Brayner (1979); Figueiredo (1995; 1997); Marins (2004) e Almeida (2013). A afirmação de Fantinati necessita, portanto, ser vista à luz dessas contribuições, pois a presença da sátira pode a princípio ter sido considerada um lugar-

¹⁹ Alberto Manguel, em *Uma história da leitura*, refere-se às *Viagens de Gulliver* como um “estudo satírico da Inglaterra no século XVIII” (ver Manguel, 1997, p. 227, indicado nas referências).

²⁰ Medeiros e Albuquerque, em *A Notícia* de 15/12/1909, foi o primeiro crítico a tratar do *Isaiás Caminha*.

²¹ Para um conhecimento mais aprofundado sobre o legado literário limabarretiano e o tratamento editorial que serviu tanto para divulgar a obra como para condicionar percepções e propagar equívocos, é muito válido consultar a tese de Áureo Joaquim Camargo (2015).

comum, mas foi não apenas apontada como investigada em suas manifestações mais reconhecíveis e nos gêneros inicialmente mais valorizados da obra limabarretiana.

Com relação às crônicas, podemos dizer que, no que se refere à percepção da veiculação satírica, elas sofreram por muito tempo o mesmo apagamento demonstrado em relação aos pseudônimos limabarretianos. Contudo, o fato de esses textos com frequência considerados menores apresentarem processos de construção satírica análogos aos encontrados nos gêneros mais valorizados por parte considerável da crítica (como procuramos demonstrar na dissertação de Mestrado), indica que o projeto literário de Lima Barreto, fundado na *militância de base satírica*, compreende todos os gêneros praticados pelo autor de *Numa e a ninfa*.

Para Fantinati, o que ocorre na obra limabarretiana é uma “dominância satírica” (2012, p. 96), podendo a sátira ser considerada a linha mestra de toda a produção de Lima Barreto, uma vez que os procedimentos e atitudes próprios do gênero são explorados não apenas nos romances e contos, mas também nos textos publicados como crônicas.

1.2.2. Paródia e ironia

Daniel Sangsue (1994) rastreia as origens da paródia desde a primeira ocorrência conhecida do termo, na *Poética* de Aristóteles²², quando ela podia ser concebida como “um texto em modo narrativo que *serve como contrapé* de um texto épico conhecido (como uma anti-Iliada) ou como “um texto em modo narrativo que representa personagens e ações baixas ou “piores do que nós” (1994, p. 14; tradução nossa).

Sangsue circunscreve a paródia²³ a uma prática literária, procurando um ponto de equilíbrio “entre as concepções minimalistas de tipo retórico que a tomam por simples técnica e as concepções mais generalizantes, que tiram da paródia sua especificidade” (1994, p. 5). Desse modo, empreende em relação à prática uma delimitação (e um consequente “desinchaço” de definições) semelhante ao que Samoyault realiza anos mais tarde em relação à intertextualidade: expõe as diferentes concepções (extensivas e restritas), traçando o

²² A *Poética* de Aristóteles é também o ponto de partida para Genette (em *Palimpsestes*) rastrear as concepções sobre a paródia.

²³ Sangsue (1994, p. 16) informa que, segundo o *Petit Robert*, o termo “paródia” se aclimatou na língua francesa em 1614.

percurso do conceito, desde a Antiguidade até o século XX, em suas relações com diferentes áreas e tempos, até libertá-lo de toda a carga polissêmica *desviante*.

A paródia, assim como outras práticas (o pastiche e o plágio) tem sido frequentemente mal entendida, desacreditada ou desprezada. Sangsue (1994, p. 8) atribui parte do desprezo à expansão, ainda no século XVIII, das noções de *gênio* e propriedade intelectual, que contribuíram para fomentar critérios de “originalidade”, segundo os quais aquele que se dedicava a tais práticas era considerado um ladrão ou um parasita nutrindo-se às custas de criadores originais.

Contribuiu também para a visão distorcida da paródia a associação da prática com o divertimento ligeiro ou com uma brincadeira tolerável praticada por “espíritos incapazes de criar por si mesmos e condenados à macaquear as obras dos outros”²⁴, que não devia ser levada a sério (Sangsue, 1994, p. 9).

No campo do mal-entendido, a paródia pode ser associada, como aponta Sangsue em referência à definição de Barthes, a um reforço do discurso que ela aparenta questionar. Ela corresponderia ainda a um *discurso degradante*, na medida em que “desvaloriza os objetos que toma por alvo”, colocando-os na esfera do cômico por meio da degradação, do rebaixamento, ou da substituição de personagens que ocupam uma posição elevada por personagens ou gestos de ordem inferior (Sangsue, 1994, p. 9).

Para além de um gênero literário, a paródia está desde a Antiguidade associada também a uma *certa técnica de citação*. Sangsue (1994, p. 15) informa que Householder²⁵ (que publicou um artigo sobre a paródia em 1944), mostra que os teóricos e gramáticos utilizavam a noção de paródia para *identificar diversos procedimentos de citação cômica*, que incluíam, por exemplo, a inserção de um trecho trágico, lírico ou épico numa comédia, mas sem mudança substancial (via substituição de uma ou mais palavras ou via paráfrase ou como simples imitação da gramática e do ritmo do texto original).

A Antiguidade circunscrevia a paródia a uma operação pontual. No entanto, já permitia vislumbrar que ela *jogava ao mesmo tempo com o reconhecimento e com o contraste*: “trata-se de introduzir em um discurso citações de textos conhecidos modificando-os de tal forma que eles apresentem diferenças cômicas enquanto permanecem reconhecíveis” ou, sem modificar as citações, transpô-las de um gênero a outro (ou de uma tragédia para uma

²⁴ “On retrouve ici l'idée que la parodie est produite par des esprits incapables de créer par eux-mêmes et condamnés à singer les oeuvres des autres.” (p. 9)

²⁵ Ver em Sangsue (1994, p. 15) a definição de Householder sobre a paródia.

comédia), estabelecendo o contraste (de efeito cômico) entre o texto de origem e o texto de chegada (Sangsue, 1994, p. 16; tradução nossa).

O abade Sallier, por sua vez, atribui à paródia uma *função corretiva*, associada ainda ao *tom humorístico*: ao expor o ridículo da conduta dos homens, as falsas belezas de uma obra, um amor-próprio enganoso que os afasta da “perfeição” ou do uso integral dos talentos, a paródia os motivaria a “redobrar seus esforços para atingi-la”:

Os homens são em geral mais sensíveis à vergonha e à culpa do que lisongeados pelo elogio. E é inspirando aos poetas uma vergonha salutar que a Paródia pode convidá-los a se corrigir, sobretudo quando ela sabe temperar a severidade das censuras por um gosto de divertimento sem amargura nem acidez e que ela se atenha a agradar instruindo (Sallier *apud* Sangsue, 1994, p. 19; tradução nossa).²⁶

Ao estudar a paródia em suas manifestações modernas, Linda Hutcheon (1989) ressalta as mudanças pelas quais o gênero passou (principalmente no que se refere ao entendimento sobre suas funções), bem como o alcance limitador da compreensão mais comumente associada ao discurso paródico, que o toma por um rebaixamento em relação ao modelo, um discurso zombeteiro e ridicularizador com frequência medido e avaliado na perspectiva do contraste.

Para a estudiosa canadense, a paródia ocorre, sim, a partir da retomada ou repetição, mas trata-se de uma “repetição com diferença”. Essa diferença implica uma distância crítica entre o texto parodiado e o texto que o parodia, e é justamente nesse aspecto que reside o papel da ironia. Estreitamente ligada ao *modus operandi* paródico, a ironia, como estratégia discursiva e “forma sofisticada de expressão”, tanto assinala esse distanciamento crítico como permite que o leitor (ou *descodificador*) desperte sua consciência para o que está em jogo (1989, pp. 48-50).

Na paródia, assim como nos demais gêneros que com frequência estabelecem uma relação crítica com a realidade ou, em outras palavras, que se fundam sobre uma intencionalidade crítica, como a sátira, a participação ativa do leitor é fundamental para que o componente intencional cumpra de fato suas funções.

E o que está em jogo na paródia não deve conduzir automaticamente ao campo do rebaixamento, pois a ironia presente no discurso “tanto pode ser bem-humorada, como pode

²⁶ “Les hommes sont pour l’ordinaire plus sensibles à la honte et au blâme, qu’ils ne sont flattés de la louange. Et c’est en inspirant aux poètes une honte salutare que la Parodie peut les inviter à se corriger, surtout lorsqu’elle sait tempérer la sévérité de ses censures par un goût de plaisanterie qui n’ait ni amertume, ni aigreur, et qu’elle s’attache à plaire en instruisant.”

ser depreciativa; tanto pode ser criticamente construtiva, como pode ser destrutiva” (1989, p. 48). Desta forma, a paródia pode estar tanto voltada para a apropriação com intenção de rebaixar ou ridicularizar, como também pode servir para afirmar uma obra ou um estilo.

Uma das razões para o predomínio da concepção da paródia como discurso depreciativo se baseia, para Hutcheon (1989, pp. 47-48), numa compreensão parcial do termo *paródia* do ponto de vista etimológico. A estudiosa aponta que muitos teóricos, ao investigarem a origem a partir do grego *parodia*, reforçam apenas o sentido de “contra-canto” ou oposição e contraste entre textos, dado por uma das significações de *para* (“contra” ou “oposição”), associada ao sentido de *odos* (“canto”). Essa escolha *epistemológica* contribui para fortalecer a vinculação dos textos paródicos a uma intenção apenas zombeteira ou caricata em relação aos textos parodiados, na medida em que ignora um segundo componente de significado do prefixo *para*: o sentido de “ao longo de”, que apontaria para “um acordo ou intimidade” e não para o contraste, como é comumente indicado.

Poderíamos dizer que essa volta às origens a partir de um olhar que *revisa*, desvincula da paródia o compromisso feito *a priori* com o contraste ou a oposição. A paródia continua a ser encarada na perspectiva das *relações discursivas ou intertextuais*, contudo tal relação não se dá apenas no sentido de uma derivação ou incorporação rebaixadora, mas também no universo da “criação de novos níveis de sentido e ilusão”, podendo a paródia, como fator de mudança, tanto ser um “ato pessoal de suplantação” com uma “inscrição de continuidade histórica” (Hutcheon, 1989, p. 46; 52).

Embora o aspecto da incorporação defina a paródia em sua realização e em sua forma (pois, no plano intertextual, a obra que parodia *incorpora* a obra parodiada), “sua função é de separação e contraste”, sendo a distância irônica e crítica uma exigência (contrariamente à imitação, à citação e mesmo à alusão). Hutcheon aponta mais uma vez para a relevância do papel do leitor/descodificador, ou, em outros termos, do compartilhamento de códigos entre produtor e receptor para a “identidade estrutural do texto como paródia”, que depende “da coincidência, ao nível da estratégia, da descodificação (reconhecimento e interpretação) e da codificação” (Hutcheon, 1989, pp. 50-54).

Hutcheon procura ainda fazer algumas distinções e delinear algumas interações (geralmente no plano da *intenção*) entre a paródia e gêneros correlatos, como o pastiche, o burlesco, a farsa (travesti) e o plágio, que também se fundam no relacionamento com um modelo. Para nosso estudo, no entanto, voltaremos a atenção para a distinção feita entre paródia e sátira.

Paródia e sátira muitas vezes são aproximadas devido à tendência de dar à primeira, para além de seu contexto estético, as dimensões sociais e morais comumente encontradas na sátira. Hutcheon (1989, p. 61) separa as duas práticas com base nos alvos que cada uma estabelece. A paródia, nesse sentido, é *intramural*, ou seja, está circunscrita ao âmbito interno das palavras do discurso (no campo da referência, como denomina Samoyault), do relacionamento entre textos, ao contrário da sátira, que é *extramural*, reportando-se necessariamente a um contexto externo (no campo da *referencialidade*), a uma realidade factual, “no seu objetivo aperfeiçoador de ridicularizar os vícios e loucuras da Humanidade, tendo em vista a sua correção” (Hutcheon, 1989, p. 61).

A paródia, para Hodgart, está situada entre as formas de rebaixamento ligadas à sátira. Como tal, ela supõe “a adoção e o domínio do estilo de outro escritor e sua reprodução com distorções ridículas” (Hodgart, 1969, p.122). Klauss Gerth admite o uso de recursos como a ironia, a paródia ou o travesti no campo da sátira, mas sempre que se tiver a ideia de “ataque”, pois, do contrário, essas práticas podem apresentar uma existência própria (independente da sátira) e ser apreciadas como “jogo artístico marcado pela discrepância cômica” (Gerth, 1977, pp.83-86).

Gérard Genette empreendeu também uma investigação sobre a paródia, tomando como ponto de partida a etimologia do termo (-ôdé, o canto; *para*, “ao longo de”, ao lado) para concluir que a paródia ocorreria numa perspectiva de *modificações*, sempre consideradas a partir do modelo épico ou como desvios dele: de *dicção*, feita pelos rapsodos²⁷; *modificações mínimas* responsáveis por atribuir outras significações; *modificações estilísticas* (passagem do registro nobre a um registro familiar, como em *Virgile travesti*). Finalmente, a paródia poderia se expressar como um tratamento em estilo épico de um assunto baixo ou risível (como na *Batrachomaquia*).

Genette (2006) situa a paródia entre as práticas da *hipertextualidade*, categoria que abrange as relações intertextuais pautadas na derivação/transformação. Procurando traçar as definições da paródia a partir de diversos autores (Delepiepierre, Richelet, Abbé Sallier, Scaliger, etc.), Genette conclui que o “nascimento da paródia se oculta na noite dos tempos” (*apud* Sangsue, 1994, p. 15).

²⁷ Há uma tradição, que Sangsue (1994, p. 15) define como “misteriosa”, que remonta a paródia a um jogo de palavras com *rhapsôdia* e “segundo a qual a paródia teria sido, na origem, uma espécie de dicção desviada da epopeia” (tradução nossa). Essa concepção é referida também por Octave Delepiepierre em seu *Essai sur la parodie* (1944). Segundo Delepiepierre (*apud* Sangsue, 1994, p. 15), quando os rapsodos cantavam versos da Ilíada ou da Odisseia e observavam que não estavam conseguindo atrair a atenção ou a curiosidade do público, entremeavam aos versos “des petits poèmes composés des mêmes vers à peu près, qu’on avait récités, mais dont ils détournaient le sens, pour exprimer une autre chose, propre à divertir le public.”

Em contraposição ao que denomina “angústia da retomada” (que condenaria o autor a uma postura melancólica diante do encontro com o “já-dito”), Tiphaine Samoyault informa que a paródia aparece associada ao aspecto “lúdico” das retomadas:

Se retomam vestígios, as obras impõem também suas regras: modos de emprego variáveis da re-escritura, não resultando mais de uma atitude angustiada de repetição, mas de re-apropriações múltiplas do já-dito. A memória da biblioteca, a consciência da repetição e da constituição de modelos por outrem são também o substrato de numerosos jogos literários, entre os quais a paródia tem seguramente o lugar mais importante. (Samoyault, 2008, pp. 78-79)

Entre os *jogos com a biblioteca*, que inscrevem a “homenagem disfarçada”, a “apropriação zombeteira”, ou uma “forma de convivência”, Samoyault aponta para a coexistência entre o lúdico e o sério na “retomada citacional e seus modos fraudulentos (plágio) ou desviantes (paródia)”, sendo estas as modalidades que mais permitem jogos. Neste caso, “a memória se expõe sob forma de piscada de olho” (Samoyault, 2008, p. 86) ou, segundo Bosi (1977, p. 166), a paródia “brinca com o fogo da inteligência”.

Samoyault alerta para a confusão que com frequência ocorre, na linguagem comum, entre a sátira, a paródia e o disfarce burlesco: “definido como discurso zombeteiro, às vezes denunciador, o *texto satírico*, porém, nem sempre é paródico. A sátira pode ser um dos regimes da charge e do disfarce burlesco e a paródia pode colocar-se a serviço da sátira.” (2008, p. 86; grifo nosso). Sangsue (1994, p. 8) faz um alerta semelhante, apontando para as confusões frequentes entre a paródia, o pastiche e a sátira.

Para Alfredo Bosi (1977, p. 165), a expressão paródica surge em estágios em que as relações entre a forma e conteúdo dominantes em uma certa cultura não são mais levadas a sério.

Daniel Sangsue assinala duas atitudes que podem ser observadas com relação à paródia no século XIX: a persistência de uma visão *retórica* da prática, como “intervenção pontual sobre os textos”, de pouco alcance e relevância. Contrariamente, sob o impulso questionador do Romantismo, que põe em dúvida as hierarquias estéticas do Classicismo, o termo tende a assumir uma acepção ampla, abarcando diversos fenômenos e noções ligados ao burlesco e ao grotesco. Assim, sob o termo geral de “paródia” está compreendida a expressão da zombaria, do ridículo, do caricatural (Sangsue, 1994, pp. 21-22).

Sangsue sustenta ter sido apenas no século XIX que se afirmou a assimilação da paródia a práticas como a sátira e a caricatura. Compartilhando então com estes gêneros características comuns ou intercambiáveis (a ponto de ter existido um periódico “satírico e

caricatural” com o título de *La Parodie*), a paródia se beneficiou do triunfo que a sátira e a caricatura conheceram ao longo do século na imprensa humorística²⁸.

Mas ela [a paródia] se aproveita também de uma mudança importante que se opera no campo literário a partir de 1850. Digamos esquematicamente que com o fim do Romantismo, valores como a inspiração e o gênio desaparecem em benefício de concepções mais “artesanais” da literatura, nas quais a reescritura, a imitação dos modelos reconhecidos são considerados novamente como etapas necessárias da criação (Proust começa sua carreira por meio de pastiches, Mallarmé por imitações de Baudelaire, etc.). Por outro lado, depois de ter desejado refletir o eu, em seguida a realidade, a literatura tende a se autorrefletir, numa consciência cada vez mais nítida do já visto e do já lido (Sangsue, 1994, p. 22; tradução nossa).²⁹

Fabrice Erre e Bertrand Tillier (2011, p. 417) afirmam que no primeiro terço do século XIX na França, a sátira é considerada uma arma política e dá origem a um tipo muito particular de imprensa, que atrai a atenção de diversas correntes (realistas, liberais, republicanas, etc.).

A imprensa satírica floresce durante a Monarquia de Julho³⁰, “aproveitando-se de uma liberdade de expressão reencontrada”. Utilizada por todas as correntes de oposição, a imprensa satírica conhece, em 1832, “um desenvolvimento e um dinamismo sem precedentes”, com inúmera publicações (Erre & Tillier, 2011, p. 421).

No que se refere ao recurso da paródia nas produções limabarretianas, tivemos a oportunidade (Silva, 2017, p. 105-118) de investigar a presença do político, gastrônomo e escritor Jean Anthelme Brillat-Savarin (1755-1826) em duas crônicas de Lima Barreto (“Concurso para a cozinha” e “A arte de Vatel”) publicadas na *Careta* na segunda fase de colaboração (1919-1922). A obra *Physiologie du goût ou méditations de gastronomie transcendente*, publicada em 1825, é retomada pelo autor de *Policarpo Quaresma*.

²⁸ “On sait combien cette presse humoristique s'est développée au cours du [XIXe] siècle: *moyens de résistance politique, la satire et la caricature connaissent de beaux jours sous la Monarchie de Juillet et triomphent sous le Second Empire*. La parodie, dans la mesure où elle est assimilée, profite de ce triomphe.” (Sangsue, 1994, p. 22). Grifo nosso.

²⁹ “Mais elle profite aussi d’une mutation importante qui s’opère dans le champ littéraire à partir de 1850. Disons schématiquement qu’avec la fin du romantisme, des valeurs comme l’inspiration et le génie disparaissent au profit de conceptions plus ‘artisanales’ de la littérature, dans lesquelles la réécriture, l’imitation des modèles reconnus sont considérées à nouveau comme des étapes nécessaires de la création (Proust commence sa carrière par des pastiches, Mallarmé par des imitations de Baudelaire, etc.). D’autre part, après avoir voulu refléter le moi, puis la réalité, la littérature tend à s’auto-réfléchir, dans une conscience de plus en plus aiguë du déjà vu et du déjà lu.”

³⁰ Regime monárquico constitucional instaurado na França em 9 de outubro de 1830, após uma série de insurreições, graças às quais o regime de Charles X é derrubado e o Duque d’Orléans é empossado no trono sob o nome de Louis-Philippe Ier (Ver Enciclopédia Larousse, *on line*. Disponível em: https://www.larousse.fr/encyclopedie/divers/monarchie_de_Juillet/126252. Acesso em: 16 fev. 2022.

Nas duas crônicas, por meio da citação de aforismos que abrem e ao mesmo tempo sintetizam *Physiologie*, Lima Barreto evoca a obra de Brillat-Savarin ao criticar a “mania dos banquetes” que se disseminou principalmente durante a presidência de Epitácio Pessoa (1919-1922).

Considerada obra de um “hedonista”, e com intenção filosófica ou antes, *gastrosófica*, segundo definição de Barthes (1988, p. 267), *Physiologie* é pautada na noção de “bom gosto” que se desenvolveu durante a Restauração francesa com base nas preferências da aristocracia do século anterior. A obra se volta, num plano mais ambicioso, para a ideia de que os grandes eventos centrados em banquetes são grandes agregadores políticos e “se tornam um meio de governar” (Brillat-Savarin, 1848, p. 32), bem como capazes de decidir o destino das nações.

Observamos que, nas crônicas referidas, o cronista não só retoma Brillat-Savarin por meio da citação como também parodia o estilo anedótico do autor francês. Para ilustrar seus comentários ou suas reflexões sobre produtos ou alimentos presentes na culinária francesa (inclusive aqueles que eram acessíveis por meio da exploração colonial), enfim sobre os “prazeres à mesa”, Brillat-Savarin costuma introduzir uma historieta de tom memorialístico ou narrativas anedóticas legadas pela tradição, a título de ilustração ou mesmo digressão, que reforçam o tom hedonista.

Ao incorporar parodicamente em suas crônicas anedotas relacionadas à escassez e aos elevados preços de alimentos básicos durante o governo Epitácio Pessoa (1919-1922), pouco depois de citar os aforismos do *bon vivant* Brillat-Savarin, Lima evidentemente associa *Physiologie* ao ambiente festivo e opulento da *entourage* presidencial durante um período de crise severa e, numa visada irônica, estabelece um julgamento crítico³¹.

Outro exemplo de paródia nos textos de Lima Barreto pode ser observado no conjunto de oito crônicas publicadas na *Careta* sob o pseudônimo J. Hurê. A semelhança com o nome do famoso jornalista francês das *Enquêtes sur l'évolution littéraire* (1891) não é gratuita. Jules Huret (1863-1915) ficou muito conhecido por suas entrevistas com escritores como Émile Zola, Maupassant, Paul Verlaine e Anatole France, entre outros. Nosso cronista, no entanto, escolhe figuras políticas controversas como “alvos” de suas entrevistas ou cria personagens para falar por elas, sempre numa visada paródica, associando aos diálogos um tom casual que, se por um lado evoca o tom das célebres entrevistas de Jules Huret, por outro

³¹ Ver Silva, 2017, p. 113.

permite que suas “vítimas” se exponham em seus próprios termos e comuniquem abertamente seus defeitos e comportamentos danosos na esfera do fazer público, de que resulta um efeito cômico.

Na crônica “O programa”, publicada na *Careta* em 17 de julho de 1915, J. Hurê entrevista Anófeles, o “discípulo” do senador Pinheiro Machado, “poderoso e temido chefe” do Partido Republicano Conservador (PRC). Retratado em *Numa e a Ninfa* (1915) e em diversas crônicas e contos como o senador Bastos, Pinheiro Machado é para Lima a representação mais evidente do político inescrupuloso, ambicioso, detentor de um enorme poder para forjar alianças, influenciar e governar nos bastidores. O período de atuação mais intensa do senador deu-se durante o conturbado governo de Hermes da Fonseca (1910-1914), marcado por estados de sítio e repressões violentas.

Na crônica, Bastos/Machado é referido como “grande político”³² e “sumo estadista”, cujas opiniões “extraordinárias e inéditas” só podem ser descobertas com a ajuda de seus “apaniguados”. O fato de a opinião do senador ser “veiculada” de forma indireta é um importante índice a considerar.

O mesmo procedimento pode ser observado em *Numa e a Ninfa*, sátira em que Bastos (Pinheiro Machado) aparece, segundo Fantinati (2012, p. 85) como um dos elementos constituintes de uma “perversão paródica do mito original” do rei romano Numa e da ninfa Egéria:

No mito original, a figura de Júpiter se constitui numa presença fundamental, embora esta concretamente não se materialize. É do Olimpo que emana a sabedoria, a qual, pela mediação da ninfa Egéria e de Numa Pompílio, desce até a coletividade romana sob a forma de lei. Na obra, uma personagem desempenha a função de Júpiter, pelo peso de sua presença política: é o Dr. Bastos. À semelhança do deus supremo, ele é também uma presença ausente, pois só sabemos dele mediante as constantes referências nos diálogos das personagens. Mas, em lugar do sagrado descer até o profano, como no mito, aqui se tem o caminho às avessas: toda a política é feita com o intuito de agradar ao deus supremo [...]

Por mais de uma ocasião, o cronista sintetiza as pessoas que gravitam em torno de Pinheiro Machado na figura do discípulo Anófeles³³, cujo nome evoca o mosquito transmissor da malária.

³² *Careta*, 17 jul. 1915, sem indicação de página.

³³ Ver as crônicas “A chegada” (*Careta*, ano VIII, no. 353, 27/3/1915) e “Um diálogo” (*Careta*, ano VIII, no. 356, 17/04/1915). A crônica “Um diálogo” será objeto de estudo no Capítulo II.

Em “O programa”, tanto no início da crônica como na parte da entrevista propriamente dita, J. Hurê se refere a temas que com frequência são associados a Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca (ou o par Bastos e Bentes em *Numa e a ninfa*), colocando o “direito constitucional”, “a criação de galos de briga” e as ações violentas durante o governo Hermes no mesmo plano: “Em matéria de direito, ele já nos demonstrou a constitucionalidade dos fuzilamentos do *Satélite* e das asfixias da ilha das Cobras³⁴; em matéria de briga de galos, quase já nos convenceu da majestade de divertimento tão cruel e sangrento” (Barreto, 2016, p. 105).

Do conjunto dessas entrevistas às avessas, geralmente curtas, que rebaixam os entrevistados e relativizam os temas, ressalta uma mordacidade que exige para esse pseudônimo um olhar mais atento.

Daniela Callipo, em sua investigação sobre a presença de Vitor Hugo nas crônicas machadianas, menciona que o autor de *Memórias Póstumas* se valeu muitas vezes da ironia e da paródia, “conforme seus propósitos”, ao se apropriar das citações do poeta das *Orientales*, dando-lhes “plena função dialógica e não mera demonstração de erudição”. Machado foi um exímio cronista que promoveu o que Callipo define como “dessacralização da obra hugoana”, realizando um “aproveitamento criativo dos textos franceses presentes em sua obra”, não o fazendo por “absorção aleatória”, mas sim movido por uma “escolha crítica e lógica, cujo objetivo é a apropriação de um discurso alheio e sua inserção em novo contexto, com função diversa da anterior” (2010, p. 242, 243, 252). Processo semelhante, embora movido por situações e necessidades distintas, será realizado por Lima Barreto anos mais tarde.

1.2.3. Caricatura

O processo de caricaturização associado ao fazer satírico, apontado por Almeida (2013), como mencionado na parte do nosso estudo dedicada à intertextualidade, é também uma preocupação nas investigações de Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo (1995), que estuda o papel do riso na articulação desencantada dos sonhos republicanos não realizados empreendida por Lima Barreto.

³⁴ Referência a episódios ligados à Revolta da Chibata (novembro de 1910), liderada pelo marinheiro de primeira classe João Cândido Felisberto (o Almirante Negro), que teve início como protesto contra os absurdos castigos a que os marinheiros eram expostos nos navios da marinha brasileira. Esses episódios serão melhor tratados quando analisarmos, no capítulo II, a crônica “Um diálogo”, escrita sob o pseudônimo Ingênuo.

Figueiredo relaciona os “croquis literários” de Lima à caricatura veiculada nos jornais e revistas de que era contemporâneo e insere a ironia limabarretiana, por sua proximidade com a sátira verbal, “no mesmo lugar questionador da caricatura” (1995, p. 13). A abordagem de Figueiredo sobre a ironia extrapola o âmbito do texto³⁵ na medida em que é associada às escolhas do escritor em seu projeto de *desvendar* ou *desmascarar*, para um “público anônimo”, os mecanismos de opressão e de fetichização. Assim como Fantinati (1978), Figueiredo aponta para a participação ou o engajamento do leitor como elementos essenciais do processo de desvelamento.

A aproximação da ironia limabarretiana com o humor visual da caricatura veiculada na imprensa (espaço “sujeito às interdições da política”), é feita por meio do *dinamismo do riso*, que, abordando contrapositivamente temas político-sociais normalmente apresentados sob uma ótica uniformizante ou ilusionista pelas instâncias hegemônicas de poder, é capaz de apontar as contradições e enfatizar as práticas absurdas do cotidiano (Figueiredo, 1995, p. 13).

Em seus “croquis literários”, de forma semelhante à caricatura visual veiculada na imprensa, Lima expõe por meio do riso sua frustração com os rumos tomados pela República, com as promessas não cumpridas em torno do projeto de modernização e com a exclusão tanto dos intelectuais humanistas como de parcelas inteiras da população desse projeto. Mas longe de ser uma “gargalhada estrondosa”, o riso se expressaria mais na forma de uma “seca, áspira e curta risada que se dilui bruscamente”, a exprimir a dor “gerada pela impossibilidade de decisão sobre a realidade social” (Figueiredo, 1995, p. 16; 25).

Figueiredo atribui o estigma de “maldito” que por muito tempo foi usado para definir o estilo de Lima Barreto à imagem tradicional de satirista, a figura responsável por emitir a “palavra terrível e ferina, que expunha o distanciamento entre o que deve ser e o que é” (1995, p. 19). Como Hodgart também salienta (1969, pp. 13-16), esta seria uma das principais funções sociais da sátira em suas origens, na medida em que se ligaria aos poderes mágicos da palavra e ao caráter agressivo do satírico (principalmente no que se refere à maldição e ao desejo de vingança), cuja combinação era capaz não só de expor o alvo das invectivas, obrigando-o a reformar seu comportamento, como também de paralisá-lo ou mesmo matá-lo em determinadas situações.

³⁵ Segundo a pesquisadora, um dos fatores que condicionaram a compreensão minimizada ou distorcida da ironia limabarretiana foi a comparação com a ironia machadiana. A ironia de Lima, nessa perspectiva, é “comparada e inferiorizada pelo espelho machadiano e, por isso, reconhecida como agressiva, direta e mal elaborada.” (Figueiredo, 1995, p. 11).

Explicar, portanto, o riso limabarretiano apenas pelo seu teor agressivo e direto, torna impossível, segundo Figueiredo (1995, pp. 21-22), compreender as escolhas de Lima Barreto, que se voltavam, entre outros objetivos, para a dessacralização da linguagem literária e sua consequente transformação “em imagem reveladora das contradições que afligiam o homem brasileiro, seu contemporâneo, vinculadas às questões próprias da cultura brasileira”:

Para ridicularizar os graves defeitos e iniquidades que considera limitadores da vontade humana, o escritor recorre a elementos típicos da arte de produzir a caricatura, através do texto literário. Busca a associação de traços animalescos aos retratos e atitudes das personagens, a fixação de detalhes grosseiros, ampliando-os para os olhos do leitor, e até as situações grotescas em que os valores são rebaixados a motivos materiais e corporais.” (Figueiredo, 1995, p. 24)

A abordagem caricata realizada por Lima Barreto em suas obras se evidencia pela prática de revelar, por meio de procedimentos literários, aquilo que é *característico*, chamando primeiramente a atenção para um aspecto em particular, por meio do exagero de traços marcantes e da simplificação do restante. Como exemplo desse procedimento, Figueiredo aponta a figura de Ricardo Loberant, o todo-poderoso editor-chefe de *O Globo*, em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Loberant é retratado a partir de um realce de seus traços físicos dominantes (altura, magreza, bigode farto, cor dos cabelos) e da expressão de um desacordo em suas feições, que denota a fraqueza e a incapacidade intelectual no comandante de um “império jornalístico”. Tal desacordo, que constitui a expressão de uma atitude fora de lugar e reforça o caráter ridículo das ações, marca também um dos procedimentos da caricatura (Figueiredo, 1995, pp. 34-37)

Outro traço da caricatura apontado por Figueiredo (1995, p. 39) na obra de Lima Barreto é a associação do humano ao animal, que “descobre na face humana feições de cavalo, rato ou porco”, promovendo um “rebaixamento grotesco”. Como exemplo situa os personagens Raul Gusmão e Aires d’Ávila, cuja falta de criatividade e inteligência (para o primeiro) e a capacidade de liderança e inteligência (do segundo) são acentuadas para indicar uma “irracionalidade animalesca.”

Em “Lima Barreto: a ousadia de sonhar” (1997), Carmem Lúcia Negreiros de Figueiredo continua a tratar de Lima Barreto como intérprete da realidade brasileira nos anos iniciais do século XX. Lima *sonhou* com uma República cujas realizações pouco ou nada ultrapassaram o plano do discurso entusiasta e, portanto, não se traduziram em mudanças significativas para a maioria da população, nem mesmo para os intelectuais que viam na mudança de regime uma oportunidade para repensar os rumos do país. O escritor recorre

então ao *riso* para refletir criticamente num contexto de fracasso dos sonhos republicanos, mas a partir de um projeto: “trilhar o percurso da Literatura que, perigosa e sedutora, promete saídas a partir da compreensão do imaginário social” (Figueiredo, 1997, p. 373), buscando respostas para além das perspectivas racionalizadas e conciliadoras que tendem a uniformizar os conflitos.

Associando o tema do riso ao projeto literário limabarretiano em três de seus principais romances (*Recordações do escrivo Isaiás Caminha*, *Triste fim de Policarpo Quaresma* e *Vida e morte de M.J. Gonzaga de Sá*), Figueiredo ressalta que o riso, marcado pela *melancolia* (e situado numa fronteira tênue entre o sério e o risível), é a “única unanimidade de expressão em nossa realidade social” e “traduz a impotência de reagir à dominação” e, como recurso, é ideal “para traduzir o dilaceramento resultante da transformação de planos, sonhos e expectativas, gerados sob tensão, em nada” (1997, p. 375).

Destaca-se a ideia de que o riso torna-se “contraponto ou uma corrente contrária”, uma espécie de resposta criativa que permite ao satirista, *sem a necessidade de um enfrentamento direto*, dessacralizar imagens e dogmas, familiarizar mitos, relativizar valores, driblar as imposições ideológicas e desmontar o discurso unívoco que enforma uma sociedade racionalizada e uniforme (1997, p. 375). A figura do “espelho de imagens deformantes” que o escritor apresenta no movimento de seus romances (Figueiredo, 1995, pp. 12-13) é novamente evocada, mas agora, revelando mais claramente uma intencionalidade própria da sátira: “O espelho do satirista mostra o mundo invertido para projetá-lo a nu, especialmente o mundo onde transita o intelectual, revelando com isso as suas esperanças e dores” (Figueiredo, 1997, p. 375).

Para a estudiosa, o riso é considerado fator preponderante para a escolha da publicação de *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* no lugar de *Gonzaga de Sá* (de redação anterior ao romance de estreia), pois, sendo “satírico e caricaturesco”, *Recordações* imprime à literatura limabarretiana uma “feição provocadora” (1997, p. 375).

Figueiredo associa o uso da sátira e da caricatura por Lima Barreto em sua obra de estreia à *ousadia*, pois, com frequência, o escritor que envereda pelo humor no texto literário corre o risco de ser classificado como “menor” e acusado de fazer panfleto, “com teor agressivo e paródico”, comprometendo suas intenções de promover “a ampliação do horizonte da realidade”. Lima, no entanto, assume todos os riscos:

A escolha de Lima Barreto em lançar-se, como escritor, utilizando os recursos da sátira e da caricatura constitui uma dupla *ousadia*: atender à exigência de escrever – conforme os fins nos quais compreende a Literatura

– e prever, na expressão do riso, uma intenção artística, como uma forma capaz de aproximar-se do dinâmico movimento da realidade cultural (Figueiredo, 1997, p. 376).

Nos romances *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1916) e *Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá* (1919), Figueiredo observa também os tratamentos próprios da sátira, tais como as distorções grotescas, o rebaixamento, os contrastes cômicos e a elaboração caricata. A representação satírica pode ser encontrada, por exemplo, na imagem do Major Quaresma, que é apresentado com os traços típicos de um intelectual, com uma aparência “capaz de sugerir a rigidez dos princípios de disciplina, pontualidade e organização que caracterizam sua personalidade”. No entanto, seu nacionalismo exacerbado baseado em crenças cientificistas, o título de Major (surgido de um equívoco) e as variadas conotações do nome Policarpo Quaresma³⁶ criam uma disparidade que escancara o lado risível do “entusiasmo acrítico do protagonista” (Figueiredo, 1997, p. 383; 385).

1.3 *Careta* e Lima Barreto: uma só revista e muitos nomes para o mesmo satirista

O aparecimento das revistas ilustradas é, segundo Werneck Sodré (1999, p. 302) fator determinante para a separação entre as atividades da imprensa e da literatura. Também atribui à arte da caricatura o fato de elas terem se mantido, possivelmente sem considerar as demais estratégias, como as apontadas por Machado Jr. (2012), também responsáveis pela sustentação dessas publicações, como a difusão da fotografia³⁷ nos anos 1920 e o esforço para atender as necessidades de um público específico.

O surgimento da *Careta* está situado na confluência de uma série de transformações ligadas à modernidade no período da Primeira República. Desencadeadas a partir da cidade do Rio de Janeiro, considerada um local privilegiado para o processo de construção da modernidade brasileira, essas mudanças abrangem, entre outros fatores: o projeto político e cultural das elites dirigentes republicanas, marcadas por uma concepção positivista, em seu desejo de alinhamento aos países “civilizados e industrializados” do ocidente; as intervenções urbanísticas que levavam à reconfiguração do uso dos espaços, das noções de higiene e mesmo das práticas de sociabilidade; finalmente, a demanda (dos grupos

³⁶ Para um conhecimento mais aprofundado sobre a etimologia e as significações do nome Policarpo Quaresma, ver o ensaio de Silviano Santiago, “Uma ferroada no peito do pé”, publicado juntamente com o ensaio de Figueiredo na edição crítica de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (indicada nas referências).

³⁷ No que se refere propriamente às fotografias veiculadas pela *Careta*, estas recebiam um tratamento especial, pois eram estampadas em papel *couché*, que ressaltava seu brilho e sua luminosidade (Machado Jr., 2012, p. 21).

sociais privilegiados) por novos espaços de representação (inclusive visual) que dessem conta de promover as novas formas urbanas de sociabilidade, consolidando-as ainda mais no imaginário social (Monteiro *apud* Machado Jr., 2012, pp. 15-16).

Estudando as representações da sociabilidade carioca por meio das fotografias veiculadas na revista *Careta* entre os anos de 1919 e 1922³⁸, Machado Jr. (2012, p. 19) comenta que a sociedade carioca é considerada a porta de entrada e irradiadora das novidades da cultura estrangeira, elementos estes que servem de referência principalmente para as camadas elitizadas e as camadas médias urbanas criarem e propagarem seus ideais representativos, traduzidos muitas vezes, no plano material, pelo uso de processos tecnologicamente mais aprimorados, como as fotografias, que nas primeiras décadas do século XX, “começaram a figurar como um dos principais atrativos das revistas ilustradas.”

Nascida durante o *boom* das revistas ilustradas³⁹ e direcionada desde o início para as elites cariocas (Machado Jr, 2012, p. 51), a *Careta* desde a origem apresentou um viés irreverente. Seu número inaugural, datado de 6 de junho de 1908, já apresentava na capa uma caricatura colorida, característica que dali em diante constituiria parte da identidade gráfica da publicação. Machado Jr. (2012, p. 20) atribui a essas imagens (que denomina de *charges*) um “tom satírico”.

Ao situar o surgimento da *Careta* em 1908, Machado Jr. ressalta não apenas o destaque e a durabilidade da publicação entre as demais publicações do gênero como também as macrorrelações e entidades envolvidas no empreendimento, como o público a que se destinava e o tipo de relação econômica/empresarial que viabilizava a publicação:

Seu conteúdo destinava-se a um público seletivo, isto é, aquele que na época possuía as devidas condições socioeconômicas para se tornar consumidor efetivo de revistas ilustradas. Nesse sentido, textos e imagens, considerados em suas múltiplas variantes, deveriam convergir com os interesses de um determinado público leitor, tornando-se além de formas sócio de comunicação social, produtos voltados para a comercialização e o consumo (Machado Jr., 2012, p. 20).

A periodicidade da *Careta* era semanal, com novas publicações saindo normalmente aos sábados, a uma taxa média de 40 páginas por edição (Machado Jr, 2012, p. 20). A revista apresentava grande diversidade genérica, publicando crônicas, contos, piadas, artigos de opinião, pequenas notícias, citações, guias astrológicos, anúncios, poemas, trovas,

³⁸ Coincide com a duração da segunda fase de publicação de Lima Barreto na revista.

³⁹ Ana Luiza Martins situa esse *boom* entre 1900 e 1930 (Ver: Machado Jr., 2012, p. 16, nota de rodapé no. 4.)

pequenos textos de tom informativo, folhetins traduzidos de autores de diversas nacionalidades, além de muitas fotografias, caricaturas e charges⁴⁰, tendo sido os dois últimos tipos de produção que até o momento mais motivaram estudos sobre a revista (Machado Jr., 2012, 48). Foi graças ao trabalho do caricaturista J. Carlos (1884-1950), com suas criações (caricaturas e charges) de forte teor crítico, que a revista tornou-se mais conhecida por sua crítica política e social (Machado Jr., 2012). Para Sodré (1999, p. 302), a história de J. Carlos se confunde com a história da revista.

Revistas ilustradas (como a *Careta*) se beneficiaram diretamente das inovações da arte da fotografia, pois além de permitirem um uso mais intensivo das imagens, também diversificaram as formas de representação social veiculadas nesses periódicos, já que se tornava possível tanto exibir imagens de indivíduos, como de grupos em ambientes tanto abertos como fechados, mas também de cenas capturadas nas ruas e “imagens de pessoas em movimento”, potencializando tanto a produção dessas imagens como as representações sociais associadas a elas (Machado Jr, 2012, p. 21).

Machado Jr. (2012) chama a atenção para as lacunas bibliográficas existentes sobre a trajetória da publicação. Embora muitas pesquisas se valham dos conteúdos veiculados pela revista, sobretudo as caricaturas, falta ainda um levantamento mais abrangente, principalmente no que se refere aos seus editoriais ou ao corpo administrativo, às técnicas fotográficas empregadas e à publicidade veiculada pelo periódico.

Embora não se estabeleça a princípio uma relação direta entre as caricaturas publicadas na revista e as crônicas de Lima Barreto, uma investigação nesse sentido poderia suscitar algumas questões sobre as possíveis relações existentes entre o conteúdo veiculado nas crônicas limabarreatinas e as caricaturas e charges veiculadas no periódico.

Dado o fato de a *Careta* ter se destacado a um só tempo por sua postura crítica (associada às caricaturas) e à exaltação dos hábitos e práticas sociais das elites e das camadas médias ligada principalmente às fotografias, Machado Jr. conjectura que a longevidade e o dinamismo da publicação poderiam ser explicados por uma busca bem sucedida do “meio termo”, ou, em outras palavras:

⁴⁰ Para uma distinção precisa entre os gêneros *caricatura* e *charge*, pode ser interessante consultar: Silva, Marcelo Almeida. *Caricato gegê: representações cômicas de Getúlio Vargas nas charges da revista Careta (1929-1934)*. Tese de Doutorado (História). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019. p. 15. Ou ainda: Gawryszewski, Alberto. Conceito de caricatura - não tem graça nenhuma. *Domínios da imagem*, v.2, no. 2 (2008). Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/19302/14698>. Acesso em 15 fev. 2022.

[...] uma espécie de equilíbrio entre crítica e reconhecimento de seu papel social; uma vez que, do ponto de vista político, estava direcionada à crítica política pelas caricaturas. Mas suas fotografias, quando dirigidas às autoridades políticas, codificavam justamente o contrário: a exaltação da autoridade pública (Machado Jr., 2012, p. 51).⁴¹

Nas duas fases de publicação no periódico, a primeira em 1915 e a segunda no período 1919-1922 (contando-se ainda alguns inéditos e textos “refervidos” publicados até 1924), Lima Barreto publicou mais de 600 textos nas páginas da *Careta* e utilizou, além da assinatura convencional e das iniciais L.B., pelo menos treze pseudônimos distintos.

Lima Barreto inicia a colaboração na *Careta* na edição de número 353, de 27 de março de 1915, com “A chegada”, que traz a assinatura L.B. e cujo tema é o senador Pinheiro Machado. O editorial da mesma edição, “O regresso do Sr. Pinheiro Machado”, comenta a recepção “quase fria” do político gaúcho, líder do Partido Republicano Conservador, ao voltar ao Rio, depois de um compromisso na cidade mineira de Poços de Caldas⁴². Lima Barreto aproveita o mesmo acontecimento e o ficcionaliza, tratando Pinheiro Machado por Bastos (como em *Numa e a ninfa*) e introduz o curioso “discípulo” Anófeles, que mais adiante aparecerá em outra crônica de tom (aparentemente) ficcional, porém assinada por Ingênuo.

Se a edição de 27 de março traz apenas um único texto a marcar a estreia de Lima Barreto no periódico, a edição seguinte, de 3 de abril, exhibe um outro cenário. Nesse número, já salta para cinco o número de textos limabarretianos e nota-se também o aparecimento dos primeiros pseudônimos concebidos para a revista. Considerando a ordem de publicação, a primeira crônica é assinada com as iniciais L.B., enquanto as demais aparecem com as seguintes denominações: J. Hurê, Inácio Costa, J. Caminha e Ingênuo. Já no segundo número aparecem, portanto, quatro novos pseudônimos.

No período de “atuação” do pseudônimo Ingênuo, a quantidade de crônicas nascidas da pena de Lima Barreto publicadas na *Careta* varia entre quatro e cinco por edição, com exceção da edição de 15 de maio de 1915 (número 360), que conta com três crônicas, o que dá uma média de pouco mais de quatro textos por edição no período.

Até a publicação de *Sátiras e outras subversões* (2016), o uso de pseudônimos por Lima Barreto não parecia tão diversificado como atualmente. Felipe Botelho Corrêa, responsável por trazer ao público contemporâneo um total de 164 textos comprovadamente escritos pelo autor de *Numa e a ninfa* e que andavam dispersos nas edições originais de vários

⁴¹ Machado Jr. faz a devida ressalva ao dizer que isso funciona para o período analisado em seu trabalho (1919-1922).

⁴² *Careta*, 27 mar. 1915, p. 7.

periódicos (sendo a *Careta* o principal deles⁴³), revelou um universo de crônicas ainda maior, não apenas no que se refere à quantidade de textos, mas também em relação à diversidade de pseudônimos. Para ficarmos apenas com os textos da *Careta*, em 1915 Lima utiliza sete pseudônimos: Aquele, J. Hurê, Inácio Costa, Xim, Ingênuo, J. Caminha e Leitor. Já na segunda fase (1919-1922), são seis as assinaturas conhecidas: Jonathan, Tradittore, Naquet, Horácio Acácio (com a variação Accácio em algumas crônicas), Totalista e Lucas Berredo.

A questão dos pseudônimos, porém, ainda não está resolvida, como o próprio Corrêa deixa claro na introdução de *Sátiras e outras subversões*. E mesmo essa publicação de fôlego não exclui a possibilidade de equívocos em torno da autoria de textos lançados na revista.⁴⁴

O uso de pseudônimos era uma prática corrente nos jornais e revistas do período. Como ressalta Álvaro Santos Simões Jr. (2006), o limiar entre os séculos XIX e XX marca duas maneiras distintas de compreender o uso de pseudônimos nos periódicos brasileiros. No século XIX, a prática estava mais associada à preservação da “dignidade burguesa” num período em que a imprensa ainda não havia consolidado seu caráter empresarial e seu poder de atrair os literatos. E publicar contos, crônicas ou poemas num meio que ainda carecia de prestígio poderia manchar a imagem de figuras que exerciam profissões consideradas respeitáveis na sociedade, como a medicina, a magistratura e a advocacia. Posteriormente, quando a imprensa se moderniza, consolidando suas bases empresariais e se torna finalmente um meio mais atrativo para aqueles que buscavam prestígio e remuneração, o recurso aos pseudônimos passa a responder a necessidades de ordem mais prática: para garantir uma sobrevivência digna, os literatos passam a colaborar em vários periódicos e se valem muitas vezes de pseudônimos para fugir de possíveis incoerências e variações em seus textos. Além disso, era conveniente aos periódicos o registro de várias assinaturas nos textos publicados, uma vez que isso simulava um número de colaboradores bem maior do que o existente de

⁴³ “Do total de textos coligidos por Corrêa, 143 foram originalmente publicados na *Careta*, 14 na *Fon-Fon!* e o restante no *Jornal das Moças* (4 textos), na *Revista Suburbana*, na *Voz do povo* e no *A.B.C.*, cada qual com um texto. Dos textos originários das páginas da *Careta*, 66 foram publicados na primeira fase da colaboração (1915) e outros 77 constam da segunda fase (1919-1922)” (Silva, 2017, p. 24)

⁴⁴ Um exemplo desses equívocos pode ser encontrado na mais recente biografia de Lima Barreto, escrita por Lilia Moritz Schwarcz e publicada pela Companhia das Letras em 2017. Ao tratar da colaboração de Lima na *Careta*, a biógrafa atribui ao autor de *Clara dos Anjos* um pseudônimo que Felipe Botelho Corrêa já descartou, pelo fato de esse e outros codinomes terem continuado a assinar textos por anos a fio, mesmo após a morte de Lima. Na biografia, Lilia se refere ao gosto limabarretiano por temas políticos tomando por um texto limabarretiano uma crônica assinada por Puck e datada de 1912, período em que o escritor ainda não colaborava com a revista. Ver: Schwarcz, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. p. 296.

fato, o que, na perspectiva dos responsáveis pelas publicações, poderia colaborar para aumentar o prestígio do jornal ou revista.

Embora as necessidades apontadas acima (no que diz respeito ao período posterior à modernização da imprensa) também sejam válidas como explicação para o uso de pseudônimos por Lima Barreto, existe no caso do escritor carioca um outro fator, possivelmente capaz de lançar mais luzes sobre o uso e a escolha dos codinomes do que a simples pressão financeira e a aparência ou simulação de um rol maior de colaboradores. A propensão de Lima para a sátira pode influir não apenas sobre o conteúdo interno dos textos, como também sobre os aspectos que chamaríamos, por ora, “externos”, como a escolha da assinatura, também definida como “máscara” por Corrêa (2016, p. 17).

É interessante observar que alguns nomes evocam importantes autores reconhecidos por sua visada satírica. Corrêa (2016, p. 58) aponta Jonathan Swift como referência direta para o pseudônimo Jonathan. Na segunda fase de colaboração para a *Careta*, Lima Barreto publicou 62 textos assinados por Jonathan, número que corresponde a pouco mais de um terço dos textos coligidos por Corrêa.

Já o pseudônimo Horácio Acácio, além de apontar para uma dupla motivação, faz ressaltar a vocação satírica de Lima Barreto, uma vez que as duas partes da denominação são conflitantes entre si, criando uma disparidade própria da sátira. Horácio faz referência ao poeta romano que viveu entre 65 a.C. e 8 d.C. Além de poeta lírico, autor de poemas dedicados ao amor e às boas emoções da vida (*Odes*), Horácio ficou também muito conhecido por sua veia satírica, com suas *Sátiras* e seus *Epodos* voltados para a vida romana. Acácio, por sua vez, remete à personagem de *O Primo Basílio* (1878), de Eça de Queirós. Os traços bem característicos do Conselheiro Acácio foram a origem da conotação pejorativa da palavra “acácio” e da derivação “acaciano”, para fazer referência àqueles que vivem de utilizar frases feitas e lugares-comuns, figuras contra as quais se volta também o ímpeto satírico de Lima Barreto.

Ao invés de remeter diretamente a um autor satírico, o pseudônimo Ingênuo vai evocar uma personagem. Trata-se, neste caso, da personagem duplamente conhecida por Ingênuo e Huron, protagonista de *L’Ingénu* (1767), de Voltaire (1694-1778). Além de o conjunto de sete textos⁴⁵ evocar, pela assinatura, a relação com a obra do escritor e filósofo francês, em pelo menos quatro deles é possível encontrar referências diretas (na forma de alusões) à personagem voltairiana.

⁴⁵ Na primeira edição de *Sátiras e outras subversões*, ao comentar as crônicas assinadas por Ingênuo, Felipe Botelho Corrêa erroneamente menciona seis textos, quando na verdade são sete.

Não menos relevante para refletir sobre a escolha da denominação *Ingênuo* por parte de Lima Barreto é a informação de que o termo era utilizado com uma acepção bem específica. No contexto escravagista dos anos 1870, “*ingênuo*” fazia referência à criança nascida “livre” a partir da promulgação da lei 2.040, de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre. Como um entre outros dispositivos que visavam manter (sob as camadas discursivas e legais da abertura para a emancipação) o controle social e econômico sobre a população negra escravizada, estabeleceu-se uma espécie de tutela das crianças até oito anos de idade pelos escravizadores de suas mães. Atenuavam-se legalmente certos aspectos do regime escravista, mas, na prática, mantinha-se intacta a lógica da exploração, assegurada por uma série de obstáculos impostos àqueles e aquelas que desejassem usufruir de sua liberdade (Alanís, 1994, p. 13). Como intelectual negro e profundo conhecedor das teorias raciais que vigoravam ainda no período em que viveu e tendo sofrido frequentemente com o preconceito e a estruturação racista da sociedade, que cerceava (e cerceia) o acesso da população negra aos direitos, limita o alcance às posições no trabalho, na vida, assim como a atuação na sociedade, Lima certamente devia ter em conta o alcance da denominação *Ingênuo* para além de sua associação com o personagem voltairiano. Inserir-se como voz potente a denunciar as desigualdades e os mecanismos de opressão passava evidentemente por sua tomada de posição crítica por meio da sátira (homenageando e renovando autores como Voltaire, Jonathan Swift e Anatole France), mas também por uma postura incisiva diante das ações, discursos, termos e estratégias pelos quais o racismo se fazia presente.

A respeito do contexto do último terço do século XIX, quando a sustentação do regime escravista tornou-se ainda mais problemática, mantendo-se à custa de aberturas, que, como dissemos, representavam ainda um esforço dos grupos detentores do poder e dos meios de produção para a manutenção de seus privilégios e do sistema econômico por meio da escravização, Lília Schwarcz menciona as novas “distinções” criadas por conta da lei do Ventre Livre:

Existiram, entretanto, outras consequências internas, que escapavam às previsões desse mundo supostamente ordenado pelas elites. Com a lei de 1871, criaram-se distinções e nomes para lidar com tanta diversidade. Por exemplo, eram chamados de “*Ventres Livres*” aqueles indivíduos recém-emancipados por essa lei, sendo assim discriminados pelo restante da população pelo simples fato de terem “adquirido” a liberdade há tão pouco tempo. Também, deram-se novos sentidos a termos já existentes – “*moleque*”, “*menino*”, “*menina*”, “*garoto*”, “*cria*”, “*ingênuo*” – , os quais, sobretudo depois da medida que libertava os recém-nascidos, geraram classificações sociais vinculadas ao costume de evitar a determinação da idade precisa dos pequenos escravos. Aí estava um verdadeiro código

silenciosamente partilhado; hierarquias dadas por nascimento, origem, educação, cor da pele e data de libertação. Era largo o vocabulário de eufemismos e cores no Brasil (2017, p. 31).

1.4 A revista *A.B.C.* e a colaboração de um Lima Barreto sem pseudônimos

Assim como a colaboração na *Careta*, a participação de Lima Barreto como um dos colaboradores do *A.B.C.* compreende também dois períodos: de novembro de 1916⁴⁶ a fevereiro de 1919 e de agosto desse mesmo ano até agosto de 1922. Segundo Corrêa (2012, p. 9), o motivo que levou o escritor a interromper a colaboração em fevereiro de 1919 foi o fato de o periódico ter publicado artigo considerado racista por Lima.

Henrique Sérgio Silva Corrêa (2012) realiza um imprescindível trabalho de indexação e análise da contribuição de Lima Barreto para o *A.B.C.* entre os anos de 1916 a 1922. Na verdade, nos últimos dez anos, devemos a ele as informações mais consistentes sobre a história do semanário bem como sobre a atuação do autor de *Os Bruzundangas* no periódico. Numa escala mais ampla do que a referida por Machado Jr. em relação à *Careta*, o caso praticamente isolado do trabalho de Corrêa (que sem dúvida merece mais atenção) deixa patente a lacuna ainda existente sobre a história do periódico, suas dinâmicas de publicação e inserção na imprensa periódica, bem como sobre seus posicionamentos e relações.

Além de ter descoberto uma crônica até então perdida entre as páginas do semanário⁴⁷, Corrêa realiza também uma minuciosa organização e uma criteriosa datação dos textos, que permitem, por contraste, reconhecer os persistentes problemas de datação, localização e as inconsistências existentes, por exemplo, nos dois volumes de *Toda Crônica* publicados em 2004 pela Agir⁴⁸, os quais, por sua vez, ecoam os problemas já encontrados nos volumes das *Obras Completas* (1956) dedicados aos textos publicados como crônicas.

Mais do que indexar as produções limabarrearianas veiculadas pelo periódico, Corrêa se esforça também por compreendê-las como um conjunto, procurando por possíveis condicionamentos do veículo e sua influência na produção ficcional do autor de *Bruzundangas*:

⁴⁶ Corrêa situa essa como a data provável (com a publicação da crônica “Ideal do Bel-Ami”) devido à existência de lacunas na coleção de edições do *A.B.C.* na Fundação Biblioteca Nacional, sendo a primeira no período de julho a dezembro de 1916 e a segunda de janeiro a junho de 1922.

⁴⁷ “Estado de sítio”, publicada depois em *Sátiras e outras subversões* (2016).

⁴⁸ Parte desses problemas foi apontada na dissertação (ver Silva, 2017, pp. 23 e 24).

De fato, há um Lima Barreto que colabora no *A.B.C.* diferente do que escreve para outros periódicos. Fica claro que essa série de textos, se se pode chamá-la assim, insere-se dentro do todo produzido pelo autor, mas se diferencia levemente, como conjunto, do restante. Permanece a vontade de alcançar a nitidez, trazendo consigo a repetição, “a melhor figura de retórica”. Os textos do *A.B.C.* se destacam pela mescla entre o tom grave do assunto sério, comum aos seus textos veiculados na imprensa proletária, à nota confessional, o lirismo, e o humor característico, com a peculiar ironia, chegando, algumas vezes, ao sarcasmo, que se encontra em textos da *Careta*, por exemplo. Outro ponto que convém destacar é que Lima Barreto assinou com o próprio nome todos os seus escritos para o semanário, diferentemente de como procedia em outras publicações, onde se valia de inúmeros pseudônimos. (Corrêa, 2012, p. 81)

Um aspecto interessante em relação à colaboração nos dois periódicos é que tanto a estreia na *Careta* (em março de 1915), como a fase inicial da colaboração no *A.B.C.* coincidem, de certa forma, com a produção de duas das maiores sátiras de Lima Barreto.

Em 15 de março de 1915, no jornal *A noite*, tem início a publicação em folhetins de *Numa e a ninfa*. Poucos dias depois, em 27 do mesmo mês, encontramos a primeira crônica de Lima Barreto na *Careta*, intitulada “A chegada”. Essas e as demais publicadas no mês de abril, aparecem impregnadas do tom satírico dos folhetins publicados em *A noite*, retomando inclusive personagens da sátira, como a dupla Bastos e Bentes (Pinheiro Machado e Hermes). Poucos depois de iniciar a colaboração no *A.B.C.*, o escritor está outra vez às voltas com a produção de uma sátira, desta vez *Os Bruzundangas*. O primeiro texto referente à Bruzundanga é publicado no *A.B.C.* em 20 de janeiro de 1917 e se intitula “Um grande financista (conto exótico)”.

O aspecto que pretendemos destacar neste ponto, numa tentativa de estabelecer possíveis relações condicionantes ou pelo menos motivadoras, é o fato de que os períodos iniciais das colaborações para as duas revistas que mais veicularam textos limabarretianos (*Careta* e *A.B.C.*) coincidem com a produção de duas das sátiras mais (re)conhecidas de Lima Barreto, ainda que a primeira delas (*Numa e a ninfa*) não tenha sido veiculada num dos dois periódicos.

A partir da indexação realizada por Corrêa (e respeitando sua classificação genérica para as produções), contabilizamos um total de 91 textos atribuídos a Lima Barreto publicados no *A.B.C.* no período de 1916 a 1922: 50 textos classificados como crônicas, 18 textos definidos como crítica literária, 14 textos satíricos que integram a sátira *Os Bruzundangas* (1923), 8 contos e uma carta.

No que se refere ao tratamento dos temas na revista, Lima Barreto mantém certa distância em relação à orientação do semanário, que tendia a defender a manutenção da

constituição e o regime republicano, com vistas ao progresso do país por meio do debate político e da educação (Corrêa, 2012, p. 11). Quanto a esse aspecto, Corrêa (2012, p. 12) afirma: “a orientação do *A.B.C.* foi fundamental para direcionar o tipo de produção que Lima Barreto publicaria em suas páginas, mas não para nortear seu significado.”

“O ideal do Bel-Ami”, crônica datada de 25 de novembro de 1916, teria sido a primeira crônica publicada no *A.B.C.* Corrêa (2012, p. 44) aponta para a ausência de materiais ou documentos que expliquem como o escritor recebeu o convite para colaborar no semanário. Devido à lacuna existente na coleção microfilmada da Biblioteca Nacional, não foi possível para o pesquisador fixar a data da primeira publicação nem confirmar se houve algum tipo de apresentação dos textos referentes aos *Bruzundangas* (a exemplo do anúncio da publicação de *Numa e a Ninfa* em 1915).

Os temas tratados nas crônicas publicadas nos dois periódicos são semelhantes, no entanto os textos publicados no *A.B.C.* tendiam a ser mais extensos e apresentavam uma construção mais *argumentativa/dissertativa*. Outro ponto a ressaltar é que tanto a *Careta* como o *A.B.C.* ofereciam abertura para o cômico, embora este aspecto a princípio só constasse, como “marca registrada”, da gênese do periódico fundado por Jorge Schmidt.

Escrita durante o período em que Lima Barreto esteve internado no Hospital Central do Exército⁴⁹, a crônica “Da minha cela”⁵⁰ trata de vários acontecimentos marcantes para o Rio de Janeiro. “Sobre o Maximalismo”, crônica publicada na *Revista Contemporânea* em março de 1919, vai dialogar com “Da minha cela”. No texto lançado em março, Lima Barreto responde a um artigo publicado em novembro de 1918, no qual Jean-Jacques Rousseau era acusado de anarquista. Lima rebate o comentário utilizando inclusive um trecho do *Contrat Social*.

Em 28 de dezembro de 1918, aparece no *A.B.C.* a crônica “Um ofício da A.P.S.A.”⁵¹. Aqui, temos o cronista passando em revista importantes acontecimentos do período, como a Conferência de Paz de Paris, o fim da Primeira Guerra Mundial, a gripe espanhola e o assassinato de Sidônio Pais (presidente de Portugal), situando-os meio à preocupação da imprensa com o futebol, esporte pelo qual o autor de *Policarpo Quaresma* manifestava clara aversão.

⁴⁹ Em novembro de 1918, Lima fraturou a clavícula durante um episódio de alucinação relacionada ao alcoolismo, tendo se submetido a dois meses de internação no Hospital Central do Exército para se recuperar. Em 26 de dezembro desse mesmo ano, o decreto que o aposentava do cargo de amanuense foi expedido pela presidência da República.

⁵⁰ *A.B.C.*, 30 nov. 1918, p. 11 e 14.

⁵¹ *A.B.C.*, 28 dez. 1918, p. 16-17.

A crônica seguinte, “Procurem a sua Josefina” (grafada *snra.* no lugar de “sua” na publicação original da revista), publicada em 4 de janeiro de 1919, traz uma série de autores de diferentes épocas e reconhecidos por obras versadas no que o cronista chama “a arte de governar”. Além disso, apresenta o manual da “arte de governar” que um amigo, Alamiro Viana, teria escrito tendo o Brasil como referência. É nas crônicas desse período, via alusão e citação, que predominam as retomadas de Rousseau.

1.5 O século das *Lumières*

No século XVIII, sob a metáfora das *Lumières*, novas ideias se irradiaram por toda a Europa (Magri, 2016, 107) e contribuíram para fazer do período uma “era fundamentalmente crítica” (Dobránszky, 1992, p. 19).

O período foi marcado pela crença nos poderes da *razão* (representada pelo conhecimento, pela ciência, pelas artes e pela moral), por meio da qual a liberdade e a felicidade social e política tornam-se possíveis para o ser humano, que percebe-se então capaz de se libertar “dos preconceitos religiosos, sociais e morais,” da superstição e do medo e de aperfeiçoar a razão através do *progresso* das civilizações (Chauí, 2000, p. 57).

Ganham relevo as distinções entre civilizações “primitivas” ou “selvagens” (da América e de partes da Ásia e África) e as “adiantadas” (ou seja, as da Europa Ocidental) e entre Natureza e Civilização. Enquanto a Natureza é compreendida no campo das leis naturais e imutáveis, a ideia de Civilização associa-se à vontade livre dos homens (Chauí, 2000, p. 57).

Esse período de efervescência é marcado também por um interesse crescente pelas ciências⁵² (notadamente a biologia), pelas artes (cujo papel principal deveria ser a expressão do progresso de uma civilização) e por compreender os fundamentos econômicos da vida social e política, suscitando, por exemplo, reflexões “sobre a origem e a forma da riqueza das nações” (Chauí, 2000, p. 58).

A ideia de que o conhecimento é promotor da liberdade orienta em grande medida as práticas que, no plano geral, compõem o grande empreendimento iluminista: “a sistematização do saber” (Dobránszky, 1992, p. 129), que compreendia não apenas inventariar, mas também medir, associar e divulgar e cuja representação máxima será a *Encyclopédie*.

⁵² “... o movimento científico que transformou o homem de parte da natureza em seu possuidor...” Dobránszky (1992, p. 55)

Observa-se um incremento na “impressão de livros, almanaques, panfletos políticos”, bem como na criação e ampliação de outras práticas culturais e de sociabilidade associadas à difusão do saber, como as publicações populares e as enciclopédias, a criação das sociedades científicas, as academias e os salões, onde o conhecimento científico e acadêmico era popularizado (Magri, 2016, p. 110). É nesse período também que aparecem os primeiros periódicos e revistas de opinião, dando origem a uma imprensa periódica que, a princípio restrita a uma minoria, sofrerá profundas alterações e mudará os hábitos, favorecendo inclusive “as leituras comentadas em grupo” (Magri, 2016, p. 112).

As preocupações setecentistas em relação às formas de conhecimento e sua sistematização conduzem ainda a um interesse maior pela educação, que se traduz, por exemplo, na publicação de *Émile ou de l'éducation* (1762), de Rousseau e reflete, também, um destaque maior pelo indivíduo, que se torna “protagonista em um contexto em que se reivindica total liberdade de consciência”, tanto no campo das escolhas religiosas quanto no da expressão pessoal e, no caso dos filósofos (que são uma das figuras mais representativas das *Lumières*) também no que se refere à publicação (Magri, 2016, p. 111).

Em suma, a tendência geral é de abertura e de deslocamentos ou mudanças de perspectiva: do privado para o público, do espiritual tutelado pela Igreja para o temporal, da noção de “autoridade do passado” para “um projeto de futuro” (Magri, 2016, p. 109), com profundas marcas na cultura, nas práticas sociais, na relação com o tempo, com o corpo e com o espaço (é notável, nesse período, o interesse pelas viagens e por seus relatos). E, num plano mais profundo, o “espírito das *Lumières* transforma profundamente a ordem política” (Magri, 2016, p. 112).

Entre os pensadores desse período, é possível citar: Hume, Voltaire, D'Alembert, Diderot, Rousseau, Kant, Fichte, entre outros.

Em sua análise sobre as polêmicas literárias na imprensa brasileira do último terço do século XX, centradas em Sílvia Romero, Roberto Ventura retoma as origens da formação da crítica literária em nosso país, rastreando as concepções europeias (e *européizantes*) de Montesquieu, Buffon, Rousseau, entre outros, a respeito da América. Tais concepções geralmente opunham o Velho e o Novo Mundo, invertendo, porém, o discurso predominante até então, que projetava no continente americano a imagem do Éden. Para Ventura

A filosofia da Ilustração inverteu a visão paradisíaca da América, ao formar um novo discurso sobre o homem e a natureza americanos, marcado pela *negatividade*. Esse discurso, que rompe com a projeção da imagem do Éden sobre o Novo Mundo, legitima a expansão colonial europeia, encarregada de difundir as “luzes” da Europa civilizada. A ideia da “inferioridade” do meio

americano e da “fraqueza” das suas formas de vida se difundiu no pensamento europeu do século XVIII, com Buffon, De Pauw e Raynal. Tal ideia teve, como principal antecedente, as posições de Montesquieu sobre os tipos de clima e as formas de lei e governo, e foi o centro do que o historiador italiano Antonello Gerbi chamou de “disputa do Novo Mundo” (1991, pp. 22-23)

Ainda de acordo com Ventura, a ideia de “degeneração” ligada à América ganhou força com as *Recherches philosophiques sur les Américains* (1768), de Cornelius de Pauw, que estendeu o conceito para o âmbito dos animais, das plantas, dos habitantes do continente e mesmo para os descendentes de europeus, a partir de sua crença na ação depravadora dos trópicos (1991, p. 23). Os americanos são reduzidos por ele a povos sem história e possuidores de um “vício radical” que os impossibilitaria de sair do estado selvagem, condição que os teria submetido mais facilmente à destruição sistemática promovida pelos europeus (1991, p. 23).

Ventura ressalta que Rousseau seguiu na contramão dessa concepção, pois fundou sua filosofia com base na superioridade do “homem natural”, figura abstrata que, no plano histórico, está identificado com os americanos autóctones. Os denominados “selvagens”, próximos ao estado natural, estariam situados num momento anterior ao estabelecimento do contrato social e da consequente desigualdade entre os homens. Vistos sempre *em relação* ao homem civilizado, “vítima da degradação histórica do Ocidente”, o “homem natural” seria uma alternativa a essa decadência, compondo o mito do “retorno às origens” (1991, p. 23). Essa é, grosso modo, a síntese das ideias expressas no *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes*, publicado por Rousseau em 1754.

A tensão entre a *imagem negativa* do homem e da natureza americanos (cujos exemplos se encontram em Buffon e Montesquieu) e a *imagem positiva* de um estado natural (representado pela filosofia rousseauiana) marca, segundo Ventura, os primórdios da formação da antropologia e da ciência geral do homem no final do século XVIII, que têm, na obra *Histoire naturelle de l'homme*, de Buffon, uma das obras centrais. Essa tensão “desembocou no debate sobre o racismo científico e a inferioridade dos povos não-brancos, que marcou a cultura brasileira do século XIX” (1991, p. 23), num contexto de expansão colonial europeia justificado (e acompanhado) pela propagação de uma “ideologia civilizatória” que ordenava hierarquicamente, tanto no plano discursivo como no plano factual, lugares e papéis para povos e raças na história humana. “Para tanto, negou-se a existência de sociedades com história, documentação e formas de escrita fora do espaço europeu e asiático” (idem, pp. 23-24).

Lima Barreto manifestava predileção pelo século das *Lumières* e deixou isso evidente em mais de um momento. Na crônica “A mulher brasileira”, publicada na *Gazeta da Tarde* de 27 de abril de 1911, o cronista se refere ao período como “o extraordinário século XVIII francês”. Partindo de uma crítica ao hábito dos “oradores de sobremesa” de prestar homenagens à “mulher brasileira” nos jantares, o cronista tece uma série de comentários sobre a “floração” ou “pululamento” de mulheres superiores” naquele século, questionando se no Brasil há exemplos semelhantes. Inicia por Mme. D’Épinay, “amiga de Grimm, de Diderot, protetora de Rousseau, a quem alojou na famosa ‘Ermitage’, para sempre célebre na história das letras” (Barreto, 2004, v.1, p. 73). Há ainda menções a Mme du Deffant, Mme. de Houedot, marechala de Luxemburgo, Mme. de Warens (protetora de Rousseau)⁵³.

A evocação do século XVIII por Lima Barreto ao tratar das mulheres nos leva, ainda que de maneira breve, a uma poderosa crítica feita a Rousseau por uma contemporânea do filósofo suíço. Em sua *Reivindicação dos direitos das mulheres* (1792), a filósofa e escritora Mary Wollstonecraft (1759-1797) aponta a personagem Sofia, companheira de Emílio na obra de 1762, como um esforço rousseauiano para provar que

a mulher deve ser fraca e passiva, porque ela tem menos força corporal que os homens; e, portanto, infere que ela foi formada para agradar e se sujeitar a ele; e este é o seu dever para tornar-se *agradável* ao seu mestre – sendo esse o grande fim de sua existência (Wollstonecraft, 2021, p. 105).

Para Wollstonecraft, Rousseau ajudou a promover a visão de que a dependência e a obediência são condições naturais das mulheres. Além disso, para afirmar a fraqueza feminina, o filósofo teria negligenciado o entendimento e tomado como “indicação indubitável da natureza” hábitos construídos socialmente (a filósofa dá como exemplos a obrigação de meninas se sentarem imóveis, brincarem com bonecas e ouvirem conversas tolas).

Foi possível verificar que a conhecida divergência entre Voltaire e Rousseau, que suscitou amplas discussões durante a existência dos dois pensadores e mesmo depois, é mencionada de forma mais nítida por Lima Barreto apenas na crônica “Procurem a sua Josefina” (que será objeto de análise no capítulo 3) e no conto incompleto (publicado apenas

⁵³ A respeito da mulher na obra de Lima Barreto, consultar o ensaio de Fantinati (2012, pp. 33-52), “Lima Barreto e a mulher”; a biografia de Lima Barreto escrita por Lilia Moritz Schwarcz (2017, p. 356-359); MULLER, Ana Carolina Carvalho. *Lima Barreto e a delatção das mazelas de Clara dos Anjos* (1948). 2022. 24 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2023. Silva, Jomar Ricardo da. *A educação da mulher em Lima Barreto*. 2007. 198 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

no volume *Contos completos*) intitulado “A conferência do dr. Assis Brasil”. Em seu estudo sobre a presença francesa nas crônicas de Machado de Assis, Dirceu Magri situa a querela entre os “dois maiores antagonistas das *Lumières*”, que são também retomados pelo autor de *Quincas Borba*:

É fato que ao longo de todo o século XIX ainda ressoam os ecos da grande querela que marcou o século XVIII: de um lado, Voltaire, sarcástico, brilhante polemista, símbolo do requinte aristocrático do *Ancien Régime*; de outro, Rousseau, arredio à “sociabilidade da corte”, mente atormentada e sensível. O primeiro adapta as desigualdades sociais ao absolutismo monárquico, é anticlerical e, embora lute arduamente contra o fanatismo e a intolerância, é particularmente violento contra inimigos como Fréron e o próprio Rousseau. O último, suscetível à injustiça social, aspira à “verdade”, encontra dificuldades em viver na sociedade dos homens e concebe uma doutrina política que terá grande influência sobre as gerações seguintes. Arqui-inimigos, irmanam-se em um único ponto: são considerados dois grandes escritores, cujas penas elevaram a escrita a seu ápice, tornando-se modelos de clareza e concisão. (Magri, 2016, p. 263)

O posicionamento de Lima Barreto em relação a Voltaire é de evidente admiração e homenagem à tradição da sátira, como bem ressaltou Corrêa (2016). O escritor brasileiro não apenas retoma o filósofo e escritor francês por meio de alusões e citações, como também utiliza o pseudônimo Ingênuo em parte de sua produção cronística, incorporando uma *persona* satírica de forma semelhante ao procedimento utilizado pelo autor de *L'ingénu*. A relação estabelecida com a obra de Rousseau, no entanto, é distinta e se intensifica apenas a partir de 1918, quando o cenário de crise após a Primeira Guerra Mundial, observado pelo espelho satírico de Lima, parece abalar a crença nos ideais como os expressos no *Contrat Social* e a fazer o escritor se desmotivar diante da banalização do discurso.

No acervo da Limana⁵⁴, sua biblioteca pessoal, cuidadosamente enumerada, o autor de *Clara dos Anjos* possuía diversas obras de Voltaire, reunidas sob a denominação *Romans*. A julgar pela numeração no inventário, correspondendo este item ao número 775 e o seguinte (*Livre de masques*, atribuído a Rémy de Gourmont) ao número 786⁵⁵, *Romans* compreendia pelo menos 11 volumes de obras do autor de *Candide*. Sob o número 256, estava registrada a edição em dois volumes da obra do crítico e ensaísta Louis Nicolardot, *Ménage et finances de Voltaire* (1854).

⁵⁴ “Limana” era como o próprio Lima Barreto nomeava sua pequena biblioteca. Em 1917, o escritor começou a organizar sistematicamente seus papéis e a fazer um inventário de seus livros. Os registros, indicando inclusive a localização dos volumes, deram ao acervo uma ideia de conjunto e uma espécie de sobrevivência virtual, já que praticamente toda a biblioteca de Lima Barreto pereceu. O inventário da Limana foi publicado por Francisco de Assis Barbosa em *A vida de Lima Barreto*.

⁵⁵ Ver Barbosa, 2002, p. 401.

Entre os títulos referentes a Jean-Jacques Rousseau, podiam ser encontradas nos registros da Limana as obras *Confessions*, *Émile ou de l'Éducation* (em dois volumes), um volume intitulado *Pages choisies*, o *Contrat Social* (registrado, no campo destinado à autoria, como “Contrat Social. J.J. Rousseau e outras obras”), além de um volume sobre o genebrino atribuído a Auguste Dide e outro atribuído a G. Gampayré.

A leitura da correspondência de Lima Barreto, permite ver que muitas de suas leituras eram realizadas a partir de empréstimos que fazia de seus amigos e conhecidos, além da frequência à Biblioteca Nacional.

As primeiras referências a Voltaire na obra limabarretiana podem ser encontradas na série de reportagens que o escritor produziu para o *Correio da Manhã*, entre 28 de abril e 3 de junho de 1905. Por ocasião das escavações com o objetivo de arrasar o Morro do Castelo, considerado um marco do nascimento da cidade do Rio de Janeiro, foram encontradas diversas galerias subterrâneas que fizeram reviver no imaginário popular as lendas sobre a existência de um imenso tesouro deixado pelos jesuítas quando da expulsão da Ordem do território brasileiro.

Exercitando-se no romance folhetinesco, Lima entremeia às reportagens a narrativa de D. Garça, uma condessa italiana da família dos Médicis, introduzindo aí os principais elementos caros ao gênero: “paixão, perseguições, lances heroicos, traição, desprendimento, inveja e cobiça” (Resende, 1997, p. IV).

Na reportagem de 4 de maio, quando os elementos ficcionais começam a ser tecidos em meio ao texto jornalístico, o escritor introduz na reportagem “um senhor alto, de bigodes grisalhos e grandes olhos penetrantes, cuja voz pausada e forte atrai a atenção de toda gente” e que ganha a dimensão de um oráculo que “sabe de todo um Rio subterrâneo, um Rio inédito e fantástico, em que se cruzam extensas ruas abobadadas, caminhos de um Eldorado como não no sonhara Pangloss” (Barreto, 1997, pp. 15-16).

Na reportagem de 27 do mesmo mês, o escritor se refere às proporções que o trabalho de demolição do morro tomava, comparando-o a uma “expedição de Jason” ou a “uma viagem de Cândido ao país do Eldorado” (Barreto, 1997, pp. 16 e 85).

2 “LEMBREM-SE DE VOLTAIRE”

“[...] je peux me tromper; mais vous savez que je suis assez accoutumé à dire ce que je pense, ou plutôt ce que je sens. Je soupçonne qu’il y a souvent de l’illusion, de la mode, du caprice, dans les jugements des hommes. J’ai parlé d’après la nature; il se peut que chez moi la nature soit très imparfaite; mais il se peut aussi qu’elle soit quelquefois peu consultée par la plupart des hommes.”⁵⁶

Voltaire, *L’ingénu*.

2.1. *L’ingénu* de Voltaire

Definido ora como conto filosófico ora como novela sátira⁵⁷, *L’Ingénu* vem a público em julho de 1767, na esteira de fatos históricos relevantes para o cenário francês. Cerca de quatro anos antes fora encerrada a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), da qual a França saiu marcada por uma derrota humilhante. As medidas destinadas a enfraquecer o poder dos jesuítas também datam desse período e vão desde a ordem de fechamento de todos os colégios da Companhia de Jesus no país (1761) até sua expulsão por Luís XV em 1764. Para os filósofos, o banimento dos jesuítas representou um alívio, pois a ordem religiosa, dispendo de muito poder e dinheiro, contava com periódicos prestigiados e homens influentes para combater as novas ideias disseminadas pelos *philosophes* (Pomeau, 1995, p. 11).

Voltaire, no entanto, desloca a ambientação temporal do conto para o ano de 1689, período igualmente conturbado, marcado pelo recrudescimento da intolerância religiosa no reino, amparada por uma “legislação iníqua” (Pomeau, 1995, p. 12). Data de 1685 a revogação do Édito de Nantes por Louis XIV. Promulgado por Henrique IV em 1598, o édito havia concedido alguns direitos religiosos, civis e políticos aos huguenotes, os protestantes calvinistas franceses. A revogação representou o ápice das tensões entre católicos e protestantes e previa, entre outras ações, a destruição de templos protestantes, a interdição das assembleias reformadas e dos cultos e o exílio imediato dos pastores não convertidos (Reis, s/d, pp.11-15).

⁵⁶ “[...] talvez me engane, mas bem sabes que costumo dizer o que penso, ou melhor, o que sinto. Nos juízos dos homens, existe muita ilusão, de moda ou de capricho, penso eu. Falei de acordo com a natureza: pode ser que em mim a natureza se revele bastante imperfeita; mas também pode ser que ela seja pouco consultada pela maioria dos homens” (Voltaire, 2002, p. 310)

⁵⁷ Essa é a definição adotada por Felipe Botelho Corrêa em *Sátiras e outras subversões* (2016). Sérgio Miliet, em introdução para uma edição brasileira de contos de Voltaire (publicada em 1972), trata-a como *romance*.

A escolha por tal deslocamento, além de representar uma estratégia satírica, também se liga ao fato de o escritor ter sido um crítico severo de todas as instituições religiosas. O clima de hostilidade religiosa em 1689, aliado às características “selvagens” ou “ingênuas” do protagonista certamente daria um tom mais contundente às críticas.

Nascido entre os hurões (*hurons* em francês), indígenas agricultores que ocupavam a região dos grandes lagos entre os Estados Unidos e o Canadá, Ingênuo é apresentado como um “jovem de excelente compleição” e chega à costa da França a bordo de uma embarcação mercantil inglesa:

Seu aspecto e seus trajes atraíram os olhares do irmão e da irmã. Tinha a cabeça descoberta, as pernas nuas, longas tranças, pequenas sandálias e um gibão que lhe modelava o corpo esbelto; e um ar ao mesmo tempo viril e bondoso. Trazia numa das mãos uma pequena garrafa de água de Barbados, e na outra uma espécie de bolsa na qual havia uma caneca e bolachas. Falava francês de um modo bastante inteligível. Ofereceu água de Barbados à senhorita de Kerkabon e ao senhor seu irmão; bebeu com os dois; fê-los beber de novo; e tudo isso com um ar tão simples e natural que o irmão e a irmã ficaram encantados. Ofereceram-lhe seus préstimos, perguntando-lhe quem era e para onde ia. O jovem lhes respondeu que não sabia ao certo, pois era um simples curioso que quisera saber como era o litoral da França e que, da mesma forma que ali chegara, logo se retiraria (Voltaire, 2002, p. 272).⁵⁸

O desejo de retornar rapidamente à sua terra natal não se concretiza, pois ele é tomado por sobrinho de um abade da Baixa Bretanha, que acredita estar diante do filho de um de seus irmãos que teria perecido duas décadas antes no Canadá.

Depois de ler o Novo Testamento com “grande prazer”, sabê-lo “quase de cor” e compreendê-lo como um livro de aventuras, Ingênuo é batizado na fé católica e se apaixona por sua madrinha, a bela Mademoiselle de Saint-Yves. Deseja possuí-la, num cômico desconhecimento do código canônico, que para tanto exigia uma dispensa papal. É advertido por seu tio, mas insiste:

- Essa agora, meu tio! Deixe de brincadeiras: por que há de ser proibido casar com a madrinha, quando ela é moça e bonita? Não vi no livro [o Novo

⁵⁸ “Sa figure et son ajustement attirèrent les regards du frère et de la sœur. Il était nu-tête et nu jambes, les pieds chaussés de petites sandales, le chef orné de longs cheveux en tresses, un petit pourpoint qui serrait une taille fine et dégagée; l’air martial et doux. Il tenait dans sa main une petite bouteille d’eau des Barbades, et dans l’autre une espèce de bourse dans laquelle était un gobelet et de très bon biscuit de mer. Il parlait français fort intelligiblement. Il présenta de son eau des Barbades à Mademoiselle de Kerkabon et à Monsieur son frère; il en but avec eux; il leur en fit reboire encore, et tout cela d’un air si simple et si naturel que le frère et la sœur en furent charmés. Ils lui offrirent leurs services, en lui demandant qui il était et où il allait. Le jeune homme leur répondit qu’il n’en savait rien, qu’il était curieux, qu’il avait voulu voir comment les côtes de France étaient faites, qu’il était venu, et allait s’en retourner” (Voltaire, 1995, pp. 76-77).

Testamento] que o senhor me deu que não ficasse bem desposar as moças que ajudam a gente a ser batizado. Todos os dias descubro que fazem aqui uma infinidade de coisas que não estão no seu livro, e que nada fazem de tudo o que ele diz. Confesso-lhe que isso me espanta e aborrece. Se me privarem da bela St. Yves, sob pretexto de batismo, fique o senhor avisado de que a tiro de casa e me desbatizo (Voltaire, 2002, p. 288).⁵⁹

Depois de ajudar a população local a repelir uma frota de invasores ingleses que atacava a costa nas proximidades da abadia de Notre Dame de la Montagne, o *huron* é encorajado a ir até Versalhes para reclamar o prêmio por seus serviços. No caminho, passa por Saumur, onde tenta interceder por um grupo de huguenotes a caminho do exílio (após a revogação do Édito de Nantes), apelando ao ministro Monsenhor de Louvois e ao próprio rei, mas é apontado como espião colaborador da causa huguenote por um espião jesuíta disfarçado a serviço do confessor do rei, o padre de La Chaise. Ingênuo é então aprisionado na Bastilha, “como um morto que carregam para o cemitério”, fato que o faz dar-se conta da selvageria francesa mascarada de civilização:

Penso que foi o diabo que se meteu no meu destino – retrucou o Ingênuo. Meus compatriotas da América jamais me tratariam com essa selvageria; eles não têm a mínima ideia disso. São chamados de *selvagens*; são realmente criaturas muito grosseiras, ao passo que os homens daqui são uns refinados patifes. Sinto-me, na verdade, muito surpreso de ter vindo do outro mundo para ser trancafiado neste, em companhia de um padre; mas penso no grande número de homens que partem de um hemisfério para serem mortos no outro, ou que naufragam no caminho e são devorados pelos peixes: não entendo quais sejam os graciosos desígnios de Deus a respeito de toda essa gente (Voltaire, 2002, p. 302).⁶⁰

Na prisão, Ingênuo é introduzido no conhecimento do mundo pelo jansenista⁶¹ Gordon, seu companheiro de cela. Além de ler literatura, o jovem indígena passa a estudar

⁵⁹ “Morbleu! mon oncle, vous vous moquez de moi; pourquoi serait-il défendu d’épouser sa marraine quand elle est jeune et jolie? Je n’ai point vu dans le livre que vous m’avez donné qu’il fût mal d’épouser les filles qui ont aidé les gens à être baptisés. Je m’aperçois tous les jours qu’on fait ici une infinité de choses qui ne sont point dans votre livre, et qu’on n’y fait rien de tout ce qu’il dit : je vous avoue que cela m’étonne et me fâche. Si on me prive de la belle Saint-Yves sous prétexte de mon baptême, je vous avertis que je l’enlève et que je me débaptise” (Voltaire, 1995, p. 93).

⁶⁰ “Ma foi, répondit l’Ingénu, je crois que le diable s’est mêlé seul de ma destinée. Mes compatriotes d’Amérique ne m’auraient jamais traité avec la barbarie que j’éprouve: ils n’en ont pas d’idée. On les appelle *sauvages*; ce sont des gens de bien grossiers, et les hommes de ce pays-ci sont des coquins raffinés. Je suis, à la vérité, bien surpris d’être venu d’un autre monde pour être enfermé dans celui-ci sous quatre verrous avec un prêtre; mais je fais réflexion au nombre prodigieux d’hommes qui partent d’un hémisphère pour aller se faire tuer dans l’autre, ou qui font naufrage en chemin, et qui sont mangés des poissons: Je ne vois pas les gracieux desseins de Dieu sur tous ces gens-là” (Voltaire, 1995, p. 106).

⁶¹ O termo se refere ao jansenismo, doutrina extraída da obra *Augustinus*, de Jansênio. Para essa corrente, a liberdade humana era limitada, pois a graça divina era concedida a determinadas pessoas desde o nascimento, enquanto era recusada a outras.

física, metafísica, geometria e história, transformando-se de “bruto em homem”. No desfecho do conto, Ingênuo torna-se oficial do exército, conhecido como excelente guerreiro e filósofo intrépido (Voltaire, 1995, pp.110-113).

Ingênuo é assim chamado por só dizer aquilo que pensa e por fazer apenas o que deseja. Tendo crescido num meio não corrompido pelos preconceitos encontrados na sociedade francesa, ele expõe suas opiniões segundo seus próprios critérios, característica que, se por um lado o faz merecer o epíteto, por outro o dota de uma visão arguta capaz de expor o absurdo de instituições e costumes sociais, principalmente o que se encontra no campo da religião:

Enfim a graça operou; o Ingênuo prometeu fazer-se cristão; e não teve a menor dúvida de que deveria começar por ser circuncidado.

- Pois - dizia ele - não vejo no livro que me deram para ler um único personagem que não o tenha sido; é, portanto, evidente que devo fazer o sacrifício do meu prepúcio: e quanto mais cedo, melhor.

Não vacilou. Mandou chamar o cirurgião da aldeia e pediu-lhe que lhe fizesse a operação, esperando alegrar infinitamente a senhorita de Kerkabon e todos os outros, depois que o fato estivesse consumado. [...]

[...] Antes era preciso confessar-se, e aí estava a maior dificuldade. O Ingênuo, que sempre trazia no bolso o livro que o tio lhe dera, não via ali nenhum apóstolo que se houvesse jamais confessado, e isso o tornava bastante rebelde. O prior fechou-lhe a boca, mostrando-lhe, na epístola de São Tiago, o Moço, estas palavras que causam tanta espécie aos heréticos: “Confessai-vos uns aos outros”. O hurão não objetou mais nada e confessou-se a um frade. Terminada a confissão, tirou o frade do confessionário, e, segurando-o com força, obrigou-o a pôr-se de joelhos, dizendo-lhe:

- Vamos, meu amigo. Está escrito: “Confessai-vos uns aos outros”. Eu te contei os meus pecados; não sairá daqui sem que me hajas contado os teus.

Assim falando, apoiava o joelho contra o peito do adversário. O padre começa a soltar gritos que fazem reboar a igreja. Acodiram ao barulho, viram o catecúmeno esmurando o monge em nome de São Tiago, o Moço (Voltaire, 2002, pp. 282-283)⁶²

⁶² Enfin la grâce opéra; l'Ingénu promit de se faire chrétien; il ne douta pas qu'il ne dût commencer par être circoncis; « car, disait-il, je ne vois pas dans le livre qu'on m'a fait lire, un seul personnage qui ne l'ait été; il est donc évident que je dois faire le sacrifice de mon prépuce; le plus tôt c'est le mieux ». Il ne délibéra point : il envoya chercher le chirurgien du village et le pria de lui faire l'opération, comptant réjouir infiniment Mademoiselle de Kerkabon et toute la compagnie, quand une fois la chose serait faite.

[...] Il fallait auparavant se confesser; et c'était là le plus difficile. L'Ingénu avait toujours en poche le livre que son oncle lui avait donné. Il n'y trouvait pas qu'un seul apôtre se fût confessé, et cela le rendait très rétif. Le prieur lui ferma la bouche en lui montrant, dans l'épître de saint Jacques le Mineur, ces mots qui font tant de peine aux hérétiques: *Confessez vos péchés les uns aux autres*. Le Huron se tut, et se confessa à un récollet. Quand il eut fini, il tira le récollet du confessionnal, et saisissant son homme d'un bras vigoureux, il se mit à sa place, et le fit mettre à genoux devant lui : « Allons, mon ami, il est dit : Confessez-vous les uns aux autres; je t'ai conté mes péchés, tu ne sortiras pas d'ici que tu ne m'aies conté les tiens. » En parlant ainsi, il appuyait son large genou contre la poitrine de son adverse partie. Le récollet pousse des hurlements qui font retentir l'église. On accourt au bruit, on voit le catéchumène qui gourmait le moine au nom de saint Jacques le Mineur (Voltaire, 1995, p. 86-87).

Criação de um grande satirista, o indígena *huron* é uma espécie de máscara ou porta-voz a quem Voltaire recorre para relativizar os símbolos e os códigos das instituições, potencializando sua crítica por meio do choque entre a visão de mundo de um selvagem e as leis e costumes de uma sociedade que se apresenta cheia de contradições. Inserido numa sociedade diferente daquela de onde surgiu, Ingênuo não admite ou não compreende os valores e as práticas que tal sociedade apregoa. Assim, expõe os vícios e o caráter convencional (e muitas vezes irracional) das instituições e valores sociais, relativizando-os no espaço e no tempo.

Felipe Botelho Corrêa (2016, p. 58) comenta que vários dos pseudônimos utilizados por Lima Barreto são “homenagens à tradição da sátira”. O caso de Ingênuo, no entanto, vai um pouco mais além pelo fato de o cronista não só adotar o nome da personagem voltairiana, como também, em pelo menos três crônicas da série, apropriar-se da personagem, chamando a si mesmo de Huron ou Ingênuo ou ainda colocando outra figura para assim chamá-lo. Por fim, Lima Barreto, vestindo a “máscara”, ainda se vale de procedimentos literários caros a autores de sátira como Voltaire para retratar a realidade de seu tempo.

No que se refere à frequência do pseudônimo Ingênuo na *Careta*, no período de 3 de abril a 15 de maio são publicadas sete crônicas sob essa assinatura. A primeira delas, “Por que será?” (3 de abril de 1915, edição 354), trata da iniciativa do Automóvel Clube de fundar, na praia de Copacabana, um luxuoso balneário. Ingênuo joga com a aparente contradição entre as atribuições de um clube ligado aos automóveis e um estabelecimento destinado a banhos, esportes e outras práticas de lazer, e traz elementos cômicos que acentuam o caráter fútil e elitista do empreendimento num momento em que se acentua a crise econômica. Já nessa crônica, a referência ao personagem de Voltaire é explícita: “O jovem Huron (lembrem-se de Voltaire), se visse tal coisa do Automóvel Clube, talvez pedisse um banho de mar em automóvel”⁶³. A alusão recebe um *reforço*, ao ser acompanhada da referência ao criador da personagem mencionada.

Na crônica seguinte, “Que governo” (10 de abril, edição 355), o alvo é a conturbada política do Amazonas, estado cuja situação se agravava com a crise da borracha. Em “Um diálogo”, a crônica da edição de 17 de abril (número 356), o tema da política, sempre caro a Lima, reaparece. Vemos surgir uma figura cara a outros pseudônimos e a outras obras de Lima Barreto: o senador Pinheiro Machado (1851-1915), considerado o todo-poderoso da Primeira República, conhecido por agir nos bastidores das disputas políticas. De

⁶³ *Careta*, 3 abr. de 1915, sem indicação de página.

certa forma, esta crônica dialoga com “A chegada”, uma vez que trata do mesmo tema, apresentando inclusive as mesmas “personagens”.

A “mania do doutor” ou “doutoromania” também foi tratada por Ingênuo. Na crônica “Por força”, a própria *persona* do Huron/Ingênuo dialoga com um amigo, o Políbio, um doutor que quer, por força, fazer doutor o filho, uma nulidade completa, pois “não há arame que meta na cabeça do pequeno as mais elementares noções”⁶⁴. Nesse texto, o contexto ficcional como procedimento satírico encontra-se bem definido.

Ingênuo assina também a crônica “A tal ciência”, uma poderosa crítica às práticas científicas e à maneira como as autoridades conduziam a ciência nas primeiras décadas do século XX.⁶⁵

Numa terceira e última crônica com temática predominantemente política, “A zanga dos edis” (8 de maio, edição 359), Ingênuo trata da política na esfera municipal e critica a troca de favores e a defesa de interesses particulares por parte dos encarregados da máquina pública. Encerrando a “atuação” do pseudônimo na revista, a crônica “Muito justa!”, de 15 de maio, vai tratar do arrivismo, não pela via do doutor, mas pelas pretensões ao ingresso nas Academias.

É preciso levar em conta que o período de publicação das crônicas assinadas por Ingênuo coincide com a publicação de parte do romance satírico *Numa e a Ninfa*, na forma de folhetins no jornal *A Noite*. Anunciada na edição de 12 de março, a publicação se inicia em 15 de março de 1915 (estendendo-se até 26 de julho) e menos de duas semanas depois da estreia a primeira crônica de Lima aparece estampada nas páginas da *Careta*. É possível que a coincidência explique o fato de as primeiras crônicas na revista, independentemente da assinatura sob a qual são publicadas, aparecerem impregnadas do espírito satírico de *Numa e a ninfa*, inclusive com repetidas referências a personagens do romance, como Bastos (Pinheiro Machado) e Bentes (Hermes da Fonseca).

Trata-se de uma obra por encomenda. Na definição de Fantinati (2012, p. 85), *Numa e a ninfa* é “uma sátira à campanha política para a sucessão de Nilo Peçanha (1909-1910) à presidência da República”. Tendo tomado partido contra a corrente militarista encabeçada pelo general Hermes da Fonseca (ministro da Guerra no governo Afonso Pena), retratado no romance como o general Bentes, Lima temia que a presença militar no governo voltasse a crescer. Suas apreensões faziam muito sentido, pois a ditadura florianista (retratada

⁶⁴ *Careta*, 24 abr. de 1915, sem indicação de página.

⁶⁵ “A tal ciência” foi objeto de análise na dissertação de Mestrado (Silva, 2017, pp. 86-92)

anteriormente em seu romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*) era ainda uma memória dolorosa para o autor e para grande parcela da população. Em *Numa e a ninfa*, ele registra:

A cidade estava apreensiva e angustiada. É que ela conhecia essa espécie de governos fortes, conhecia bem essas aproximações de ditadura republicana. O florianismo dera-lhe a visão perfeita do que eram. Um esfacelamento da autoridade, um pululamento de tiranos; e, no fim, um tirano em chefe que não podia nada. A liberdade conciliada com a ditadura! Quem regulava essa conciliação, quem determinava os limites de uma e de outra? Ninguém, ou antes: a vontade do tirano, se fosse um, ou de dois mil tiranos, como era de esperar. Os moços, os que tinham visto os acontecimentos de 93, quando meninos, no instante da vida em que se gravam bem as dolorosas impressões, anteviam as execuções, os fuzilamentos, os encarceramentos, os homicídios legais e se horrorizavam (Barreto, 1956, p. 78).

Edgard Carone, estudioso da chamada República Velha, delineia os principais traços do período histórico:

[...] a inflação, a guerra, as crises econômicas, o mal-estar social são gerais. O país, que passara por um período de estabilidade entre 1904 e 1910, entrara por uma época de conflitos políticos no período de Hermes da Fonseca; a deterioração econômica, porém, se inicia, realmente, em 1913. Agora, os efeitos são maiores, porque a guerra, falta de empréstimos e outros fatores, levam ao desemprego e acentuam as lutas entre as classes sociais (Carone, 1983, p. 317).

É importante lembrar que a deterioração iniciada em 1913 se deve à crise da economia mundial impulsionada pelos conflitos nos Balcãs (primeiro na Bulgária, em 1912, depois na Sérvia, no ano seguinte) e posteriormente pela eclosão da Primeira Guerra Mundial, que levaram as instituições financeiras da Europa a restringir recursos. Como o Brasil dependia de financiamento externo regular, os reflexos da crise no país foram principalmente a baixa nas exportações do café e da borracha, que se juntaram à carência de crédito internacional (Menezes, 2016, p. 23).

Se o satirista deseja dar a conhecer as ameaças da realidade em dado momento histórico e oferecer, por contraposição, outra gama de valores que melhor se ajustem à sua concepção de justiça, é perfeitamente compreensível a escolha feita por Lima ao retratar o período do governo Hermes.

Embora o anúncio feito em *A Noite* deixe claro que a ideia de relatar “vários dos escândalos dos milhares que assinalaram o governo Hermes como o mais corrupto da história”⁶⁶ tenha surgido entre os membros da redação do periódico, a tarefa devia

⁶⁶ *A Noite*, 12 mar. 1915, p. 01.

corresponder às intenções do autor de *Policarpo Quaresma*, uma vez que uma de suas principais diretrizes era a de romper com concepções cristalizadas sobre a realidade e desnudar o grande mecanismo de corrupção existente no seio da política brasileira. Além disso, o período do governo Hermes, marcado pela instabilidade política, econômica e social, ao ser retratado nas palavras do satirista, prestava-se perfeitamente, como exemplo, ao trabalho de contraposição pela sátira.

Foi durante o período presidencial de Hermes da Fonseca que a predominância política do senador Pinheiro Machado atingiu o auge. Considerado uma eminência parda, o poderoso político do PRC⁶⁷ ditava as regras e administrava indiretamente, tendo exercido forte influência sobre o presidente. Diante do vasto anedotário em torno da figura de Hermes, Isabel Lustosa (2008, p. 95) levanta a possibilidade de o marechal ter sido “o presidente que, até hoje, tenha merecido o maior volume de charges, caricaturas, anedotas, poemas satíricos, marchinhas carnavalescas e apelidos de toda a história brasileira.”

2.2 “Não é bem cavalheiro nem cavaleiro”

Alguns cavalheiros, entre os quais está o Automóvel Clube, que não é bem cavalheiro nem cavaleiro, porque é um simples clube que se preocupa com automóveis, têm pedido favores para estabelecer em Copacabana um estabelecimento balneário.

Louvo essa preocupação dos cavalheiros; é, pois, de estranhar que um clube de automóveis tenha semelhantes preocupações.

Julgo que o fim desse clube deva ser o de animar entre nós o gosto pelo automóvel; e tenho notado que ele vai conseguindo muito a tal respeito, pois vejo luxuosos *pozos*, *landaulets* chiques transformados em táxis a preço cômodo.

Paulo de Gardênia, ou do Jasmim do Cabo, disse-me há dias que isso era devido à influência do meio.

Não creio muito nos conhecimentos sociológicos do Paulo de Gardênia, ou do Jasmim do Cabo.

Quem anda atracado às revistas de moda e à baronesa de Staffe não pode absolutamente meditar sobre o complexo de uma sociedade.

Essa vitória eminentemente democrática do Automóvel Clube conseguindo fazer de carruagens de luxo autos *à bon marché* é demonstrativo de que ele alcançou um dos seus fins, dando ao povo quase de graça lindos Chassins, Pannards, Renaults etc.

Mas por que cargas d'água irá o Automóvel Clube internar-se pelos banhos de mar?

Banho de mar é automóvel ou coisa que com ele se parece?

Creio que não. Se um clube de automóveis dá em fazer destas, o quer irá fazer o de Engenharia, por exemplo? Certamente tratar de cavalos de corridas. É verdade que o dr. Frontin trata de ambas as coisas, mas em clubes diferentes.

⁶⁷ “O Partido Republicano Conservador foi criado em 1910 com o objetivo de representar os ideais republicanos e oligárquicos das elites agrárias de estados descontentes com a política do café com leite, que detinha o poder federal nas mãos dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Seus principais representantes foram o senador pelo Rio Grande do Sul José Gomes Pinheiro Machado e o marechal Hermes da Fonseca, eleito presidente da República de 1910 a 1914” (Corrêa, 2016, pp. 499 e 500).

O jovem Huron (lembrem-se de Voltaire), se visse tal coisa do Automóvel Clube, talvez pedisse um banho de mar em automóvel.

Há quem os tome a cavalo, como dizem que fez durante muito tempo esse interessante sr. D'Annunzio; mas é que o cavalo não se estraga com a água e o automóvel levaria a breca.

Não atino bem com os motivos por que o Automóvel Clube quer ser banhista da população do Rio de Janeiro.

Enfim, pode ser que os seus sócios, desgostosos com a diminuição dos automóveis oficiais, queiram empregar o tempo em que deviam estar repimpados nas almofadas dos autos em coisas úteis, benéficas e práticas.

Paulo de Gardênia, ou do Jasmim do Cabo, talvez explique melhor o fato, como me explicou o de terem os *pozos* de luxo vindo para a rua com o taxímetro bem à vista do freguês.⁶⁸

Em março de 1915, uma comissão representada por Richard Ligonto, secretário geral do Automóvel Clube do Brasil, apresentou a Rivadávia Correia, então prefeito do Rio de Janeiro, o projeto de um suntuoso balneário a ser construído na praia de Copacabana, “entre a Rua Belfort e a Rua Nove de Fevereiro”. Segundo informações veiculadas pelo *Correio da Manhã*,⁶⁹ a iniciativa correspondia a uma “urgente necessidade” da capital e pretendia atrair “grande número de *touristes*, especialmente do Rio da Prata”. Ainda segundo a proposta, o balneário seria construído nos moldes europeus, com “todas as regras da higiene moderna” para favorecer os “banhos de mar e de ar (hidro e aeroterapia)”, considerados “um dos fatores mais importantes da saúde pública” e contaria com um completo serviço de hotel, salões de concertos e leitura, *buffet*, grandes terraços, restaurantes, áreas para a prática de esportes náuticos, serviço de salvamento e de ginástica, além, claro, de “embarcações a remo, a vela e automóveis”.

A chegada ao Brasil do primeiro automóvel com motor a explosão (um modelo da marca Decauville) data de 1900⁷⁰. Em 1906, houve a tentativa fracassada de construir uma estrada de rodagem entre a Capital e Petrópolis (cobrindo uma distância de nove quilômetros), a primeira pensada para o uso direto do automóvel. Dez anos depois, durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Estradas de Rodagem (evento que já refletia as preocupações com o novo papel do automóvel no país), a ideia da rodovia foi retomada, mas continuou apenas como projeto até que em 1926, com o financiamento conjunto do Governo Federal, dos estados de Rio e Minas e de sócios do Automóvel Clube, o trecho foi finalmente inaugurado. Alguns anos antes (1922), porém, um grupo de membros do mesmo Automóvel Clube, depois

⁶⁸ *Careta*, 3 abr. 1915, sem indicação de página. Esta é a primeira crônica em que Lima Barreto utiliza o pseudônimo Ingênuo.

⁶⁹ *Correio da Manhã*, 10 mar. 1915. p. 3 (“Copacabana, ao que parece, vai ter o que lhe falta: um estabelecimento balneário”)

⁷⁰ Costa (2013, p. 17) relembra que os modelos importados para o Brasil anteriores a 1900 possuíam motores a vapor e não a combustão interna.

de dias rodando sobre um terreno que oferecia muitas dificuldades, conseguira realizar a primeira viagem até Petrópolis (Costa, 2013, p. 3)

Desde sua fundação, no Rio de Janeiro, em 1907, quando procurou reunir os primeiros proprietários de automóveis do país, o Automóvel Clube do Brasil envolveu-se em diversas atividades, entre elas o Carnaval e o incentivo ao esporte e ao turismo, tendo inclusive apresentado um projeto ao Senado para o desenvolvimento do turismo sul-americano⁷¹. Em fevereiro de 1915, por exemplo, quando a entidade tinha por sede o número 308 na praia de Botafogo, reuniu-se com outros clubes esportivos e recreativos para juntos planejarem uma “*promenade elegante*” destinada a “levar o brilhantismo mundano requerido ao *corso* de segunda-feira gorda, nas alamedas graciosas da sonhadora Botafogo”. O objetivo era, segundo a matéria não assinada do *Correio da Manhã*, organizar “o Carnaval da senhora elegante”:

Ora, este, positivamente, só pode ser se o exemplo for inspirado, nesse Carnaval, de uma simplicidade e de uma elegância adoráveis, como é essa graciosa *promenade*, de carros e automóveis floridos; de aristocráticos *ecuyers*, lado a lado de graciosas e voadoras bicicletas, motopycles [sic] e opulentos cavalos, onde a *demoiselle*, a senhora de família, o cavalheiro, o *sportman*, na adorável preocupação de exibir o seu *chic* pessoal, o seu bom gosto artístico, revelado através da ornamentação galante de sua máquina, do seu animal, da sua *carrocerie*, em suma – resume o requinte da delicadeza e da estesia.⁷²

O objetivo da citação é mostrar como as atribuições do Automóvel Clube podiam ser vistas e para quais grupos sociais ele se dirigia em suas representações. A posse e mesmo o nascente imaginário em torno dos automóveis (vale lembrar, como exemplo, que a revista *Fon-fon!* tinha seu título inspirado no som de uma buzina), surgiram entre grupos elitizados, uma vez que possuir um veículo nesse período exigia o desembolso de uma soma considerável. Por isso, os carros foram logo transformados em ícones de *status*, luxo e distinção social, mesmo que, inicialmente, seu uso fosse dificultado pelas péssimas condições das ruas e estradas. Ao eleger, portanto, o Automóvel Clube como alvo, Lima Barreto sabia estar se dirigindo a um grupo seletivo, representativo de interesses sabidamente particulares.

Schwarcz (2017, p. 297) relaciona a chegada dos primeiros veículos ao Brasil ao contexto de modernização da então Capital Federal entre o final do século XIX e o início do século XX, quando, de fato, passou-se a cultivar em torno do automóvel todo um imaginário

⁷¹ *Correio da Manhã*, 11 mar. 1915, p. 2 (“O A.C.B. assume a direção do turismo no Brasil”)

⁷² *Correio da Manhã*, 1º fev. 1915, p. 4 (“Os clubs sportivos e o Carnaval”)

que associava velocidade e força ao progresso e que, em certa medida, prenunciava o futuro da vida urbana (não só no então Rio de Janeiro, mas em incontáveis cidades pelo mundo ao longo do século passado), cuja dinâmica seria afetada, até os dias atuais, pela centralidade do transporte individual baseado em automóveis para o crescimento dos centros urbanos e para a própria noção de transporte, culminando no estrangulamento do trânsito nas grandes cidades e no aumento da poluição, graças à persistência do modelo desenvolvimentista baseado em combustíveis fósseis.

É Lilia Schwarcz também quem relembra, a propósito dos primeiros anos do século XX, um conto de Lima Barreto que desnuda a mentalidade ou o fetiche associado à presença crescente dos automóveis no Rio de Janeiro. No conto “Um e outro”, publicado inicialmente na revista portuguesa *A águia* (dedicada à arte e à literatura), em edição de julho-dezembro de 1913 e depois reunido a outros contos publicados como apêndice à primeira edição de *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1916), a protagonista Lola, uma mulher que se aproxima dos cinquenta anos, é amante de Freitas, um homem cuja vida, para ela, tinha um “ar burguês”, marcada por um equilíbrio e uma regularidade que a desagradavam.

Lola mantém um relacionamento com um *chauffeur*, que lhe aparece como um “ente sobre-humano” e que ela vê “coado através da beleza daquele ‘carro’ negro, arrogante, insolente, cortando a multidão das ruas orgulhoso como um Deus” (Barreto, 2010, p. 83). Para ela, veículo e homem constituem não apenas uma só imagem, “tendo a seu dispor a força e a velocidade do vento”, como também um único objeto, pois “o ‘carro’ [entre aspas no conto] era como os membros do outro e os dois complementavam-se numa representação interna, maravilhosa de elegância, de beleza, de vida, de insolência, de orgulho e de força”:

O automóvel, aquela magnífica máquina, que passava pelas ruas que nem um triunfador, era bem a beleza do homem que o guiava; e, quando ela o tinha nos braços, não era bem ele quem a abraçava, era a beleza daquela máquina que punha nela ebriedade, sonho e a alegria singular da velocidade. Não havia como aos sábados em que ela, recostada às almofadas amplas, percorria as ruas da cidade, concentrava os olhares e todos invejavam mais o carro que ela, a força que se continha nele e o arrojo que o *chauffeur* moderava. A vida de centenas de miseráveis, de tristes e mendicantes sujeitos que andavam a pé, estava ao dispor de uma simples e imperceptível volta no guidão; e o motorista, aquele motorista que ela beijava, que ela acariciava, era como uma divindade que dispusesse de humildes seres deste triste e desgraçado planeta (Barreto, 2010, p. 83).

Um aspecto a ressaltar no trecho acima diz respeito à contraposição entre a força do veículo (modulada e conduzida pelo motorista) e a fragilidade de grupos empobrecidos “que andavam a pé” (note-se já a distinção feita a partir das formas de deslocamento pela

cidade) e cujas vidas ficavam à disposição “de uma simples e imperceptível volta no guidão”. O carro, como ícone do progresso sonhado pelas (e para) as elites, carrega consigo o poder de destruir, de passar por cima de todos aqueles que se interpõem em seu caminho, com o simples acionamento de um mecanismo, de forma análoga ao que vinha sendo feito no âmbito das reformas urbanas e, num plano mais amplo, ao processo de adensamento da modernidade. Vale lembrar que, já nas primeiras décadas do século XX, são numerosas as notícias sobre pessoas que são colhidas por automóveis.

Essa digressão é importante porque nos dá uma dimensão da visão crítica que Lima Barreto manifestava a respeito dos automóveis, compreendendo-os, na prática, como parte de uma estrutura simbólica complexa utilizada por grupos privilegiados que “elegiam” determinados objetos, comumente atrelados ao universo urbano, para expressarem ou validarem seus projetos e suas visões de mundo.

Na obra limabarretiana, não são raras as representações de poderosos em automóveis. Em *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919), por exemplo, o velho funcionário da Secretaria dos Cultos, em conversa com o personagem-narrador Augusto Machado, começa a tecer críticas ao Barão do Rio Branco, apelidado de Juca Paranhos. Machado narra então o que se segue: “Por essa ocasião [...], repimpado em um luxuoso automóvel de capota arriada, passou, com o ventre proeminente atraído pelos astros, o poderoso ministro de Estrangeiros” (Barreto, 1956, v. 4, p. 70).

Em *Numa e a Ninfa*, a serviço do poderoso Bentes (representação satírica de Hermes da Fonseca), os cabos eleitorais Campelo e Lucrécio Barba-de-bode ameaçam e subornam funcionários dos Correios responsáveis pelos livros eleitorais durante a campanha e, em seguida, desfilam orgulhosos de suas ações: “E Campelo, dias depois, nédio, ventrudo, dessorando gorduras, passeava o seu olhar trampolineiro sobre a população, do alto de um automóvel, entre Totonho e Lucrécio Barba de Bode” (Barreto, 1956, v. 3, p. 243).

Voltando à crônica publicada na *Careta*, o caráter elitista da proposta do Automóvel Clube não passou despercebido diante dos olhos do sempre observador Lima Barreto. Afinal, tratava-se de mais um entre os incontáveis projetos, levados a cabo desde a administração do prefeito Pereira Passos (1902-1906), destinados à *europeização* da então Capital Federal e a uma consequente supervalorização da vivência urbana centrada na sociabilidade das classes mais abastadas, em detrimento dos grupos menos favorecidos, constantemente invisibilizados pelo poder público e logo empurrados em massa para as áreas mais afastadas da cidade.

O que Ingênuo faz, assumindo “uma atitude militante em face da experiência” (Frie, 2014, p. 369), é ironizar as atribuições do Automóvel Clube, aproximando-as do ridículo, rebaixando-as, ao brincar com o fato de um clube responsável por automóveis propor a criação de um balneário. O próprio título interrogativo da crônica já instaura a incerteza, pois levanta a dúvida a respeito das intenções que se ocultariam sob a teia de possíveis vantagens que o empreendimento poderia trazer. A julgar pela proposta do clube, publicada na íntegra na já referida edição de 10 de março do *Correio da Manhã*, o empreendimento parecia bem vantajoso para a organização. Segundo os termos, “não tendo o A.C.B. intuítos especulativos, os preços dos serviços prestados serão os mínimos possível e sujeitos à aprovação da Prefeitura” (7º item) e, mais adiante:

8º - O Balneário gozará da isenção de impostos municipais durante o prazo da concessão; 9º - A prefeitura obterá as necessárias autorizações do governo federal, inclusive a permissão para a construção do Balneário na praia, nos terrenos que forem de marinhas; 10º - A concessão será pelo espaço de cinquenta anos, contados da data da aprovação das plantas pela Prefeitura. Para as futuras e eventuais necessidades de dar amplitude ao Balneário, não poderá ser dada nenhuma outra concessão no raio de 500 metros; 11º - Findo o prazo de concessão, o Balneário reverterá à Municipalidade, em plena propriedade, sem que assista ao concessionário indenização alguma; 12º - No prazo máximo de seis meses depois da assinatura do contrato, o Automóvel Clube do Brasil deverá apresentar a planta e mais detalhes de construção; e uma vez que esta sejam [sic] aprovada deverá iniciar a construção, dentro do prazo máximo de seis meses.⁷³

Diante do fato inusitado de um clube de automóveis propor a criação de um balneário, o cronista passa a jogar com os termos desde o início da crônica, a começar pelo emprego dos parônimos cavalheiro/cavaleiro, que instauram uma distorção cômica ao simularem uma confusão entre os indivíduos, as instituições e suas respectivas atribuições: “Alguns *cavalheiros*, entre os quais está o Automóvel Clube, que não é bem *cavalheiro* nem *cavaleiro*, porque é um simples clube que se preocupa com automóveis...” (Barreto, 2016, p. 246, grifos nossos). O texto será povoado por cavalheiros como Paulo de Gardênia e Paulo de Frontin e cavaleiros, como D’Annunzio, com este último acumulando a dupla função de *cavalheiro* e *cavaleiro*, ao ser evocado por seu hábito de tomar banhos a cavalo, como veremos mais adiante.

Depois de dizer que louva a preocupação dos *cavalheiros*, Ingênuo ressalta que “é, pois, de estranhar que um clube de automóveis tenha semelhantes preocupações” e

⁷³ *Correio da Manhã*, 10 mar. 1915. p. 3 (“Copacabana, ao que parece, vai ter o que lhe falta: um estabelecimento balneário”)

pondera que, segundo seu entendimento, o objetivo desse clube “deva ser o de animar entre nós o gosto pelo automóvel”, e que o A.C.B. já havia realizado muito a respeito disso, pois ele mesmo, Ingênuo, via “luxuosos *pozos, landaulets*”⁷⁴ chiques transformados em táxis a preço cômodo”.

Curiosa é a alusão ao nome de Paulo de Gardênia. Após mencionar a transformação de automóveis *chics* em táxis (o que, por sua vez, no plano da crônica, constitui outro índice de rebaixamento), o cronista acrescenta: “Paulo de Gardênia, ou do Jasmim do Cabo, disse-me há dias que isso era devido à influência do meio.”

Paulo de Gardênia era o pseudônimo de Benedito dos Santos Costa (nascido em 1889), escritor, jornalista e cronista social negro conhecido principalmente por ter sido um dos redatores da célebre seção “O Binóculo” na *Gazeta de Notícias*, coluna mundana considerada “termômetro comportamental da elite social que buscava estar *up-to-date* com as novidades de Paris e Londres” (Góes, 2015, p. 24). Também assinando Paulo de Gardênia, o escritor redigiu, durante um curto período entre 1914 e 1915, a coluna “O momento elegante” da *Revista da Semana*. Em 1916, ano em que deixa a *Gazeta de Notícias*, viaja a Paris, de onde passa a produzir, para a mesma *Revista da Semana* (entre outubro de 1917 e outubro de 1918), crônicas reunidas sob o título de “Ecos do Boulevard”, em que traça impressões e tece comentários sobre a vida parisiense. Publicou as obras *Sol de primavera*⁷⁵ (romance, 1914), *Letícia* (romance, 1917), *A conquista de Helena* (romance, sem data identificada, mas que recebeu uma segunda edição em 1932), além de *O romance no Brasil* (1918) e *Bibliothèque d'études brésiliennes* (1918). Exerceu ainda, no Rio, a função de oficial da Instrução Pública.

A alusão a Paulo de Gardênia na crônica se deve, em parte, ao fato de o cronista social ter sido o responsável, em “O Binóculo”, por incentivar a transformação de Copacabana numa praia de banhos elegante como as europeias, criando, como campanha, o slogan “Ostendisar Copacabana”⁷⁶, em referência à cidade belga de Ostende, famosa por sua praia banhada pelo Mar do Norte.

A *Gazeta de Notícias* era um jornal de elite, com um público fiel e que contava com redatores de peso como Guimarães Passos, Olavo Bilac, Emílio de Menezes, Pedro Rabello, Viriato Corrêa e Paulo Barreto, este mais conhecido pelo pseudônimo João do Rio

⁷⁴ *Landaulet* refere-se a um estilo de carroceria de automóveis, em que a parte traseira era conversível. Por permitirem a exposição dos passageiros, carros com essa característica foram muito utilizados por figuras públicas em eventos com procissões e desfiles.

⁷⁵ *Sol de primavera* foi publicado inicialmente em folhetins na *Gazeta de Notícias*.

⁷⁶ *Gazeta de Notícias*, 7 mar. 1915, p. 5 (“Automóvel Club e as nossas praias”).

(Góes, 2013, p. 25). “O Binóculo” teve como titular, entre 1907 e 1914, o célebre Figueiredo Pimentel, responsável pela identidade da coluna mundana que “tinha grande vivacidade, bom ritmo e por sua própria dinâmica se estruturava em flashes, fragmentos diversos”, embora, frequentemente, “ganhasse os contornos da crônica” quando determinado tema exigia maior atenção por parte do colunista (Góes, 2015, p. 24). A modernização do periódico se confunde com o início da atuação de Pimentel em sua famosa coluna:

A partir de 1907, ano em que é iniciada a coluna Binóculo, [a *Gazeta de Notícias*] se torna a mais moderna das folhas diárias. Oferece maior número de fotos, suplementos literários, ilustrações em cores, entre outras novidades. Como jornal moderno que era, tinha necessidade de contar com um apologista das reformas empreendidas na cidade durante o governo de Rodrigues Alves, a partir de 1904, e que teve nas figuras do prefeito Pereira Passos e de Oswaldo Cruz seus mais destacados representantes. O apologista em referência era o poeta e cronista Olavo Bilac. Mas, fazia-se ainda necessária uma seção que indicasse o que estava em acordo com a vida moderna, como se comportar e viver na “metrópole”; nesse caso a responsabilidade recaía sobre Figueiredo Pimentel, que desempenhou esse papel com grande desenvoltura, informando aos leitores como exercitar a vida metropolitana *smart*. É dele, por exemplo, a máxima que se torna o slogan da modernização da cidade “o Rio civiliza-se”, como também “a ditadura do smartismo”, que se refere ao modo “descolado”, atualizado de viver e circular pelos lugares “certos” da cidade (Góes, 2015, p. 25).

Embora a atuação de Figueiredo Pimentel tenha recebido críticas, não parece que seu espaço na *Gazeta de Notícias* tenha sido questionado, diferentemente do que se passou com Paulo de Gardênia.

A origem do codinome Jasmim do Cabo (outro nome para definir as plantas do gênero gardênia), que o cronista repete nas três vezes em que menciona o pseudônimo Paulo de Gardênia, pode ser compreendida a partir da leitura de uma anotação feita pelo escritor maranhense Humberto de Campos (1886-1934)⁷⁷ em seu *Diário Secreto* e reproduzida no periódico *Diário da Noite* em 1950:

08 de janeiro de 1915: De caminho para casa, passei na “Gazeta de Notícias”, para falar com o Nogueira da Silva. Não estava. Conversei com o Paulo de Gardênia (Benedito Costa), um adorável imbecil que faz o “Binóculo”, a seção elegante do jornal. Esse Benedito é um mulato pernóstico, tornado popular pela sua encantadora cretinice. A propósito da sua pessoa e do seu nome, conta-se, entre outras, a seguinte anedota. O

⁷⁷ Humberto de Campos ingressou na Academia Brasileira de Letras em 1919, na sucessão de Emílio de Menezes, tendo ocupado a cadeira de número 20. Escreveu para jornais de vários estados, entre eles os cariocas *O Jornal*, *Gazeta de Notícias*, *O Imparcial* e *Correio da Manhã*. Em 1920, foi eleito Deputado Federal pelo Maranhão.

Emílio de Menezes havia tido a apresentação desse figurino, mas com as roupas do seu pseudônimo:

- O Paulo de Gardênia, da Gazeta...

Emílio, que o conhecia pelo nome de batismo, indagou:

- Não é o Benedito da Costa?

- Benedito Costa – emenda o Petrônio-mirim.

E o Emilio, com alusão à cor do elegante:

- Ora, o senhor já viu Benedito que não seja... da Costa!?

O Emílio costuma chamar a esse legítimo representante da futilidade carioca, em vez de Paulo de Gardênia – Paulo Jasmim do Cabo.

É ainda uma alusão à costa d'África...⁷⁸

Em outras duas ocasiões, é possível encontrar a referência a Paulo de Gardênia associando-se ao pseudônimo a denominação “Jasmim do Cabo”, o que indica que a “anedota” racista a que se refere Humberto de Campos era amplamente conhecida nos círculos da imprensa. No *Correio da Manhã*, em uma pequena seção de tom humorístico intitulada “Para ler no bonde”, na edição de 13 de dezembro de 1927, lê-se:

Apareceu a declaração de que o antigo cônsul-literato Benedito da Costa não usará mais o pseudônimo de Paulo de Gardênia.

– E agora, perguntamos ao Calixto, como ele irá assinar-se?

– Sendo ele Benedito, e da Costa, provavelmente usará o pseudônimo de Paulo Jasmim do Cabo, respondeu-nos o caricaturista.⁷⁹

No *Diário de Notícias* de 15 de abril de 1934, p. 17, encontramos “Cronistas mundanos”, texto de Agripino Grieco, em que este se refere a Paulo de Gardênia como “discípulo e imitador de João do Rio”, além de retomar o codinome “Paulo Jasmim do Cabo”, corroborando a informação de que o apelido fora mesmo criação de Emílio de Menezes.

A referência de Ingênuo ao pseudônimo Paulo de Gardênia, pelo qual Benedito da Costa era amplamente conhecido, e depois ao pseudônimo Jasmim do Cabo, é feita utilizando a conjunção alternativa “ou”, detalhe que, mais uma vez no plano das escolhas lexicais e sintáticas extremamente significativas para a veiculação satírica, comunica ainda a duplicidade que vinha sendo construída (cavalheiro/cavaleiro; mar/automóvel; carros luxuosos/táxis) e que ditará o movimento de toda a crônica.

⁷⁸ *Diário da Noite*, 22 dez. 1950, p. 28.

⁷⁹ *Correio da Manhã*, 13 dez. 1927, p. 2 (“Para ler no bonde”).



Figura 1 – Paulo de Gardênia, por ocasião do anúncio, na *Revista da Semana*, da publicação do romance *Sol de primavera* (1914)⁸⁰

Ao se referir a Paulo de Gardênia por meio da reiteração de seu apelido rebaixador, é possível pensar que Lima Barreto esteja chamando a atenção do jovem escritor e cronista social por sua passividade, já que, ao que tudo indica (e pela ausência de evidências até o momento), ele nunca contestou publicamente a alcunha racista. Como cronista mundano de um jornal de elite, Paulo de Gardênia transitava muito confortavelmente entre os círculos mais abastados, diferentemente de Lima Barreto, que criticava abertamente o *status quo*.

A acidez da crítica ao cronista social pode ser observada também quando o nome de Paulo de Gardênia aparece ligado ao de outra personalidade: “Quem anda atracado às revistas de moda e à baronesa de Staffe não pode absolutamente meditar sobre o complexo de uma sociedade”⁸¹. Curiosamente, baronesa de Staffe é também um pseudônimo. A escritora francesa Blanche-Augustine-Angèle Soyer (1843-1911) o utilizava em suas obras destinadas a orientar sobre a etiqueta e a moda principalmente com base na sociabilidade burguesa do final do século XIX. Escreveu *Usages du monde: règles du savoir-vivre dans la société moderne* (1889), *Le cabinet de toilette* (1891) e *La véritable élégance* (1892), entre outros.

⁸⁰

Disponível

em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025909_01&pesq=%22Paulo%20de%20Gardenia%22&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=19114. Acesso em: 31 maio 2024.

⁸¹ *Careta*, 3 abr. 1915, sem indicação de página.

Há uma nítida *construção em camadas* que se faz a partir da menção a vários pseudônimos na crônica, a começar pela própria autoria do texto, que é atribuída a um codinome (Ingênuo) cuja origem se funda num propósito satírico e para o qual o autor dá uma pista ao dizer que “o jovem Huron (lembrem-se de Voltaire, se visse tal coisa do Automóvel Clube, talvez pedisse um banho de mar em automóvel”. A alusão ao personagem voltairiano recebe, neste caso, um reforço, ao vir acompanhada desta autoria. Desta *outra autoria* também fundada num pseudônimo, já que Voltaire era o nome pelo qual o filósofo e escritor francês, nascido François-Marie Arouet, ficou mundialmente conhecido. Uma terceira camada pseudonímica é a formada por Benedito da Costa, que constitui, por si mesma, uma tripla camada que evoca, pelos contrastes já mencionados, o espectro racista na construção do “pseudônimo do pseudônimo” Jasmim do Cabo. Ainda, há a camada constituída pelo pseudônimo baronesa de Staffe. Todos esses índices contribuem para que os conteúdos da crônica sejam submetidos à técnica do estranhamento, por meio da qual o satirista provoca “o receptor à reflexão e não à empatia” (Fantinati, 2012, p. 72). O pseudônimo, sendo um falso nome (se nos apegarmos à etimologia), diz respeito àquilo que *não é* ou àquilo que se *esconde* sob a camada de um nome. O pseudônimo está situado na camada da aparência, do parecer que esconde o ser, cujo desvelamento ou desconstrução também está no âmbito da sátira.

Se, por um lado, o jogo pseudonímico repercute ou encena essa alternância entre mostrar e esconder, essa confusão muitas vezes naturalizada entre aparência e essência, ele traz também para o palco a relação entre discurso e intenção, mostrado pelo andamento que Fantinati (2012) denomina como “tético/antitético” e que se pauta, por exemplo, no recurso à negativa e a termos adversativos (mas e seus correlatos). O cronista de “Por que será?” diz: “*não* creio muito nos conhecimentos sociológicos do Paulo de Gardênia, ou do Jasmim do Cabo” e, mais adiante:

*Mas por que cargas d’água irá o Automóvel Clube internar-se pelos banhos de mar?
Banho de mar é automóvel ou coisa que com ele se parece?
Creio que não. Se um clube de automóveis dá em fazer destas, o que irá fazer o de Engenharia, por exemplo? Certamente tratar de cavalos de corrida. É verdade que o dr. Frontin trata de ambas as coisas, mas em clubes diferentes.”⁸²*

Outra vez, ecoando as saborosas confusões do *huron* de Voltaire, são colocados em paralelo conceitos incompatíveis, como “banho de mar” e “automóvel”, assim como

⁸² *Careta*, 3 abr. 1915, sem indicação de página.

“clube de Engenharia” e “corrida de cavalos”, embora, para este último par, a incompatibilidade fosse a regra...

A alusão ao personagem de Voltaire, ao mesmo tempo em que instaura a *biblioteca*, duplamente “puxando” Voltaire pela *memória*, este “grande espaço de jogo” (Samoyult, 2008, p. 85), aponta para as intenções do satirista e começa a acentuar as notas cômicas, escancarando as disparidades instauradas anteriormente entre cavaleiro e cavalheiro, entre banho de mar e automóvel, entre nomes e codinomes. O *huron* do filósofo e satirista francês talvez pedisse mesmo um banho de mar em automóvel diante de notícia tão inusitada (reflexo de um contexto histórico que, como o francês, também se mostrava às avessas), a exemplo de quando, no conto satírico, exigiu que fosse batizado em água corrente, pois era isso o que recomendava o Novo Testamento, o livro que o indígena devorara “com prazer”:

[...] A senhorita de Kerkabon chorava; a senhorita de St. Yves não chorava, mas lançava profundos suspiros que pareciam testemunhar o seu gosto pelos sacramentos. Passeavam elas tristemente ao longo dos salgueiros e caniços na margem do ribeiro de Rance, quando viram, no meio da correnteza, um grande vulto branco com as mãos cruzadas no peito. Soltaram um grito e desviaram-se. [...]

Acorreram o prior e o abade e perguntaram ao Ingênuo o que estava fazendo ali.

- Ora! Aguardo o batismo. Faz uma hora que estou dentro d'água. E não é nada direito deixarem-me aqui gelando.

[...]

- Agora o senhor não me convencerá como da outra vez; desde então tenho estudado bastante e estou certo de que não se batiza de outra forma. O eunuco da rainha Candace foi batizado num rio: desafio o senhor a que me mostre no livro que me deu se alguma vez se batizou a não ser assim. Ou não serei batizado, ou serei batizado no rio (Voltaire, 2002, p. 283-284).⁸³

Nesse processo, vão se desnudando também os reais interesses do A.C.B., mesmo que, um pouco mais adiante, o cronista confesse (não ignorar o papel da negativa para a

⁸³ [...] Mademoiselle de Kerkabon pleurait. Mademoiselle de Saint-Yves ne pleurait pas, mais elle poussait de profonds soupirs qui semblaient témoigner son goût pour les sacrements. Elles se promenaient tristement le long des saules et des roseaux qui bordent la petite rivière de Rance, lorsqu'elles aperçurent au milieu de la rivière une grande figure assez blanche, les deux mains croisées sur la poitrine. Elles jetèrent un grand cri et se détournèrent [...]

Le prieur et l'abbé, étant accourus, demandèrent à l'Ingénu ce qu'il faisait là. « Eh parbleu! Messieurs, j'attends le baptême: il y a une heure que je suis dans l'eau jusqu'au cou, et il n'est pas honnête de me laisser morfondre.[...] »

« Vous ne m'en ferez pas accroire cette fois-ci comme l'autre; j'ai bien étudié depuis ce temps-là, et je suis très certain qu'on ne baptise pas autrement. L'eunuque de la reine Candace fut baptisé dans un ruisseau; je vous défie de me montrer dans le livre que vous m'avez donné qu'on s'y soit jamais pris d'une autre façon. Je ne serai point baptisé du tout, ou je le serai dans la rivière. » (Voltaire, 1995, p. 88-89)

sátira) não atinar bem “com os motivos por que o Automóvel Clube quer ser banhista da população do Rio de Janeiro.”⁸⁴

A menção do cronista ao nome de d’Annunzio, quando evoca que há quem tome banhos a cavalo, “como dizem que fez durante muito tempo esse interessante sr. D’Annunzio”, recapitula a oposição/confusão entre cavaleiro/cavalheiro e aprofunda a comicidade ao acrescentar: “mas é que o cavalo não se estraga com a água e o automóvel levaria a breca.”

Gabriele d’Annunzio (1863-1938) foi um poeta, romancista, jornalista, dramaturgo e político italiano, considerado um dos principais expoentes do decadentismo europeu na transição entre os séculos XIX e XX. Principal responsável por disseminar os ideais do esteticismo, movimento literário cuja origem agrega experiências que vão do Romantismo ao decadentismo, passando pelas ideias da “arte pela arte” dos parnasianos franceses. Preocupava-se com a busca pela beleza e pela máxima fruição a todo custo, sendo considerado legítimo tudo aquilo que satisfizesse o esteta, independentemente de interdições morais ou legais. Para este, a realidade cotidiana não despertava interesse, por ser considerada banal e desprovida de atrativos estéticos (Dalla Bona, 2017, p. 65).

Os romances e crônicas de D’Annunzio estão impregnados, segundo Dalla Bonna (2017, p. 66), de um “esnobismo provincial”. O declínio da alta sociedade romana, desconectada tanto da realidade do restante do país como da política europeia, “casava-se perfeitamente com a natureza refinada e volúvel de D’Annunzio”. Entre as preocupações do cronista estão “a aparência física das mulheres, da moda e de seus acessórios, das partidas de esgrima e das corridas de cavalo, da arquitetura da nova capital [Roma] e da riqueza dos palácios antigos e de suas obras de arte [...]” (idem, pp. 66-67)

Observa-se, ao longo das primeiras décadas do século XX, o uso do adjetivo “dannunziano” para definir essa estética, em geral com um sentido de crítica. No artigo de Agripino Grieco no *Diário de Notícias*, referido pouco acima, o crítico assim se refere à produção literária de Paulo de Gardênia:

Ah! Quase nos esquecíamos de dizer que ele também tentou o romance, pondo personagens *dannunzianas* em nosso ambiente e gastando joias e sedas dispendiosas com umas senhoras que no máximo fariam juz aos pingos d’água da Casa Sloper e aos acessibilíssimos tecidos das Casas Pernambucanas.⁸⁵

⁸⁴ *Careta*, 3 abr. 1915, sem indicação de página.

⁸⁵ *Diário de Notícias*, 15 abr. de 1934, pp. 17 e 20 (“Cronistas mundanos”).

É possível que, conhecendo a atuação de Paulo de Gardênia num veículo como a *Gazeta* e sua movimentação pelos círculos elitizados da sociedade carioca, o cronista tenha eleito esse personagem e também D’Annunzio devido à representatividade que tinham, tomados como tipos associados à norma atacada pelo satirista.

Um olhar sobre a realidade em 1915 mostra que iniciativas como a do Automóvel Clube, voltadas para grupos mais abastados, destoavam do ambiente geral, tanto no Rio de Janeiro como no país e no mundo. As famosas “salvações nacionais” (interferências federais com o objetivo de apaziguar conflitos entre as oligarquias nos estados) entram em decadência, a inflação aumenta e crises econômicas se intensificam devido à Primeira Guerra Mundial. Depois de uma época relativamente estável entre 1904 e 1910, um período de conflitos políticos se inicia principalmente com a ascensão de Hermes da Fonseca à presidência da República. Porém, no plano econômico, a deterioração de fato tem início em 1913, quando a falta de empréstimos internacionais e, no ano seguinte, a guerra, “levam ao desemprego e acentuam as lutas entre as classes sociais” (Carone, 1983, p. 317). Essas lutas se refletem sobretudo no aprofundamento da consciência de classe dos operários e no expressivo aumento do número de greves. Schwarcz (2017, p. 350), informa que, no período compreendido entre 1900 e 1920, cerca de quatrocentas greves estouraram no país. Entre as demandas dos trabalhadores, muitos deles ligados a movimentos anarquistas, estavam a melhoria das condições vida e trabalho (o que incluía a redução da jornada laboral e o aumento de salário), bem como o direito à organização e à proteção do trabalhador. O próprio Lima Barreto, sensível às causas operárias, passaria a colaborar em periódicos anarquistas, como *A Voz do Trabalhador* e *A Lanterna*.

Considerando, portanto, os vários elementos: a proposta de um balneário de estilo europeu na praia de Copacabana, feita por um clube de elite não diretamente ligado à proposta formulada; as menções a um cronista social (cujo pseudônimo é “corrompido” por outro de cunho abertamente preconceituoso) de um jornal de público elitizado, a um dândi (D’Annunzio), a Paulo de Frontin e à proliferação de táxis “à bom marché”. Todos esses elementos são trazidos para expor, pelo rebaixamento, uma realidade contraditória: num cenário de crise e conflitos, um grupo ligado a automóveis se propõe a construir um balneário. A disparidade inicial entre os dois elementos de natureza distinta (mar e veículos), portanto, é utilizada como “mecanismo disparador” dos demais signos da contradição, instaurando a estranheza e a comicidade. E um tal processo tem sua dinâmica devida à atitude do cronista, o qual, ao dar-se o nome de Ingênuo, incorpora a *persona* firmada pela tradição (aquela da sátira de Voltaire). Escolhendo chamar-se Ingênuo, o cronista *atua* como tal, agindo como um

estrangeiro que vê os usos e costumes de outros povos sem as lentes que esses mesmos povos usam para naturalizar suas crenças e práticas. Age como um estrangeiro se pensarmos no indígena *huron* e, ao mesmo tempo, como uma figura “fora de lugar” ou sem uma condição explícita, se pensarmos na outra possibilidade para a denominação, aquela do contexto escravagista. De qualquer forma, fazendo-se Ingênuo e dizendo, como o outro, “singelamente” o que pensa, o cronista é um deslocado que não só expõe as contradições, como sabe que seus leitores vão reconhecê-lo e ligá-lo ao *huron*, atando, assim, os fios da memória literária e da sátira.

E nesse “espaço do jogo com a exterioridade discursiva” (Authier-Revuz, 2007, p. 13), dentro da crônica, vale também, a título de reforço do jogo alusivo, pedir que os leitores “lembrem-se de Voltaire”, lembrem-se do jovem Huron que expunha comicamente a conformação contraditória da sociedade francesa (e, num plano mais amplo, cristã ocidental). Lá, no século XVII, cinquenta mil famílias protestantes eram perseguidas e expulsas de suas terras; guerras eram movidas pela Igreja ciosa de seus domínios; fortunas eram acumuladas pelos jesuítas; alianças eram costuradas; Luis XIV sacrificava “parte de seu povo” ao “Papa reinante” (Voltaire, 2002, p. 297); clérigos respeitáveis se demoravam em longas audiências com damas da corte. Aqui, na metade da segunda década do século XX, embora se respirasse um clima de alívio depois do conturbado e violento governo Hermes (1910-1914), vivia-se um acelerado aprofundamento das desigualdades, processo tornado mais agudo pela crise econômica e pela instabilidade gerada pela Primeira Guerra Mundial. E enquanto formas de sociabilidade e de fruição do ambiente urbano eram exaltadas e legitimadas pelos discursos e pelas instâncias de poder, amplos setores da população viviam precariamente, ameaçados pelo desemprego, pela violência de Estado e pela maré dos acontecimentos nacionais e internacionais. Para esses, não chegariam os serviços do suntuso balneário, tampouco os passeios de automóveis, pois os sócios do Automóvel Clube, como cômicos representantes de interesses privados, dedicavam-se a outras “coisas úteis, benéficas e práticas.”⁸⁶

2.3 Um governo de crianças na terra dos espantos e das surpresas

Noticiam os jornais que, atualmente, o Amazonas é governado pelos meninos do sr. Pedrosa.

Nós já temos tido todos os regimes de governo. Já tivemos os Acióli, que eram legião; já tivemos os Rosa⁸⁷, céticos das virtudes do governo; já tivemos as damas a

⁸⁶ *Careta*, 3 abr. 1915, sem indicação de página.

⁸⁷ Ver Corrêa, 2012, p. 18.

governar atrás das cortinas; já tivemos o jangotismo; e ainda há um resto de pinheirismo disfarçado; mas esse de governo de crianças é que nos faltava.

Em casa mesmo, nunca os meninos de estimação governam. É papai ou é mamãe, mas nunca são os traquinas.

Não há dona de casa que admitisse tal coisa, e só o Amazonas, terra dos espantos e das surpresas, é que nos reservava tal novidade.

Que vai ser da Constituição do Amazonas?

Vai transformar-se em uma bandeja de balas.

Que vai ser do Código Penal? Vai ficar reduzido a um código de palmadas maternas.

O Amazonas está bem aviado com esse governo de infantes.

Aquilo vai ficar mesmo uma terra infantil, em que o Congresso há de se preocupar com a cabra-cega, o *saute-mouton* e outros brincos favoráveis ao desenvolvimento da fortuna pública e particular.

Certamente, no palácio, nas horas de despacho, o presidente e os ministros hão de brincar de roda e entoam com outros meninos o ciranda, cirandinha.⁸⁸

Entre 1890 e 1910, a região amazônica brasileira conheceu o auge do chamado ciclo da borracha. A região seria, ao longo desses vinte anos, o principal fornecedor de goma aos maiores mercados internacionais, a ponto de a borracha ter mantido, durante a primeira década do século XX, a posição de segundo principal produto brasileiro exportado, atrás apenas do café (Feitosa & Saes, 2013, p. 142). Tal cenário atraía renda e mão de obra para a região, impulsionando, por consequência, o crescimento acelerado de cidades como Manaus e Belém, que recebiam um contingente de migrantes (especialmente trabalhadores) e um incremento no setor de serviços urbanos. Evidenciava-se, ainda, o gasto de vultuosas somas para o embelezamento dessas cidades pelas elites locais.

Feitosa & Saes (2013, p. 144) revelam duas facetas desse processo de acelerada transformação econômica que não contava, contudo, com um projeto de diversificação de atividades produtivas: “uma modernização urbana, cujo custo era não somente a profunda concentração da renda, [...] como também a corrupção administrativa por conta das elevadas rendas.”

A exportação da borracha era o principal motor da receita do estado do Amazonas, mas o produto vinha enfrentando cada vez mais dificuldades no mercado devido à concorrência da borracha produzida na Ásia, em especial no Ceilão e na Malásia. A partir de 1913, a produção nos seringais asiáticos ultrapassou a produção brasileira. A arrecadação do estado diminuía sensivelmente e as dívidas cresciam, enquanto o governo federal demonstrava uma “espantosa indiferença para com a sorte da economia amazônica” (Dean *apud* Feitosa & Saes, 2013, p. 150). Mais tarde, as tensões se agravaram ainda mais em decorrência da instabilidade causada pela Primeira Guerra Mundial.

⁸⁸ *Careta*, 10 abr. 1915, sem indicação de página.

É em meio à crise da borracha que Jonathas de Freitas Pedrosa (1848-1922) é eleito governador do Amazonas, em 1913. No período em que Ingênuo publica a crônica, são constantes as críticas dirigidas pela imprensa à atuação de Pedrosa e à ingerência de seus filhos na política do estado. Eram quatro os filhos do governador: o médico e senador Jonathas Pedrosa Filho; o major Gileno Pedrosa, definido como “guarda-mor da Alfândega de Manaus”⁸⁹; o engenheiro Osman Pedrosa e o advogado Waldemar Pedrosa, que foi procurador fiscal do Amazonas de 1914 a 1916. No entanto, os dois primeiros são os mais mencionados pelos periódicos que se dedicaram a relatar episódios de trocas de acusações e represálias entre adversários políticos no Amazonas durante a administração Pedrosa.

O *Jornal do Brasil*, em edição de 6 de abril de 1915, relata que, numa sessão em que atuava uma junta apuradora (encarregada de verificar a validade dos diplomas dos políticos), “os filhos do Sr. Pedrosa entraram no recinto em que a junta funcionava e, de revólver em punho, ameaçavam matar todos os adversários de seu respeitável papá, inclusive o superintendente Sr. Dorval Porto.”⁹⁰ A consequência foi que, no dia seguinte, os candidatos de Pedrosa foram diplomados.

Os periódicos ressaltam ainda o clima tenso que se produzia no estado. Em 8 de março, a *Gazeta de Notícias* se refere ao governo do estado como “a junta governativa dos filhos, sobrinhos e aderentes do antiquíssimo Pedrosa”⁹¹. Já o *Correio da Manhã*, mais contundente, trata da família Pedrosa em termos mais incisivos:

Ascendendo ao poder, porém, o Sr. Jonathas Pedrosa, deixando-se prejudicial e francamente tutelar pelos seus filhos e por um reduzidíssimo número de indivíduos sem escrúpulos e cheios de ganância, afastou-se de todos os partidos que o haviam prestigiado [...] O sr. Pedrosa, ou melhor, a filharada do sr. Pedrosa, com uma inabilidade que beira as raias da loucura [...] enveredou por uma política tacanha e odiosa, de ladroeiras e canalhices, de perseguições diabólicas e sem-vergonhices de todos os calibres.⁹²

A modulação satírica no tratamento do tema por Ingênuo já tem início pelo título da crônica (“Que governo!”). A escolha de palavras e o uso da exclamação evocam ao mesmo tempo um estranhamento e uma primeira tomada de posição crítica, antecipando os elementos que descreverão a política amazonense mais adiante.

⁸⁹ *O País*, 12 mar. 1915, p. 1. “Política do Amazonas”

⁹⁰ *Jornal do Brasil*, 6 abr. 1915, p. 6. “O que transpirou hontem da reunião da comissão dos cinco”.

⁹¹ *Gazeta de Notícias*, 8 mar. 1915, p. 1. “A obra da politicagem”.

⁹² *Correio da Manhã*, 16 abr. 1915, p. 3. “As bandalheiras e as perseguições innominaveis no Estado do Amazonas”.

O cronista se aproveita da referência aos “meninos do Pedrosa” dada pelos jornais e passa a analisar alguns aspectos da política do Amazonas, adentrando não pela via óbvia do nepotismo, problema aliás amplamente criticado pelo autor de *Numa e a ninfa*, mas por uma espécie de alternativa cômica que, pelo contraste com a realidade apresentada pelos periódicos, tece uma feroz crítica à prática dos “negócios em família” no ramo da política. Embora seja o nepotismo o alvo da crítica, Ingênuo vai buscar no campo da infância os índices para expor um verdadeiro *mundo às avessas*. O ataque agressivo, neste caso, é modulado pela amenização cômica do conteúdo.

Depois de mencionar que, segundo dizem os jornais, o Amazonas é governado pelos “meninos do sr. Pedrosa”, o cronista faz referência a uma série de figuras políticas conhecidas tanto por governar em família (ou se beneficiar do fato de ter um familiar em setores da política) como por agir nos bastidores:

Nós já temos tido todos os regimes de governo. Já tivemos os Acióli, que eram legião; já tivemos os Rosa, céticos das virtudes do governo; já tivemos as damas a governar atrás das cortinas; já tivemos o jangotismo; e ainda há um resto de pinheirismo disfarçado; mas esse de governo de crianças é que nos faltava.⁹³

A “legião” dos Accioli se refere a políticos da poderosa família oligarca que atuou no Ceará entre o fim do século XIX e a primeira metade do século XX. O patriarca, Antônio Pinto Nogueira Accioly (1840-1921), foi governador do estado por dois mandatos (1896-1900 e 1908-1912) e ficou conhecido por valer-se do poder político para desenvolver sua oligarquia e favorecer familiares e apoiadores⁹⁴. Seus filhos José Pompeu Pinto Accioli (1873-1950) e Tomás Pompeu Pinto Accioli (1868-1941), foram deputados estaduais, deputados federais e senadores pelo Ceará, ambos beneficiados pela poderosa influência do pai.

“Rosa” provavelmente faz referência ao chefe oligarca Rosa e Silva, que dominava o estado de Pernambuco desde 1896 e se envolveu em conflitos relacionados à política das “salvações”, principalmente durante o governo Hermes (1910-1914)⁹⁵. Rosa e Silva e sua família são retratados em *Os Bruzundangas* como a “oligarquia da família dos Cravhos” (Barreto, 2001, p. 65).

⁹³ *Careta*, 10 abr. 1915, sem indicação de página.

⁹⁴ Ver: <http://www.fortalezanobre.com.br/2010/09/nogueira-accioly-decada-de-despotismo.html>. Acesso em: 18 fev. 2019.

⁹⁵ A informação sobre Rosa e Silva foi obtida em Corrêa, 2012, p. 152.

O termo “jangotismo” diz respeito a Jangote, apelido que Lima Barreto utilizava para se referir a João Severiano da Fonseca Hermes (1858-1937), militar e político brasileiro, conhecido por ser sobrinho de Deodoro da Fonseca e irmão de Hermes da Fonseca. Depois de se dedicar à carreira política, Fonseca Hermes enveredou pelo jornalismo, colaborando em diversos jornais. A ascensão de seu irmão à presidência da República em 1910, porém, levou-o de volta ao cenário político. Eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul (1911), tornou-se líder do governo até 1914 (Corrêa, 2016, pp. 497-498).

Por fim, o termo “pinheirismo” refere-se a Pinheiro Machado e sua política de bastidores, num período marcado pela franca decadência do poder que o senador gaúcho possuía durante o governo de Hermes da Fonseca (1910-1914).

No processo de desconstrução operado pela sátira, tais figuras, representando “regimes de governo” bem definidos por seus traços negativos (nepotismo, alianças escusas e troca de favores), são evocadas como enganosos critérios de estabilidade pretérita diante de um cenário caótico no presente. Por mais que fossem notórias as práticas de favorecimento de familiares e correligionários e a construção de alianças com fins meramente eleitoreiros, elas faziam parte do *status quo* político e estavam enraizadas por meio de rituais e práticas específicas, mais ou menos reguladas e amplamente aceitas entre os grupos dirigentes. No entanto, e a julgar pela repercussão nos periódicos, a desordem no Amazonas, com suas profundas raízes econômicas e políticas, expôs os mecanismos de funcionamento desse *status quo*, resultando num caótico “governo de crianças.”

Nas mãos do cronista, que parte da referência aos “meninos do sr. Pedrosa” para comentar a política amazonense, a infância é esvaziada de suas conotações mais convencionais de inocência e pureza e então associada, pela técnica do estranhamento (que procura romper com uma possível identificação por parte do leitor), à irracionalidade, ao comportamento irrefletido ou inconsequente. E toda uma série de elementos tomados ao universo infantil será trazida à tona para rebaixar o tema da política e inscrevê-lo na esfera do cômico e do irracional.

Numa crítica que recobre não apenas a relação entre governo federal e estados, mas também os vícios da República em suas primeiras décadas, Ingênuo toca em instituições consideradas basilares do sistema republicano para expor os problemas e demonstrar que, embora apontada no Amazonas, a situação de crise desenfreada pode aplicar-se a todo o país e, num contexto ainda mais amplo (lembrando que a Primeira Guerra estava em curso) ao mundo inteiro.

Nessa perspectiva, é possível entrever aqui o princípio da contração de mundo explicitada por Fantinati (2012) em seu ensaio sobre a sátira em Lima Barreto. Dando como exemplo o jornal *O Globo* no romance *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* (1909), em que o autor faz um resumo do globo terrestre ou da humanidade e o circunscreve no grupo de pessoas ligadas ao jornal, o estudioso explica que o satirista pode construir uma miniatura do mundo (ou de um grupo), com seus problemas e contradições, permitindo assim transmitir uma visão ampla do todo.

Quanto às instituições visadas pelo cronista, a primeira referida é a Constituição do Amazonas. Note-se também o rebaixamento na referência ao estado como “terra dos espantos e das surpresas”, que, na mesma linha dos outros índices, insere o estado no âmbito do inesperado, do aleatório, do absurdo. Com o governo dos “traquinas”, o risco é que a Carta Magna se transforme em uma “bandeja de balas”⁹⁶, algo que se oferece para agradar ou favorecer e que pode ser utilizado como elemento de troca, segundo as conveniências.

Na “terra infantil” que poderia se tornar o Amazonas, o Código Penal estaria fadado a “ficar reduzido a um código de palmadas maternas”. Já o Congresso, espaço que deveria servir ao debate e à elaboração de leis para ampliar o alcance dos ideais republicanos, teria outras preocupações: “[...] o Congresso há de se preocupar com a cabra-cega, o *saute mouton* e outros brincos favoráveis ao desenvolvimento da fortuna pública e particular.” (Barreto, 2016, p. 141). Por fim, o cronista comenta que, “nas horas de despacho, o presidente e os ministros hão de brincar de roda e entoam [sic] com outros meninos o ciranda, cirandinha.”

O tom jocoso do “prognóstico” para as instituições, dado por elementos do universo infantil constitui, portanto, um poderoso contraste em relação à realidade histórica que o cronista observa, atento sempre às tendências que se anunciavam e/ou se firmavam em seu tempo. No caso do Amazonas, o “governo de infantes”, é o governo irresponsável conduzido na prática pelos filhos de um governante. Compreendendo suas funções ou poderes como herança de família ou como bens pessoais, eles recorrem a ameaças e a intrigas para ampliar seu círculo de influências ou até mesmo para se perpetuarem no poder.

Lima Barreto dizia não gostar de política. Ela era, contudo, um de seus temas mais recorrentes. Considerando perene na sátira o tema da política, Hodgart ressalta que esta pode oferecer tanto os maiores riscos como as melhores recompensas, pois, embora estreitamente ligada ao contingente, correndo o risco de parecer extremamente datada, é a política o “tema

⁹⁶ Dadas as referências a ameaças e ataques armados entre situacionistas e oposicionistas relatados pelos jornais e revistas no período, não parece infundado pensar na existência de um duplo sentido para a expressão.

impuro” que permite ao satirista introduzir-se na esfera pública e se incorporar ao debate geral no esforço de buscar reformas, visto ser este o único meio de reformar os sistemas sociais e legais (Hodgart, 1969, p. 30-31).

Se em “Por que será?” deparamos com o uso do pseudônimo Ingênuo aliado à alusão feita ao *huron* de Voltaire, na crônica “Que governo!” ocorre uma retomada distinta. Para usarmos os termos de Samoyault, a *imposição da biblioteca*, nesse caso, ocorre apenas pela via pseudonímica e pela semelhança com os procedimentos satíricos adotados pelo autor de *L’ingénu*. Embora os pseudônimos limabarretianos não chegassem a constituir, para Corrêa (2016, p. 16-17) “elaborados heterônimos” nem uma “deliberada criação de personalidades complexas”, o fato é que, segundo nosso entendimento, alguns deles, ao serem apropriados com propósito satírico por Lima Barreto, não só trazem consigo, nessa intencionalidade, uma evocação de suas origens, como também uma *maneira de atuar* correspondente àquele do autor homenageado. Ingênuo cronista, assim como a personagem de Voltaire, é conciso e relativiza conceitos e crenças, vendo-os sob uma perspectiva *naïve* que, em contraste com os padrões da racionalidade estabelecida em seu grupo-alvo, exibe o caráter artificial e arbitrário das convenções, assim desvelando-as, destruindo as “máquinas de embuste” tão bem construídas no interior dos grupos, principalmente dos hegemônicos.

Em “Que governo!” encontramos, mais ou menos camuflado sob a camada cômica que se constrói em termos emprestados ao universo infantil, um poderoso alerta contra a truculência, a irracionalidade, contra o mal direcionamento do poder e contra a política aplicada à defesa de interesses particulares em detrimento dos interesses públicos. Um alerta que, apesar do risco de a sátira política soar um pouco datada em alguns momentos, pode ecoar até os tempos atuais, tempos em que a truculência, a irresponsabilidade e o discurso do ódio ganham cada vez mais terreno.

2.4 Um diálogo sobre os princípios republicanos

O general Pinheiro Machado conversava outro dia com o seu dileto discípulo Anófeles, aquele que estuda com sua Excelência direito constitucional e a criação de galos de briga.

– Que acha vossa excelência da comissão dos cinco?

– Nada tenho a dizer contra ela.

– E a entrada de Pernambuco?

– Eu mesmo fiz sentir que era necessário essa entrada. Sempre foi meu parecer que a oposição devia ter os seus representantes. No rebanho, há novilhos de todas as cores.

– Lembro-me, porém, que vossa excelência já me disse que não se deve dar quartel a essa gente que quer estraçalhar os princípios republicanos de vossa excelência.

– Menino, é preciso separar o joio do trigo.

- Recordo-me ainda que vossa excelência disse-me que uma ovelha má põe o rebanho a perder.
 - É verdade. Mas eu falava na intimidade e não para o público. Quando um macho empaca nem sempre as esporas são o melhor meio para tirá-lo do lugar. Compreende?
 - Compreendo.
 - A comissão não é totalmente do meu agrado... O macho empacou e eu estou lhe afagando o pescoço.
 - Depois?
 - Depois... havemos de ver se mudamos o eixo da política.
 - Os princípios republicanos assim o exigem, e vossa excelência há de ter uma bela ocasião de fazê-lo.
 - Elias me tem sempre aparecido e cada vez mais vou consolidando os princípios republicanos.
 - Da última vez, então, vossa excelência fez prodígios. Só aquele estado de sítio de quase um ano foi uma maravilha.
 - E a ilha das Cobras? E o Satélite? Hein, menino?
 - É verdade. Vossa excelência é extraordinário.
- A conversa passava-se no jardim de sua excelência, que em rampa leva até o seu palácio.
- Estavam em um caramanchão. O general acendeu o cigarro de palha e disse ao discípulo amado:
- Vamos jogar uma partida em cinquenta pontos.
- E foram vagarosamente subindo a alameda principal.⁹⁷

A crônica “Um diálogo”, assinada por Ingênuo, guarda várias semelhanças com “A chegada” (de 27 de março de 1915), a crônica que marca o início da colaboração de Lima Barreto na *Careta*, e “O programa”, publicada em 17 de julho sob o pseudônimo J. Hurê. As três apresentam um diálogo⁹⁸ entre um político poderoso e uma espécie de discípulo, que nos três textos traz o curioso nome de Anófeles. Nas crônicas de março e julho, no entanto, em vez da identificação explícita da figura política, temos o senador Bastos, logo associado a Pinheiro Machado, devido sobretudo à sua presença nos folhetins de *Numa e a ninfa* publicados também entre março e julho daquele mesmo ano. Vale mencionar que essa semelhança ou recorrência (unida à menção ao estudo do direito constitucional e da criação de galos de briga nos três textos), foi uma das evidências a contribuir para a elucidação, por Felipe Botelho Corrêa (2016), da autoria mais ou menos disfarçada sob os pseudônimos Ingênuo e J. Hurê nas páginas da revista.

Nas páginas de *Numa e a ninfa*, Bastos/Pinheiro Machado é o líder do “partido dominante, republicano radical” e faz par (inclusive do ponto de vista da semelhança dos nomes) com o general Bentes, cujo *modelo* é o marechal Hermes da Fonseca. Bastos era considerado o “poderoso e temido chefe” da legenda e “detinha o domínio político do país”,

⁹⁷ *Careta*, 17 abr. 1915, sem indicação de página.

⁹⁸ Na verdade, “O programa” traz uma entrevista entre Bastos e o cronista (que adota para si uma identidade *coletiva*, usando o pronome “nós”, uma estratégia comum em textos jornalísticos).

pois o “Congresso era todo deste” e a oposição a ele era anódita, enquanto seus seguidores eram “os muitos que lhe obedeciam cegamente” (Barreto, 1956, v. 3, p. 23).

É importante que nos detenhamos sobre a figura do general e senador gaúcho José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915) para compreender por que ela representava, para Lima Barreto, a figura emblemática do político oportunista, corrupto e violento, a dirigir dos bastidores os rumos da política nacional. Era uma das personagens mais poderosas do país durante a Primeira República e se celebrizou por sua capacidade de costurar acordos sob as sombras do poder, de agir de maneira implacável com seus oponentes e, principalmente, por ser “fazedor e desfazedor de presidentes” (Sarney, 2004, p. 6).

Pinheiro Machado chegou ao Senado em 1890, representando seu estado natal. Impôs-se com truculência na vida política da República, apesar de ser considerado “péssimo orador”, que “falava baixo e sem emoção, pausado e lento”, pois não apenas manobrou duas vezes para que Rui Barbosa não fosse eleito à presidência do país, como colaborou para a eleição de Afonso Pena e, mais diretamente, para a de Hermes da Fonseca, que era “submisso às suas ordens” (Sarney, 2004, pp. 6-7). A patente de general foi obtida, quando, em 1894, destacou-se na luta durante a Revolução Federalista, o que também lhe rendeu a fama de degolador. Em 1897, foi encarcerado num navio atracado na baía de Guanabara, sob a acusação de participar do atentado a tiro contra o presidente Prudente de Moraes⁹⁹, mas foi liberado em poucos dias devido à ausência de provas.

Por conta de sua atuação truculenta, Pinheiro Machado acumulou muitos desafetos ao longo da vida e demonstrava orgulho disso. O ex-presidente e senador José Sarney, que prefaciou (em tom elogioso ao político gaúcho) a coletânea *Discursos do Senador Pinheiro Machado*, organizada por Pedro Simon, conta que houve até mesmo um projeto de lei, apresentado pelo deputado pernambucano Gonçalves Maia, que dizia: “Artigo 1º – Suprima-se o Senador Pinheiro Machado. 2º – Revogam-se as disposições em contrário” (Sarney, 2004, p.7).

Em 1905, Machado, que já havia três anos fora elevado a vice-presidente do Senado, foi incluído entre os desafetos do *Correio da Manhã*, que endureceu as críticas que já vinham sendo feitas ao político gaúcho. No ano seguinte, tendo por emissários o então coronel Hermes da Fonseca e o senador Ramiro Barcellos, Pinheiro Machado desafiou Edmundo Bittencourt, dono do jornal, para um duelo. O confronto, com armas de fogo,

⁹⁹ Nesse atentado, acabou sendo atingido e morto o então Ministro da Guerra, Carlos Machado de Bittencourt.

ocorreu em 23 de maio. Bittencourt acabou ferido e Pinheiro Machado permitiu que o socorressem em seu próprio carro.

O senador foi morto a punhaladas em 8 de setembro de 1915, no saguão do Hotel dos Estrangeiros, por Francisco Manço de Paiva Coimbra, um padeiro gaúcho desempregado de 33 anos, que justificou o ato como “salvação do Brasil”. Paiva relatou ainda ter se inspirado na leitura de um artigo da *Gazeta de Notícias*¹⁰⁰, publicado naquele mesmo dia, e que se referia a Pinheiro Machado como alguém com “braço longo”¹⁰¹ que queria mandar em todos os assuntos da República (Giudice, 2016, p. 30). Pouco antes de sua morte, o político enfrentou muitos protestos populares diante do Palácio dos Arcos, então sede do Senado. Entre as acusações, estavam abuso de poder, desvio de recursos do Exército para tropas sob seu comando, fraudes e manipulação do câmbio (idem, p. 32).

O clima de desconfiança em torno dos rumos da política podia ser sentido também no editorial da edição em que “Um diálogo” foi publicada. O texto questiona a legitimidade da soberania popular, primeiramente considerando-a uma ficção diante da baixíssima representatividade dos votos computados em alguns casos, em comparação, por exemplo, com a população do Distrito Federal. Com mais de um milhão de habitantes, um total de dois mil votos para este ou aquele candidato não representaria senão “um ou dois milésimos da vontade popular”¹⁰². Além de muitos deputados serem eleitos com um “bocadinho de votos”, havia um segundo ponto a considerar: o fato de uma grande porção desses votos ser considerada falsa. Em abril de 1915, ainda deviam estar muito frescas na memória coletiva as denúncias de fraudes associadas sobretudo a dois nomes da política carioca no período: Floriano de Brito¹⁰³ e Augusto de Vasconcellos. Nas eleições de janeiro daquele ano, eles teriam recorrido ao expediente de inserir nas atas de votação nomes de pessoas já falecidas (inclusive muitos nomes amplamente conhecidos, como membros do alto escalão do Exército

¹⁰⁰ A *Gazeta de Notícias* se alinhava ao *Correio da Manhã* quanto à oposição ao ex-presidente Hermes da Fonseca, então candidato a senador pelo Rio Grande do Sul, com o apoio de Pinheiro Machado. Pouco antes de morrer, Machado teve frustrada sua tentativa de obter quórum na sessão que confirmaria Hermes para a vaga no Senado (Duarte, 2007; Giudice, 2016).

¹⁰¹ “Ele surgiu de um deslocamento do eixo nacional, de uma desgraça tamanha que, nella, a própria Morte foi apenas um incidente secundário: surgiu e foi subindo porque, se de um lado a Natureza o deixara com as pernas pouco agigantadas, em compensação o braço do Sr. Pinheiro Machado, e longo é esse braço, impulsionava-o com alma (...) Sua candidatura pelas vagas pampas gaúchas, para a dita do Sr. Assumpção, no Senado, foi um acontecimento nacional. Todo o Brasil, do Acre até o Caty, discutiu-a. Aqui mesmo tivemos *meetings*, discursos, artigos... Os jornais duplicaram as vendas, o comandante da Força Policial teve um pretexto para reformar os uniformes e exgotar a verba; varias carreiras políticas se encaminharam pela veemencia dos protestos contra a sua eleição (*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 8 set. 1915, p. 1). Reproduzido de Duarte, 2007, p. 18.

¹⁰² *Careta*, 17 abr. 1915, p. 7 (“A ficção da soberania popular”)

¹⁰³ Floriano de Brito é citado nominalmente no editorial como exemplo da “ficção da soberania popular”.

e desembargadores), inflando com isso o número de votos. Considerando certamente esse episódio como uma das razões para a descrença na política, o editorial esclarece:

Os jornais citam nomes de cidadãos mortos, enterrados, que já receberam missas de sétimo e do trigésimo dia, ou mesmo que já se mudaram há anos para o outro mundo, e cujos nomes figuram nos livros eleitorais do Distrito como tendo votado. Mas já ninguém se escandaliza disso, porque toda gente sabe que o exercício da soberania popular é uma fantasia, e ninguém a toma ao sério.¹⁰⁴

O editorial aponta ainda a questão dos subsídios pagos aos parlamentares, prática considerada responsável por transformar o mandato popular em emprego público e “o mais rendoso e cômodo dos empregos”, além de alimentar os escândalos eleitorais e as disputas pelas gordas fatias do orçamento parlamentar. O argumento é de que, se esse recurso fosse reduzido ou não existisse, “as eleições seriam mais moralizadas, e o Congresso representaria a vontade real do povo”. Diante de um “Congresso de papa-subsídios”, e da mobilização dos recursos pelos chefes que “dirigem os reconhecimentos [de poderes]”, confirma-se, segundo o editorial, a regra geral (que tende a tornar-se “perpétua”) de subserviência e fraude, com poucas exceções.

No plano nacional, o fim do conturbado governo Hermes (novembro de 1914) é recebido com alívio:

A posse de Wenceslau Braz Pereira Gomes e de Urbano Santos da Costa Araújo, no dia 15 de novembro de 1914, traz distensão e desafogo geral. Os casos de *salvações nacionais*, a luta do pinheirismo pela reconquista de sua liderança, o problema sucessório, as crises econômicas de 1913 e 1914, a inflação galopante que começa, a tensão criada com os estados de sítio, prisões e arbitrariedades, haviam levado o governo Hermes da Fonseca a um desgaste e impopularidade quase totais (Carone, 1983, p. 309).

Como diversas outras crônicas (incluindo-se as já referidas “A chegada” e “O programa”), “Um diálogo” é construída quase inteiramente por uma conversa de aparência prosaica, cujos elementos, no entanto, tecem uma poderosa crítica contra o que o satirista julga ser uma realidade ameaçadora. No caso de que tratamos, essa realidade é representada pela condução da política republicana, cuja personificação, na obra limabarretiana, está em figuras como Bastos, Bentes, Juca Paranhos, Visconde de Pancome, Numa Pompílio de Castro, Neves Cogominho e muitas outras, abarcando várias correntes, crenças, procedimentos e alianças.

¹⁰⁴ *Careta*, 17 abr. 1915, p. 7 (“A ficção da soberania popular”)

O diálogo entre Pinheiro Machado e Anófeles exhibe uma série de *marcadores satíricos* interessantes, sobre os quais nos deteremos agora. Esses índices estão ligados à técnica do rebaixamento, ao uso de contrastes cômicos e da instauração de um contexto ficcional que promove a amenização cômica do ataque agressivo.

O contexto ficcional é dado pela ocorrência de uma aparente conversa corriqueira entre um político conhecido e um assessor ou discípulo, no jardim do palácio que serve de residência ao primeiro. Embora estejamos no âmbito de um “diálogo” sobre política, o nome de Pinheiro Machado é acompanhado da referência a sua patente militar (“general”) e não a sua função de senador. Enquanto isso, seu discípulo Anófeles é apresentado por meio dos adjetivos “dileto” e “amado”, assim como pela menção ao estudo, na companhia de “*sua Excelência*”, do direito constitucional e da criação de galos de briga. O nome Anófeles, como já foi dito anteriormente, faz referência ao mosquito transmissor da malária.

Embora apresentasse uma situação geral considerada estável no início do século XX, a malária podia ser encontrada em todas as capitais do país e causava explosões epidêmicas, como as motivadas pelo ciclo da borracha amazônica e a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, tendo sido responsável por um número considerável de mortes (cf. Camargo, 2003, *on line*). Diante disso, não deixa de ser sugestiva a denominação do “discípulo” de Pinheiro Machado com base numa *doença*.

Assim como “dileto” se contrapõe ao nome da personagem, o estudo do “direito constitucional” e da “criação de galos de briga” também compõe um conjunto antagônico. Por um lado, o primeiro termo corresponde a “um direito sobre o político, na medida em que regula as formas e procedimentos de formação da vontade e da tomada de decisões políticas”, além de constituir a “expressão normativa da constelação de forças políticas e sociais” (Magalhães, 2000, p. 3). Situa-se, portanto, no campo da regulação da política e da delimitação dos direitos e deveres das pessoas inseridas numa coletividade, bem como de sua conformação jurídica. Por isso, do ponto de vista do satirista que aspira a uma condução equilibrada e justa do poder, o assunto ocuparia naturalmente uma posição elevada. Por outro lado, “a criação de galos de briga” remete à prática violenta das rinhas de galo, popular em muitos países e que, segundo Dallabrida *et al.* (2023, p. 48), teria sido introduzida nas Américas pelos espanhóis¹⁰⁵. O tema, portanto, situa-se no extremo oposto do direito

¹⁰⁵ No Brasil, a proibição das rinhas de galo data de 1941, por meio do Decreto-Lei no. 3.688, mais conhecido como “Lei das Contravenções Penais”, uma vez que a prática, por envolver apostas, constitui contravenção de jogo de azar. Anteriormente, ainda em 1934, pelo Decreto 24.645, as rinhas foram caracterizadas como maus-tratos e se estabeleceram medidas de proteção aos galos e outros animais (Dallabrida *et al.*, 2023, p. 48). Nos anos 1910, embora não houvesse dispositivos legais que coibissem a prática, as rinhas de galo já eram alvo da

constitucional. Assim, o estudo de um tema da área política é rebaixado, colocando-se no mesmo plano do estudo da criação de galos de briga. Como veremos mais adiante, as associações entre política e violência serão ampliadas a partir da referência direta à realidade histórica de que Lima era contemporâneo.

Machado e Anófeles tratam de vários temas de ordem política, como a “comissão dos cinco”, a “entrada de Pernambuco” nessa mesma comissão e a mudança do “eixo da política”, entremeando metáforas cômicas cuja fonte são animais, o que, ao lado do tom casual da conversa e do ambiente bucólico, não deixa de formar um contraponto interessante com o tratamento formal dedicado pelo “discípulo” a seu mestre (em mais de uma ocasião, Anófeles recorre ao “Vossa Excelência”).

Durante a Primeira República, a Comissão de Verificação de Poderes exercia um papel importante no processo eleitoral, pois cabia a ela o exame e a validação dos diplomas dos candidatos¹⁰⁶. Tais diplomas consistiam nas atas gerais de apuração, contendo a ordem de votação, bem como as reclamações e protestos apresentados durante a apuração da Junta Apuradora ou perante as mesas de cada seção. Enviadas aos candidatos, as atas serviam para diplomá-los. Esta etapa constituía o *segundo escrutínio* (sendo o primeiro os votos depositados nas urnas). Já o *terceiro escrutínio*, última fase do processo de apuração das eleições, cabia à Câmara dos Deputados, conforme previsto na Constituição de 1891. Nesta etapa, os parlamentares emitiam um parecer definitivo sobre os diplomas expedidos pelas Juntas Apuradoras ou, em caso de contestações, protestos ou reclamações durante a apuração, decidiam a respeito (Ricci & Zulini, 2013, p. 94).

Ricci & Zulini (2013, pp. 94-95) explicam que, na verdade, a fase denominada *terceiro escrutínio* era mais complexa e, embora cabendo à Comissão de Verificação de Poderes, subdividia-se em duas fases. Na primeira delas, os diplomas apresentados pelos candidatos eram submetidos ao crivo da Comissão dos Cinco, cujo nome se deve ao fato de ser composta por cinco membros, nomeados pelo presidente provisório da Câmara. A partir da lista de diplomas apresentados pelos próprios deputados, a Comissão então “organizava uma primeira lista de diplomas considerados legítimos, e que aparentemente revestiam as

fiscalização da Sociedade Brasileira Protetora dos Animais, a julgar pela seguinte nota, publicada no *Jornal do Brasil*: “Que [o Delegado central das Laranjeiras, Distrito da Glória, Irineu de Souza Pires] teve de intervir, na rua da Misericórdia, em frente à Escola de Medicina, em uma briga de galos, organizada por dous indivíduos, fazendo-a cessar, com o auxílio da polícia do 5º distrito, cujo comissário atendeu prontamente à sua requisição, feita por telefone.” (*Jornal do Brasil*, 14 out. 1911, p. 10)

¹⁰⁶ Em 1905, o próprio Pinheiro Machado esteve à frente da Comissão Verificadora de Poderes, quando pôs objeções à prática de indicação do sucessor pelo presidente em exercício. Com isso, conseguiu inviabilizar a candidatura de Lauro Muller à sucessão de Rodrigues Alves.

condições legais. A lista, para ter validade precisava ser aprovada pelo plenário.” Segundo o regimento da Câmara, contudo, a participação na votação em plenário era permitida somente aos nomes presentes na lista da Comissão dos Cinco, o que favorecia a aprovação dos diplomas justamente pelos deputados anteriormente reconhecidos pela mesma comissão (Ricci & Zulini, 2013, p. 94).

A escolha dos membros para compor a Comissão dos Cinco ganhou destaque no ano de 1915, tendo sido o tema da charge publicada na capa da edição de 17 de abril. Intitulada “A Comissão dos Cinco – P.R.C. *versus* coligados” (fig. 2). Numa competição de cabo de guerra, dois deputados de cada lado são “regidos” por Antônio Carlos, integrante da política mineira e eleito líder da maioria na Câmara, identificado logo abaixo do título da charge. Num segundo plano, observando a cena, estão o senador Pinheiro Machado e o então presidente Venceslau Brás, ambos mencionados no pequeno texto que serve de legenda: “Pinheiro pucha em secco. – Wencesláu finge Zé Povo.”



Figura 2 – Em sua edição de número 356, a tradicional charge da capa da *Careta* tematiza as disputas relacionadas à Comissão dos Cinco.¹⁰⁷

Segundo Edgard Carone (1983, p. 311) e a edição de 10 de abril da *Careta*, os cinco integrantes eleitos para a Comissão de Verificação de poderes foram: entre os governistas ou coligados, Manoel Borba (pernambucano, presidente da comissão), Cincinato Braga (paulista) e Antônio Carlos (mineiro) e, entre os pinheiristas, Cunha Machado (maranhense) e Soares dos Santos (gaúcho).

Pinheiro Machado atuou para afastar os membros de Pernambuco e São Paulo da Comissão. Tendo fracassado, tentou colocar Celso Bayma no lugar de Manoel Borba, já que este representava a política do general Dantas Barreto, que governara Pernambuco entre 1911 e 1915 e com o qual o senador gaúcho tinha desavenças, pois segundo a referida edição da *Careta*, não tinha podido “dominá-lo”.¹⁰⁸ Confiante de que a manobra estava ganha, Pinheiro Machado a anunciou na imprensa. No entanto, o presidente da Câmara, Astolfo Dutra, manteve o nome de Manoel Borba. O senador gaúcho partiu então para uma última estratégia:

Entretanto, a imprensa perrecista, obedecendo as ordens do chefe, tem procurado transformar essa derrota em vitória do partido. O próprio sr. Pinheiro Machado teve a coragem de dizer a um vespertino que os membros da Comissão dos cinco foram escolhidos de acordo com s. exc. Ora o Sr. Pinheiro incluir na Comissão Pernambuco e São Paulo!¹⁰⁹

Entre as dissonâncias presentes no diálogo entre o político e seu discípulo conta-se ainda, portanto, a afirmação do primeiro, que diante da pergunta sobre a entrada de Pernambuco, responde: “Eu mesmo fiz sentir que era necessário essa entrada”, ecoando o que se passava na realidade. E se estamos diante de uma conversa em que o tema da política aparece rebaixado, as imagens evocadas também ajudam a construir esse rebaixamento. Ao mencionar a “necessidade” de a oposição ter seus representantes, Machado compara-a com o gado: “No rebanho, há novinhos de todas as cores”. Pouco depois, Anófeles relembra uma fala de seu mestre, segundo o qual “uma ovelha má põe o rebanho a perder”. Por fim, ainda nesse campo, Machado comenta: “Quando um macho empaca nem sempre as esporas são o melhor

¹⁰⁷ Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=083712&Pesq=%22lima%20Barreto%22&pagfis=13721>. Acesso em: 5 jun. 2024.

¹⁰⁸ *Careta*, 10 abr. 1915, sem indicação de página. Dantas Barreto, do PRC, foi Ministro da Guerra (1910-1911) durante o governo Hermes da Fonseca.

¹⁰⁹ *Careta*, 10 abr. 1915, sem indicação de página (“A Comissão dos cinco”)

meio para tirá-lo do lugar”. O mesmo procedimento se dá em “A chegada”, quando o narrador explica a fala de Bastos sobre este “levar coices” por sua “coerência” com os “princípios republicanos”: “Ele gostava muito dessas coisas de cavalos e sempre que podia fazia comparações e metáforas com os fatos que lhes dizem respeito.”¹¹⁰

Nessa “inversão fantástica do mundo real” (Hodgart, 1969) constituída pelo diálogo, a relação do fazer político com as características e o comportamento animal reduz o tema (que a princípio devia ser tratado num plano elevado, já que envolve as decisões e ações que afetarão a vida da República) ao âmbito do grotesco e da irracionalidade (Hodgart, 1969, pp.118-119). Além disso, ocorre um esvaziamento de sentido, pois as metáforas utilizadas têm o tom de clichê, como em “separar o joio do trigo”. Tal aproximação ocorre de modo semelhante ao verificado na crônica “Que governo!”, quando imagens e termos tomados ao universo infantil são utilizados para compor uma visão rebaixada da política amazonense.

A conversa se pauta nos “princípios republicanos” do general Pinheiro Machado. Falando da oposição, dos “novilhos de todas as cores”, Anófeles chama a atenção de seu interlocutor: “Vossa excelência já me disse que não se deve dar quartel a essa gente que quer *estraçalhar* os princípios de vossa excelência.” Termos e expressões como “estraçalhar”, “criação de galos de briga”, “esporas” (para desempacar um animal) e o próprio nome do discípulo, além de coerentes com a aproximação feita ao plano animal, contribuem para comunicar uma visão da política como exercício da violência, não apenas no âmbito dos arranjos, das negociatas e do trabalho subterrâneo da costura de alianças, mas sobretudo como exercício da violência de Estado, quando a consolidação dos “princípios republicanos” aparece diretamente ligada a uma série de fatos ocorridos durante o governo Hermes (1910-1914), dois dos quais contaram com a atuação direta de Pinheiro Machado.

A certa altura, Anófeles se refere ao estado de sítio, à ilha das Cobras e ao navio *Satélite* como sendo grandes realizações de Pinheiro Machado¹¹¹.

As referências estão ligadas à Revolta da Chibata, ao motim do Batalhão Naval ocorridos entre novembro e dezembro de 1910 e ao estado de sítio que vigorou entre março e outubro de 1914. Em 22 de novembro, poucos dias depois de Hermes da Fonseca assumir a presidência, 2.379 marinheiros de várias embarcações ancoradas na baía de Guanabara (inclusive os famosos encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo*, recém-saídos dos estaleiros

¹¹⁰ *Careta*, 27 mar. 1915, sem indicação de página.

¹¹¹ Também nas crônicas “Carta aberta” (A.B.C., 14 dez. 1918) e “O encerramento do congresso” (*Careta*, mar. 1922), Lima Barreto faz referência a esses episódios. Na crônica publicada no A.B.C., o cronista constata: “No régimen republicano, e à proporção que ele avança em anos, os processos de encarceramento e deportação se aperfeiçoam. Tivemos a ilha das Cobras; tivemos o ‘Satélite’ – que tivemos mais?”

ingleses), amotinaram-se, apoderando-se dos navios e posicionando seus canhões desafiadoramente para a cidade. Eram liderados pelo marinheiro de primeira classe João Cândido Felisberto, o Almirante Negro, nascido em Rio Pardo (RS), filho de um tropeiro que havia servido como soldado na guerra do Paraguai. Os marujos pediam sobretudo o fim dos humilhantes castigos corporais inflingidos aos considerados indisciplinados, a melhoria das péssimas condições de vida a bordo e a diminuição da sobrecarga de trabalho.

Edmar Morel, em seu contundente e profundo estudo sobre a Revolta da Chibata, traz o depoimento do praça Eurico Fogo sobre os requintes de violência das punições inflingidas aos marinheiros:

O bandido [Alípio, o carrasco do *Minas Gerais*] apanhava uma corda mediana, de linho, atravessava-a de pequenas agulhas de aço, das mais resistentes e, para inchar a corda, punha-a de molho com o fim de aparecer, apenas, as pontas das agulhas. A guarnição formava e vinha o marinheiro faltoso algemado. O comandante, depois do toque de silêncio, lia uma proclamação. Tiravam as algemas da mão do infeliz e o suspendiam nu da cintura para cima no pé de carneiro, ferro que se prende à balaustrada do navio. E, então, Alípio, o mestre do trágico cerimonial, começava a aplicar os golpes. O sangue escorria. O paciente gemia, suplicava, mas o facínora prosseguia carnicieiramente o seu mister degradante. Os tambores batidos com furor, sufocavam os gritos. Muitos oficiais voltavam o rosto para o lado. Todos estavam em segundo uniforme, luvas e armados de suas espadas. A marinheirada, possuída de repulsa e de profunda indignação concentrada, murmurava:

– Isto vai acabar! (Morel, 1986, pp. 57-58)

Enquanto o oficialato da marinha brasileira era composto exclusivamente por homens brancos de origem aristocrática formados em instituições altamente especializadas, os praças eram em sua maioria negros recrutados à força, ainda segundo a prática do período imperial, numa “verdadeira caçada entre as populações pobres, principalmente no nordeste do país, ‘a cargo de desumanas criaturas’ que amontoavam homens como gado nos porões de navios equiparados aos dos ‘negreiros’, mal alimentados e sem condições de higiene” (Prada, 2009, *online*). A imposição dos castigos físicos era uma das maneiras de manter o controle do Estado sobre os corpos por meio da violência e assim conservar inalterada a opressiva estrutura social e de poder a bordo, que pouco ou nada devia, em seus métodos, ao que vinha sendo praticado havia séculos, em mar e terra, contra as populações negras, indígenas, pobres, sertanejas e demais grupos sistematicamente violentados.

O que se seguiu ao anúncio do levante foi uma reação a princípio atarantada do governo (que “tremia de medo”), uma profusão de artigos e notícias pelos principais veículos da imprensa carioca e, por parte de vários setores da população, demonstrações de simpatia

pela revolta (Morel, 1986, p. 76). A cidade conhecia “um novo senhor, João Cândido, simples marinheiro”:

João Cândido, até então obscuro, passou a ser o símbolo de Liberdade de milhares de homens, com as carnes retalhadas pela chibata e que comiam miseravelmente, trabalhando como escravos. João Cândido era o árbitro de uma nação, exigindo leis de Humanidade ao Congresso Nacional. Ninguém quis ouvir os gemidos dos marinheiros açoitados. Agora os canhões davam ordens. João Cândido, impávido, altaneiro, da torre de comando do *Minas Gerais*, olhava a cidade que estava inteiramente à sua mercê. Dir-se-ia um almirante de verdade, ordenando manobras com precisão e elegância... (Morel, 1986, p. 76-77).

Alguns dias mais tarde, depois de uma negociação com o governo, João Cândido e seus companheiros conseguiram, por meio de um decreto expedido pelo presidente da República, que o uso da chibata fosse abolido e, além disso, que os revoltosos fossem anistiados. A reação do governo, contrariando a medida, é contada por Cecília Prada (2009, *online*):

No dia seguinte, 28 de novembro, o governo fraudava já o acordo da anistia, com outro decreto que forçava a baixa da marinha, por exclusão, “dos praças cuja permanência se torna inconveniente à disciplina”. Alarmados, os marinheiros formam uma comissão para falar com os políticos que na véspera os apoiavam – os senadores Ruy Barbosa e Pinheiro Machado não os recebem. Ingênuo, João Cândido insistia para que seus companheiros se mantivessem tranquilos: “Fomos anistiados, somos cidadãos livres...”

Sob a acusação de conspiração, 22 marinheiros foram presos no dia 4 de dezembro. A prisão do próprio João Cândido deu-se no dia 10, juntamente com mais 17 companheiros. O grupo foi então encaminhado para as masmorras da Ilha das Cobras e lançado num cubículo abafado, quente e irrespirável, com a situação agravada pelo lançamento, a intervalos, de cal virgem pelos soldados sob o pretexto de desinfecção. Apenas João Cândido e Pau da Lira, outro marujo, sobreviveram. João Cândido ficaria na prisão até novembro de 1912, quando um conselho de guerra finalmente o absolveu e libertou. Na prisão, o líder da revolta que lutava pelo fim dos castigos corporais enfrentou, além da violência do Estado, a tuberculose e a loucura:

A cena dantesca da morte dos companheiros, forçados a beber a própria urina por causa da sede, lutando inutilmente para não sufocar com a poeira cáustica da cal, foi um pesadelo constante pelo resto da vida de João Cândido – que viveria até 1969. Ele só conseguiu sobreviver na masmorra por encontrar um orifício em um encanamento, ao qual se colou para respirar. (Prada, 2009, *online*)

Anófeles faz referência ainda a um motim de fuzileiros do Batalhão Naval sediado na Ilha das Cobras, ocorrido na noite do dia 9 para 10 de dezembro de 1910, poucas semanas após a Revolta da Chibata. Segundo Cecília Prada, esse episódio não tem relação direta com a revolta de João Cândido. Duramente reprimidos pelo governo, os revoltosos foram massacrados pelo bombardeio dos navios de guerra, a ponto de, dos 600 soldados da guarnição da ilha, restarem apenas 60, tendo o restante do contingente morrido ou fugido. Além disso, o forte localizado na ilha ficou em ruínas (Prada, 2009, *on line*).

Enquanto isso ocorria, Hermes da Fonseca se aproveitou do clima de instabilidade e medo e pediu, ainda no dia 10 de dezembro, que o Congresso aprovasse a decretação de um estado de sítio¹¹². Aprovada no dia 12, a medida valeria até o dia 12 de janeiro do ano seguinte. A imposição de um estado de sítio se repetiria ainda durante o governo Hermes, entre março e outubro de 1914. Desta vez, a causa principal foi a situação revoltosa no Ceará, estado em que Pinheiro Machado realizou uma contra-ofensiva para retomar seu predomínio. É este estado de sítio que Anófeles menciona como um dos *prodígios* do político gaúcho.

A prisão de João Cândido, contudo, não seria a última resposta truculenta do governo. No dia 25 de dezembro, o navio *Satélite*, do Loyde brasileiro, zarpou do porto do Rio de Janeiro com 293 detentos, contando-se entre eles revoltosos dos navios de guerra e do Batalhão Naval. Os prisioneiros seriam deportados para trabalho forçado nos seringais amazônicos do Acre e na construção da ferrovia Madeira-Mamoré (ambos famosos por ceifar milhares de vidas), mas parte deles foi sumariamente fuzilada pela tripulação e lançada ao mar, sob a acusação de tramar uma revolta a bordo do navio.

O rebaixamento de que falávamos pouco acima, produzido pela aproximação entre o estudo do direito constitucional e a criação de galos de briga, fica ainda mais evidente em “O programa”, quando os dois temas são colocados mais abertamente no campo da violência:

Em matéria de direito, ele [Bastos], já nos demonstrou a constitucionalidade dos fuzilamentos do ‘Satélite’ e das asfixias da ilha das Cobras; em matéria de briga de galos, quase já nos convenceu da majestade de divertimento tão cruel e sangrento. Uma coisa parece que completa a outra.¹¹³

¹¹² Segundo Mourelle (2023, *online*), o Estado de Sítio “configura um regime jurídico excepcional, de caráter temporário, em razão da ocorrência de algum fato que represente perigo para a ordem pública constituída. Ele pode ter formas mais ou menos amplas, ou seja, desde medidas meramente policiais até a suspensão de garantias constitucionais. Em geral, para se colocar o Estado de Sítio em vigor, verifica-se a existência de duas circunstâncias: se há, de fato, perigo para a ordem pública e se não é possível resolver tal problema sem o uso de medidas excepcionais.”

¹¹³ Careta, 17 jul. 1915, sem indicação de página.

O recurso à “crônica-irmã” nos ajuda a ver a profundidade da sátira, que se volta contra o fazer político violento, o qual arbitra não apenas sobre o andamento dos poderes republicanos, mas também sobre quem deve viver ou morrer. Atualmente, essa *atribuição* de instituições (como os governos), que “administram a morte”, é analisada sob o termo necropolítica, conceito definido pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (Ciscati, 2020, *online*).

O conteúdo de violência aparece, no entanto, amenizado em “Um diálogo”, assim como nas demais crônicas a ele aparentadas, não apenas pela elaboração de um contexto ficcional, ou seja, uma conversa num ambiente bucólico associado ao descanso, mas também pelo uso de termos como “dileto”, “menino”, “prodígios”, “amado”, “maravilha” e “bela ocasião”, normalmente associados a aspectos positivos e que, entretanto, no texto, acentuam a ironia e a incompatibilidade entre o tom casual do diálogo e os componentes violentos dos “princípios republicanos” defendidos por Bastos/Machado, quais sejam: a truculência política, a propagação de notícias falsas, o oportunismo, as execuções e as torturas.

Em *L’ingénu*, os diálogos protagonizados pelo Huron são momentos em que, com frequência, de forma aparentemente casual (como na conversa que estamos acompanhando), são colocados em relevo os contrastes entre a visão *naïve* do jovem indígena e a realidade concreta, a qual se apresenta regida sob a influência dos detentores do poder político e religioso. Em sua passagem por Saumur, Ingênuo se espanta ao encontrar a cidade quase deserta e ver a aflição de pessoas que se mudavam às pressas. Interpela um dos que “se queixavam amargamente”:

- E por que fogem da sua pátria, senhores?
 - É porque querem que reconheçamos o papa.
 - E por que não o reconhecem? Não têm, então, madrinhas com quem desejam casar? Pois me disseram que é o papa que dá licença para isso.
 - Ah! Esse papa diz que é senhor do domínio dos reis.
 - Mas qual é a profissão dos senhores?
 - Somos, na maioria, tecelões e fabricantes.
 - Se o papa alega que é senhor dos tecidos e das fábricas, fazem muito bem em não reconhecê-lo; mas, quanto aos reis, isso é com eles; por que se metem os senhores em tais assuntos?
- Um homenzinho de preto tomou então a palavra e expôs habilmente as queixas dos companheiros. Referiu-se com tanta energia à revogação do édito de Nantes, deplorou de modo tão patético a sorte de 50 mil famílias fugitivas e de 50 mil outras convertidas pelos dragões¹¹⁴, que o Ingênuo por sua vez desatou em pranto.

¹¹⁴ Denominação dada aos soldados de cavalaria.

- Como se explica então - dizia ele - que tão grande rei, cuja glória se estende até os hurões, se prive de tantos corações que poderiam amá-lo e de tantos braços que poderiam servi-lo?
- É que o enganaram, como aos outros grandes reis. Convenceram-no de que, logo que dissesse uma palavra, todos os homens pensariam como ele, e que nos faria mudar de religião como o seu músico Lulli muda em um instante os cenários de suas óperas (Voltaire, 2002, pp. 296-297).¹¹⁵

Essa conformação, aliada aos aspectos mencionados por Pomeau (1995, p. 33), de que tanto a duração da ação em *L'ingénu* como a ambientação limitada a dois lugares (Baixa Bretanha e o eixo Paris-Versalhes) correspondem a uma “estética teatral”, faz pensar em possíveis razões para a escolha de nosso Ingênuo por uma crônica estruturada sobre a forma do diálogo (com a recorrência ou alternância de perguntas e respostas). Reproduzindo e redimensionando a “técnica dramática” de Voltaire¹¹⁶, Lima Barreto dá a essa crônica (assim como a “Por força”, analisada mais adiante), não só uma visada ficcional, mas também uma aparência de *encenação*. No centro do palco bucólico, um mestre e seu discípulo encenam os “princípios republicanos”, cuja codificação amena remete, por contraste, à violência das ações na República. De forma semelhante, o Huron voltairiano exhibe notas cômicas em seus questionamentos, enquanto a violência da perseguição aos protestantes aparece nas réplicas de seu interlocutor, o qual, por sua vez, não deixa de refletir sobre o absurdo das decisões dos governantes ao dizer que o rei incorria em engano ao pensar que faria os huguenotes mudarem de religião como o músico Lulli¹¹⁷ “muda em um instante o cenário de suas óperas.”

Quase ao fim do diálogo, depois de ouvir as respostas de seu mestre, Anófeles conclui: “Vossa excelência é extraordinário.” O político é exaltado por seus “feitos” enquanto

¹¹⁵ « Et pourquoi fuyez-vous votre patrie, messieurs? — C'est qu'on veut que nous reconnaissons le pape. — Et pourquoi ne le reconnaitriez-vous pas? Vous n'avez donc point de marraines que vous vouliez épouser? Car on m'a dit que c'était lui qui en donnait la permission. — Ah! Monsieur, ce pape dit qu'il est le maître du domaine des rois. — Mais, Messieurs, de quelle profession êtes-vous? — Monsieur, nous sommes pour la plupart des drapiers et des fabricants. — Si votre pape dit qu'il est le maître de vos draps et de vos fabriques, vous faites très bien de ne pas le reconnaître; mais pour les rois, c'est leur affaire; de quoi vous mêlez-vous? » Alors un petit homme noir prit la parole, et exposa très savamment les griefs de la compagnie. Il parla de la révocation de l'édit de Nantes avec tant d'énergie, il déplora d'une manière si pathétique le sort de cinquante mille familles fugitives et de cinquante mille autres converties par les dragons, que l'Ingénu à son tour versa des larmes. « D'où vient donc, disait-il, qu'un si grand roi, dont la gloire s'étend jusque chez les Hurons, se prive ainsi de tant de cœurs qui l'auraient aimé, et de tant de bras qui l'auraient servi?

— C'est qu'on l'a trompé comme les autres grands rois, répondit l'homme noir. On lui a fait croire que dès qu'il aurait dit un mot, tous les hommes penseraient comme lui; et qu'il nous ferait changer de religion comme son musicien Lulli fait changer en un moment les décorations de ses opéras (Voltaire, 1995, pp. 100-101).

¹¹⁶ É interessante observar, nos contos filosóficos de Voltaire, a certa independência entre os capítulos, o que contribui para a construção de quadros e, assim, de certa forma, conecta esse gênero tanto ao teatro como à sátira.

¹¹⁷ Jean-Baptiste Lulli (1632-1687), compositor italiano naturalizado francês, foi o músico favorito de Louis XIV.

ele e seu “amado discípulo” estão em um caramanchão, uma construção ajardinada destinada a repouso e abrigo, feita em locais públicos ou privados. Machado, outra vez referido por sua patente militar, acende um cigarro de palha e propõe a seu interlocutor uma “partida em cinquenta pontos”. A crônica termina com a dupla subindo *vagarosamente* “a alameda principal”. De forma semelhante, com a mesma amenização das atrocidades evocadas no discurso dos dois personagens, terminam também “A chegada” e “O programa”. Na crônica de março, Bastos “não pôde olhar para o céu, porque a abóbada de zinco da estação escondia-o dos seus olhos”¹¹⁸. Na crônica de julho, assinada J. Hurê, o entrevistador, depois de observar a pobreza reinante na cidade e compará-la com a opulência dos “altos políticos”, acrescenta que estes “passavam ricos de joias, em automóveis de luxo, quase sem olhar os transeuntes”¹¹⁹. Aqui, outra vez a associação entre automóveis e representantes do poder. Outra vez, a distância abissal entre o que o cronista concebe como os “verdadeiros fins da política” e sua realidade contemporânea. Distância essa que é medida e exposta pela sátira.

2.5 “Por força”: nobrezas doutorais para velhos novos tempos

Meu amigo Políbio tem um petiz que não estuda nada.

É um pequenote de seus dezoito anos (bem bom pequenote) que anda no trinque, gasta à la gordaça, conquista, namora e foge dos livros que nem o diabo da cruz.

Políbio é doutor e quer fazer o filho doutor, para o que não tem poupado dinheiro com professores, tanto mais que se casou rico, e o dinheiro que gasta é da mulher.

Mas não há arame que meta na cabeça do pequeno as mais elementares noções.

Há dias encontrei-me com Políbio, que vinha a coçar a cabeça rua afora, que nem um doido.

– Que tens, Políbio?

– Não sabes, Huron amigo, o meu pequeno foi reprovado em exame de admissão. Uma injustiça!

– Ele sabia alguma coisa?

– Qual! Não sabia nada de nada.

Tive pena da dor do pai e espanto de ele julgar injusta a reprovação do filho que não sabia nada de nada, como ele mesmo dizia. Fiz tolamente:

– Naturalmente os examinadores foram severos de mais.

– Não, não.

O meu espanto redobrou e, sem achar uma saída, perguntei:

– Que perguntas fizeram?

– Simples.

– Lembra-te de alguma?

– Lembro-me. Perguntaram quais eram as cidades principais do estado do Rio de Janeiro.

– Que é que o pequeno respondeu?

¹¹⁸ Careta, 27 mar. 1915, sem indicação de página.

¹¹⁹ Careta, 17 jul. 1915, sem indicação de página.

- Respondeu que eram Copacabana, Tijuca, Méier e Cascadura.
- Hás de concordar que a resposta...
- Sei bem, meu caro. Ele não sabe nada de nada.
- E em aritmética?
- Ah! meu caro, foi extraordinariamente feliz. Na prova escrita dividiu assim as frações: as frações se dividem em duas espécies, frações vagabundas e frações decentes.
- Olhei com segurança o meu amigo e observei:
- Este teu filho é portentoso. E na prova oral?
- Perguntaram-lhe: como se dividem as grandezas?
- Que é que ele respondeu?
- As grandezas se dividem em grandes e pequenas.
- Tem muito talento este teu filho... Para quem não sabe nada de nada!...
- É muito, não achas? Em história, ele teve uma das respostas mais felizes de que tenho conhecimento.
- Qual foi?
- Perguntaram-lhe quem era Napoleão.
- Que é que ele respondeu?
- Respondeu com segurança: Napoleão era um homem pequeno, que montava a cavalo, vestia calças brancas e cruzava as mãos no peito. Não é boa?
- É.
- Fiquei, apesar da resposta, assombrado com a admiração que o pai tinha por semelhante filho. Era possível tal coisa?
- Pareceu-me a coisa uma troça, uma dessas ironias cruéis que fazemos de nós para nós, de nós para os nossos; e, para trazer afinal ao meu espírito a normalidade, disse com franqueza ao amigo:
- Tu esperas ainda que teu filho se forme, Políbio?
- Por força!
- Como? Depois de tais respostas?
- Por força, meu caro Huron. Eu não sou doutor, o avô não era? Há de se formar por força, seja como for.¹²⁰

Nesta crônica, publicada na *Careta* de 24 de abril de 1915, a crítica recai sobre a mania dos doutores (a “doutoromania”), verdadeira instituição social e cultural que foi tema de numerosos textos de Lima Barreto, inclusive em *Numa e a Ninfa*. Relembrando seu passado pobre, o deputado Numa Pompílio de Castro reflete:

Muito pode a formatura! Se ele não se fizesse doutor, que seria?... Bem lhe pareceu desde menino, que a carta era a chave da riqueza, uma chave mágica a abrir todas as fechaduras da vida, suavemente, docemente, rapidamente, sem o mais tênue ruído. Uma gazua... (Barreto, 1956, v. 3, pp. 41-42)

Lima criticava principalmente a supervalorização do diploma (como um fenômeno social que estabelecia distinções e privilégios), que parecia conferir a cada novo doutor formado uma aura de inteligência e infalibilidade acima do comum. Em contraste com os títulos e a pompa que cercavam os detendores de honrarias, o cronista com frequência

¹²⁰ *Careta*, 24 abr. 1915, sem indicação de página. Todas as referências à crônica remetem ao texto apresentado no início da análise.

mencionou a escassez de talento e a incapacidade de agir de forma autônoma e genuína, sem a influência dos poderosos do momento.

Outro aspecto dessa nobreza doutoral que interessa ao nosso estudo é a menção ao grande receio dos aspirantes a essa classe privilegiada: “O que mete medo aos candidatos à essa nobreza doutoral não são os exames da escola superior; são os exames preliminares, aqueles das matrículas que constituem o nosso curso secundário...” (Barreto, 2001, p. 35)

Em *Numa e a ninfa*, publicado no mesmo ano da crônica, o deputado Numa Pompílio de Castro via no “doutorado”, equivalente a “ser um dos brâmanes privilegiados”, a possibilidade de afastar seus concorrentes e de atingir “o máximo escopo da vida”. Era preciso, enfim “ser doutor fosse como fosse” (Barreto, 1956, v. 3, pp. 30-31), como o filho de Políbio. Numa, assim como outros personagens que possuem o ambicionado título, tem na verdade aversão ao estudo:

Não que houvesse nele [Numa Pompílio] um alto amor ao saber, uma alta estima às matérias que estudava e das quais fazia exame. Odiava-as até. Todas aquelas complicações de direitos e outras disciplinas pareciam-lhe vazias de sentido, sem substância, puras aparências e mesmo sem grande utilidade e significação, a não ser a de constituírem barreiras e obstáculos, destinados à seleção dos homens (Barreto, 1956, v. 3, p. 31).

Beatriz Resende (2017, p. 130) apontou a quase onipresença da figura do doutor como personagem na obra romanesca de Lima Barreto, assim como sua recorrência em vários contos, tais como “O homem que sabia javanês” e “Como o homem chegou”. De fato, a figura do doutor, constituindo praticamente um tipo – de acordo com a definição de Sônia Brayner (1979) –, por reunir em si muitos dos privilégios e da própria retórica do *status quo* (ambos combatidos por Lima Barreto), é um dos temas mais caros ao autor de *Numa e a ninfa* e aparece de forma um pouco embrionária, embora talvez ainda sem a modulação satírica, já nas reportagens para o *Correio da Manhã*, em 1905, quando a presença de Lauro Müller e de Paulo de Frontin¹²¹ aparece em contraste com as figuras dos humildes trabalhadores encarregados de escavar as entranhas do Morro do Castelo. Ainda de acordo com Beatriz Resende (2017, pp. 132-133), o escritor Coelho Neto foi, para Lima Barreto, a pessoa que melhor encarnou a figura do doutor dissimulador que ludibria a sociedade.

Em “Por força”, encontramos outra vez a voz do nosso Ingênuo. Este também “diz singelamente” o que pensa, assim como a personagem voltairiana:

¹²¹ Na época da publicação das reportagens, Lauro Müller era Secretário de Viação e Obras Públicas no governo Rodrigues Alves (1902-1906), enquanto o engenheiro Paulo de Frontin era o encarregado, por ele, de dirigir a Comissão Construtora da Avenida Central (Barreto, 1997, p. 4, nota de rodapé no. 5).

– Sempre me chamaram “o Ingênuo”, nome este que me foi confirmado na Inglaterra, porque eu sempre digo singelamente o que penso e faço tudo o que quero.

[...]

O implacável bailio, incapaz de reprimir o seu furor inquisitivo, levou a curiosidade ao ponto de se informar qual era a religião do senhor hurão; se escolhera a religião anglicana, ou a galicana, ou a huguenote.

– Eu sou da minha religião – disse ele – como o senhor é da sua.

– Ah! – exclamou a srta. de Kerkabon – bem se vê que esses desgraçados ingleses nem ao menos pensaram em batizá-lo.

– Meu Deus! – Disse a senhorita de St. Yves – como é possível que os hurões não sejam católicos? Será que os reverendíssimos padres jesuítas não os converteram a todos?

O Ingênuo assegurou que na sua terra não se convertia ninguém; que jamais um verdadeiro hurão mudara de ideias, e que na sua língua nem sequer havia um termo que significasse inconstância (Voltaire, 2002, p.274-277).¹²²

E, de novo, deparamos com o recurso à ficcionalização como uma das formas de empreender o ataque, que se realiza por meio do entretenimento, estratégia que Matthew Hodgart associa à sátira, pois, segundo o estudioso, “a sátira em todos os seus níveis deve tanto entreter, como tratar de influir na conduta, e este entretenimento procede [...] do prazer que vem de ouvir uma farsa, uma inversão fantástica do mundo real” (1969, p. 19). Como na crônica anterior, observa-se a criação de um quadro com predominância do discurso direto, dando voz para que as personagens falem de suas práticas e crenças em seus próprios termos.

Quando, aprisionado na Bastilha, o Huron/Ingênuo de Voltaire questiona as razões pelas quais as nações dão a si mesmas origens fabulosas e por que há, em toda parte, tantas “aparições, oráculos, prodígios, sortilégios, transformações, sonhos interpretados, e que ditam o destino dos maiores impérios e dos menores Estados”, ele conclui que “se é necessário que existam fábulas, que estas pelo menos sejam o emblema da verdade. Amo as fábulas dos filósofos, rio com as das crianças, odeio as dos impostores”¹²³. De forma

¹²² On m’a toujours appelé l’Ingénu, reprit le Huron, et on m’a confirmé ce nom en Angleterre, parce que je dis toujours naïvement ce que je pense, comme je fais tout ce que je veux.

[...]

L’impitoyable bailli, qui ne pouvait réprimer sa fureur de questionner, poussa enfin la curiosité jusqu’à s’informer de quelle religion était Monsieur le Huron; s’il avait choisi la religion anglicane, ou la gallicane, ou la huguenote? « Je suis de ma religion, dit-il, comme vous de la vôtre. — Hélas! s’écria la Kerkabon, je vois bien que ces malheureux Anglais n’ont pas seulement songé à le baptiser. — Eh mon Dieu, disait Mademoiselle de Saint-Yves, comment se peut-il que les Hurons ne soient pas catholiques? Est-ce que les RR. PP. jésuites ne les ont pas tous convertis? » L’Ingénu l’assura que dans son pays on ne convertissait personne; que jamais un vrai Huron n’avait changé d’opinion, et que même il n’y avait point dans sa langue de terme qui signifiât inconstance (Voltaire, 1995, pp. 78-81).

¹²³ Ce sont partout des apparitions, des oracles, des prodiges, des sortilèges, des métamorphoses, des songes expliqués, et qui font la destinée des plus grands empires et des plus petits États. [...] Ah! s’il nous faut des fables, que ces fables soient du moins l’emblème de la vérité! J’aime les fables des philosophes, je ris de celles des enfants, et je hais celles des imposteurs (Voltaire, 1995, p. 111).

semelhante, a ficcionalização com fim satírico, embora não constitua, no plano estrutural ou genérico uma fábula como a conhecemos tradicionalmente, ensina, pelo contraste e por meio da “transposição” da realidade histórica para o plano ficcional, a verdade defendida pelo satirista e da qual compartilha o público a quem ele se destina.

Guardadas essas semelhanças, é a primeira vez que o próprio cronista-personagem é identificado com o *huron* de Voltaire e serve, ele mesmo, de interlocutor numa conversa. Então, além da *persona pseudonímica* – considerando, com alguma ressalva, o comentário de Felipe Botelho Corrêa (2016) de que os pseudônimos limabarretianos não constituem heterônimos elaborados – temos a *persona* tomada diretamente ao autor de *L’ingénu* agindo no texto ficcionalizado.

Ingênuo conversa com Políbio, um amigo doutor que “quer fazer o filho doutor”, numa espécie de esforço pela manutenção dos privilégios, tendo em conta que o avô do próprio Políbio era também um doutor. Nesse aspecto, é interessante considerar o sugestivo nome da personagem: Políbio tem origem no nome grego *Polýbios*, cujo significado é “de muitas vidas”. O nome pode tanto remeter à hereditariedade dos privilégios, como se referir às multidões arrivistas de candidatos a doutores, os quais, quando em posse do diploma, foram, segundo Lima em outra crônica, monopolizando “posições, fazendo criar coisas novas para eles, arrendando com o preconceito doutoral as atividades e as competências.”¹²⁴ Uma última possibilidade é que Políbio remeta ao historiador e político grego que viveu entre 208 a.C. (data provável) e 120 a.C. O contraste entre um nome que faz referência a um estudioso e o pai de um “candidato” a doutor ignorante ao extremo soa bastante cômico.

Para atingir o objetivo de educar o filho, o dedicado pai gasta com professores, contando, porém, com o dinheiro da mulher. A associação entre a riqueza de membros das classes privilegiadas possuidores da “doutoromania” e o casamento por interesse foi tema de muitos escritos de Lima Barreto, entre eles a crônica “Procurem a sua Josefina”¹²⁵ e a sátira *Os Bruzundangas* (1923).

Na sátira ambientada no país da Bruzundanga, a instituição do *doutor* é tratada de forma contundente. Nessa obra, Lima Barreto transpõe para o enigmático país os vícios e usos da República brasileira. Almeida (2013, p. 158) ressalta o recurso limabarretiano de narrar histórias por meio da utilização de uma referência espacial distante (como a Argélia, a ilha de Java, a Nova Califórnia) como parte do processo de caricaturização próprio da tendência

¹²⁴ *Correio da Noite*, 11 mar. 1915, p. 1 (“A instrução pública”)

¹²⁵ A crônica “Procurem a sua Josefina” será objeto de análise no capítulo 3.

satírica. O narrador, um estrangeiro, tal como o *huron* de Voltaire, traça um perfil da “grande nação” e, já no segundo capítulo, explica que sua aristocracia, “tal-qualmente como na França de outros tempos”, está dividida em duas: a nobreza doutoral e a nobreza de palpite. A primeira é constituída pelos formados nas escolas superiores de medicina, direito e engenharia. E continua:

Lá, o cidadão que se arma de um título em uma das escolas citadas, obtém privilégios especiais, alguns constantes das leis e outros consignados nos costumes. O povo mesmo aceita esse estado de cousas e tem um respeito religioso pela sua nobreza de doutores. Uma pessoa da plebe nunca dirá que essa espécie de brâmane tem carta, diploma; dirá: tem pergaminho. Entretanto, o tal pergaminho é de um medíocre papel de Holanda. As moças ricas não podem compreender o casamento senão com o doutor; e as pobres, quando alcançam um matrimônio dessa natureza, enchem de orgulho a família toda, os colaterais, e os afins.¹²⁶

Políbio deseja fazer o filho doutor, mas há um problema: “não há arame que meta na cabeça do pequeno as mais elementares noções”. A ignorância do futuro diplomado será, a partir do início do diálogo entre Políbio e Ingênuo/Huron, tratada de forma cômica. Ou mesmo um pouco antes, quando o cronista-narrador diz que seu amigo vinha “a coçar a cabeça rua afora, que nem um doido”. A equiparação de gestos e discursos às manifestações da insanidade constitui também uma das vias pelas quais a técnica da redução se mostra na sátira (Hodgart, 1969).

Políbio diz que foi injusta a reprovação do filho num exame, mesmo ele não sabendo “nada de nada” e, instado por perguntas de seu interlocutor, passa a contar as respostas dadas pelo rapaz. As questões mencionadas pelo pai aflito parecem muito primárias para um exame de um estudante de dezoito anos, o que não deixa de ressaltar o caráter ridículo das dificuldades. O jovem dá respostas estúpidas para questões simples de várias áreas, ao que Ingênuo conclui: “Tem muito talento este teu filho... Para quem não sabe de nada!...” Para completar o relato do absurdo exame, Políbio diz que, à pergunta sobre quem era Napoleão, o filho respondeu *com segurança*: “Napoleão era um homem pequeno, que montava a cavalo, vestia calças brancas e cruzava as mãos no peito.” Ou seja, o “pequenote” guardou sobre a figura histórica apenas aspectos ligados à aparência e que caberiam a um desconhecido. No plano do andamento satírico que estamos delineando, não é despropositado pensar que, ao mesmo tempo em que a resposta do aspirante a doutor revela ignorância, ela também corresponde a uma caricaturização da figura de Napoleão, o qual aparece em

¹²⁶ A.B.C., 20 de jan. 1917, pp. 17-18.

crônicas, contos e sátiras (como “Procurem a sua Josefina”, “Três gênios de secretaria” e *Os Bruzundangas*) como alguém que, em busca de prestígio e poder, foi capaz de tudo e deu a si mesmo uma aparência de nobreza. Os doutores, como um “flagelo”¹²⁷, seriam, então, aproximados ao imperador francês e compreendidos como exércitos de pequenos napoleões, a conquistar, invadir e “roubar” para si as posições mais vantajosas.

Demonstrando assombro pela admiração que Políbio ainda mantinha por tal filho, depois da série de respostas esdrúxulas, Ingênuo reflete: “Pareceu-me a coisa uma troça, uma dessas ironias cruéis que fazemos de nós para nós, de nós para os nossos”. A admiração do pai zeloso estava justamente no fato que, fazendo o que fazia, o jovem aspirante, ainda que nada soubesse, conseguiria ser doutor, doutor “por força”. Teria garantidas suas posições ou forçaria sua entrada nos altos escalões da sociedade e seria, por fim, parte da “teocracia doutoral”.¹²⁸

Anos mais tarde, Lima Barreto sintetizaria a conduta dos doutores na poderosa sátira *Os Bruzundangas*, um retrato desconcertante de todo o Brasil do período:

De forma que os filhos dos poderosos fazem os pais desdobrar bancas de exames, pôr em certas mesas pessoas suas, conseguindo aprovar os pequenos em aritmética sem que ao menos saibam somar frações, outros em francês sem que possam traduzir o mais fácil autor. Com tais manobras, conseguem sair-se da alhada e lá vão, cinco ou seis anos depois, ocupar gordas sinecuras com a sua importância de “doutor”.

[...]

Passando assim pelo que nós chamamos preparatórios, os futuros diretores da República dos Estados Unidos da Bruzundanga acabam os cursos mais ignorantes e presunçosos do que quando para lá entraram.¹²⁹

Por meio do “humor fundado na fantasia” (Frye, 2014, p. 370), Lima Barreto se volta contra a instituição dos doutores, valendo-se do pseudônimo Ingênuo para expor os métodos e deméritos da “nobreza doutoral”. Este, por sua vez, tem o ímpeto questionador que Voltaire imprime a seu Huron, que diz o que pensa e faz o que quer, pois não tem as amarras e vendas impostas por seu país de destino, a França do século XVII, onde não apenas o clero, mas também os ministros e monarcas são vistos sem reservas em seus defeitos e baixezas, como representantes corruptos de uma sociedade igualmente corrompida. Nesse aspecto, vale recuperar as reflexões do Huron, depois de ter passado por um duplo processo de conhecimento, primeiro espantando-se comicamente com as práticas religiosas, sociais e

¹²⁷ *Correio da Noite*, 11 mar. 1915, p. 1 (“A instrução pública”).

¹²⁸ *Correio da Noite*, 11 mar. 1915, p. 1 (“A instrução pública”).

¹²⁹ *A.B.C.*, 03 mar. 1917. p. 6.

políticas dos franceses e depois compreendendo-as em seu conjunto com a ajuda de seu colega de prisão, o jansenista Gordon:

O Ingênuo [...] lamentou os homens que, não satisfeitos da discórdia que os seus interesses provocam, arranjam novos males precedentes de interesses quiméricos e ininteligíveis absurdos. Gordon narrava, o outro julgava; os convivas ouviam com emoção, esclarecendo-se de novas luzes. Falou-se da extensão de nossos infortúnios e da brevidade da vida. Observou-se que cada condição tem um vício e um perigo que lhe são peculiares, e que, desde o príncipe até o último dos mendigos, tudo parece acusar a natureza. Como se encontram tantos homens que, por tão pouco dinheiro, tornam-se perseguidores, satélites, carrascos dos outros homens? (Voltaire, 2002, p. 329)¹³⁰

Valendo-se do uso predominante do diálogo num contexto ficcionalizado, a exemplo de “Um diálogo”, nosso Ingênuo, agora explicitamente identificado com o protagonista do conto francês, volta-se contra a “casta” dos doutores, cuja maior parte era formada por indivíduos que reuniam muitos dos hábitos e comportamentos visados pela pena afiada de Lima Barreto: o arrivismo, a ignorância, a falta de engajamento com os problemas e questões fundamentais de sua época, a ganância e um sentimento (aliás muito próprio de nossa formação histórica e social baseada no domínio e numa profunda desigualdade) de *hereditariedade do privilégio*, como bem expresso nesta e em outras crônicas. A *dupla inserção* de Voltaire, primeiro pela via pseudonímica e depois pela alusão tornada *persona*, não só faz ressoar “a música de uma outra voz” (Authier-Revuz, 2007, p. 12) como parece até mesmo constituir uma paródia do estilo voltairiano. O uso do discurso direto em cenas que formam *pequenos quadros* que lembram uma peça teatral, a adoção de uma postura *naïve* na exposição das contradições, como se em campo aberto se confrontassem duas visões diametralmente opostas; o recurso de disfarçar, mascarar, para depois desvelar, desmascarar; enfim o ato de colocar-se (o cronista) satiricamente como um estrangeiro que ignora as convenções, as relações e as múltiplas camadas constituintes da sociedade (ou conjunto de normas) por ele atacada, reatualizam o ímpeto combativo de Voltaire e fazem, portanto, reviver o Ingênuo criado no século XVIII para que este, sob a voz poderosa e o ímpeto de Lima Barreto, aporte em solo brasileiro nas décadas iniciais do século XX e exponha, com a

¹³⁰ L’Ingénu [...] plaignit les hommes qui, non contents de tant de discorde que leurs intérêts allument, se font de nouveaux maux pour des intérêts chimériques, et pour des absurdités inintelligibles. Gordon racontait, l’autre jugeait; les convives écoutaient avec émotion, et s’éclairaient d’une lumière nouvelle. On parla de la longueur de nos infortunes et de la brièveté de la vie. On remarqua que chaque profession a un vice et un danger qui lui sont attachés, et que, depuis le prince jusqu’au dernier des mendiants, tout semble accuser la nature. Comment se trouve-t-il tant d’hommes qui, pour si peu d’argent, se font les persécuteurs, les satellites, les bourreaux des autres hommes? (Voltaire, 1995, p. 134)

liberdade e a flexibilidade que a crônica dá, a burrice daqueles que julgam saber muito (os doutores), as intenções particulares e escusas daqueles que dizem se preocupar com a *res publica* e a crueldade de um Estado que há séculos domina, segrega e violenta os indivíduos que este mesmo Estado alegou ou jurou um dia proteger...

2.6 “A zanga dos edis”: aqui como em Roma...

Contam os cotidianos que o Conselho da Mãe do Bispo anda zangado com o prefeito.

A maior parte dos habitantes do Rio de Janeiro passa anos e anos sem dar com a existência de semelhante assembleia.

Geralmente, mesmo quando elas são feitas pelo PRC ou pelo borgismo do Rio Grande do Sul, as assembleias se caracterizam pela disparidade de opiniões de seus membros.

Quando, por exemplo, todos estão de acordo em julgar Bastos, o primeiro político do mundo, alguns discordam de outros sobre a melhor maneira de marcar os animais.

O Senado Romano estava de acordo em julgar Domiciano, um imperador impiedoso, mas discutia com paixão a melhor maneira de lhe preparar as peixadas.

A unanimidade de opiniões, ou antes, um inteiro acordo entre elas nunca foi regra das assembleias. Entretanto, o nosso Conselho Municipal passa sobre os assuntos da mesma forma. Perguntem ao sr. Zoroastro se a tal respeito não tem a mesma opinião que o sr. Tavares, e este se não pensa da mesma forma que o sr. Alberico, que está de acordo com o sr. Getúlio etc. etc.

A característica do nosso Conselho é a unanimidade e uma assembleia em que não há debate perde a razão de ser e não merece interesse.

Mesmo quando os nossos edis tratam de coisas importantes, como a reforma da secretaria deles e a duplicação de empregados da casa, os ânimos não se azedam. O aumento de lugares é suficiente para contentar todos eles, e a reforma passa sem debate e quase sem emendas.

Agora, eles se zangaram com o prefeito; mas ainda aí a unanimidade continuou.

Enganei-me; um dos edis defendeu frouxamente o prefeito, por ser seu amigo particular.

É raro que, nas discussões parlamentares, se traga à tona semelhantes argumentos. O defensor cala a sua amizade e trata de argumentar sobre os bons motivos que levaram a autoridade a praticar o ato incriminado.

E deve ser assim, porque, senão, nós outros diremos: fulano defendeu sicrano dizendo só que era amigo deste – o que quer dizer que, se não fosse amigo, achava o ato dele mau.

O ato atacado é a criação de albergues nas estações da Limpeza Pública. Não sei quais foram as bases dos ataques, mas quero lembrar aqui que, segundo li no sr. Vieira Fazenda, o antigo Senado da Câmara devia ser composto dos homens bons da cidade, assim recomendavam várias cartas régias.

Se fosse naqueles tempos, os homens bons talvez não se insurgissem contra essa obra piedosa dos albergues; mas daí não conclua que estou afirmando que o Conselho atual se compõe de homens maus. Longe de mim tal pensamento.¹³¹

¹³¹ Careta, 8 mai 1915, sem indicação de página.

Em abril de 1915, membros da *Gazeta de Notícias* tiveram a iniciativa de criar, na cidade do Rio, albergues noturnos para acolher principalmente pessoas sem teto. No dia 27 de abril, de acordo com *O País*, ocorreu uma reunião na residência de Coelho Neto, onde foram estabelecidas algumas comissões destinadas a dar andamento ao projeto. Entre os nomes presentes constavam em sua maior parte mulheres, entre as quais são mencionadas as esposas de Rui Barbosa, Maria Gabriela Coelho Neto, esposa do romancista, e a esposa de Bastos Tigre. A mesma edição informa que o superintendente da Limpeza Pública, coronel Souza e Silva, subordinado a Rivadávia Correia, então prefeito do Distrito Federal, “ordenou a adaptação de uma das dependências existentes no pátio da estação Central [na praça da República] para abrigar as inúmeras pessoas que, sem lar e sem pão, vivem largadas ao relento. Esperava-se a inauguração do espaço, que estaria “aparelhado” para abrigar “400 pobres”, para o dia 1º de maio. A matéria termina dizendo que a solução do “problema dos albergues noturnos”, até então não considerado pelos “poderes competentes” ia tornando-se realidade graças aos “sentimentos altruísticos dos distintos cidadãos que conceberam e estão executando tão alevantada obra.”¹³²

Na edição do dia seguinte, o mesmo *O País* retoma o assunto, mencionando uma visita do prefeito ao edifício onde foi “improvisado o recolhimento que dará pousada aos inúmeros indigentes que *infestam a nossa capital*, mendigando o pão e pedindo repouso para o corpo abatido.”¹³³ Por meio da leitura da seção do periódico reservada aos atos do Conselho Municipal, é possível verificar que já estava em andamento a discussão do projeto no. 99, ainda de 1914, de autoria do intendente Leite Ribeiro¹³⁴, “autorizando o Prefeito a criar e manter, por conta da Municipalidade, no ponto que lhe parecer mais conveniente, um albergue noturno e dando outras providências.”¹³⁵

Com a proclamação da República e a separação entre os poderes Executivo e Legislativo, surgiram os prefeitos e as antigas Câmaras de Vereadores do tempo do Império

¹³² *O País*, 28 abr. 1915, p. 2 (“Albergues nocturnos”)

¹³³ *O País*, 29 abr. 1915, p. 2 (“Os albergues nocturnos”). Grifos nossos.

¹³⁴ Coronel Carlos Leite Ribeiro (1858-1945), nascido no Rio de Janeiro, recebeu a patente de tenente-coronel da Guarda Nacional em 1897. Em 1898, assumiu como delegado da 7ª Circunscrição Policial do Rio de Janeiro (DF). De 1899 a 1902, atuou como intendente do Conselho Municipal. Foi deputado Federal entre 1900 e 1902 e prefeito interino do Rio de Janeiro em 1902 (setembro a dezembro), função na qual promoveu melhoramentos, como a reforma do calçamento da Rua do Ouvidor. Novamente eleito deputado federal pelo então Distrito Federal, atuou entre maio e dezembro de 1905, quando deixou o mandato para se juntar à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, onde foi presidente. Deixou a carreira política (em data não precisada) para dedicar-se ao comércio, principalmente na área editorial, tendo sido responsável pela Editora Livraria Leite Ribeiro (Fenerick, 2023, p. 22; Lima, 2018, p. 70; CPDOC, s/d, pp. 1-2).

¹³⁵ *O País*, 29 abr. 1915, p. 6 (“Conselho Municipal”)

deram lugar aos Conselhos Municipais, órgãos do poder Legislativo (Corrêa, 2016, p. 499). No município do Rio de Janeiro, elevado a Distrito Federal em 1889, o Conselho de Intendência Municipal era composto por sete intendentes (que exerciam a função de vereadores), nomeados pelo Presidente da República, representante do Executivo Federal (Lima, 2018, p. 170). Segundo Silva (2010, p. 24), o decreto que instituiu o Conselho Municipal nesses moldes “expressa o caráter confuso e indefinido do novo governo, na medida em que defende ao mesmo tempo a autonomia municipal da capital e pretende manter o controle sobre esta.”

No discurso da sessão daquele dia (transcrito pelo periódico), Leite Ribeiro chamou a atenção para a necessidade de criação do estabelecimento:

Continuando, direi, Sr. Presidente, que, se nessa época [1914] eu considerava necessária, humanitária, a criação desse estabelecimento, com maior soma de motivos devo hoje sustentar e defender o meu ato, pois as causas que a ele me levaram, longe de se encontrarem diminuídas, muito e muito aumentadas estão, tal o grau de penúria a que chegou o proletariado que nesta cidade vegeta sem trabalho e, por este motivo, sem um pão para comer, e sem um teto para se abrigar, mesmo à noite, nas horas pela própria natureza consagradas ao repouso.¹³⁶

Leite Ribeiro menciona ainda a diminuição das obras na cidade, ocorrida devido à crise econômica, responsável pela “precária situação financeira do país”. Essas obras (como aumento das linhas ferroviárias, demolição e construção de prédios, abertura de túneis) haviam motivado uma migração considerável de trabalhadores para o Rio de Janeiro, muitos dos quais, terminadas as obras, ficaram desempregados, sem condições nem mesmo de retornarem aos seus lugares de origem. Leite ressalta ainda que “socorrer de alguma forma essa gente” era dever do poder público. Como reforço de seus argumentos, traz dados sobre um albergue de São Paulo, que existia desde 1903. No entanto, Leite não deixa de se queixar sobre o fato de o prefeito ter ordenado a criação de albergues noturnos sem ter “competência legal para, sem prévia autorização do Conselho, meter mãos a tal empreendimento”. Leite apresenta o texto do decreto no. 5.160, segundo o qual cabe ao Conselho Municipal “estabelecer e regular o serviço de assistência pública”, colocando-se, portanto, o serviço de albergues na esfera de atuação do Conselho. Leite reforça ainda que o Executivo invadiu a área de competência do Legislativo, “sem a ninguém ouvir, tal como se fosse um senhor absoluto, e esta corporação [o Conselho] tivesse desaparecido.”¹³⁷

¹³⁶ *O País*, 29 abr. 1915, p. 6 (“Conselho Municipal”)

¹³⁷ *O País*, 29 abr. 1915, p. 6 (“Conselho Municipal”)

A exemplo da crônica “Que governo!”, diante do compromisso do satirista com relação aos problemas do mundo (Hodgart, 1969), Lima Barreto penetra de novo nos meandros da política, desta vez mergulhando na confusa organização carioca e parece ele mesmo jogar com as referências a esse universo, na medida em que subverte as denominações, mais uma vez em consonância com seu ímpeto satírico. Trazendo consigo uma visão elevada do fazer político, como expresso frequentemente por meio da alusão ao trecho de Bossuet (“o verdadeiro fim da política: tornar a vida cômoda e os povos felizes”), o cronista depara sempre com os desvios, os excessos e a confirmação do que Policarpo Quaresma havia encontrado ao fim de seu percurso quixotesco em busca de sentido e de reformas:

A pátria que quisera ter era um mito; era um fantasma criado por ele no silêncio do seu gabinete. Nem a física, nem a moral, nem a intelectual, nem a política que julgava existir, havia. A que existia de fato era a do Tenente Antonino, a do Doutor Campos, a do homem do Itamarati (Barreto, 1997, p. 254).

No âmbito das denominações desviantes, há que se referir primeiramente o termo “edil” utilizado no título. A palavra remete à figura do *aedilis*. Na Roma Antiga, a função de edil era cumprida por um magistrado que se encarregava, entre outras ações, de serviços públicos como a preservação da cidade, a polícia, a inspeção de bens, as ações penais e os mercados. Criada em 438 a.C., a função tinha como objetivo inicial auxiliar o tribuno da plebe em sua atuação junto ao povo. Conselho da Mãe do Bispo, denominação subvertida, por sua vez, evoca a localização da sede do Conselho Municipal, que em 1897 foi transferida para o prédio da Escola de São José, situada no Largo da Mãe do Bispo¹³⁸, atual praça Floriano (Corrêa, 2016, p. 499). Embora o nome fosse de fato utilizado, como o provam referências colhidas na imprensa no período de publicação da crônica¹³⁹, seu emprego em meio a termos e figuras que evocam a política romana contribui para tratar a política no âmbito do “fora de lugar”, como um tema rebaixado, ressaltando, assim, a visão ao mesmo tempo irônica e desencantada expressa pelo cronista.

Vale lembrar que o recurso a nomes subvertidos ou esdrúxulos como uma fonte de comicidade é frequente em Voltaire. Em *Candide*, por exemplo, temos o barão Thunder-ten-

¹³⁸ Atualmente conhecida como Cinelândia, devido à existência de muitos cinemas no local, a região da Praça Floriano já foi outrora designada como Largo da Mãe do Bispo, pois ali, nas últimas décadas do século XVIII, morava dona Ana Teodora, mãe de D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco, bispo do Rio de Janeiro entre 1775 e 1805 (Pimentel, 2017, *online*).

¹³⁹ *Correio da Manhã*, 29 jan. 1917, p. 1

Tronckh, a vila Waldberghoff-trarbk-dikdorff e muitas outras denominações que brincam com a estranheza fonética de outras línguas (como o alemão) em relação ao francês. Em *L'ingénu*, embora menos abundantes, as denominações jocosas também se fazem presentes: o padre Tout-à-tous, o abade de Kerkabon e mesmo o nome Hércules escolhido para nomear “cristãmente” o indígena *huron* após seu batismo na fé católica.

Os paralelos que desenham os contornos da visão irônica e desencantada estão ainda na comparação feita entre Bastos, “o primeiro político do mundo” e o imperador romano Domiciano (51-96).

Tendo governado o império romano entre 81 e 96 d.C., Tito Flávio Domiciano ficou conhecido por sua tirania, seu desregramento e por delegar funções importantes a terceiros. Suetônio, em *A vida dos doze Césares*, conta que, ao ser saudado como César, Domiciano foi investido como pretor urbano com o poder consular, mas usufruía da função apenas o título, deixando a cargo de um amigo a administração da justiça. Apreciava e promovia combates de gladiadores, corridas de bigas e quadrigas e mesmo batalhas navais com frotas quase completas num lago artificial feito especialmente para esse gênero de espetáculo. De uma “ferocidade requintada e imprevista”, vingava-se violentamente à menor impressão de ofensa e vivia atormentado por presságios e pelo medo de conspirações. Tornou-se “temível e odioso a todo mundo” e acabou morto a punhaladas, fato que foi recebido com alegria pelo Senado (Suetônio, 2002, pp. 497-520). Coincidentemente, Pinheiro Machado teria o mesmo fim violento.

A divergência sobre as atribuições do Conselho e as do executivo com relação a criação dos albergues inspira ao cronista o tratamento do tema também comparativamente a um conjunto pretérito de normas, considerando a questão da norma ou conjunto de normas defendido pelo satirista sob a perspectiva de Gerth (1977). O colaborador da *Careta* diz: “o ato atacado é a criação de albergues nas estações da Limpeza Pública. Não sei quais foram as bases dos ataques, mas quero lembrar aqui, que, segundo li no sr. Vieira Fazenda, o antigo Senado da Câmara devia ser composto dos homens bons da cidade”.

José Vieira Fazenda (1847-1917) foi escritor, médico, político e bibliotecário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Publicou, principalmente em *A Notícia*, uma série de artigos sobre usos e costumes do Rio antigo, que foi depois editada sob o nome *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro* (1904). Em passagens sobre a política colonial, Fazenda (1940, pp. 28, 193, 309 e 544) faz referência aos *homens bons*.

A composição das câmaras municipais durante o período colonial era definida por eleições realizadas trienalmente. Estavam autorizados a concorrer apenas os cidadãos

considerados *Homens bons*. O termo designava os membros da nobreza local que podiam ser eleitos para as Câmaras municipais, sob algumas condições: “ser maior de 25 anos, ser casado ou emancipado, católico e sem nenhuma ‘impureza de sangue’” (Corôa, 2022, p. 169).

Embora não se definisse como monarquista, Lima Barreto manifestava apreço por formas de sociabilidade e de condução política encontradas tanto no período de Dom João VI como na fase do Brasil imperial. Tal apreço pode ser visto, por exemplo, no conto “Mágoa que rala” e nas crônicas “A política republicana” e “Alvarás, cartas régias, etc.” Sempre que entra em questão a condução da política brasileira, com seus métodos, aparelhos e objetivos consolidados sobre uma infinidade de desvios, nosso satirista, assumindo um compromisso com relação aos problemas do mundo e o fazendo por meio do envolvimento no debate público (Hodgart, 1969), vai buscar em normas pretéritas o seu *arsenal contrapositivo*. Onde a sua frequente valorização de figuras como Dom João VI, o monarca glutão e desengonçado, “infeliz rei”¹⁴⁰ (Barreto, 2004, v. 1, p. 431) que, no entanto, foi capaz, segundo Lima, de envolver-se verdadeiramente com a natureza local e com seus súditos. Diferentemente do cenário na metrópole, aqui o monarca se viu diante de uma “efusão filial de toda uma bizarra população de brancos, índios, negros e mulatos” (Barreto, 2010, p. 232).

O interessante é que nosso cronista retrata com frequência o rei português de forma afetiva, irmanando-se a ele em relação ao fato de Dom João ser uma espécie de exilado ou fugitivo, um governante cuja figura, distanciando-se de representações “clássicas” dos detentores de poder, parece mais digna de pena do que de temor ou obediência. E exatamente por isso, por sua humanidade “inesperada” para um soberano, que ele muitas vezes é evocado. Trata-se de um homem que, “na sua vida de mágoas e profundas dores” construiu para si uma outra pátria, *fora de lugar*, com uma “improvisada capital ultramarina” (Barreto, 2010, p. 233).

Ao voltar-se para os “homens bons”, o cronista retoma o mesmo procedimento *contrapositivo*, sugerindo que as desavenças entre os representantes do legislativo municipal e o prefeito eram condenáveis, não apenas porque elas aconteciam justamente quando se tratava de uma questão de real interesse público (a construção de albergues), mas também porque, de certa forma, confirmavam a regra de que, se havia unanimidade, esta ocorria apenas quando se tratava de legislar sobre coisas irrelevantes e do domínio privado, como “a reforma da secretaria deles [dos edis] e a duplicação de empregados da casa”. Nesse caso, então, “os ânimos não se azedam”, pois “o aumento de lugares é suficiente para contentar todos eles, e a

¹⁴⁰ Esta crônica não foi localizada no acervo da Hemeroteca Digital.

reforma passa sem debate e quase sem emendas.”¹⁴¹ Daí a aproximação, para mostrar o caráter relativo, deletério e mesmo passional/irracional das práticas políticas, entre Domiciano e Bastos/Pinheiro Machado. Tal aproximação constitui-se como uma espécie de *volta ao passado* para sinalizar a *permanência e a aceitação naturalizada do desvio e do grotesco* por parte dos alvos do cronista: em relação ao primeiro, o Senado romano podia julgá-lo impiedoso, mas “discutia com paixão a melhor maneira de lhe preparar as peixadas”, enquanto, em relação ao segundo, Bastos podia ser visto por todos como “o primeiro político do mundo”, mas havia desacordo sobre “a melhor maneira de marcar os animais”¹⁴² Trazidas do campo da alimentação e do trato com animais, essas associações contribuem para inscrever a política no âmbito das paixões e da irracionalidade.

Se Lima Barreto se vale de referências a normas ou conjunto de normas por ele consideradas positivas, no sentido de que a política brasileira poderia ser conduzida pelos “homens bons” que se preocupassem verdadeiramente com a *res publica*, com as necessidades e interesses coletivos, Voltaire se vale da inocência e da simplicidade de julgamento de seu Ingênuo (bem como das “peripécias” em que ele se envolve ao longo de sua trajetória entre dois mundos distintos) para veicular a noção de que, apesar do absurdo da religião hegemônica institucionalizada, com suas guerras e perseguições, era possível manter-se fiel a si mesmo e aos seus, assim como tirar importantes lições da História:

O mundo lhe pareceu demasiado mau e demasiado miserável. A História, com efeito, não é mais do que o quadro dos crimes e das desgraças. A multidão de homens inocentes e pacíficos sempre se apaga nesse vasto cenário. Os principais papéis estão com os ambiciosos e os perversos. Parece que a História só agrada como nos agrada a tragédia, que aborrece quando não é animada pelas paixões, os crimes e os grandes infortúnios (Voltaire, 2002, p. 305).¹⁴³

¹⁴¹ *Careta*, 8 mai 1915, sem indicação de página.

¹⁴² *Careta*, 8 mai 1915, sem indicação de página.

¹⁴³ “Le monde lui parut trop méchant et trop misérable. En effet, l’histoire n’est que le tableau des crimes et des malheurs. La foule des hommes innocents et paisibles disparaît toujours sur ces vastes théâtres. Les personnages ne sont que des ambitieux pervers. Il semble que l’histoire ne plaise que comme la tragédie, qui languit si elle n’est animée par les passions, les forfaits et les grandes infortunes” (Voltaire, 1995, p. 109).

3 ROUSSEAU ENTRE OS “DOENTES DE CORPO E DE CABEÇA”

*Si l'on recherche en quoi consiste précisément le plus grand bien de tous, qui doit être la fin de tout système de législation, on trouvera qu'il se réduit à deux objets principaux, la liberté et l'égalité. La liberté, parce que toute dépendance particulière est autant de force ôtée au corps de l'État; l'égalité, parce que la liberté ne peut subsister sans elle.*¹⁴⁴

Jean-Jacques Rousseau, *Le contrat social*

Neste capítulo, estudamos a presença de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) no conto “Mágoa que rala” e em crônicas de Lima Barreto publicadas no *A.B.C.*

3.1 Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)

Jean-Jacques Rousseau¹⁴⁵ nasceu em Genebra, na Suíça, em 28 de junho de 1712, filho de um casal de protestantes calvinistas, o relojoeiro Isaac Rousseau e Suzanne Bernard. Esta morre poucos dias após o parto e a criança é então entregue aos cuidados de uma tia, também Suzanne.

Em 1722, após a expatriação do pai, decorrente de um desentendimento com um militar, Jean-Jacques é enviado para Bossey (juntamente com um primo) e fica aos cuidados do pastor Lamercier. Realiza aí seus primeiros estudos regulares. Dois anos depois, retorna a Genebra, onde trabalha como aprendiz do gravador Ducommun, desentendendo-se logo em seguida com seu patrão, considerado um homem tirânico, e passa a furtar objetos e alimentos, para vendê-los em seguida. Durante esse período, desenvolve o hábito de perambular pelos campos, por uma confessada necessidade de isolamento.

Foge de Genebra em 1728, abrigoando-se junto ao pároco de Confignon, que o remete a Mme. de Warens, residente na cidade francesa de Annecy. Vive com ela um curto período. Rousseau está então com 16 anos. Converte-se ao catolicismo em Turim e trabalha como lacaio e secretário em várias casas, além de aprender e lecionar música. Vai à Suíça (1730-1731) e à Paris (junho de 1731). Entre outubro de 1731 e junho de 1732, trabalha no

¹⁴⁴ Se se procura saber em que consiste precisamente o maior dos bens, que deve ser o objetivo de todo sistema de legislação, achar-se-á que se reduz a estes dois objetos principais: a liberdade e a igualdade. A liberdade, porque toda independência particular é outra tanta força subtraída ao corpo do Estado; a igualdade, porque a liberdade não pode subsistir sem ela (Rousseau, 1965, p. 60).

¹⁴⁵ As informações sobre a vida de Jean-Jacques Rousseau foram obtidas a partir das seguintes fontes: Menezes, 2006, pp. 147-152; Pissarra, 2015; Silva, 1965, pp. 9-20; Soëtard, 2010, pp. 83-85, todas indicadas nas referências.

cadastro de Savoia. Nesse ano ou no ano seguinte, viaja a Besançon. Torna-se amante de Mme. de Warens, a quem chama de “mamãe”.

Inicia a vida de escritor em 1735. Viaja de Paris para Charmettes (Chambéry), onde se encontrava Mme. de Warens. Ali, em companhia da protetora, dedica-se ao desenho, à pintura e à música.

Entre 1740 e 1741, trabalha em Lyon como preceptor dos filhos de Mably. De novo em Paris em 1742, Jean-Jacques apresenta à Academia de Ciências, em Paris, seu *Projet concernant les nouveaux signes pour la musique*, na qual dá a conhecer uma nova notação musical de sua invenção. O projeto, contudo, é rejeitado pela academia. No ano seguinte, envolve-se com os círculos intelectuais parisienses, tornando-se amigo de Diderot¹⁴⁶ e mantém contato com Marivaux e Fontenelle. Frequenta ainda os salões da moda.

Entre 1743 e 1744, trabalha como secretário da família Dupin e logo depois como secretário da embaixada francesa em Veneza, por influência de Mme. de Broglie.

Outra vez em Paris, residindo no Hotel Saint-Quentin, trabalha em sua ópera *Les Muses Galantes*. Ali conhece Thérèse Levasseur, com quem se une em 1744. Juntos eles têm ao todo cinco filhos, que são um a um rejeitados e abandonados em asilos, comportamento que foi rememorado por muitos dos que acusavam Rousseau de ser “homem sem caráter, falso moralista, insincero em tudo que pregava” (Silva, 1965, p. 12).

Em 1746 atua como secretário de Mme. Dupin, com quem trabalha num livro sobre as mulheres. Escreve verbetes sobre a música para a *Encyclopédie* em 1749. Em outubro desse mesmo ano, pelo *Mercure de France*, informa-se sobre o concurso promovido pela Academia de Dijon: “O restabelecimento das artes e das ciências contribuiu para aperfeiçoar os costumes?”. No ano seguinte, em julho, o *Discours sur les arts et les sciences* é premiado pela mesma Academia e dá origem a uma “ardente polêmica” (Silva, 1965, p. 12) por ser considerado “um ataque à civilização parisiense” (Menezes, 2006, p. 149). Apesar do prestígio, Rousseau continua em dificuldades financeiras e volta ao ofício de copista de música.

Em 1752, a opereta *Le devin du village* é representada diante de Louis XV. Em dezembro do mesmo ano, a peça *Narcisse*, que o próprio Rousseau considerava sem mérito algum, é encenada no Théâtre Français.

Entre 1753 e 1755, envolve-se com o tema de um novo concurso da Academia de Dijon, que resulta em seu *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les*

¹⁴⁶ Menezes (2006, p. 48) situa o início da amizade com Diderot em 1745.

hommes (publicado em 1755 e dedicado à República de Genebra), que marcará o início de sua obra política. O tomo V da *Encyclopédie* é publicado, tendo Rousseau escrito para ele o verbete sobre Economia política.

O *Discours sur l'origine...* é condenado em termos sarcásticos por Voltaire. Em abril de 1756, Rousseau instala-se na Ermitage, nas terras de Madame D'Épinay. Após a leitura do “Poème sur la loi naturelle” e do “Poème sur le désastre de Lisbonne”, de Voltaire, Rousseau escreve ao autor de *Candide*, em 18 de agosto desse mesmo ano, a *Lettre sur la providence*, em que questiona as convicções de Voltaire e explica “seus próprios pontos de vista sobre a existência e a responsabilidade do mal” (Outeirinho, s/d, p. 153). O ano seguinte marca seu envolvimento com Mme. de Houdedot e os desentendimentos com Grimm, Mme. D'Épinay e Diderot.

Em 1758, termina a redação do romance epistolar *Julie ou la Nouvelle Heloïse* (que é publicado com sucesso em janeiro de 1761) e escreve a *Lettre à D'Alembert sur les spectacles*, em resposta ao verbete sobre Genebra que este havia escrito para a *Encyclopédie*. Rousseau alerta para os perigos do teatro em relação às “virtudes dos cidadãos”. A carta reacende as divergências entre os dois filósofos. Embora o destinatário explícito seja D'Alembert, a carta deixa entrever Voltaire como destinatário implícito (Outeirinho, s/d, p. 158).

Voltaire publica *Candide ou l'optimisme* em 1759. Rousseau não o lê. *Le contrat social* e *Émile ou de l'Éducation* são publicados em abril e maio de 1762, respectivamente. Na primeira obra, Rousseau esboça seu ideal de um governo que deveria interferir minimamente na liberdade do indivíduo, dando porém a este o máximo de participação nas questões do Estado. Já no *Émile*, de forma romanceada, por meio das andanças e de episódios do jovem Émile guiado sempre por seu preceptor, o autor trata da “educação negativa”, que consiste numa volta ao “estado de Natureza”.

Ainda em junho de 1762, o *Émile* é condenado e um mandado de prisão é expedido contra Rousseau, que se refugia nas localidades suíças de Yverdon e Môtiers. As duas obras são queimadas na fogueira em Genebra em 19 de junho e, em 28 de agosto, ocorre a expedição, por parte do arcebispo de Paris, de uma ordem de proibição do *Émile*, à qual Rousseau responde com a *Lettre à Christophe de Beaumont*.

Os ataques ao *Émile* vêm tanto de protestantes como de católicos. Entre 1763 e 1764, Rousseau envolve-se em polêmicas com o genebrino Tronchin, procurador do Conselho de Genebra, o que dá origem a mais cartas. Em 1764, por meio do panfleto “anônimo” *Sentiment des citoyens*, Voltaire acusa Rousseau de ter abandonado seus filhos. No ano

seguinte, a casa de Rousseau em Môtiers é alvo de pedradas pela população. Preocupado, Hume convida seu amigo Jean-Jacques a passar com ele um tempo na Inglaterra, onde este começa a escrever as *Confessions*. Pouco mais de um ano e meio depois de sua chegada, porém, Rousseau rompe com o filósofo inglês e retorna à França. Desperta a ira de Mme. D'Épinay, “que se sente ameaçada por antecipação” depois de fazer leituras públicas de suas *Confessions*, obra que teria escrito para “justificar-se a todos” (Pissarra, 2015, p. 2).

Entre 1772 e 1776, convencido de que os demais filósofos fazem parte de um complot contra ele, Rousseau redige *Dialogues* ou *Rousseau juge de Jean-Jacques*, em que se defende de seus detratores. Em 1776, inicia a redação de *Rêveries du promeneur solitaire*, obra que não chega a concluir. Morre em julho de 1778, no castelo de Ermenonville, onde passava uma estadia a convite do Marquês de Girardin.

3.2 Um olhar sobre a presença de Rousseau em Lima Barreto

Diferentemente do que se passa com relação a Voltaire, cujo ímpeto satírico despertou a admiração de Lima Barreto e o levou a homenagear a tradição da sátira por meio da criação de personagens e pseudônimos ligados à obra do filósofo francês, nem as leituras nem a *instauração* da biblioteca referente a Rousseau na obra limabarretiana parecem ter suscitado pseudônimos reconhecíveis. Contudo, a presença do autor de *Émile* é evidente tanto em romances como em contos e crônicas do autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

Para além das alusões e citações, a presença de Rousseau não deixa de se afirmar também no que Alfredo Bosi define como “escrita confessional”. Ao analisar as representações do eu nas *Recordações do escravidão Isaías Caminha*, o crítico aproxima Cruz e Sousa e Lima Barreto, a partir do fio condutor das expectativas que ambos, pelo seu talento precoce, alimentavam na adolescência, mas que foram frustradas pelo preconceito racial. No romance limabarretiano, Isaías Caminha tem, desde sua infância, sonhos de grandeza que se colocam além de sua condição instituída “de raça e classe” e que são solapados logo no início da vida adulta, drama que Lima Barreto, inserido num contexto de hostilidade e desprezo pela população negra, viveu diariamente.

Como o narrador já desenganado sabe que as expectativas irão frustrar-se, ele as evoca de modo singularmente intenso, ecoando modulações da escrita confessional que de Rousseau a Dostoiévski contrapunham às amargas realidades da vida adulta as doces miragens da adolescência (Bosi, 2010, p. 13)

No romance *Vida e morte de M.J. Gonzaga de Sá*, de 1919, encontramos uma alusão a Rousseau. No décimo capítulo (“O enterro”), Augusto Machado e Gonzaga de Sá acompanham o funeral de Romualdo, o operário compadre de Gonzaga. Em meio a suas reflexões taciturnas (contadas do ponto de vista de Augusto Machado) em que se mesclam comentários sobre a morte, a tradição intelectual europeia e a organização do Estado, Gonzaga de Sá confessa:

– Se eu pudesse, aduziu, se me fosse dado ter o dom completo de escritor, eu havia de ser assim um Rousseau, *ao meu jeito*, pregando à massa *um ideal de vigor, de violência, de força, de coragem calculada*, que lhes corrigisse a bondade e a doçura deprimente. Havia de saturá-la de um *individualismo feroz*, de um ideal de ser como aquelas trepadeiras de Java, amorosas de sol, que se coleiam pelas grossas árvores da floresta e vão por ela acima mais alto que os mais altos ramos para dar afinal a sua glória em espetáculo.” (Barreto, 1956, p. 134-135, grifos nossos).

Gonzaga de Sá se insere entre os romances que, na perspectiva de Robert Oakley (2011), tratam da temática da derrota da inteligência. Partindo da conferência “O destino da literatura” que Lima Barreto escreveu em sua estadia em Mirassol, Oakley analisa na obra ficcional do escritor o papel estruturante do destino do discurso, situando a maior parte dos romances e vários dos contos recolhidos em *Histórias e sonhos* (como “Uma conversa vulgar”, “A biblioteca” e “Mágoa que rala”) como produções em que o tema da derrota ou marginalização da inteligência, compreendido como fundamental na prosa ficcional limabarretiana, é tratado:

Em todos os romances completos publicados durante a vida de Lima Barreto a inteligência é marginalizada: Isaías Caminha não prossegue com seus estudos; Gonzaga de Sá desiste, em desespero, de qualquer tentativa de solidariedade intelectual para com seus colegas, para tornar-se praticamente um recluso intelectual; Quaresma quase enlouquece graças à hostilidade com relação a seus esforços intelectuais; e o peculiar idealismo intelectual de Benevenuto é marginalizado pela lucidez com a qual ele decide que qualquer esforço para melhorar a sociedade é inútil (Oakley, 2011, pp. 199-200).

Para Oakley, existem dois momentos distintos na postura limabarretiana em relação ao engajamento ideológico e que marcam também a transformação no tratamento do tema da derrota ou do desaparecimento da inteligência: o primeiro momento, marcado por uma “militância artística” de tom entusiasta (fundada nas leituras de Tolstói e Carlyle) cede aos poucos o lugar a uma “marginalização resignada”. O estudioso situa essa transformação

temática por volta de 1914¹⁴⁷, quando o tema da derrota da inteligência “torna-se a pedra angular da cosmovisão trágica de Lima Barreto, porque esta derrota, antes vinculada ao tema da fragilidade humana”, ao fracasso na superação dos “ideais que exigem a consciência moral e a inteligência”, desta vez alia-se à fragilidade da mente humana também em suas próprias limitações, como nas manifestações da loucura (Oakley, 2011, p. 173; 177).

A perspectiva de Oakley é essencial para aprofundarmos a compreensão do papel desempenhado pelas retomadas tanto de Voltaire como de Rousseau na obra limabarretiana, pois ao período que o estudioso vê marcado pela *militância artística de tom entusiasta* (até 1914) corresponde um maior número de alusões a Voltaire (se considerarmos, contudo, ainda o ano de 1915) em comparação com as referências a Rousseau, enquanto o período posterior, o da “marginalização resignada”, que situamos a partir de 1918, está marcado por um número significativo de referências ao autor de *Le contrat social*.

Isso vale do ponto de vista da publicação, já que, para o caso de *Gonzaga de Sá* (que contém a referida alusão a Rousseau, está estruturado de forma semelhante ao *Emile* e é de redação anterior ou talvez concomitante ao *Recordações*), precisamos notar que ele foi publicado em 1919, como resultado de um processo de escolha bem definido por Lima Barreto, como o próprio escritor deixa evidente em carta a Gonzaga Duque:

Era um tanto cerebrino, o *Gonzaga de Sá*, muito calmo e solene, pouco acessível, portanto. Mandeí as *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, um livro desigual, propositalmente mal feito, brutal por vezes, mas sincero sempre. Espero muito nele para escandalizar e desagradar, e temo, não que ele te escandalize, mas que te desagrade (Barreto, 1956, v. 16, p. 169).

A princípio, Lima Barreto parece adotar, com relação a Rousseau (pelo menos se pensarmos na alusão encontrada em *Gonzaga de Sá*) uma postura semelhante à adotada em relação a Bossuet. Apropriando-se criticamente da obra do clérigo francês, o escritor contrapunha ao desvio de normas percebido na sociedade das décadas iniciais do século XX o trecho sobre o Egito, o qual sintetizava o papel *ideal* dos governantes. A imagem da obra rousseauiana (*Le contrat social*), associada ao “universo de significação” do ideal forte, vigoroso, capaz de conduzir as massas, parece entrar em contradição não apenas com a inação de Gonzaga de Sá, mas também com a própria *ambiência política e ideológica* predominante no período imediatamente após o fim da Primeira Guerra Mundial.

¹⁴⁷ 1914 é o ano da primeira internação de Lima Barreto no Hospício Municipal do Rio de Janeiro (ver Oakley, 2011, p. 178)

No conto “A biblioteca”, publicado na primeira edição de *Histórias e sonhos* (1920), o personagem Fausto Carregal se desfaz ao longo dos anos dos bens de sua família, com exceção do acervo de sua biblioteca. Segundo Oakley, o conto “encarna e dramatiza a destruição da inteligência e do saber” e “aponta sem dúvida para a falência da inteligência, do saber e dos livros em relação àqueles que são incapazes de usá-los o que não se dispõem a fazê-lo” (2011, pp. 186-187).

Entre os títulos legados pela família (muitos relacionados à Física e à Matemática) e que Carregal levava de casa em casa à medida que decaía, havia uma edição da *Nouvelle Heloïse* de Rousseau, “com gravuras abertas em aço”, que fazia parte, no entanto, do acervo que seu possuidor nunca lia.

No conto “Mágoa que rala”, Lima Barreto narra a história do jovem Lourenço da Mota Orestes, que confessa um assassinato, mesmo com todas as evidências apontando o contrário. Também publicado em *Histórias e sonhos*, a narrativa foi, no entanto, originalmente veiculada em duas edições da *Revista do Brasil*, periódico paulista dirigido à época por Monteiro Lobato, em cuja editora o próprio Lima publicaria, nesse mesmo ano, *Vida e morte de M.J. Gonzaga de Sá*.

“Mágoa que rala” é, provavelmente, a produção onde o pensamento de Lima Barreto sobre Jean-Jacques Rousseau é mais claramente expresso. A referência a Rousseau nesta narrativa veicula uma crítica que ecoará também nas crônicas “Procurem a sua Josefina”, “Da minha cela” e “Um ofício da APSA”: há uma incompatibilidade perceptível entre os ideais rousseauianos veiculados principalmente no *Contrat Social* (liberdade individual, soberania da vontade coletiva e igualdade, entre outros) e a “apropriação” do discurso de Rousseau por diferentes circuitos de poder, tanto os que pereceram em 1789, como os que se afirmaram durante e após a Revolução Francesa.

3.3 “Desta minha cela ou quarto de hospital”

O artigo de fundo do *O País*, que citei, fez-me demorar a atenção sobre vários pontos seus que me sugeriram algumas observações.

O articulista diz que a plebe russa estava deteriorada pela *vodka* (aguardente) e as altas classes debilitadas por uma cultura intelectual refinada, por isso o maximalismo obteve vantagens no ex-império dos czares. Nós, porém, brasileiros, continua o jornalista, somos mais sadios, mais equilibrados e as nossas (isto ele não disse) altas classes não têm nenhum refinamento intelectual.

O sábio plumitivo, ao afirmar essas cousas de *vodka*, de “sadio”, de “equilibrado”, a nosso respeito, esqueceu-se que a nossa gente humilde, e mesmo a que não o é totalmente, usa e abusa da “cachaça”, aguardente de cana (explico isto porque talvez ele não saiba), a que é arrastada, já por vício, já pelo desespero da

miséria em que vive graças à ganância, à falta de cavalheirismo e sentimento de solidariedade humana do nosso fazendeiro, do usineiro e, sobretudo, do poder oculto desse esotérico Centro Industrial e da demostênica Associação Comercial, tigres acorados nos juncais, à espera das vítimas para sangrá-las e beber-lhes o sangue quente. Esqueceu-se ainda mais das epidemias de loucura, ou melhor, das manifestações de loucura coletiva (Canudos, na Bahia; *Mukers*, no Rio Grande do Sul, etc.); esqueceu-se também do Senhor doutor Miguel Pereira (“O Brasil é um vasto hospital”).

Esquecendo-se dessas coisas mezinhas que são do conhecimento de todos, não é de espantar que afirme ser o anarquismo os últimos vestígios da filosofia (não ponho a chapa que lá está) do *Contrato Social* de Rousseau.

Pobre Jean-Jacques! Anarquista! Mais esta, hein, meu velho? ¹⁴⁸

O ano de 1918 foi um período de opostos para Lima Barreto. Segundo a cronologia organizada pela biógrafa Lilia Schwarcz (2017), em 29 de julho desse ano, o escritor entra com o pedido de aposentadoria por invalidez da Secretaria da Guerra, onde desde 1903 exercia a função de amanuense. Em 17 de agosto, uma junta médica oficial o avalia e o considera incapacitado para o trabalho, sob o diagnóstico de “epilepsia tóxica”. Em 1º de setembro, tem início um período de licença médica que devia se estender até 27 de dezembro. Em 4 de novembro, sofre uma queda durante um episódio de embriaguez e fratura a clavícula, sendo levado, com a ajuda do amigo Antônio Noronha Santos, ao Hospital Central do Exército, onde fica internado por dois meses. É desse lugar que Lima envia (em 9 de novembro) os originais de *Vida e morte de M.J. Gonzaga de Sá* a Monteiro Lobato e segue sua colaboração para o *A.B.C.* Finalmente, em 26 de dezembro, por decreto de Delfim Moreira, presidente em exercício, Lima obtém sua aposentaria após catorze anos no serviço público. Nove dias depois, a 5 de janeiro, recebe alta do hospital militar. Passa a residir com os irmãos na casa de número 26 da mesma rua Major Mascarenhas. A publicação da crônica “Procurem a sua Josefina” nas páginas do *A.B.C* se dá em 4 de janeiro.

A crônica “Da minha cela”, de 30 de novembro, traz um cronista em fase de recuperação que adota um tom confessional e uma escrita mais abundante. As crônicas publicadas no *A.B.C.* se distinguem dos textos para a *Careta* por sua maior extensão. Os parágrafos têm maior fôlego e, além disso, o ímpeto digressivo se faz notar com mais frequência. Possivelmente isso se dê à própria constituição das obras retomadas, já que o ímpeto incisivo de Voltaire (que diríamos, mais *vertical*) se fazia notar principalmente por meio da narrativa, dos contos filosóficos-satíricos marcados por mudanças rápidas de quadros (uso de técnicas dramáticas), enquanto o tom acentuadamente memorialista e digressivo de Rousseau (coerente com a lógica das “promenades”) levava a períodos mais extensos, mesclando fragmentos autobiográficos a reflexões filosóficas e compondo, portanto, um

¹⁴⁸ *A.B.C.*, 30 nov. 1918, pp. 11 e 14.

conjunto mais *horizontal*, que parece ter, de alguma forma, marcado a instauração da biblioteca em Lima, pelo menos na maioria das vezes em que o escritor retoma os dois autores do século XVIII.

Lima começa por descrever o local onde se encontra na condição de “quase prisioneiro”, um pavilhão do Hospital, pontuando os contrastes (ou a simbiose) entre o caráter militar da instituição e a presença de elementos católicos, procedimento que parece constituir um jogo com as acepções do termo “cela”¹⁴⁹. Segundo ele, o local onde se encontrava havia quase um mês “não é bem um convento”, tem algo de “monástico” e traz num dos extremos do corredor imagens de santos que não arrisca a dizer, diante de seu pouco conhecimento da “iconografia católica”. Acrescenta ainda que no pavimento térreo se encontra uma imagem de Nossa Senhora que “preside as nossas refeições”, mas cuja “feição leiga” é quebrada pela presença das irmãs de São Vicente de Paula, das quais ressalta a brancura da pele, “um branco pouco humano”.

Ao mencionar os elementos religiosos, o colaborador do *A.B.C.* confessa: “A minha educação céptica, *voltairiana*, nunca me permitiu um contato mais contínuo com religiosos de qualquer espécie”¹⁵⁰. Lima Barreto nunca demonstrou ser anticlerical como o autor do *Candide*, mas, como defensor da laicidade do Estado, criticou diversas vezes a mistura entre a religião e a política.

Depois da referência à sua educação *voltairiana*, recorda-se do pouco contato com as “obrigações piedosas” em sua infância. Dona Clêmentia, uma senhora idosa, ensinara a ele e aos irmãos os rudimentos do catecismo, transmitindo-lhes as orações mais comuns (o “Padre Nosso”, a “Ave-Maria” e a “Salve-Rainha”). O aprendizado, contudo, pareceu-lhe precário, a ponto de confessar que, nas poucas vezes em que era convidado para ser padrinho de batismo, precisava que o padre lhe ditasse a oração. Os elementos da religião são recuperados pelo exercício da memória e se apresentam ligados ao aspecto cerimonial, ritualístico ou oficial/oficioso da fé católica. A respeito das religiosas encarregadas dos cuidados na instituição, Lima conclui que elas, se não o transformaram num “católico praticante e fervoroso, “são úteis, senão indispensáveis aos hospitais”.

¹⁴⁹ Segundo Ana Helena Cobra Fernandes (2010, p. 57, nota 130), as acomodações para os doentes no Hospital Central do Exército eram as antigas celas do Colégio dos Jesuítas. O jogo com a palavra “cela” (mencionado acima), passa a fazer, portanto, mais sentido, o qual é ampliado quando o colaborador do *A.B.C.*, referindo-se aos seus dias de sossego na instituição, diz estar num “remansoso retiro, semi-religioso, semi-militar – espécie de quartel-convento de uma ordem guerreira dos velhos tempos de antanho.”

¹⁵⁰ *A.B.C.*, 30 nov. 1918, p. 11.

Lima aproveita sua situação de “quase prisioneiro” para ler. E lê muito, “entre as refeições, sem descanso”, intercalando jornais, livros e revistas. E é lendo os jornais que traz à tona o fato ocorrido uma semana antes¹⁵¹ e que constitui o fio condutor desta poderosa crônica.

No dia 18 daquele mês, o levante anarquista eclodiu no centro político, econômico e social de então, a cidade do Rio de Janeiro. Para o movimento sindicalista, era chegada a ocasião propícia para uma greve geral que poderia culminar num processo revolucionário (Santos, 2020, p. 153). A Revolução Russa de 1917 havia mostrado a força do operariado organizado. A atmosfera libertária produzida pela vitória dos bolcheviques combinava-se, no Brasil, à imensa insatisfação dos trabalhadores com o aumento do custo de vida e do preço dos alimentos devido, em parte, à crise econômica e à recessão que acentuaram ainda mais as desigualdades. Além disso, a gripe espanhola, disseminada a partir de outubro, havia feito muitas vítimas¹⁵², sobretudo entre a população mais pobre.

Por fim, a Greve Geral de 1917¹⁵³, mostrando o fortalecimento da luta operária e, por outro lado, trazendo “grande preocupação para as autoridades e a burguesia”, estimulava o avanço das lutas para transformar a realidade dos trabalhadores, que enfrentavam, entre outros problemas: “inóspitas condições de trabalho, baixos salários, ausência de direitos trabalhistas que regulassem as relações de produção, exaustivas jornadas diárias de trabalho, péssimas condições de vida, principalmente de moradia, entre outros” (Santos, 2020, p. 131). Sensível às reivindicações e às lutas dos operários, Lima Barreto, embora não atuasse na linha de frente, promovia e defendia os ideais libertários, sobretudo por meio de sua atuação na imprensa.

Santos informa que muitos periódicos insistiam em definir a Revolução Russa como anarquista, principalmente para desacreditar os bolcheviques e disseminar confusão

¹⁵¹ Na publicação original, aparece a data de 25-11-18 após a assinatura de Lima Barreto, indicando o momento da redação. Ver também Corrêa, 2012, a respeito das datas dos textos publicados no A.B.C.

¹⁵² Santos (2020, p. 141) informa que morreram 12.221 pessoas vítimas da gripe espanhola no Brasil.

¹⁵³ A Greve Geral de 1917 foi considerada a maior da história do Brasil. Primeiramente a partir de São Paulo e depois do Rio de Janeiro (que apoiou o movimento grevista na capital vizinha) foi disseminada para outras cidades. A repressão governamental foi marcada por muita violência, com enfrentamentos entre a população revoltada e as forças policiais, mortes de militantes anarquistas, deslocamento de tropas e navios, proibição de comícios, invasão de sedes de sindicatos, fechamento de órgãos da causa operária e perseguição a militantes operários, especialmente estrangeiros (devido à crescente xenofobia relacionada à Primeira Guerra Mundial). No Rio de Janeiro, a força repressiva era capitaneada pelo chefe de polícia, Aurelino Leal (Santos, 2020, pp. 131-135), referido por Lima na crônica de que tratamos. Apesar da violenta repressão, o movimento grevista, sobretudo no Rio de Janeiro, continuou se fortalecendo e obteve avanços para parte do proletariado no que diz respeito a aumento de salário, redução da jornada e não demissão por participação no movimento. Além disso, novos sindicatos foram criados.

entre marxismo e anarquismo, contribuindo para que qualquer revolução ou enfrentamento à ordem burguesa fosse compreendida como “sinônimo de destruição da ordem” ou “destruição da harmonia social e da liberdade”. Como o movimento operário tinha os anarquistas como membros dos setores mais combativos, rapidamente se associava qualquer oposição ou questionamento ao anarquismo (Santos, 2020, p. 139). Daí se compreende que, no extremo, o próprio Rousseau tenha sido definido como anarquista.

Com a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial, decretou-se estado de sítio, o qual foi utilizado pelo governo federal para seguir na repressão ao movimento operário. Todas as federações operárias do país foram fechadas. De fundo majoritariamente anarquista, a mobilização e as estratégias de luta seguiam, incluindo ações diretas como passeatas, comícios, greves, sabotagem, boicote e utilização de bombas (Santos, 2020, pp. 142-143). Greves de categorias de trabalhadores ocorreram no Rio de Janeiro e espalharam-se pela imprensa rumores de uma nova greve geral. Assustadas, as autoridades começaram a se movimentar. Nas comemorações do 1º de Maio, o estado de sítio foi utilizado como pretexto para impedir os cidadãos de saírem às ruas. Mesmo diante da proibição, várias manifestações foram levadas adiante, reunindo diversas categorias (operários de pedreiras, sapateiros, cocheiros, tecelões, carpinteiros, etc.), que reivindicavam sobretudo a jornada de trabalho de 8 horas diárias (Santos, 2020, p. 145-146).

As décadas de lutas começavam a dar resultados:

O prefeito do Distrito Federal, Paulo de Frontin (1860-1938), concedeu as oito horas aos operários da Municipalidade. Os marítimos conquistaram-nas após grandes lutas nas empresas de navegação Lloyd e Costeira. E o presidente Venceslau Brás, mediando entre industriais e trabalhadores de calçados, decidiu conceder oito horas e meia. Alguns patrões, para evitar problemas com seus empregados e lhes ganhar a simpatia, aderiam “espontaneamente” à campanha. *A Razão* publicou, diariamente, uma seção própria com os nomes de casas comerciais e oficinas que resolviam adotar a jornada de oito horas de trabalho (Bandeira, 2017, p. 322).

No entanto, como as conquistas eram ainda parciais e atingiam poucas categorias, o movimento operário seguia, com greves, em muitos casos seguidas de negociações com o patronato, mas também com muita repressão pelas forças do Estado. Diante de novos boatos de uma greve geral, Aurelino Leal, chefe de polícia do Distrito Federal, mandou prender

operários, enquanto parte da imprensa procurava disseminar a ideia de que a militância sindical revolucionária era por essência criminosas¹⁵⁴ (Santos, 2020, pp. 147-151).

No Rio de Janeiro, em novembro, embora a notícia do fim do conflito mundial e a expectativa em relação à posse de Rodrigues Alves (que adoeceria e não chegaria a assumir) trouxessem algum alívio, a epidemia de gripe espanhola agravou ainda mais a situação. Foi então que os militantes anarquistas do Rio enxergaram na difícil conjuntura um momento favorável a um movimento revolucionário. A ideia era que a tomada do poder começasse no centro nervoso do poder nacional e fosse irradiada depois para outros estados que contassem com um movimento operário organizado. Para tanto, diversas correntes se uniram no planejamento: anarquistas, socialistas, líderes sindicais e mesmo democratas. No entanto, havia entre os militantes um tenente do exército, encarregado de repassar informações à polícia. (Santos, 2020, pp. 148-154)

No dia 18 de novembro, às 16 horas, operários fluminenses de diversas categorias (trabalhadores da área têxtil, da construção civil e da metalurgia, entre outros) cruzaram os braços e se dirigiram em peso para o Campo de São Cristóvão, escolhido devido a sua proximidade com a Intendência de Guerra, onde os militantes poderiam acessar armas e uniformes, para, entre outros objetivos, angariar o apoio de soldados e, em seguida, atacar a prefeitura, o Palácio da Polícia e o Quartel General da Brigada Militar. Ciente dos passos dos grevistas, as forças policiais ficaram a postos e foram autorizadas a dispersar os manifestantes. Seguiu-se uma série de combates, inclusive com o uso de armas de fogo e bombas, em que a truculência da repressão policial inflamou ainda mais os ânimos. O 10º Distrito Policial foi tomado e destruído, mas logo retomado pela cavalaria do exército, enquanto operários fugiam, sendo dispersados em seguida. A Brigada Policial foi chamada para apoiar o Exército. José Oiticica foi preso como líder do movimento revolucionário. (Santos, 2020, pp. 154-155).

No dia seguinte aos acontecimentos, em artigo intitulado “A ameaça anarquista”, o jornal *O país* criticou severamente a violência das ações por parte dos revoltosos e, curiosamente, recomendou que o Estado agisse com truculência. Além disso, elogiou Aurelino Leal:

Os acontecimentos que se passaram ontem nesta cidade devem ter trazido a todas as classes conservadoras da população a convicção de que não é mais possível transigir com os agitadores, que procuram arrastar o

¹⁵⁴ Santos (2020, p. 151) dá como exemplo *O Jornal do Brasil*, que se referiu à luta operária como um “fermento anarquista” que perturbava a ordem jurídica e era um “elemento subversivo.”

proletariado brasileiro a uma perigosa aventura, para repetir no nosso país as cenas de anarquia que desorganizaram a Rússia [...] Quando o movimento revolucionário vem para as ruas e tentar assaltar os depósitos de material bélico, não é mais tempo de discutir reivindicações e de argumentar sobre teorias sociológicas. A hora é de ação, de ação enérgica, de ação inflexível, sem hesitações e sem temores, para defender a ordem pública, para proteger a propriedade particular, para assegurar a inviolabilidade dos lares, ameaçados pelo saque e pela violência da mazorca.

[...] Graças à vigilância da polícia, dirigida pelo ilustre Sr. Aurelino Leal, a revolta, preparada pelos que se arvoraram em chefes maximalistas, não conseguiu dar o golpe de surpresa com que pretendia apoderar-se desta capital. [...] Felizmente a segurança pública está confiada à energia, à habilidade e ao tato do ilustre Sr. Aurelino Leal [...]¹⁵⁵

Ao mencionar as leituras que realiza durante sua internação, Lima Barreto evoca primeiramente as repercussões jornalísticas sobre o levante do dia 18. Confessando sua reação, o cronista revela: “Ri-me muito gostosamente do pavor que levaram a todo o Olimpo governamental os acontecimentos de 18.” Ressalta-se, nesta passagem, a intensificação do gesto de rir por meio dos advérbios “muito” e “gostosamente”, que instauram uma dissonância entre o que fora apresentado pouco antes (ou seja, a referência ao fato de estar num “remansoso retiro” realizando leituras de forma “saboreada e gozada”) e a violência que, por meio dos periódicos, adentra também o espaço do retiro. Diante disso, amplia-se o jogo estabelecido no início e reiterado em diversas passagens do longo do texto, como na referência ao ambiente como a “cela” de um “quartel-convento”.

Aliás, não apenas a realidade histórica, com seu peso e violência adentram o espaço do retiro, mas também uma espécie de sensação de triunfo (dada pelo riso), própria ao satirista que compartilha de muitas das crenças daqueles que ousaram romper com o instituído. E se o intento não é bem sucedido, o fato de empreendê-lo não o desmerece, pois o “Olimpo governamental”, em suas alturas, sentiu o “pavor” e estremeceu diante da força coesa dos militantes. No mito grego, aqui sutilmente evocado, os titãs desafiam os deuses para lhes roubarem o fogo. Se são contudo castigados por isso, o desafio imposto aos senhores do Olimpo não lhes retira a ousadia e os méritos do desafio.

O colaborador do *A.B.C.*, ao situar o tratamento dado pelos jornais às ideias que inspiraram o levante, relativiza as opiniões divergentes colocando-as no mesmo plano do contexto de ascensão do cristianismo em meio aos esforços romanos de fomentar crenças e mitos sobre os grupos que ameaçavam o poder:

¹⁵⁵ *O País*, 19 nov. 1918, p. 4.

O que os jornais disseram, uns de boa-fé e outros cavilosamente inspirados, sobre o maximalismo e anarquismo, fez-me lembrar como os romanos resumiam, nos primeiros séculos da nossa era, o cristianismo nascente. Os cristãos, afirmavam eles categoricamente, devoram crianças e adoram um jumento. Mais ou menos isto, julgaram os senhores do mundo uma religião que tinha de dominar todo aquele mundo por eles conhecido e mais uma parte muito maior cuja existência nem suspeitavam...¹⁵⁶

O caráter dúbio do espaço onde o cronista se encontra (um hospital militar que antes abrigara um colégio de uma ordem religiosa), contamina, de certa forma, ou determina e regula os procedimentos e as escolhas textuais, fazendo com que a crônica toda seja marcada por uma espécie de movimento pendular, que oscila entre o campo do religioso e o âmbito militar. Esse processo se faz sentir já no título (“Da minha cela”), com o uso, já mencionado, da palavra *cela*. E, também, faz pensar que, em seu retiro da condição de “quase prisioneiro”, o convalescente escreve, abrindo-se para o mundo num espaço de encarceramento, em condição análoga à qual já estiveram Voltaire na Bastilha¹⁵⁷ e Rousseau em seus vários refúgios ao longo da vida. Voltaire insurgindo-se contra a Igreja e Rousseau, por seu turno, insurgindo-se contra a própria civilização, expondo os mecanismos e arranjos da realidade histórica ao postular que a desigualdade não é inata ou natural, mas determinada e imposta socialmente, ou ainda desnudando os processos de legitimação do poder.

Lima menciona um ofício de Aurelino Leal dirigido ao ex-prefeito e então Ministro interino da Justiça e Negócios Interiores Amaro Cavalcânti¹⁵⁸, por meio do qual o chefe de polícia do Distrito Federal pedia a dissolução da União Geral dos Trabalhadores. No documento, em que se evidencia a confusão disseminada entre anarquismo e maximalismo, o chefe de polícia acusa a Federação Operária (que se tornaria Unial Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro) de ser “foco de anarquistas quase todos estrangeiros” e que em sua sede se discutiam “coisas gravíssimas”, como “a inutilidade da ideia de Pátria, a falsidade do regime do direito e da lei.”¹⁵⁹

¹⁵⁶ A.B.C., 30 nov. 1918, pp. 11 e 14.

¹⁵⁷ O próprio Ingênuo/Huron foi encarcerado na Bastilha, prisão onde ele pode “conhecer os costumes de Paris e do gênero humano” (Voltaire, 2002, p. 302).

¹⁵⁸ Amaro Cavalcanti Soares de Brito (1849-1922): político e jurista nascido no Rio Grande do Norte. Entre 1906 e 1914, foi Ministro do Supremo Tribunal Federal e atuou como prefeito da cidade do Rio de Janeiro entre 15 de janeiro de 1917 e 15 de novembro de 1918 (Fernandes, 2010, p. 61, nota 150), tendo sido também Ministro interino da Justiça e Negócios Interiores do Brasil (função que exerceu por menos de uma semana, entre 15 e 21 de novembro de 1918, durante a ausência de Urbano dos Santos) e Ministro da Fazenda entre novembro de 1918 e janeiro de 1919.

¹⁵⁹ *O País*, 23 nov. 1918, p. 6.

Na crônica, o colaborador do A.B.C. rebate a afirmação, feita por Aurelino Leal no referido ofício, de que a aspiração dos grevistas era, entre outras, subverter o governo do Estado “tal qual o praticam, sem exceção, todos os povos cultos do mundo”. O chefe de polícia completa: “Sem exceção, digo eu, porque, se existem variantes de forma de governo, qualquer delas assenta sempre no regime de autoridade. A forma pode ser diferente, mas é sempre uma organização de ‘governo’”¹⁶⁰.

O que Lima Barreto aponta no ofício é principalmente a confusão feita entre os conceitos de maximalismo e anarquismo, mas fica patente também a confusão entre Estado e governo. Além disso, chama a atenção para a forma como Aurelino, representante de um Estado violento, define a greve, tratando-a por “violenta” e dizendo que os operários eram “ameaçados na sua liberdade e transformados em escravos dos dinamiteiros [em referência ao uso de dinamites pelos revolucionários] que existem nas associações” e cujo objetivo era “estabelecer no Brasil o regime do terror, do saque e dos ‘soviets’ russos”. Ainda, no documento, Leal atribui a origem dos conflitos a “um punhado de estrangeiros expulsos como nocivos à ordem pública dos países de origem e que, à sombra das leis brasileiras, em mais de um ponto demasiado liberais, estão lançando entre nós a semente envenenada da anarquia.”¹⁶¹

Lima diz ter guardado o ofício em sua “coleção de cousas raras” e, recuperando um tom mais afetivo, ironiza ao afirmar que “gostava muito do Senhor Aurelino Leal”, tendo lhe parecido “que tinha horror às violências e arbitrariedades da tradição do nosso Santo Ofício policial”. Neste ponto, vale a pena chamar a atenção para a continuidade dos jogos semânticos, na medida em que ofício, um documento do campo jurídico, significando uma forma de comunicação oficial entre entidades públicas ou autoridades, aparece *combinado* com a instituição do Santo Ofício, termo que o cronista utiliza para se referir, ironicamente, à violência policial representada pelo próprio Leal. Ofício, documento, se insere no âmbito do discurso oficial, enquanto Santo Ofício, no âmbito da religião e do Estado, refere-se a uma instituição conhecida por sua violência na perseguição aos divergentes, a todos aqueles que manifestassem desacordo ou fossem considerados perigosos para a manutenção do domínio clerical.

O colaborador continua a se insurgir contra os discursos que descaracterizam as lutas operárias e disseminam a confusão. Volta-se então para um artigo de fundo, não assinado, publicado em *O País* no dia 22 de novembro. Intitula-se “A posição do operariado”

¹⁶⁰ *O País*, 23 nov. 1918, p. 6.

¹⁶¹ *O País*, 23 nov. 1918, p. 6.

e, a exemplo do ofício de Aurelino Leal, trata os revolucionários como “criminosos” e “aventureiros”, responsáveis por uma “agitação maximalista” e associa a Revolução Russa ao consumo da *vodka*:

Os correligionários de Lenine e de Trótsky tomaram conta da Rússia, porque a *vodka* havia deteriorado o organismo da gente da plebe moscovita, enquanto a perversão apurada por uma cultura sutil tinha debilitado nas classes dirigentes a vontade de domínio e a capacidade de governar. Nós, brasileiros, não somos trabalhados pelas mesmas influências. Somos mais equilibrados, mais sadios e mais normais que os russos.¹⁶²

O articulista prossegue dizendo que, como reação à “infiltração insidiosa do veneno” (vale observar o recurso às retóricas da *contaminação* e da *virilidade*), é preciso “manter todas as esferas da nossa atividade nacional, para podermos acompanhar o ritmo viril do novo mundo forte, que vai surgir retemperado pela experiência de quatro anos de guerra.”

A reação de Lima Barreto é indignada e procura desmistificar o discurso falacioso do articulista de *O País*, apontando justamente o contrário do que é veiculado:

O sábio plumitivo, ao afirmar essas cousas de vodka, de “sadio”, de “equilibrado”, a nosso respeito, esqueceu-se que a nossa gente humilde, e mesmo a que não o é totalmente, usa e abusa da “cachaça”, aguardente de cana (explico isto porque talvez ele não saiba), a que é arrastada, já por vício, já pelo desespero da miséria em que vive graças à ganância, à falta de cavalheirismo e sentimento de solidariedade humana do nosso fazendeiro, do usineiro e, sobretudo, do poder oculto desse esotérico Centro Industrial e da demostênica Associação Comercial, tigres acorados nos juncais, à espera das vítimas para sangrá-las e beber-lhes o sangue quente. Esqueceu-se ainda mais das epidemias de loucura, ou melhor, das manifestações de loucura coletiva (Canudos, na Bahia; *Mukers*, no Rio Grande do Sul, etc.) ; esqueceu-se também do Senhor doutor Miguel Pereira (“O Brasil é um vasto hospital”).

Esquecendo-se dessas coisas comezinhas que são do conhecimento de todos, não é de espantar que afirme ser o anarquismo os últimos vestígios da filosofia (não ponho a chapa que lá está) do *Contrato Social* de Rousseau. Pobre Jean-Jacques! Anarquista! Mais esta, hein, meu velho?¹⁶³

Esse diálogo contrapositivo com o articulista do jornal, espécie de réplica ao discurso belicoso e acusatório lido nas páginas de *O País*, intensifica-se a partir da associação entre o anarquismo e as ideias de Rousseau, feita nestes termos:

A esse ideal novo de força, de ação e de trabalho, o anarquismo, refletindo os últimos vestígios da filosofia sentimental e chorosa do autor do

¹⁶² *O País*, 22 nov. 1918, p. 4.

¹⁶³ A.B.C., 30 nov. 1918, p. 14.

“*Contrato Social*”, vem opor a utopia desvirilizada de um mundo, enervado pela supressão da luta e da concorrência que elimina os fracos e os incapazes, e de uma terra adormecida na placidez estéril do nirvana da preguiça universal.

Essas doutrinas efeminadas que pregam a mediocridade, o sono e a morte, como o ideal de uma humanidade pacifista, despojada de ambições, destituída dos instintos robustos da expansão e de domínio, contente com o mínimo de produção criada pelo esforço mínimo do trabalho, não poderão medrar na atmosfera europeia, purificada pela regeneradora tempestade da guerra.¹⁶⁴

Tendo mantendo ao longo da existência uma postura pacifista, Lima dizia não querer “fazer revoltas” e admitia como arma apenas a troça, pois “o ridículo mata e mata sem sangue”¹⁶⁵, como deixou registrado na crônica “Negócio de maximalismo”, publicada na *Careta* em 1919.

A associação entre a obra rousseauiana e o anarquismo traz à tona a pertinência do discurso, na medida em que evidencia distorções e apropriações com objetivos utilitaristas e supremacistas, em sua maior parte influenciadas pelo contexto do fim da Primeira Guerra Mundial, quando a retórica que opunha vencedores e vencidos, fortes e fracos, dominadores e dominados, procurava veicular, em relação ao Brasil, uma imagem de país forte e alinhado ao bloco vencedor do conflito, inclusive pela ação direta da diplomacia brasileira com seus movimentos para desenvolver uma relação mais próxima com os Estados Unidos.

Em relação ao caráter nacionalista do pensamento político brasileiro do período, Fábio Gentile destaca que

partindo da crise do liberalismo iniciada entre o fim do século XIX e o início do século XX, o nacionalismo brasileiro da primeira metade do século XX tentou “construir” rapidamente a nação política (o Estado), ancorando-o, por um lado, às ciências sociais e jurídicas da época; por outro, recuperando o passado nacional numa nova síntese ideológica e mitológica (a nação cultural), nos termos de uma organização estatal moderna (a nação política), em linha com o debate internacional sobre o novo significado a ser atribuído ao Estado contemporâneo emerso da modernização e da Grande Guerra, para superar rapidamente o atraso de um país colonial e alcançar a autossuficiência econômica numa fase em que as nações imperialistas dividiam o mundo naquilo que foi um verdadeiro *struggle for life*, de matriz naturalista-determinista, da qual a Primeira Guerra Mundial teria sido o apogeu (Gentile, 2011, p. 11).

¹⁶⁴ *O País*, 22 nov. 1918, p. 4. Grifos nossos.

¹⁶⁵ *Careta*, 20 set. 1919, sem indicação de página.

Lima Barreto era crítico contumaz desse tipo de pensamento e via na ideia do “*struggle for life*” (espécie de deslocamento de ideias darwinianas para o domínio da vida social) a manifestação mais crua da brutalidade das nações capitalistas, que exaltavam a guerra e o domínio como condições “naturais” para o progresso e o desenvolvimento econômico.

É interessante, neste ponto, recuperarmos as ideias de Rousseau, que no *Contrat social* atribui a ordem social não à natureza, e sim às convenções.

O ponto basilar do *Contrat social* é a passagem do estado natural para o estado civil, ou seja, para o estabelecimento da sociedade civil (um “ditoso momento”) por meio de um contrato tácito em que o indivíduo, antes sujeito à lei natural, vivendo em “estado primitivo”, encontra-se obrigado a mudar “sua maneira de ser” (Rousseau, 1965, p. 30) para não perecer e, posto então *em relação* ao outro, abdica de sua liberdade individual (da qual, em “estado de natureza”, pouco poderia usufruir sem correr os riscos inerentes à existência natural) em nome da liberdade convencional ou civil. Com a formulação do contrato social, Rousseau concilia conceitos distintos, como a defesa da propriedade privada e a união a uma coletividade, a liberdade individual e a liberdade limitada pelas convenções e sujeita às regras convencionadas. Cada indivíduo, ao entregar-se “por completo e sendo a condição igual para todos” favorece a toda a comunidade, equilibrando-a de tal forma que

Cada qual, dando-se a todos, não se dá a ninguém, e, como não existe um associado sobre quem não se adquira o mesmo direito que lhe foi cedido, ganha-se o equivalente de tudo o que se perde e maior força para conservar o que se tem (Rousseau, 1965, p. 31).¹⁶⁶

A pessoa de cada um, bem como toda a sua autoridade, quando postas em comum sob “o supremo comando da vontade geral” torna-se um membro compreendido como parte indivisível do todo. Nesse ato de associação, portanto, deixa de haver a pessoa particular de cada contratante e passa a existir “um *corpo moral e coletivo*, composto de tantos membros quanto a assembleia de vozes” (grifo nosso). Esse corpo, que guarda um acordo recíproco do público com os particulares, é visto então como uma unidade, com seu *eu* comum, sua vida e sua vontade: a pessoa pública.

¹⁶⁶ Enfin, chacun se donnant à tous, ne se donne à personne, et comme il n’y a pas un associé sur lequel on n’acquière le même droit qu’on lui cède sur foi; on gagne l’équivalent de tout ce qu’on perd, et plus de force pour conserver ce qu’on a (Rousseau, 2015, p. 21).

A pessoa pública, formada assim pela união de todas as outras, tomava outrora o nome de *cidade*, e toma hoje o de *república* ou *corpo político*, o qual é chamado por seus membros: *Estado*, quando é passivo; *soberano*, quando é ativo; *autoridade*, quando comparado a seus semelhantes. No que concerne aos associados, adquirem coletivamente o nome de *povo*, e se chamam particularmente *cidadãos*, na qualidade de participantes na autoridade soberana, e *vassalos*, quando sujeitos às leis do Estado (Rousseau, 1965, p. 31)¹⁶⁷

Para ilustrar as complexas relações entre as partes e o todo, sem as quais o próprio pacto deixa de existir, Rousseau recorre à metáfora do *corpo humano*, concebendo a estrutura social fundada no contrato como um grande organismo:

Tão logo se encontre a multidão reunida num corpo, não se pode ofender um dos membros sem atacar o corpo, menos ainda ofender o corpo sem que os membros disso se ressintam. Assim, o dever e o interesse obrigam igualmente as duas partes contratantes a se auxiliarem de forma recíproca, e os próprios homens devem procurar reunir sob essa dupla relação todas as vantagens que disso dependem (Rousseau, 1965, p. 32).¹⁶⁸

Rousseau não exclui, no interior desse grande organismo, a divergência marcada pelo desacordo entre a vontade particular de um indivíduo e a vontade geral que este mesmo possui na qualidade de cidadão (como *parte política* do *todo político*). O indivíduo pode ser levado a divergir devido ao fato de possuir uma existência absoluta e independente, a qual pode fazê-lo compreender que aquilo que dà à causa comum não passa de uma contribuição gratuita. Continuará, assim, a usufruir dos direitos de cidadão, “sem querer preencher os deveres do vassalo”, o que, segundo o filósofo, é uma injustiça e pode levar à ruína do Estado. Considerando a possibilidade desse desacordo (ou predominância do interesse particular sobre o interesse público, perigo que é ressaltado mais de uma vez na obra), o autor sintetiza, trazendo à tona as distinções entre a liberdade individual e aquela condicionada pelo estado civil, além de explicitar o caráter *artificial* da *máquina política*:

A fim de que não constitua, pois, um formulário inútil, o pacto social contém tacitamente esta obrigação, a única a poder dar força às outras: quem se

¹⁶⁷ Cette personne publique, qui se forme ainsi par l’union de toutes les autres, prenait autrefois le nom de *cité*, et prend maintenant celui de *république* ou de *corps politique*, lequel est appelé par ses membres *État* quand il est passif, *souverain* quand il est actif, *puissance* en le comparant à ses semblables. À l’égard des associés, ils prennent collectivement le nom de *peuple*, et s’appellent en particulier *citoyens*, comme participant à l’autorité souveraine, et *sujets*, comme soumis aux lois de l’État (Rousseau, 2015, p. 21-22).

¹⁶⁸ Sitôt que cette multitude est ainsi réunie en un corps, on ne peut offenser un des membres sans attaquer le corps ; encore moins offenser le corps sans que les membres s’en ressentent. Ainsi le devoir et l’intérêt obligent également les deux parties contractantes à s’entraider mutuellement, et les mêmes hommes doivent chercher à réunir sous ce double rapport tous les avantages qui en dépendent (Rousseau, 2015, p. 24).

recusar à obedecer à vontade geral a isto será constrangido pelo corpo em conjunto, o que apenas significa que *será forçado a ser livre*. Assim é esta condição: *oferecendo os cidadãos à pátria, protege-os de toda dependência pessoal; condição que promove o artifício e o jogo da máquina política e que é a única a tornar legítimas as obrigações civis, as quais, sem isso, seriam absurdas, tirânicas e sujeitas aos maiores abusos* (Rousseau, 1965, p. 33. Grifos nossos)¹⁶⁹

Com relação às duas formas de liberdade postas em jogo pelo estabelecimento do contrato social, Rousseau não deixa de apontar as *desvantagens* de perder a liberdade natural anterior ao estabelecimento do pacto, assim como as *vantagens* da liberdade civil a partir dele, situando ambas em suas dimensões constituintes. Não é de todo irrelevante notar que as distinções são construídas com base em termos que situam oposições binárias: vantagens/desvantagens e perdas/ganhos. Rousseau concebe a liberdade civil, no entanto, como um fator de desenvolvimento e exercício das faculdades humanas e mesmo de transformação, de “mudança considerável”. Pois, em estado natural, o homem era “um animal estúpido e limitado”, enquanto o ambiente convencionado o transformou num “ser inteligente, num homem”:

O que o homem perde pelo contrato social é a *liberdade natural* e um direito ilimitado a tudo o que o tenta e pode alcançar; o que ganha é a *liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui*. Para que não haja engano em suas compensações, é necessário distinguir a liberdade natural, limitada pelas forças do indivíduo, da liberdade civil que é limitada pela liberdade geral, e a *posse*, que não é senão o efeito da força ou do direito do primeiro ocupante, da *propriedade*, que só pode ser baseada num título positivo (Rousseau, 1965, p. 34. Grifos nossos).¹⁷⁰

Considerando que “homem nenhum possui uma autoridade natural sobre seu semelhante” e que “toda autoridade legítima entre os homens” se dá também pelo estabelecimento de convenções (Rousseau, 1965, p. 25), o filósofo estabelece para a escravidão e para a submissão no âmbito nacional (aquela dos membros de uma nação em

¹⁶⁹ Afin donc que le pacte social ne soit pas un vain formulaire, il renferme tacitement cet engagement qui seul peut donner de la force aux autres, que quiconque refusera d’obéir à la volonté générale y sera contraint par tout le corps : ce qui ne signifie autre chose, sinon qu’on le forcera d’être libre : car telle est la condition qui donnant chaque citoyen à la patrie le garantit de toute dépendance personnelle ; condition qui fait l’artifice et le jeu de la machine politique, et qui seule rend légitimes les engagements civils, lesquels sans cela seraient absurdes, tyranniques, et sujets aux plus énormes abus (Rousseau, 2015, p. 24-25).

¹⁷⁰ Ce que l’homme perd par le contrat social, c’est sa liberté naturelle et un droit illimité à tout ce qui le tente et qu’il peut atteindre; ce qu’il gagne, c’est la liberté civile et la propriété de tout ce qu’il possède. Pour ne pas se tromper dans ces compensations, il faut bien distinguer la liberté naturelle qui n’a pour bornes que les forces de l’individu, de la liberté civile qui est limitée par la volonté générale, et la possession qui n’est que l’effet de la force ou le droit du premier occupant, de la propriété qui ne peut être fondée que sur un titre positif (Rousseau, 2015, p. 26).

relação a um soberano) uma origem também *não natural* e chama a atenção para as contradições dessa mesma submissão:

Dir-se-á que o déspota assegura aos vassalos a tranquilidade civil. Seja; mas que ganham eles com isso, se as guerras, que a ambição do déspota ocasiona, se sua insaciável avidez, se os vexames de seu ministério os aflige mais do que o fariam as próprias dissensões? Que ganham eles aí, se essa mesma tranquilidade constitui uma de suas misérias? Vive-se igualmente tranquilo nos calabouços; basta isto para se viver bem? Os gregos encerrados no antro do ciclope ali viviam tranquilos, à espera de que chegasse a sua vez de serem devorados (Rousseau, 1965, p. 25).¹⁷¹

Por expor os mecanismos (não naturais, não divinos) pelos quais se funda o domínio de um governante sobre um povo ou de um grupo sobre outro; por afirmar que as guerras constituem uma relação de Estado para Estado e que, portanto, estão situadas no âmbito dos interesses relacionados à condução do poder. Finalmente, por compreender a constituição de um corpo social e as formas de condução do poder com base no conceito de vontade geral e nas cláusulas de liberdade e igualdade (por mais que essas formulações tivessem ainda uma abrangência relativamente restrita no complexo contexto do século XVIII), a filosofia de Rousseau parece deslocada e, curiosamente *anárquica* se pensarmos no contexto tanto das lutas sociais que movimentam a segunda década do século XX (e levam pavor ao “Olimpo governamental”, como diz o cronista) como do imperialismo nacionalista que ganha mais força no ambiente conflagrado da Primeira Guerra Mundial e é representado, por exemplo, pelo discurso *belicoso* e *belicista* do articulista de *O País*.

A filosofia de Rousseau é rebaixada e vista por este como “*sentimental e chorosa*”, justamente porque traz as noções de liberdade e igualdade condicionadas não apenas ao pacto social, mas às intervenções dos grupos em relação às instâncias de poder. É rebaixada porque veicula, na origem, noções que exibem o caráter arbitrário do poder e situam “o artifício e o jogo da máquina política” (Rousseau, 1965, p. 33). Num momento em que predomina a retórica do domínio, da virilidade e da truculência (retórica esta que, pelas vias hegemônicas, procura sempre se reatualizar, como temos tipo inúmeras oportunidades de verificar, nacional e internacionalmente, nas primeiras décadas deste século XXI), o caráter até certo ponto contestatório e mesmo libertário das concepções rousseauianas parece

¹⁷¹ On dira que le despote assure à ses sujets la tranquillité civile. Soit; mais qu’y gagnent-ils, si les guerres que son ambition leur attire, si son insatiable avidité, si les vexations de son ministère les désolent plus que ne feraient leurs dissensions? Qu’y gagnent-ils, si cette tranquillité même est une de leurs misères? On vit tranquille aussi dans les cachots; en est-ce assez pour s’y trouver bien? Les Grecs enfermés dans l’antre du Cyclope y vivaient tranquilles, en attendant que leur tour vînt d’être dévorés (Rousseau, 2015, p. 13).

constituir uma ameaça ou pelo menos uma incompatibilidade patente em relação à visão de Estado moderno militarizado e “viril” propagada não só pelo colunista como pela linha editorial de *O País*.

Da sua cela (considerando a duplicidade do termo), Lima parece sentir-se incapaz de agir. Não por estar ferido, mas devido à conformação da própria realidade de que é contemporâneo, cujos discursos enaltecem a violência, o conflito, o aprisionamento, o “*struggle for life*”. E é do retiro temporário que, apesar da frustração, o cronista ainda combate, reagindo aos discursos alienantes de Aurelino Leal e do articulista, por meio de seu próprio discurso incisivo, que joga com as referências, embora de forma menos aberta do que quando “atua” como Ingênuo, mas, ainda uma vez e sempre, para “que tudo caia pelo ridículo”¹⁷².

Nesta crônica, situamos, sem a pretensão de esgotar a análise, o uso de termos como *cela* e a equiparação de componentes das esferas de poder (governantes, discursos hegemônicos e seus porta-vozes) ao universo simbólico não apenas greco-romano mas também cristão/católico e indígena: Olimpo, “caciques republicanos”, “tacape do poder”, “Santo Ofício”, romanos, entre outros tantos termos que povoam a crônica e compõem o “espelho de imagens deformantes” definido por Figueiredo (1995), que expõe um mundo às avessas, onde a truculência e a irracionalidade, (re)configuradas pelo *discurso*, ganham vida nova com a conflagração mais mortal que o mundo já vira até então. É por meio do rebaixamento ou equiparação ao universo animal que se expõe, segundo Hogart (1969), a irracionalidade humana. Consciente desse processo, o autor de *Numa e a ninfa* o utilizou com frequência, não apenas ao retratar figuras como Raul Gusmão e Ricardo Loberant em *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, como também ao tratar, em “De minha cela”, dos discursos daqueles que, no campo das ações históricas, encenavam o que se compreendia, *deslocadamente*, por “*struggle for life*”:

Os cautelosos sujeitos que, nestes quatro anos de guerra, graças a manobras indecorosas e inumanas, ganharam mais do que esperavam em vinte, estes é que devem ser viris como os tigres, como as hienas e como os chacais. Eu me lembrei de escrever-lhes as vidas, de compará-las, de fazer com tudo isso uma espécie de Plutarco, já que não posso organizar um jardim zoológico especial com tais feras, bem encarceradas em jaulas bem fortes.¹⁷³

¹⁷² *Careta*, 20 set. 1919, sem indicação de página.

¹⁷³ A.B.C., 30 nov. 1918, p. 14.

A esses “cautelosos sujeitos” é que caberia a prisão e não àqueles que “vem para a rua jogar a vida e, se presos, sofrer sabe Deus o quê”¹⁷⁴, numa referência aos revolucionários do dia 18 de novembro sob a autoridade de Aurelino Leal e das forças repressivas que este representava.

O papel da retomada de Rousseau nesta crônica divide-se, na verdade, em dois pontos. Primeiro, Lima atende a um chamado que não é apenas parte de seu ímpeto combativo, mas também de seu trabalho como jornalista situado num momento histórico marcado por profundas transformações. Ele, como um autêntico satirista, se insere no debate público e sai em defesa daqueles que são engolidos tanto no plano da realidade histórica como no âmbito dos discursos. Se Rousseau e sua filosofia aparecem associadas ao movimento revolucionário dos trabalhadores e se ambos são distorcidos e rebaixados pelo discurso “supremacista” do articulista de *O País*, nosso cronista sai em defesa de ambos e traz, pelo discurso (por este outro discurso que persuade e acolhe em vez de dissuadir e afastar) Rousseau para perto de si, dirigindo-se a ele em tom ao mesmo tempo compadecido e camadada: “Pobre Jean-Jacques! Anarquista! Mais esta, hein, meu velho?”

O segundo ponto diz respeito ao seguinte raciocínio: se Rousseau é atacado e definido como “anarquista” (considerando a visão intencionalmente rebaixada e distorcida do movimento pelas classes dirigentes), se ele é colocado enfim na torrente de distorções que então ocorriam e eram veiculadas por parte da imprensa (e que foram apontadas por Silva, 2020, p. 139) é porque, um século e meio depois de sua época e do outro lado do Atlântico, o autor do *Contrat Social* ainda *tinha algo a dizer sobre liberdade e revolução*.

Em determinada parte de sua resposta ao articulista de *O País*, Lima critica no autor anônimo a referência equivocada às ideias de Nietzsche. Este as toma por novidades, ao que nosso cronista responde: “Demais, o que prova a idade de uma obra quanto à verdade ou mentira que ela pode encerrar? Nada.”¹⁷⁵ Embora se dirigisse ao comentário sobre Nietzsche, o mesmo se poderia aplicar à obra de Rousseau. A verdade que esta poderia encerrar estava, pelo processo mesmo da negação e do aviltamento a que estava submetida no âmbito discursivo hegemônico, tão viva que parecia impossível, aos articuladores desse discurso, tangenciá-la sem rebaixá-la. Ou em outros termos, era impossível negá-la sem, por outro lado, afirmá-la, de forma semelhante pela qual se constitui, segundo Alberto Manguel, uma “biblioteca de ausências”, em que a negação e o apagamento, no campo das lutas pela

¹⁷⁴ A.B.C., 30 nov. 1918, p. 14.

¹⁷⁵ A.B.C., 30 nov. 1918, p. 14.

preservação da memória, é também, no reverso, uma maneira de afirmar e, até mesmo, garantir alguma forma de sobrevivência:

A destruição dos livros na América pré-colombiana exemplifica o temor dos poderosos às virtualidades subversivas da palavra escrita. Por vezes, não se contentam em lançar os livros às chamas. As bibliotecas, por sua mera existência, não apenas afirmam, mas também *questionam a autoridade dos poderes constituídos*. Como repositórios de história e fontes para o futuro, como guias ou manuais para tempos difíceis, como símbolos de autoridade passada ou presente, *os livros de uma biblioteca dizem mais que seu conteúdo coletivo e têm sido vistos como ameaça desde a origem da escrita*. Pouco importa por qual razão uma biblioteca é destruída: toda proibição, mutilação, destruição, saque ou pilhagem faz nascer (ao menos como presença espectral) uma biblioteca mais estridente, mais cristalina, mais durável, feita de livros proibidos, saqueados, pilhados, destruídos ou mutilados. Esses livros podem não ser mais acessíveis à consulta, podem existir apenas na vaga memória de um leitor ou na memória ainda mais vaga da tradição e da lenda – *mesmo assim, terão adquirido uma espécie de imortalidade*. “Desprezamos”, escrevia Tácito no século I, a “cegueira daqueles que acreditam que um ato arrogante possa extinguir a memória da posteridade. Na verdade, o veredicto aumenta o prestígio dos espíritos nobres que se quer silenciar; os potentados estrangeiros e todos os mais que fizeram uso de tal violência não conseguiram mais que vergonha para si mesmos e fama duradoura para seus inimigos” (Manguel, 2006, pp. 109-110, grifos nossos).

3.4 Ofícios, conferências, artigos de fundo e uma Hélade no futebol

Desprezando esse atletismo dominical, não vira eu como ele tendia para o progresso da Pátria, para o rejuvenescimento da nossa juventude que nasce velha, extirpando-lhe d'alma o pessimismo, a melancolia, as perturbações nervosas, fazendo-nos um povo escultural, sadio e alegre, como eram os tais gregos que o Senhor Coelho Neto inventou.

Até bem pouco, a minha atenção só estava voltada para os grandes doentes de corpo e de cabeça, como Pascal, Voltaire, Rousseau e tantos outros; mas, nos dias que correm, considere que tais personagens, incapazes para o football e outros exercícios saudáveis e helênicos, já pela sua constituição física vergonhosa, já pela sua organização mental defeituosa, deviam e devem ser sacrificados no nascedouro.

A vida deve pertencer aos fortes e é um erro estarmos protegendo os bois, os carneiros, os perus, enquanto exterminamos os leões e os tigres.

Capacitado disso e de mais outras cousas, transformei todo o meu sistema de idéias; e, de desdobramento em desdobramento, convenci-me de que não fora o serviço militar obrigatório, a famosa nação armada de von der Goltz, que trouxera ao mundo essa monstruosa guerra de 1914, por todos anunciada como finda.

Essa guerra que se revestiu das clássicas ferocidades das guerras de todos os tempos e requintou de maldade com o emprego das invenções e descobertas mais atuais, feitas geralmente com fins generosos e humanitários, foi obra dos pacifistas, dos internacionalistas, dos anarquistas, dos antimilitaristas, dos que não se entregam a sports.¹⁷⁶

¹⁷⁶ A.B.C., 28 dez. 1918, p. 16.

Na crônica “Um ofício da A.P.S.A.”, publicada em 28 de dezembro de 1918 no *A.B.C.*, vemos um Lima Barreto desencantado e cansado, passar em revista os últimos acontecimentos, tanto no plano internacional como no plano nacional, numa espécie de balanço do ano que terminava.

O título da crônica se refere a um ofício da Associação Paulista de Sports Atléticos (A.P.S.A.)¹⁷⁷ reproduzido nas páginas d’*O País* cerca de uma semana antes. Curiosamente, o próprio cronista dá a referência, indicando o periódico, a data e a seção onde o texto do ofício podia ser encontrado.

Seguindo a informação dada pelo cronista, encontramos na página 11 da referida edição não apenas a íntegra do ofício aludido no título da crônica, mas também as respostas da Confederação Brasileira de Desportos, o que permite conhecer em grande medida a polêmica instaurada entre as duas instituições.

Em 11 de dezembro, a A.P.S.A. enviou à Confederação Brasileira de Desportos, sediada no Rio de Janeiro, um ofício assinado por Augusto Brandt de Carvalho, segundo o qual a primeira entidade, atendendo a um combinado feito pela Confederação, teria adiantado valores para que três jogadores paulistas seguissem para o Rio, onde realizariam um treino preparatório para uma disputa entre cariocas e paulistas pelo campeonato sul-americano de futebol. Esses pagamentos, ainda segundo o ofício, foram debitados da conta da Confederação. No entanto, o surto de gripe espanhola impediu o deslocamento dos atletas. Estes, porém, teriam gasto os valores recebidos.¹⁷⁸

Cinco dias depois, em 16 de dezembro, a Confederação enviou uma resposta, classificando como “condenável o procedimento dos *players* Arthur Friedenreich, Amílcar Barbuy e Manoel Nunes” e como “lamentável” a conduta da APSA. A entidade sediada no Rio justificou que, embora tivesse mandado representantes para São Paulo a fim de tratar de adiantamentos, não “se referiram, nem o poderiam fazer, a adiantamentos das importâncias correspondentes a *um mês de ordenado* de cada um dos mesmos *players*, além das importâncias das respectivas passagens.”¹⁷⁹ A entidade critica ainda o fato de que, por ter ficado responsável pela hospedagem dos jogadores, não cabia debitar esse custo de seus

¹⁷⁷ Segundo Ana Helena Cobra Fernandes (2010, p. 79, nota 204), a Associação Paulista de Sports Atléticos era também conhecida como Associação Paulista de Atléticos (APEA) e sucedeu a Liga Paulista de Futebol, tendo sido responsável por organizar o Campeonato Paulista de Futebol entre 1913 e 1936.

¹⁷⁸ *O País*, 22 dez. 1918, p. 11. “O incidente entre a Confederação Brasileira e a Associação Paulista”.

¹⁷⁹ *O País*, 22 dez. 1918, p. 11. “O incidente entre a Confederação Brasileira e a Associação Paulista”. Grifo nosso.

cofres. Apontando ainda outros problemas (como o fato de os jogadores citados terem gasto toda a importância recebida), a Confederação argumenta:

É dever essencial desta confederação, como das sociedades que a integram, o de zelar pela *moralidade dos desportos no Brasil*, entre amadores, com o *fito primordial do desenvolvimento da educação física da nossa mocidade* e, nestas condições, fazer observar com a máxima intransigência a lei do amadorismo e combater [esse] profissionalismo mascarado, mais prejudicial do que se fosse exercido franca e abertamente.¹⁸⁰

A confederação termina por anunciar a suspensão dos três jogadores e propõe a expulsão dos mesmos, “por infração da lei do amadorismo”, além de pedir explicações. Em 17 de dezembro, por meio de um telegrama, A APSA responde dizendo que seu ofício anterior era apenas “uma prestação de conta”, que os jogadores haviam sido prejudicados e que não era justa a cobrança de devolução dos valores adiantados, pois os mesmos ficaram à disposição da Confederação entre 13 e 30 de outubro. Pede que sejam revogadas as medidas. Há ainda uma réplica da Associação, classificando de “inqualificáveis e grosseiras” as censuras feitas pela confederação e pede que a entidade sediada no Rio prove que não houve a combinação do adiantamento aos jogadores. Sem adentrar na polêmica para além dos pontos necessários ao nosso estudo, é importante ressaltar que, na mesma edição, *O país* se refere ao fato como “grave incidente Rio-S.Paulo”.

Não parece descabido refletir sobre o fato de que o título da crônica remete justamente a um ofício escrito por uma entidade ligada ao futebol, esporte pelo qual Lima Barreto nutria verdadeira antipatia, revelada em dezenas de crônicas. Neste texto, como em “Da minha cela”, entramos outra vez no âmbito do discurso. E nota-se um franco paralelo entre o que acontece no plano local (futebol) e os acontecimentos internacionais (Conferência de Paz). Voltaremos ao tema do ofício mais adiante.

Nesse momento, organiza-se a Conferência de Paz de Paris, que seria inaugurada em 19 de janeiro de 1919. Reunindo representantes dos 27 países definidos como *vencedores* da Primeira Guerra Mundial (inclusive o Brasil) durante pouco mais de cinco meses, a Conferência ficou encarregada de estabelecer a paz após os conflitos e fixar as punições aos países derrotados. Culminou com a assinatura do Tratado de Versalhes em 28 de junho, que impôs severas condições à Alemanha, que foi responsabilizada pelo conflito, juntamente com seus aliados. Entre as punições, estavam: a devolução das regiões da Alsácia-Lorena à França,

¹⁸⁰ O País, 22 dez. 1918, p. 11. “O incidente entre a Confederação Brasileira e a Associação Paulista”. Grifos nossos.

a submissão das colônias alemãs ao controle internacional, o desarmamento e a redução do Exército alemão, além do pagamento de pesadas somas a título de reparação de guerra.¹⁸¹

A diplomacia brasileira, que havia pouco tempo iniciara sua atuação sob o regime republicano, agia movida sobretudo por um forte sentimento americanista, passando a alinhar, na maioria das vezes, suas posições às dos Estados Unidos, considerando que este país, entre o final do século XIX e o início do século seguinte, buscava ampliar sua zona de influência e estendê-la por toda a América do Sul. Esse objetivo pôde ser entrevisto já na Conferência Pan-Americana de 1889, realizada em Washington e considerada o marco inicial da diplomacia multilateral brasileira, quando o país se viu diante da possibilidade de, em troca de “bens” como paz e riqueza, aceitar limitações à sua soberania (Elnecave *et al.*, 2020).

Em 1906, com a realização da 3ª Conferência dos Estados Americanos, no Rio de Janeiro, a identidade da diplomacia republicana baseada no multilateralismo consolidou-se. Foi, porém, a participação na Conferência de Paz de Haia, em 1907, o marco simbólico para o ingresso do Brasil no cenário internacional (Elnecave *et al.*, 2020). Mereceu destaque nessa Conferência a atuação de Rui Barbosa em defesa da igualdade entre as nações, dos princípios democráticos na ordem internacional e sua crítica à graduação das soberanias (Elnecave *et al.*, 2020, p. 13).

Para o alinhamento da política externa brasileira aos Estados Unidos no início do século XX, muito contribuiu a atuação diplomática do Barão do Rio Branco, que permaneceu à frente do Ministério das Relações Exteriores entre 1902 e 1912. Durante esse período (e mesmo depois), verificou-se “certa dependência brasileira em relação a Washington, a qual tentou-se mitigar por vias diplomáticas até a morte de Rio Branco”. Deflagrada a Primeira Guerra Mundial, o Brasil demonstrou dependência passiva em relação aos Estados Unidos, seguindo muitas vezes os posicionamentos de Washington (Elnecave *et al.*, 2020, pp. 13-14).

No início do conflito mundial, o posicionamento do Brasil foi de neutralidade. Porém, o torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães acarretou, em abril de 1917, a notificação do fim da postura neutra e, dois meses depois, a declaração de apoio aos Estados Unidos, à França, à Rússia, à Grã-Bretanha, ao Japão, a Portugal e à Itália, sem ainda, no entanto, declarar formalmente guerra contra a Áustria-Hungria e o Império Alemão (Elnecave, 2020, p. 15). No entanto, o torpedeamento do vapor mercante Macau por submarinos alemães levou à declaração de guerra, sob forte pressão estadunidense.

¹⁸¹Ver:

<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenarioIndependencia/ConferenciaDeParis>. Acesso em: 6 mar. 2022.

Embora a participação brasileira na guerra tenha sido restrita (em termos militares), ela trouxe ao país uma série de vantagens econômicas, como a diversificação da economia e o estabelecimento de novas parcerias comerciais. Além disso, possibilitou que o país mudasse seu alinhamento, passando a estreitar relações com os Estados Unidos (a ponto de este país ter se tornado rapidamente o maior investidor estrangeiro no Brasil) e consequentemente, a afastar-se do eixo de influência do Reino Unido (Elnecave, 2020).

Presidida pelo então senador Epiácio Pessoa¹⁸², a delegação brasileira na Conferência de Paz contava com pouco mais de duas dezenas de pessoas, entre elas Pandiá Calógeras (futuro ministro da Guerra), outro alvo frequente da sátira limabarretiana, além, evidentemente, do próprio Epiácio, cujas ações durante a presidência ganharam muitas vezes as dimensões do escândalo. Em julho de 1919, em grande medida alavancado pela chefia na Conferência, Epiácio tomaria posse como presidente da República.

Ao aproximar-se da aposentadoria, Lima Barreto passa em revista, “sem saudades”, seus anos dedicados ao trabalho na Secretaria da Guerra, onde diz ter tido a oportunidade de ver, “de excelente lugar na plateia, uma das partes mais curiosas da administração republicana”¹⁸³. E parece que é nesse momento, em que os planos pessoal e internacional se cruzam de modo a quase coincidir o fim de sua carreira num setor ligado à defesa, ao campo militar, com o fim da Primeira Guerra Mundial (e as costuras de uma “paz” que apenas adiava uma nova escalada dos conflitos), que a perspectiva do escritor se amplia e a questão da derrota da inteligência encontra sua forma mais elaborada, porque feita não apenas do tecido biográfico (finalmente uma libertação de uma das amarras do Estado), mas também da poderosa trama representada pela conflagração internacional, encerrada, mas cujos efeitos se fariam sentir ao longo de todo o século XX e cuja *retórica dos vencedores* (disseminada sobretudo pela imprensa) mostraria ao nosso cronista a dimensão falaciosa, catastrófica e excludente da lógica “civilizatória” de inspiração burguesa, assim como exporia abismo entre os discursos (ou entre o refinamento no plano organizacional, burocrático) e as práticas escusas. Ou seja, palavra e ação se dissociam absurdamente, revelando a fragilidade e a falsidade de todo um sistema fundado em códigos, hábitos, crenças e procedimentos:

[...] nesta ou naquela profissão, tenham-se as melhores ou piores aptidões, o que se nos pede nessa sociedade burguesa e burocrática é muita abdicação de

¹⁸² “Epiácio foi o primeiro chefe de estado brasileiro a visitar os Estados Unidos, desde o comparecimento do imperador D. Pedro II à Exposição do Centenário, na Filadélfia, quase um século antes.” (Melo, 2005, p. 126)

¹⁸³ *Revista Souza Cruz*, abr. 1919, p. 20 (“A matemática não falha”).

nós mesmos, é um apagamento da nossa individualidade particular, é um enriquecimento de ideias e sentimentos comuns e vulgares, é um falso respeito pelos chamados superiores e uma ausência de escrúpulos próprios, de modo a fazer os tímidos e delicados de consciência não suportar sem os mais atrozes sofrimentos morais a dura obrigação de viver, respirar a atmosfera deletéria de covardia moral, de panurgismo, de bajulação, de pusilanimidade, de falsidade, que é a que envolve este ou aquele grupo social e traz o sossego dos seus fariseus e saduceus, um sossego de morte da consciência.

[...]

É a época dos registros e dos tabeliões, mas é o tempo das maiores falsificações; é a época dos códigos, sendo também o tempo das mais vastas ladroerias; é a época das polícias aperfeiçoadas, apesar de que é o tempo dos crimes monstruosos e impunes; é o tempo dos fiadores, endossantes, etc., verificando-se nele os maiores “calotes”; é a época dos diplomas e das cartas, entretanto, sobretudo entre nós – é o tempo da mediocridade triunfante, da ignorância arrogante, escondida atrás de diplomas de saber; etc., etc.¹⁸⁴

Mais de cem anos depois, em nosso cenário distópico, herdeiro de guerras de todas as proporções e justificativas, de perseguição a grupos invisibilizados e forçosamente emudecidos e de valorização da brutalidade, o desabafo de Lima Barreto soa tristemente atual. Em sua época, uma tal configuração, amesquinhando ou mesmo anulando a independência e o saber autênticos, levava-o a sentir-se desorientado:

Quem fez nas primeiras idades uma representação da vida cheia de justiça, de respeito religioso pelos direitos dos outros, de deveres morais, de supremacia do saber, de independência de pensar e agir - tudo isso de acordo com as lições dos mestres e dos livros; e choca-se com a brutalidade do nosso viver atual, não pode deixar de sofrer até o mais profundo do seu ser e ficar abalado com esse choque para toda a vida, desconjuntado, desarticulado, vivendo aos trambolhões, sem norte, sem rumo e sem esperança.¹⁸⁵

No segundo parágrafo de “Um ofício da A.P.S.A”, Lima Barreto faz referência a um artigo publicado semanas antes nas páginas do periódico *A Noite*. Voltar nossa atenção para esse aspecto pode permitir que comecemos a entender mais profundamente a importância do diálogo estabelecido, assim como de algumas escolhas do autor situadas no campo lexical da “tristeza”.

¹⁸⁴ Revista Souza Cruz, abr. 1919, p. 20 (“A matemática não falha”).

¹⁸⁵ Revista Souza Cruz, abr. 1919, p. 20 (“A matemática não falha”).

Em 11 de dezembro desse mesmo ano, na primeira página de *A Noite*, o médico neurologista Antônio Austregésilo Rodrigues de Lima (1876-1960)¹⁸⁶, publica “Alegria curativa”, em que trata a alegria como “excelente terapêutica da alma e do corpo”. Entre outras afirmações, Austregésilo diz que “os tristes e os retraídos são doentes”.¹⁸⁷

A crônica é construída em sua maior parte pela oposição de termos binários, como alegria/tristeza, bom humor/mau humor, jardim/cemitério, prazer/dor, etc. Para o colaborador de *A Noite*, ser alegre ou triste depende apenas da “ação da vontade”. Trata-se, portanto, de “mero problema da educação da alma”. Em outras palavras, a felicidade é vista como “pura representação mental” e apresentar-se nos estados-limites de alegria e tristeza está fortemente ligado à escolha de “boas ou más ideias-sentimento”. Nessa mesma lógica, prossegue, agora voltando sua reflexão para outros conceitos: “Os grandes povos são alegres: norte-americanos, franceses e ingleses. As raças mais atrasadas são tristes. A alegria, pois, estimula a vida; a tristeza afasta-a, entorpece-a, destrói-a.”

A respeito do pessimismo, o cronista ressalta que “é droga amarga e envenenadora” e, entre os “fabricantes de semelhante tóxico” cita os nomes de Schopenhauer, Ackermann e Stechetti¹⁸⁸.

Encaminhando-se para o final de sua crônica, Austregésilo diz:

Hoje o que predomina nos povos vitoriosos é a *confiança na ideia-força, que prepara pela vontade as energias vitais dos povos e os melhores estados da alma. A alegria na vida é uma bandeira de progresso.*

Dizem que os brasileiros são tristes. Possuem a tristura mole dos contempladores.

Não é verdade!

Dorme-lhes a alma durante trezentos e sessenta e dois dias... que apenas acorda foliona no Carnaval.

A alma carioca, neste ponto, parece-se com as libélulas: longa vida de casulo e pequena existência de borboleta. (grifos nossos)¹⁸⁹

¹⁸⁶ Antônio Austregésilo é considerado o pioneiro da Neurologia no Brasil, além de ter sido um dos precursores da psicanálise no país. Era tio do escritor Belarmino Maria Austregésilo Augusto (1898-1993), conhecido como Austregésilo de Athayde. Ambos integraram a Academia Brasileira de Letras. Em suas notas às crônicas publicadas em *Bagatelas*, Ana Helena Cobra Fernandes (2010, p. 79) atribui erroneamente a referência de Lima Barreto a Austregésilo de Ataíde. O que nos ajudou a encontrar a atribuição correta foi o fato de que, em uma de suas cartas, Lima comenta que Austregésilo era da Academia Brasileira de Letras, informação que só podia se relacionar a Antônio, que foi admitido na instituição em 1914, enquanto Athayde só o seria em 1951.

¹⁸⁷ *A noite*, 11 dez. de 1918, p. 1.

¹⁸⁸ Louise-Victorine Ackermann, pseudônimo da escritora francesa Louise-Victorine Choquet (1813-1890), conhecida por seus versos sombrios e poderosos, nos quais expressava sua revolta contra o sofrimento humano. Stechetti [sic], possivelmente se refere a Lorenzo Stecchetti (1845-1916), poeta e escritor italiano nascido Olinto Guerrini, expoente da literatura positivista.

¹⁸⁹ *A noite*, 11 dez. de 1918, p. 1 (“Alegria curativa”)

Diante de um mundo que acabava de atravessar um conflito mundial e era agora surpreendido pela gripe espanhola, o cronista exibe um profundo desalento ao verificar que, de um lado, os discursos produzidos pelos representantes do Brasil no plano internacional continuavam e continuariam desconectados da realidade, inclusive a brasileira: “Na boca ou na pena deles [dos publicistas oficiais e oficiosos], sairá de Versalhes não só a grandeza militar do Brasil, a sua riqueza amoedada, a sua importância universal, mas, talvez mesmo a extinção das secas do Ceará” (Barreto, 2004, v. 1, p. 425). De outro lado, a leitura dos jornais revela ao cronista que o universo das preocupações reduz-se às “cousas esportivas, sobretudo as de *football*”, não restando senão a confissão desalentada:

Até bem pouco, a minha atenção só estava voltada para os grandes doentes de corpo e de cabeça, como Pascal, Voltaire, Rousseau e tantos outros; mas, nos dias que correm, considereirei que tais personagens, incapazes para o *football* e outros exercícios saudáveis e helênicos, já pela sua constituição física vergonhosa, já pela sua organização mental defeituosa, deviam e devem ser sacrificados no nascedouro.

A vida deve pertencer aos fortes e é um erro estarmos protegendo os bois, os carneiros, os perus, enquanto exterminamos os leões e os tigres.¹⁹⁰

Neste trecho, o contraponto às ideias veiculadas na crônica de Austregésilo parece tornar-se mais agudo, na medida em que, assumindo ironicamente que aqueles que carregam a tristeza ou são retraídos constituem evidentes representações da doença e da fraqueza, Lima Barreto protesta e, diante outra vez de um *mundo às avessas*, joga com os sentidos da afirmação do autor de “Alegria curativa”. Diante do culto ao futebol, cuja violência, em pequena escala, faz ecoar aquela que ocorria no plano das decisões nacionais e internacionais (Conferência da Paz). Diante ainda do ofício que dá título à crônica e cuja repercussão foi tratada superlativamente por *O país* como o “grave incidente Rio-S.Paulo”. Diante, por fim, das platitudes expressas no texto de Austregésilo, o colaborador do *A.B.C.*, diz que até então estivera enganado, pois os autores para os quais havia voltado sua atenção eram *grandes doentes de corpo e de cabeça*. Eram justamente aqueles que haviam questionado postulados e domínios e que nesse aspecto se irmanavam.

Voltando a produzir uma espécie de “espelho invertido” das ideias expressas pelo médico, Lima Barreto traz para o universo da crônica, negando-a enquanto a afirma (por força da ironia) a ideia de que “a vida deve pertencer aos fortes”. Nesse ponto, mais uma vez para combater o discurso que “encenava” ou reproduzia o “*struggle for life*”, recorre ao universo animal, e outra vez a partir da ideia de predação.

¹⁹⁰ *A.B.C.*, 28 dez. 1918, p. 16.

Lima também protesta contra o que já começa a constituir o germe do *american way of life*, expressão que, embora tenha sido cunhada apenas anos mais tarde, abarca não apenas uma autoimagem estadunidense, mas também um estilo de vida que, ao longo da primeira metade do século XX, codificou em atos, crenças, slogans e produtos, uma espécie de precursor da forma neoliberal de ser e estar no mundo.

O então presidente dos Estados Unidos, Thomas Woodrow Wilson (1913-1921), também aparece como um dos líderes para os quais se volta a crítica limabarretiana. O cronista, colocando-se entre os “tristes de nascença ou que a vida os fez tristes” (noutro eco às palavras de “Alegria curativa”), diz que não existe forma de se distrair com “as mezinhas e benzeduras humanitárias do fariseu Wilson”, “desse pastor protestante que pontifica de cima de um capitólio de segunda mão, nas margens do Potomac”. Vale chamar a atenção para os termos ligados ao discurso (“pontifica”, ou seja, oficia na condição de pontífice ou celebra missa).

Não é por acaso que o cronista demonstra sua implicância com os Estados Unidos, pois, possivelmente antes de muitos de seus contemporâneos, foi capaz de perceber o funcionamento orgânico do país, com suas estratégias comerciais, sua expansão econômica e seu “imperialismo yankee”, assim como a mudança do eixo de influência (cultural, social, política, econômica) dos velhos centros europeus para os Estados Unidos, já então os maiores representantes da nova fase do capitalismo mundial.

A implicância com os Estados Unidos pode ser percebida também no romance satírico *Numa e a ninfa*, quando, a propósito da criação fictícia de um novo Estado da federação e das discussões em torno da futura representação estadual nas esferas políticas, o narrador evoca um aspecto da proposição parlamentar:

A imitação do regime político dos Estados Unidos não ficou restrita à Constituição; aos poucos, como consequência ou não, conscientemente ou sem pensamento anterior, a imitação se estendeu aos seus escusos processos de traficâncias em votos e medidas de governo (Barreto, 1956, v. 3, p. 24).

Quase todos os temas abordados por Lima Barreto nessa crônica (a começar pelo título – “ofício”) estão de alguma forma relacionados ao discurso. Mesmo o futebol (assunto que parece ter sido o “pretexto” para tecer seu descontentamento), esporte ao qual o escritor destinava ácidas críticas, é tratado a partir do discurso. Nesse aspecto, é interessante notar a relativização ou rebaixamento dos discursos, pois o futebol (ou, mais do que o esporte, o *discurso construído socialmente sobre o esporte*) aparece nos jornais, segundo o olhar do cronista, no mesmo plano das discussões em torno da Conferência de Paz. No fim das contas,

Lima Barreto, em seu desalento, espera dos líderes reunidos na Conferência o mesmo que vê quando analisa os discursos relacionados ao futebol (a referência ao “cicerone esportivo, atlético e gladiador” Coelho Neto é, neste ponto, bastante contundente).

Ao mencionar as “tenções generosas” do presidente dos Estados Unidos, *que pontifica de cima de um Capitólio de segunda mão* (referência rebaixadora a outro império, o romano), Lima recorda que “nós, os brasileiros ainda nos orgulhamos de ter feito guerra para libertar dous ou três povos. Está isto nos compêndios e nos discursos patrióticos”. A menção a uma fonte que reforce não apenas a historicidade, mas a *sobrevivência* dessas ideias como *discurso* é muito interessante, pois traz mais uma vez a discussão (ou os temas) para o âmbito do discurso hegemônico. Não à toa o cronista ressalta que a referência a esse orgulho nacional (representado, por exemplo, pela Guerra do Paraguai) está nos *compêndios* e nos *discursos patrióticos*, considerando que o primeiro termo se refere a um livro, geralmente escolar, que traz o resumo de uma teoria, de uma ciência ou doutrina, ou seja, a síntese das informações (de caráter normativo) relativas a determinada área do saber.

É justamente o discurso, e o que se faz dele em termos práticos (políticos) um dos temas estruturantes das crônicas “Da minha cela”, “Procurem a sua Josefina” e “Um ofício da A.P.S.A.”. É a partir desse aspecto, ou seja, pela referência à *apropriação do discurso* e ao *saber rebaixado* ou tornado anódino diante da realidade (que se apropria da tradição para fins diversos dos previstos anteriormente), que as alusões a Rousseau aparecem geralmente associadas ao desencanto manifestado por Lima Barreto em relação ao destino do discurso, principalmente a partir de 1918.

A escolha de termos para *acionar* o universo lexical do discurso exhibe, ao longo de vários trechos da crônica, o trabalho, por vezes sutil, do rebaixamento. Como técnica ligada à sátira (Gerth, 1977; Hodgart, 1969), o rebaixamento se faz mostrar pela eleição de termos e expressões que exibem a condição discursiva do “fora do lugar” ou o próprio amesquinamento dos sentidos comumente associados ao conceito-alvo. O grande tema desta (e de outras tantas crônicas) é o discurso, ou, mais precisamente, *a apropriação oportunista do discurso* ou ainda a incompatibilidade entre o discurso e a práxis nos âmbitos que vão do cotidiano local (expresso, organizado, filtrado e modulado pelos jornais) ao plano histórico internacional. Lembremos que, enquanto escreve sua crônica, Lima vê o mundo “vitorioso” se rearranjando ao fim de uma guerra de quatro anos, que pela primeira vez pareceu atingir proporção planetária, muito embora, vista sob outras lentes, não fosse mais do que uma guerra europeia-estadunidense.

Esse rearranjo compreende, evidentemente, reformulações dos eixos de poder, mudanças no turbulento jogo de xadrez conduzido pelas velhas potências e pelos novos “mandatários”, cujo capital seria crucial tanto para a reconstrução dos países europeus como para o estabelecimento de uma hegemonia alimentada agora também no norte da América e não apenas nos velhos centros europeus.

Outro índice de rebaixamento ligado ao discurso pode ser observado, por exemplo, no uso do termo “perlengas” para se referir à repercussão da Conferência da Paz nos jornais. O colaborador do *A.B.C.*, mantendo a sua verve que “bebe ironicamente” nas ideias propagadas em “Alegria curativa”, desabafa: “Será difícil obter qualquer espécie de distração nos jornais, com as *perlengas* sobre a Conferência que os encham, só lhes deixando espaço largo, para tratar da política portuguesa em estirados artigos[...]”. O vocábulo tem o sentido de discussão intensa e agressiva, briga, rixa, contenda ou disputa, palavreado oco, além, talvez, de soar rebuscado ou excessivamente lusitano, o que não deixa de ser coerente com a crítica (na continuação do desabafo acima) aos assuntos portugueses veiculados na imprensa, como o assassinato de Sidônio Pais.¹⁹¹

Tenho a respeito da riqueza que a Conferência possa trazer ao Brasil, o mesmo julgamento daquele mendigo inglês que conhecia perfeitamente a opulência do seu país, sabia que o Império Britânico era o mais considerável da História, mas também sabia que continuava em teto, mal conseguindo diariamente uns vinténs – ele, súdito da maior e mais rica potência de que os homens têm memória.¹⁹²

Diante disso, o cronista desaconselha a leitura dos jornais às pessoas que, como ele, “veem os seus sonhos morrendo e se encham de tédio pela vida”. E exatamente nesse ponto, vemos, na imensa rede de referências exibida por Lima Barreto, o retorno ao que chamaríamos de metáfora da “biblioteca incendiada”, que aparece com certa frequência para indicar tanto a ruptura ou a abolição violenta pelas instâncias do poder como a derrota da inteligência, tema aliás bastante desenvolvido por Oakley (2011).

Lima desaconselha não apenas a leitura dos jornais, mas também a “leitura de obras de qualquer natureza”, pois, por um lado, trazendo “tédio pela vida”, são “inúteis”. Por outro, se “forem animadas de um contrário, “são hostis, aborrecem e trazem ódio a tais

¹⁹¹ Sidônio Bernardino Cardoso da Silva Pais (1872-1918), conhecido como “Presidente-Rei”, foi o quarto presidente da República Portuguesa. Seu governo foi marcado por autoritarismo e forte contestação social (Fernandes, 2010, p. 79). Sidônio sofreu um atentado frustrado em 5 de dezembro de 1918, durante uma cerimônia. Porém, em 14 de dezembro, foi alvejado mortalmente por José Júlio da Costa, na Estação do Rossio.

¹⁹² *A.B.C.*, 28 dez. 1918, p. 17.

espíritos combalidos ou saciados.” Em sua crítica à visão de Austregésilo, Lima adota o mesmo procedimento de dividir os conceitos em termos duais, o que conduz finalmente à evocação de Alexandria:

Como Omar, devem eles [aqueles que “veem os seus sonhos morrendo e se enchem de tédio pela vida”] queimar as suas bibliotecas, porquanto quer num, quer noutro caso, não prestam serviço algum, como os livros da de Alexandria a que aquele chefe árabe mandou atear fogo.¹⁹³

Em *A biblioteca desaparecida*, o filólogo italiano Luciano Canfora investiga as origens da famosa biblioteca, procurando discernir entre os componentes lendários e os elementos factuais em meio a um sem número de referências disseminadas desde a fundação do mais célebre centro de saber da Antiguidade. Em 640 d.C., sob o comando do emir Amr ibn al-As, Alexandria foi ocupada pelos árabes, poucos anos depois de ter sido invadida pelos persas. A princípio, o comandante deteve o saque e aproveitou sua “estadia” para se inteirar sobre as histórias da biblioteca, enquanto aguardava a resposta do califa Omar (contemporâneo de Maomé) sobre o destino a ser dado ao acervo.

De volta à crônica de Lima e à “conversa” estabelecida com o texto de Austregésilo, é possível compreender o arremate irônico da sequência de dualismos a partir da informação sobre a decisão tomada por Omar. Canfora, referindo-se ao argumento de Omar para justificar a destruição da biblioteca, define-o como um “grosseiro silogismo”¹⁹⁴:

Amr leu a mensagem: “Quanto aos livros que mencionaste”, escrevia Omar, “eis a resposta: se seu conteúdo está de acordo com o livro de Alá, podemos dispensá-los, visto que, nesse caso, o livro de Alá é mais do que suficiente. Se, pelo contrário, contêm algo que não está de acordo com o livro de Alá, não há nenhuma necessidade de conservá-los. Prossegue e os destrói” (Canfora, 1989, p. 92)

Como metáfora, o incêndio de Alexandria é uma potente imagem sobre a sanha destrutiva dos conflitos, que levam à aniquilação da memória e, de certa forma, à falência do discurso. Também contribui para “amarrar” o passado ao futuro, ou melhor, para “reatualizar” a barbárie e enfeixar o tema da “derrota da inteligência”, de forma similar ao que ocorre no conto “A biblioteca”. Em outros termos, a evocação do incêndio da famosa Biblioteca também se localiza no âmbito temático do discurso, e num sentido mais amplo, do saber ou

¹⁹³ A.B.C., 28 dez. 1918, p. 17.

¹⁹⁴ O fato de a destruição da famosa biblioteca ter sido justificada com um “grosseiro silogismo” é outro índice a manifestar a descrença (e ao mesmo tempo o poder destruidor) do discurso.

saberes materializados e de como a destruição de bibliotecas (como consequência ou não de guerras) está associada ao plano político, ao universo da conquista e do aniquilamento.

Para Lima, não apenas o conflito mundial que terminava, mas também a Conferência, tanto no plano discursivo como no âmbito das ações concretas, atualizam a violência, agora sob a forma do moderno Estado-nação “viril”. Nesse cenário, a Conferência, vista sob a ótica dos “publicistas oficiais e oficiosos” nos jornais, é um evento que, acima de tudo, promove, produz e leva à produção de outros discursos (orais e escritos). Esses discursos, no entanto, ou são inócuos, hostis ou transmitem uma visão do Brasil que não corresponde à realidade : “Na boca ou na pena deles [dos ‘publicistas oficiais e oficiosos’] sairá de Versalhes não só a grandeza militar do Brasil, a sua riqueza amoadada, a sua importância universal, mas, talvez mesmo a extinção das secas no Ceará.”¹⁹⁵

Diante da impossibilidade de encontrar distração ou alívio, o cronista, como se, de posse de uma das edições dos jornais que lê, passasse diante do leitor para a seção de esportes (também ironicamente), diz que, “em matéria de leitura, a única que nos pode trazer distração é a de cousas esportivas, sobretudo as de *football*”. A conhecida “implicância” de Lima Barreto com esse esporte também se faz notar em “Um ofício da A.P.S.A.”, mas as relações aqui estabelecidas fazem com que o tema se torne secundário (ainda que o próprio título o evoque), pois nota-se um adensamento da modulação irônica: “Sempre há o que descobrir, por intermédio dos jornais, nos *sports* atléticos; é um *mundo que se abre inopinadamente* aos nossos olhos; são perspectivas inesperadas que vamos descortinando de dia para dia.”¹⁹⁶

Se a alusão ao incêndio de Alexandria (e ao argumento para destruí-la) remete à insuficiência ou impotência do discurso ou do saber num âmbito mais amplo (internacional), a menção a Coelho Neto vai comunicar, juntamente com outros elementos, uma espécie de *rebaixamento* do papel do escritor e o deslocamento (ao menos na esfera discursiva) de elementos da estética literária oficial para o âmbito do esporte:

Quando um clube qualquer inaugura um tanque de natação e arranja umas crianças para cantar alguma coisa fanhosa, temos o cicerone esportivo, atlético e gladiador, o Senhor Coelho Neto a nos ensinar que aquela cantoria e aquela piscina são puramente gregas, tem no seio Hércules e Dejanira, tem o Himeto, tem Olimpíadas, tudo aquilo, enfim, que consta do formulário de cousas daquela Grécia que não tem Aristóteles, nem Temístocles, nem Tales, nem Praxíteles, nem Eurípedes, nem Aspásia.

¹⁹⁵ A.B.C., 28 dez. 1918, p. 16.

¹⁹⁶ A.B.C., 28 dez. 1918, p. 16.

É uma Hélade especialmente fabricada para o gasto caseiro da gente dos *sports* da nossa terra.¹⁹⁷

Mais do que uma espécie de retrospectiva desalentada do ano que acaba, a crônica é uma potente crítica aos rumos tomados pelo Rio de Janeiro, em menor escala, pelo Brasil, no plano intermediário, mas principalmente, em escala maior, pelo mundo que acabara de experimentar uma guerra cujas proporções, violência e alcance ainda não tinham sido vividos até então. Observando, como um analista social *avant la lettre*, os acontecimentos contemporâneos e as formas pelas quais eles eram tratados e conduzidos (seguindo o *plano discursivo* nos periódicos), Lima Barreto confessa que não pode “ter a confiança e a esperança que os publicistas oficiais e oficiosos depositam na tal Conferência” e assegura: “O que eles não querem é a paz universal e não sei a causa de semelhante ojeriza.”

Em apenas dois momentos de sua produção Lima aludiu à famosa “querela” que opôs Voltaire a Rousseau: na crônica “Procurem a sua Josefina” e no conto inacabado “A conferência do Dr. Assis Brasil”. Aqui, porém, ambos são trazidos juntos à memória e se irmanam (junto a Pascal) não só por serem grandes escritores e filósofos, situados portanto no âmbito da escrita (de uma escrita *elevada*), mas também por sua postura contestatória.

No plano que queríamos delinear, o grande tema desta crônica é o discurso tornado inócuo. Daí não apenas a evocação de um ofício de uma associação esportiva no título (um ofício gerador de um conflito visto como bizarro), como também um paralelo rebaixador entre o futebol e as ações internacionais no pós-guerra (ambos violentos “disparadores” de discursos falaciosos), entre a “alegria curativa” de um médico (que vê a alegria como uma “bandeira de progresso” e a associa aos povos vitoriosos) e a *doença* de filósofos que questionaram postulados, que se insurgiram contra a realidade, seja Voltaire por meio de sua sátira, atacando instituições milenares como a Igreja, seja Rousseau ao apontar no refinamento da civilização uma corrupção da bondade natural do homem ou ao propor uma “educação negativa”.

3.4 “Procurem a sua Josefina” e os manuais da arte de governar¹⁹⁸

¹⁹⁷ A.B.C., 28 dez. 1918, p. 16.

¹⁹⁸ Para a análise desta crônica, muito contribuíram as anotações feitas por Ana Helena Cobra Fernandes na dissertação *Bagatelas em perspectiva: Lima Barreto – crônicas anotadas* (2010).

Muitos outros homens tem havido, sagrados pela posteridade e pelos dicionários biográficos, que, tendo vivido uma vida muito pouco decente e equilibrada, segundo as regras comuns, não trepidaram em indicar aos homens de Estado o caminho são para estabelecer um governo forte, fecundo e as leis a que devem obedecer com segurança de acertar.

Rousseau foi um deles e até escreveu um tratado geral de ciência política, cujos ensinamentos, sob este ou aquele disfarce, com estas ou outras palavras, perpassam ainda hoje no fraseado das arengas parlamentares e nos sólidos artigos da imprensa política.

É verdade que também Rousseau publicou uma obra sobre a educação das crianças; e este seu livro —*Émile*— provocou de Voltaire a reflexão de que era dever de quem se propunha a tal coisa ser primeiramente bem-educada. Suponho que o patriarca de Ferney se referia ao cidadão de Genebra.¹⁹⁹

Originária de uma família de fazendeiros de cana-de-açúcar da Martinica, Marie-Josèphe Rose Tascher de La Pagerie (1763-1814), chega à França em 1779, onde se casa com o visconde Alexandre de Beauharnais. É considerada tímida, com modos grosseiros e de “fraca educação” (Willians, 2014, p. 27), porém o casamento com o visconde permite que obtenha alguma formação e que adentre aos poucos os círculos sociais franceses (salões), familiarizando-se com seus hábitos. Residindo em Fontainebleau a partir de 1785, onde se localizava a residência de caça real, Marie-Josèphe faz contatos e ganha finalmente acesso à corte e aos seus eventos sociais, como saraus, bailes, festas e concertos. Passa a se envolver com banqueiros e aristocratas, endividando-se.

Depois de uma estadia na Martinica, volta em 1790 à França, que está transformada pela Revolução. Adapta-se ao novo ambiente, comportando-se como uma *citoyenne* operária. O casamento com Beauharnais (que participara ativamente da Revolução) ainda é o passaporte para o acesso aos salões, cujos membros vivem numa espécie de realidade alternativa, uma vez que as tensões no país se agravam (prisão da família real, revolta da população contra os aristocratas, perseguições, mortes e a instalação da guilhotina, aliada a julgamentos sumários e a declaração de guerra à Áustria). Quando a Martinica passa ao domínio britânico, Marie-Josèphe vê o estado de suas finanças se agravarem ainda mais.

Com a ascensão de Robespierre ao governo (1793) tem início o período do Terror na Revolução Francesa, marcado por um clima generalizado de denúncias, prisões e mortes. Marie-Josèphe continua a viver discretamente, mas a detenção de Beauharnais em 1794 sob a acusação de tentar destruir o Estado arrasta ambos para a prisão. Marie-Josèphe envolve-se com Lazare Hoche, soldado que se tornara general do Exército Revolucionário. Beauharnais é executado na guilhotina mas sua esposa escapa graças à queda de Robespierre e de seus seguidores.

¹⁹⁹ A.B.C., 4 jan. 1919, pp.14-15.

Depois de escapar da guilhotina, Marie-Josèphe, com os bens bloqueados, passa a viver de empréstimos e crédito. Apesar do ambiente geral de empobrecimento, precariedade e especulação com os bens do Estado, os teatros e salões reabrem e a vida cortesã conhece um novo ímpeto. Marie-Josèphe aproxima-se da elite financeira do período pós-Terror e de celebridades femininas como Thérèse Cabarrus, Juliette Récamier e Fortunée Hamelin, ganhando fama e notoriedade. Envolve-se com Paul François, visconde de Barras, figura importante no novo regime e um dos homens mais ricos do país, célebre por sua crueldade e capacidade de corrupção. Em 1795, graças a Barras, Marie-Josèphe, agora totalmente integrada à elite, conhece um jovem e desconhecido general corso, Napoleão Bonaparte, com quem se casaria no ano seguinte. Em 1804, é coroada imperatriz dos franceses. Napoleão a tratava inicialmente por Rose, mas a partir da coroação passa a tratá-la por Josephine.

Esta introdução, embora um pouco longa, permite situar a figura de que Lima Barreto trata e que dá título à crônica “Procurem a sua Josefina!”²⁰⁰, publicada no A.B.C. em 4 de janeiro de 1919.

Trata-se de um texto longo (comparável aos demais publicados no periódico), que ocupa ao todo seis colunas nas páginas 14 e 15 da revista, com exceção de um pequeno espaço na parte inferior da última coluna na página 15. A crônica vai tratar, num plano geral, do casamento por interesse como mecanismo de ascensão política e social (do qual Josefina é o modelo), tema aliás bastante presente no universo literário limabarretiano, principalmente nas produções logo identificadas com a sátira, como *Numa e a ninfa* (1915) e *Os Bruzundangas* (1923).

Num primeiro momento, o cronista traz à tona uma série de figuras ilustres cujas obras se voltaram para as “regras da sã política” e para indicar “aos homens de Estado o caminho são para estabelecer um governo forte, fecundo e as leis que devem obedecer com segurança de acertar”. São, portanto, autores e obras que se situam no campo das “normas do bem governar”, ou, como Lima se refere ainda nesta crônica e em outros textos, inclusive naqueles que retomam o trecho já referido de Bossuet, são “manuais da arte de governar”.

O apanhado de obras com tais objetivos reúne: *O príncipe*, de Maquiavel (1532); o “tratado geral de ciência política” que identificamos como *Du Contrat social ou principes du droit politique* de Rousseau (1762); *Les aventures de Télémaque*, de Fénelon (1699). No

²⁰⁰ A.B.C., 4 jan. 1919, pp.14-15. No original, registra-se “snra.” e não “sua”. Corrêa (2012, p. 70), define “Procurem a sua Josefina” como “crônica satírica”.

caso dos “conselhos políticos ao Duque de Bragança”, atribuídos ao padre Antônio Vieira, estes parecem se referir a várias obras legadas pelo jesuíta.²⁰¹

O cronista, no entanto, retoma esses “manuais” dividindo-os em dois grupos bem distintos, segundo o critério *biográfico* dos autores: de um lado, os “manuais da arte de governar” que foram escritos por homens que viveram “uma vida muito pouco decente e equilibrada, segundo as regras comuns” (Maquiavel e Rousseau) e, de outro, os “manuais” legados por “homens austeros que, direta ou indiretamente, têm se permitido a liberdade de inculcar no espírito dos príncipes normas do bem-governar” (Fénelon e Padre Antônio Vieira). Poderíamos dizer que o primeiro grupo reúne os autores conhecidos por seus “ideais de força” revolucionária, enquanto o segundo agrega figuras reconhecidas por sua inserção nas instâncias de discurso e poder do clero.

A crônica se inicia com referência a Maquiavel, o primeiro inscrito na esfera dos “desajustados”:

Segundo as crônicas, a vida de Maquiavel não foi daquelas mais bem governadas pelo bom senso. Dizem por aí que ele gostava de conviver com vagabundos e bebericar pelas tavernas de Florença, malvestido e de algibeira pouco provida de dinheiro. Entretanto, saiu-se um dia dos seus cuidados e julgou-se capaz de dar conselhos aos políticos, para a boa governança dos seus estados. Escreveu o *Príncipe*, que ainda hoje é objeto de meditação e estudo, menos para a generalidade dos homens de governo.”²⁰²

Há poucas informações sobre a vida de Maquiavel que permitam assegurar que os hábitos referidos pelo cronista eram de fato praticados pelo autor de *O príncipe*.²⁰³

²⁰¹ O Duque de Bragança governou Portugal com o nome de D. João IV entre 1640 e 1656. Segundo Magalhães (2005), após o fim da União Ibérica e com a necessidade de reorganizar a coroa portuguesa, Vieira teve um papel central no esforço de legitimação da nova dinastia de Bragança, entremeando ideias messiânicas às regras sucessórias da monarquia para convencer o público de que D. João IV era o único destinado a assumir a coroa. Ao se reportar a essa parte específica do discurso de Vieira, Magalhães se refere tanto a *História do Futuro* (1718), onde de fato encontramos parte do discurso legitimador voltado ao Duque de Bragança, como à coletânea de sermões editada por Lello & Irmãos em 1951, constituída de 15 volumes.

²⁰² A.B.C., 4 jan. 1919, pp.14-15.

²⁰³ Antônio D’Elia (2000, p. 23), apenas se refere ao período de exílio vivido por Maquiavel com sua família numa propriedade em Albergaccio, junto a San Casciano, próximo a Florença, pouco depois do retorno dos Médici ao poder em Florença e da incriminação do autor de *O príncipe* na conspiração do jovem Boscoli (que o levou a ser preso e torturado). Nessa época, em 1513, Maquiavel encontra-se pobre, destituído de suas funções de secretário e inicia a redação de sua obra-prima. Numa das cartas que escreve ao fim desse ano ao amigo Francesco Vettori, relata não apenas a escrita de *O príncipe* como também seus hábitos no exílio, que incluíam passeios pelo bosque a idas a uma estalagem, onde estão “o estalajadeiro e ordinariamente um açougueiro, um moleiro, dois forneiros. Com eles me entretenho toda a tarde, a jogar a cricca, o trique-traque, e depois disto nascem mil discussões e infinitas trocas de palavras injuriosas...” (citado em D’Elia, 2000, p. 26). Fernandes (2010, p. 97, nota 253), na dissertação em que anota as crônicas publicadas em *Bagatelas* (“Procurem a sua Josefina” é uma delas), comenta: “Não foi possível confirmar esse traço biográfico a que Lima se refere, pois, em todas as fontes consultadas, o tecido biográfico se apresenta obscurecido pela análise crítica em torno de seu pensamento político.”

O segundo a figurar entre os “desajustados”, entre os que tiveram uma vida “muito pouco decente e equilibrada” e que mesmo assim deram aos governantes indicações sobre a arte de governar, é Rousseau:

Rousseau foi um deles e até escreveu um tratado geral de ciência política, cujos ensinamentos, sob este ou aquele disfarce, com estas ou outras palavras, perpassam ainda hoje no fraseado das arengas parlamentares e nos sólidos artigos da imprensa política.

É verdade que também Rousseau publicou uma obra sobre a educação das crianças; e este seu livro — *Émile* — provocou de Voltaire a reflexão de que era dever de quem se propunha a tal coisa ser primeiramente bem-educada. Suponho que o patriarca de Ferney se referia ao cidadão de Genebra.²⁰⁴

Entre os “austeros”, o cronista aponta primeiro o teólogo, poeta e escritor François de Salignac de la Mothe-Fénelon (1651-1715), com a obra *Telêmaco*. Composto para a educação do Duque de Borgonha, *Les aventures de Télémaque* (1699) é uma epopeia romanesca em prosa, cujo tema tem origem na *Odisseia*. Por meio de críticas à política do rei de Salento²⁰⁵ (localizada no extremo sul da península itálica), Mentor educa o jovem Telêmaco. Louis XIV, tendo visto na obra de Fénelon uma sátira ao seu regime, exilou o autor.

Segundo entre os “austeros”, o Padre Antônio Vieira é mencionado como autor de conselhos políticos ao Duque de Bragança, que liderou a Restauração portuguesa no século XVII, pondo fim à União Ibérica (1580-1640) e ao domínio de D. Filipe IV (III de Portugal) sobre o território luso. O Duque de Bragança reinaria como D. João IV. (cf. Magalhães, 2005, p. 1).

Depois de apresentar os quatro autores responsáveis por “manuais da arte de governar”, como se traçasse a partir deles uma linha que o conduzisse até o presente, o cronista diz que, diante da idade e da experiência, e depois de ter observado “que os mais diversos homens, tanto de costumes como de importância social” tinham decidido aconselhar governantes, com “verdadeiros manuais da arte de governar”, irá apresentar, em forma resumida, “os preceitos” para “fazer um perfeito governante da nossa terra” que seu obscuro amigo Alamiro Viana²⁰⁶ lhe transmitira “em diferentes épocas e ocasiões”. Lima faz uso de

²⁰⁴ A.B.C., 4 jan. 1919, pp.14-15.

²⁰⁵ Salento é mencionada também em *Numa e a Ninfa* (1956, p. 148).

²⁰⁶ Alamiro parece constituir em parte um anagrama para Lima, enquanto o nome completo também evoca, por semelhança fonética, o de Antônio Vieira, o autor do último dos “manuais” referidos e justamente aquele cujos “conselhos políticos” o cronista admite não ter lido, nem ter capacidade para tal e cuja característica é de ser um “gênio seminacional” que se expressa num “lídimo português”, ou seja, um português *puro, genuíno, autêntico*.

um recurso muito utilizado em outras crônicas (como também em alguns de seus romances), que é o de introduzir uma personagem ou um porta-voz.

O “manual” de Alamiro traça os caminhos para a ascensão política rumo à presidência da República no Brasil, cujo fio condutor e ápice é o *casamento por interesse*. Como “manual”, o texto atribuído a Alamiro constitui ainda uma síntese temática de *Os Bruzundangas*, cuja maior parte fora publicada no mesmo *A.B.C.* ao longo de todo o ano de 1917.

Retomando os procedimentos adotados anteriormente, o cronista inscreve ironicamente o manual de Alamiro tanto na esfera dos “austeros”, pelo fato de este levar “a vida mais honesta que se pode exigir”, como no grupo dos “desajustados”, já que ele “era incapaz de governar o seu colarinho no pescoço ou a gravata no colarinho”, mas se mostrava sempre interessado pelas “cousas de governo”. Enquanto para Maquiavel e Rousseau a medida do desajuste era feita segundo a vida desregrada que teriam levado, aqui o desajuste é rebaixado para a imagem do “governo” do colarinho. Observe-se o deslocamento semântico: a noção de *governar* até então vinha sendo tratada na esfera das decisões políticas e administrativas relativas a Estados amplamente reconhecidos (Suíça, França, Portugal e os principados italianos) e agora, como “governo do colarinho”, associa-se a um detalhe da vestimenta ou a uma preocupação com a aparência. E num horizonte mais amplo, veicula a ideia de que, justamente quem não pode governar a si mesmo, atribui-se a tarefa de orientar o governo dos destinos alheios.

Como “texto dentro do texto”, ou seja, o *manual* tecido dentro da crônica, a parte atribuída a Alamiro ocupa uma porção importante, correspondendo a mais de setenta por cento do corpo do texto, se levarmos em consideração o número de palavras. Na edição original do *A.B.C.*, não há distinção tipográfica nem separação entre esta parte e o restante do texto, o que, ao menos no plano gráfico, mostra total integração entre as duas partes. Na edição de 1956 desta mesma obra (volume IX das *Obras Completas*, páginas 141 a 150), embora não haja distinção quanto ao tamanho da fonte, a parte correspondente ao manual de Alamiro aparece com recuo, diferenciando-a da atribuída ao cronista. A edição de *Toda Crônica* (volume 2) reproduz a diagramação da edição da Brasiliense.

Essa digressão é necessária para confirmar que o texto que Lima Barreto atribui a Alamiro Viana não apenas se filia parodicamente à tradição dos outros “manuais da arte de governar”, como *domina* quantitativamente o texto da crônica. Essas dimensões nos ajudam a compreender o predomínio de uma visão desencantada sobre o fazer político (e o papel da inteligência nas esferas de poder), predomínio este que também se reflete no plano formal.

O início do manual de Alamiro é marcado por uma alusão à obra de Maquiavel, o que já sinaliza que é este o texto tomado como o principal (mas não exclusivo) modelo paródico, já que o manual de Alamiro constitui, na verdade, uma paródia de todas as obras centradas no que Lima denomina “a arte de governar”: “Essencialmente agrícola e democrático como o Brasil, não era possível que eu tivesse em mira organizar com papel, pena e tinta, o modelo do ‘Príncipe Perfeito’ que lhe fosse adequado. Nós não temos “príncipe”; temos presidente da República.”²⁰⁷

Para recuperarmos, ainda que parcialmente (dados os limites desta análise), a dimensão paródica do manual de Alamiro/Lima, precisamos nos remeter à estrutura básica e ao estilo das obras referidas na crônica.

O príncipe apresenta um perfil didático ao orientar como um Estado deveria ser governado. A partir de suas experiências em missões diplomáticas a serviço de Florença e do estudo da Antiguidade, Maquiavel aponta não só as fraquezas, mas também as ações necessárias para fortalecer a Itália, que vive fragmentada em principados e imersa em conflitos internos e externos (entre os quais a França desempenha um papel relevante). D’Elia (2000, pp. 12 e 14) define-o como “um manual de ação” conciso, com uma linguagem despojada de imagens e metáforas, cuja teoria é do “bom senso realístico”.

Para Maquiavel, o príncipe, cujo modelo é César Bórgia (conhecido pela crueldade, violência e ímpeto dominador), deve ser forte e apoiar-se num exército próprio. O desejo de conquista, considerado natural e corriqueiro (Maquiavel, 2000, p. 47), deve ser validado por essa força. Sobressai também da obra a ideia de que o príncipe deve ser temido e respeitado, pois tem ao seu lado a força das armas e das leis. Entre as formas de reger estados conquistados, Maquiavel elenca a destruição, a ocupação e o pagamento de tributos. A política é vista sob uma perspectiva pragmática, baseada no êxito das ações concretas e centrada na figura do governante e voltada para a expansão, a permanência e o fortalecimento do Estado e do poder do príncipe.

Dividido em vinte e seis capítulos, *O príncipe* apresenta uma estrutura concisa que consiste na exposição breve dos tipos de Estado (suas conformações, o modo como devem ser conquistados e mantidos), seguida de um exemplo encontrado ou no passado (sobretudo na Antiguidade) e em sua contemporaneidade, a título de ilustração do modelo de Estado

²⁰⁷ “Perguntar-se-me-á se sou príncipe ou legislador, para escrever sobre política. Se eu fosse príncipe ou legislador, não perderia meu tempo em dizer o que é preciso fazer; eu o faria e me calaria.” (ROUSSEAU, 1965, p. 21). No original: “On me demandera si je suis prince ou législateur pour écrire sur la politique ? Je réponds que non, et que c’est pour cela que j’écris sur la politique. Si j’étais prince ou législateur, je ne perdrais pas mon temps à dire ce qu’il faut faire, je le ferais, ou je me tairais.” (Rousseau, 2015, p. 6).

apresentado. Por exemplo, no capítulo V, ao tratar dos Estados conquistados que já possuíam leis próprias, Maquiavel recomenda três maneiras de mantê-los: a primeira é arruiná-los; a segunda é o novo soberano passar a viver nos territórios conquistados e, por último, cobrar tributos e estabelecer uma oligarquia que seja possível controlar.

O caráter conciso e didático domina também o manual de Alamiro, assim como o vocabulário voltado mais para as ações concretas do que para as abstrações (donde também o predomínio do uso de verbos). Outra característica marcante desse *manual paródico* sobre o governo do Brasil está na insistente presença da negativa, elemento que Fantinati (2012, p. 76) aponta como um dos traços satíricos fundamentais. Para alguém se tornar um “perfeito governante da nossa terra”,

Não é de supor que tenha uma grande ilustração nas letras, nas ciências e nas artes. Formado em bacharel ou em qualquer outra cousa, o seu comércio com os livros deve ser pouco a pouco abandonado. Não só porque isto lhe pediria tempo que deve ser mais bem empregado no estudo de cousas eleitorais e no cultivo de relações poderosas e decisivas no lugar em que ele começar sendo juiz, promotor ou médico de aldeia, como também os livros lhe tirariam a energia precisa ou dispersá-la-iam quando é seu dever consagrá-la toda num único propósito: subir.

[...] os gastos na carreira não exigem o manuseio de grandes obras e o comércio de tratadistas em vigor.

O principal e mais fecundo ideal do político é não querer fazer nada de útil aos outros e tratar unicamente de si, da sua fortuna pessoal e da família.

*[...] Tenho observado que é útil ao deputado, no interesse de sua carreira, não procurar fazer figura no início de sua deputação. Deve evitar dar muito na vista e ter opiniões sobre qualquer assunto. O bom deputado não deve ter opinião sobre cousa alguma, para poder ter toda aquela que for do agrado dos chefes.*²⁰⁸

A inserção do “manual” de Alamiro, o “obscuro amigo”, na esteira das referências aos manuais dos outros autores (Maquiavel, Rousseau, Fénelon e Vieira), estabelece com eles uma estranha filiação, estranha porque parece continuar o *rebaixamento sistemático* que vinha sendo construído, rebaixamento este alimentado ao longo do texto por pequenos *ruídos vocabulares* que sinalizam as intenções do cronista. É justamente essa estranha filiação entre o manual do “obscuro amigo” e os manuais legados pela tradição, que começa a dar contornos mais nítidos ao paralelismo construído em relação às demais obras e a traçar o tom paródico do manual. Essa estranha filiação faz sentido na medida em que o manual de Alamiro, como “síntese” da escalada arrivista do político brasileiro, guarda os mesmos méritos e os mesmos defeitos dos grandes manuais legados pela tradição.

²⁰⁸ A.B.C., 4 jan. 1919, pp. 14-15.

Alamiro é o “obscuro amigo”, definido como “incapaz de *governar* seu próprio colarinho” e tem ideias sobre a “arte de governar” o Brasil, mas não as expõe diretamente, necessitando para isso (se considerarmos válido o “jogo das autorias” que Lima Barreto satiricamente promove na crônica) que outra voz transforme essas ideias (a princípio transmitidas *oralmente*) em discurso coerente legado pela *escrita*. Em suma, esse manual rebaixado dedicado ao Brasil tem uma autoria *duvidosa e obscura* fundada na *oralidade* (aproximada, na crônica, da “arenga” e do “fraseado”), diferentemente dos outros, cujos autores foram “sagrados pela posteridade e pelos dicionários biográficos”, ou seja, se inserem numa tradição *escrita* reconhecida e reconhecível. Mas estes, por sua vez, ou tiveram vidas conturbadas e, “segundo a opinião comum”, não condizentes com seus propósitos de orientar a “boa governança dos seus estados” (Maquiavel e Rousseau) ou, como “austeros”, foram integrantes do clero que se permitiram a “liberdade de incutir no espírito dos príncipes normas do bem-governar” (Fénelon e Vieira). Nessa última dupla, a incompatibilidade ou desvio se encontra na estreita ligação entre religião e poder político, aspecto aliás também combatido por Voltaire.

Embora o cronista inscreva claramente os quatro autores referidos numa tradição intelectual específica, que é a das obras que se voltam (como “manuais”) para o direcionamento de algum tipo de poder, ele o faz colocando tais autores e obras, a partir de uma visão desencantada dessa mesma tradição, no âmbito do duvidoso, a julgar por expressões, que, se por um lado parecem validar discursivamente o “argumento de autoridade”, por outro o relegam ao plano do incerto, do “ouvir falar”, ou ainda, ao plano de uma tradição diluída no senso comum: “Segundo as crônicas”; “dizem por aí”; “sagrados pela posteridade e pelos dicionários biográficos”; “é verdade que...”; “suponho”; “pessoas autorizadas dizem que...” “Há mesmo quem vá além e afirme...” Por fim, tais expressões são utilizadas também numa visada paródica, pois constituem fórmulas comumente utilizadas para estabelecer um “argumento de autoridade” no discurso.

A referência a Rousseau ocorre também numa perspectiva de rebaixamento na medida em que *Du contrat social* (1762) aparece mencionado apenas como “um tratado geral de ciência política”, de forma bastante genérica.

Tiphaine Samoyault, ao retomar a “memória das obras” (uma expressão de Judith Schlanger) trata desse espaço instável “onde o esquecimento, a lembrança fugaz, a recuperação repentina, o apagamento temporário atuam plenamente” (2008, p. 68). Embora no caso da crônica em questão seja possível pensar nessas dimensões ou em termos ligados à instabilidade e ao incerto como territórios pantanosos da memória, o fato é que nosso cronista

intencionalmente veicula uma espécie de “memória apagada” do legado rousseauiano (de maneira distinta, por exemplo, ao procedimento realizado em “Da minha cela”) para mostrar que o “ideal de vigor, de violência, de força, de coragem calculada” (Barreto, 1956, v. 4, p. 134), que seria o de Gonzaga de Sá inspirado nas obras do genebrino (e misturado aos de Nietzsche) ficou reduzido, na visão desencantada do cronista, ao uso ornamental, esvaziado de sentido, ou mesmo superficial pelas autoridades brasileiras, pois os ensinamentos do *Contrat Social*, onde são definidas as origens do pacto social, das diversas instâncias e conformações do poder, bem como das noções de liberdade e igualdade), *sobrevivem disfarçados ou deslocados* (“sob este ou aquele disfarce, com estas ou outras palavras”) e constituem o “fraseado das *arengas parlamentares*” e dos “*sólidos artigos da imprensa periódica*”.

Depois de definir os princípios pelos quais se origina e se sustenta o pacto social (como estado civil, soberania, vontade geral, etc.), Rousseau estabelece:

[...] somente a vontade geral tem possibilidade de dirigir as forças do Estado, segundo o fim de sua instituição, isto é, *o bem comum*; pois, se a oposição dos interesses particulares tornou necessário o estabelecimento das sociedades, foi a conciliação desses mesmos interesses que a tornou possível. Eis o que há de comum nesses diferentes interesses fornecedores do laço social; e se não houvesse algum ponto em torno do qual todos os interesses se harmonizam, sociedade nenhuma poderia existir. Ora, é unicamente à base desse interesse comum que a sociedade deve ser organizada (Rousseau, 1965, p. 38).²⁰⁹

O manual de Alamiro, pelo contrário, preconiza a atuação política com base no interesse privado. O objetivo do político brasileiro deve ser a ascensão na carreira e o ápice dessa escalada é o casamento com uma “Josefina”. No grande e desalentado diálogo paródico com a tradição (tecido pelo fio do discurso tornado vazio ou esvaziado de sentido), a esposa de Napoleão e o próprio imperador francês, deformados não em seus traços físicos mas *comportamentais*, funcionam como uma espécie de modelos caricaturais históricos cuja construção visa, nas palavras de Figueiredo (1995, p. 13), “apontar as contradições e enfatizar as práticas absurdas do cotidiano.”

²⁰⁹ [...] La volonté générale peut seule diriger les forces de l'État selon la fin de son institution, qui est le bien commun: car si l'opposition des intérêts particuliers a rendu nécessaire l'établissement des sociétés, c'est l'accord de ces mêmes intérêts qui l'a rendu possible. C'est ce qu'il y a de commun dans ces différents intérêts qui forme le lien social, et s'il n'y avait pas quelque point dans lequel tous les intérêts s'accordent, nulle société ne saurait exister. Or, c'est uniquement sur cet intérêt commun que la société doit être gouvernée (Rousseau, 2015, p. 31)

Se *Du contrat social* aparece mencionado de forma indireta, a referência ao *Emile*, por sua vez, surge ligada à relação conflituosa com Voltaire, que suscitou diversas polêmicas e foi, segundo Outeirinho (1993) motivação para várias das obras criadas por ambos. Segundo Matos (1994, *on line*) *L'ingénu* constitui uma resposta literária de Voltaire ao conceito do “bom selvagem” de Rousseau.

Paiva (2007) chega a cogitar se o *Émile*, ao tratar da formação do homem pelo recurso à ficcionalização e a partir de perspectivas que se contrapunham a muitos preceitos do século XVIII, não teria também o propósito de satirizar os costumes e crenças. Se há algum pendor satírico nesta obra de Rousseau, a verdade é que o propósito da “educação negativa”²¹⁰ e a preocupação com a formação completa a partir das potencialidades naturais do homem não permitem enxergar senão uma configuração contrapositiva (nos moldes da sátira) muito tênue ou subterrânea, em que pese, para efeito de análise, o “tripé” definido por Gerth (1977) e Frye (2014) e composto pelas condições para que exista uma sátira: o *ataque agressivo*, a *norma* e a *forma indireta*.

Se o *Contrat social* se volta para a própria constituição da sociedade, sendo, por isso, mais político, *Emile*, por sua vez, abarca as muitas dimensões da formação humana, num plano *pedagógico* ou *instrutivo*. Pela primeira vez, o indivíduo em formação, em seu estágio infantil e juvenil, é visto como ente separado do universo adulto. A infância, com Rousseau, passa a ser analisada como um período próprio, com suas especificidades, condições e exigências:

A natureza quer que as crianças sejam crianças antes de serem homens. Se quisermos perverter essa ordem, produziremos frutos temporões, que não estarão maduros e nem terão sabor, e não tardarão em se corromper; teremos jovens doutores e velhas crianças. A infância tem maneiras de ver, de pensar e de sentir que lhe são próprias; nada é menos sensato do que querer substituir essas maneiras pelas nossas, e para mim seria a mesma coisa exigir que uma criança tivesse cinco pés de altura e que tivesse juízo aos dez anos (Rousseau, 1999, pp. 86).²¹¹

²¹⁰ A educação negativa pode ser sintetizada nesta passagem de *Emile*: “Portanto, a primeira educação deve ser puramente negativa. Consiste, *não em ensinar a virtude ou a verdade*, mas em proteger o coração contra o vício e o espírito contra o erro. Se pudésseis nada fazer e nada deixar que fizessem, se pudésseis levar vosso aluno são e robusto até a idade de doze anos sem que ele soubesse distinguir a mão esquerda da direita, desde vossas primeiras lições os olhos de seu entendimento se abririam para a razão; *sem preconceitos, sem hábitos*, ele nada teria em si que pudesse obstar o efeito de vossos trabalhos. Logo se tornaria em vossas mãos o mais sábio dos homens, e começando por nada fazer, teríeis feito um prodígio de educação (Rousseau, 1999, p. 91).

²¹¹ La nature veut que les enfants soient enfants avant que d'être hommes. Si nous voulons pervertir cet ordre, nous produirons des fruits précoces, qui n'auront ni maturité ni saveur, et ne tarderont pas à se corrompre; nous aurons de jeunes docteurs et de vieux enfants. L'enfance a des manières de voir, de penser, de sentir, qui lui sont propres ; rien n'est moins sensé que d'y vouloir substituer les nôtres ; et j'aimerais autant exiger qu'un enfant eût cinq pieds de haut, que du jugement à dix ans (Rousseau, 2012, p. 114).

Emile possui em sua maior parte um caráter narrativo porque Rousseau, para veicular suas concepções e dar-lhes um modelo, assume para si a função de preceptor de um menino órfão, um “aluno imaginário”, cujo nome dá título à obra, e encarrega-se de sua “educação negativa”, a qual, sob seus cuidados, vai do início da vida²¹² até os vinte e cinco anos:

Assim, tomei o partido de tomar um aluno imaginário, de supor em mim a idade, a saúde, os conhecimentos e todos os talentos convenientes para trabalhar em sua educação e conduzi-la desde o momento do seu nascimento até que, já homem, não mais precise que outro guia que não ele mesmo (Rousseau, 1999, p. 28).²¹³

A concepção rousseauiana de educação está ligada não apenas ao contato direto com os elementos naturais, mas também à liberdade de movimento, à autonomia de ação, à observação empírica como motor da aprendizagem, à supressão do sofrimento e à valorização do presente como *tempo efetivamente vivido*, em quase tudo se contrapondo aos modelos ou referências educacionais que tinham sendo adotadas desde a Antiguidade:

Que devemos pensar, então, dessa educação bárbara que sacrifica o presente por um futuro incerto, que prende uma criança a correntes de todo tipo e começa por torná-la miserável, para lhe proporcionar mais tarde não sei que pretensa felicidade de que provavelmente não gozará jamais? Mesmo que eu considerasse razoável essa educação por seu fim, como encarar sem indignação essas pobres infelizes submetidas a um jugo insuportável e condenadas a trabalhos contínuos como os galeotes, sem ter certeza de que tantos trabalhos algum dia lhes serão úteis? A idade da alegria passa-se em meio a prantos, a castigos, a ameaças, à escravidão. Atormenta-se a infeliz para seu próprio bem e não se vê a morte que a chama e vai apanhá-la no meio dessa triste condição (Rousseau, 1999, p. 68).²¹⁴

²¹² Rousseau afirma que “a educação começa junto com a vida” (1999, pp. 43-44).

²¹³ J’ai donc pris le parti de me donner un élève imaginaire, de me supposer l’âge, la santé, les connaissances et tous les talents convenables pour travailler à son éducation, de la conduire depuis le moment de sa naissance jusqu’à celui où, devenu homme fait, il n’aura plus besoin d’autre guide que lui-même (Rousseau, 2012, p. 36).

²¹⁴ Que faut-il donc penser de cette éducation barbare qui sacrifie le présent à un avenir incertain, qui charge un enfant de chaînes de toute espèce, et commence par le rendre misérable, pour lui préparer au loin je ne sais quel prétendu bonheur dont il est à croire qu’il ne jouira jamais? Quand je supposerais cette éducation raisonnable dans son objet, comment voir sans indignation de pauvres infortunés soumis à un joug insupportable et condamnés à des travaux continuels comme des galériens, sans être assuré que tant de soins leur seront jamais utiles! L’âge de la gaieté se passe au milieu des pleurs, des châtements, des menaces, de l’esclavage. On tourmente le malheureux pour son bien; et l’on ne voit pas la mort qu’on appelle, et qui va le saisir au milieu de ce triste appareil (Rousseau, 2012, p. 90).

Em conformidade com o andamento apresentado acima, de menção indireta ou relativizada das obras de Voltaire e Rousseau pautada na polêmica existente entre os dois pensadores, as expressões “patriarca de Ferney” e “cidadão de Genebra” também apresentam um aspecto da desvalorização, na medida em retomam os dois filósofos a partir de seus epítetos popularizados. Também não se pode ignorar um possível reforço da disparidade dado pela menção a “patriarca” e “cidadão”.

A arte de governar, dessa forma, aparece corrompida, reduzindo-se, no plano da oralidade, a simples discurso cansativo, fastidioso, mexerico ou trama para enredar (eis alguns dos sentidos de “arenga”) e, no plano da escrita, a “sólidos artigos” da imprensa periódica.

3.5 “Mágoa que rala”

O sucesso de Rousseau entre a alta fidalguia do seu tempo foi um estranho acontecimento que hoje surpreende a todos nós, tanto mais que não se passa uma geração e vem ele a ser amaldiçoado pelos filhos e netos dos que o festejaram, como sendo um dos autores do 89 e do rubro 93.

Antes disso foi ele o *enfant gâté* da grande nobreza e da grande burguesia que àquela se assemelhava nos gestos, nos gostos, nos vestuários, em tudo, enfim, até no modo de assinar o nome.

Depois dos seus primeiros sucessos musicais e literários, mesmo antes com a sua mãe-amante, Madame de Warens, Jean-Jacques foi o mimo, o autor predileto da alta nobreza e da grande burguesia, que esperavam a guilhotina da Grande Revolução lendo as suas declamações e objurgatórias contra a civilização. Sempre lido por elas, sempre por elas agraciado e socorrido, ambas sorveram com lágrimas nos olhos as palavras do genebrino, cujas obras deviam inspirar e sustentar o ânimo do sumo pontífice da guilhotina — Robespierre. [...]

Dom João VI devia tê-lo lido e, sendo desgraçado três vezes, como filho, como marido e como rei, havia de encontrar a sua alma bem aberta para lhe receber as lições e compreender de modo mais amplo a natureza, de modo a ser solicitado para um convívio mais íntimo com as árvores, com os regatos, com as cascatas, fossem elas civilizadas, bárbaras ou selvagens (Barreto, 2010, p. 231-232).

Um crime ocorre no Jardim Botânico. Uma jovem alemã é encontrada morta numa moita e, em pouco tempo, aparece um rapaz confessando-se autor do assassinato. Diversos depoimentos são tomados e o processo segue seu curso. Embora este seja, em linhas bem gerais, o enredo do conto “Mágoa que rala”, é possível perceber que esta narrativa vai muito além das noções de crime e culpa e da contestação das noções lombrosianas sobre a delinquência inata.

Publicado originalmente em dois números sucessivos da *Revista do Brasil* (dezembro de 1919 e janeiro de 1920), o conto seria mais tarde (em dezembro) lançado com outros textos do mesmo gênero em *Histórias e sonhos*, único livro de narrativas curtas

publicado em vida por Lima Barreto. Oakley (2011, p. 186) afirma que a maioria dos contos dessa coletânea foi escrita a partir de 1915, depois de o escritor ter publicado uma série de sete contos como apêndice da primeira edição de *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1916). No período imediatamente posterior ao fim da Primeira Guerra Mundial, Lima dedica-se a “arrumar sua casa literária” (Oakley, 2011, p. 185), com a organização de escritos que seriam publicados nos anos seguintes, como o romance *Vida e morte de M.J.Gonzaga de Sá* (publicado em São Paulo em 1919 pela editora de Monteiro Lobato), os contos de *Histórias e sonhos* (publicação em 1920), *Bruzundangas* (1923), a partir dos textos publicados majoritariamente no *A.B.C.*

“Mágoa que rala” encontra-se dividido em duas partes, que correspondem exatamente à divisão feita para a publicação nas páginas da *Revista do Brasil*, à época dirigida por Monteiro Lobato. A primeira parte é quase toda dedicada à figura histórica de Dom João VI. Na verdade, o resgate da imagem do monarca constitui parte de um esforço para fazer um itinerário geográfico, social e afetivo pelo Rio de Janeiro antigo, cujo ponto de chegada é o Jardim Botânico, espaço idealizado por Dom João, depois relativamente esquecido (para o narrador) e finalmente trazido outra vez à tona pela imprensa, devido ao crime, numa evidente ruptura no percurso. Referido no final da primeira parte, o tema do assassinato ocupará o centro do enredo na segunda parte. De modo que, nessa configuração, a primeira parte apresenta-se mais descritiva, ao passo que a segunda concentra a porção propriamente narrativa do conto, procedimento aliás encontrado em outros textos limabarretianos.

No conto “O moleque” (também publicado em *Histórias e sonhos*), o narrador, depois de se referir à *Geografia universal* de Reclus²¹⁵, retoma os topônimos tupis do Rio (Niterói, Guanabara, Inhaúma), tomando-os como os “documentos mais antigos que ela [a cidade] possui das vidas que aqui floresceram e morreram”, em protesto contra a banalização dos nomes dos acidentes geográficos, que em sua época eram sistematicamente trocados, perdendo sua eloquência indígena original “para traduzir a forma ou o encanto dos lugares e davam lugar “a nomes banais de fígurões ainda mais banais”, com o agravante de que as novas denominações não durariam tanto (Barreto, 2010, pp. 141-142). O ponto ao qual queremos chegar é que, assim como em “Mágoa que rala”, o narrador de “O moleque” faz, antes de introduzir propriamente a narrativa, uma espécie de *tour* afetivo pela memória,

²¹⁵ Élisée Reclus (1830-1905), geógrafo francês e militante anarquista que defendia a mediação da natureza no processo educativo. Produziu uma vasta obra em sua área e no campo literário. Afirmava que a História e a Geografia tinham as mesmas preocupações, pois “vista de cima, em sua relação com os homens, a Geografia não é outra coisa do que a História no espaço, ao mesmo tempo que a História é a Geografia no tempo” (Reclus, 1905, *apud* Rech, 2015, p. 81).

mesclando, nesse processo, as suas próprias lembranças e visões da cidade àquilo que foi legado pela memória coletiva, batendo-se sempre contra os processos (muitos deles sutis) de apagamento, pelas instâncias oficiais ou hegemônicas, das existências pretéritas e contemporâneas que, convivendo desigualmente no espaço e no tempo, participaram de forma ativa da ocupação e formação dos espaços urbanos, sobretudo as populações negras e indígenas. Vale lembrar que esse percurso recorrente pela memória, na obra limabarretiana, é um dos fatores mais relevantes para a instauração da *biblioteca* a qual Samoyault (2008) se refere. Tal é o caso de Reclus em “O moleque” e de Rousseau em “Mágoa que rala”.

Dom João VI é retratado pelo narrador como o único chefe de Estado do Brasil a amar verdadeiramente o Rio de Janeiro (antiga capital) e a interessar-se de fato pelas paisagens e pela população, enquanto seus predecessores (vice-reis e governadores-gerais), como membros de uma burocracia colonial, são apontados como verdadeiros “fidalgos avariados” com os olhos voltados para Portugal (“que parecia um jardim feito para o homem”), e que poderiam até duvidar da humanidade dos habitantes locais, considerando-os “um pouco mais que animais, eram uns negros à toa” e se aborrecerem com os elementos naturais em tudo diversos do país europeu.

Além desse fator de distanciamento, que prejudicava uma visão mais acurada sobre o país e mesmo uma relação mais genuína com a população e o espaço, o narrador aponta ainda o papel danoso dos “nossos poetas mais velhos”, que, deixando-se envolver pela retórica e pela poética didática de escolas (e aqui trata-se claramente de uma crítica ao Arcadismo), cheias de lugares-comuns e paisagens de poetas latinos, constituindo uma “diluição já tão exaustiva”, não eram capazes de compreender a alma, o *subtractum* dos elementos naturais brasileiros. Se essa era a limitação de poetas, argumenta, o que se poderia esperar de simples funcionários a serviço da corte portuguesa?

Lima Barreto opera em “Mágoa que rala” uma desconstrução maciça de crenças e práticas enraizadas, insurgindo-se contra a imagem oficial do monarca Dom João VI. Para isso, longe de se apegar a simples “argumentos de autoridade” da cultura livresca, vai buscar na memória popular a permanência da figura do monarca, como se fosse possível rastrear a presença de Dom João e torná-la viva ou restituir-lhe plenamente a imagem que ainda pulsava na memória da população (“a gente humilde de tais lugarejos”) sobre o “rei bondoso e bonachão”. É importante ressaltar que o escritor assim se refere à figura do monarca: “o seu nome é pronunciado”, aludindo à sobrevivência pela oralidade²¹⁶, de forma semelhante ao que

²¹⁶ Aqui a “sobrevivência pela oralidade” é vista como positiva, diferentemente do que é veiculado em “Procurem a sua Josefina”, onde a sobrevivência oral (de autores, de ideias, etc.) está ligada ao falseamento da

ocorre em *Gonzaga de Sá*, quando o velho funcionário da Secretaria dos Cultos é definido por Augusto Machado como alguém que “fazia história oral” (Barreto, 1956, v. 4, p. 64).

Dom João VI é definido inicialmente nesses termos (“rei bondoso e bonachão”), para depois ser descrito como “nobre de alta linhagem e príncipe do século de Rousseau”

Os nomes de personagens em Lima Barreto são muito carregados de sentido²¹⁷ e por isso contribuem para a compreensão do tecido narrativo. No caso do protagonista de “Mágoa que rala”, o sobrenome Orestes faz referência à figura mitológica, presente na *Odisseia*. Orestes era filho de Clitemnestra e Agamênom, rei de Micenas, comandante-chefe dos gregos na guerra de Troia. Quando retorna do conflito, Agamênom é assassinado por Clitemnestra com a ajuda do amante Egisto. Ao tornar-se adulto, Orestes segue a determinação dos deuses e vinga-se eliminando a ambos, porém, perseguido pela culpa, perambula sem descanso por diversos lugares, até ser absolvido pelo voto de Minerva.

O tom memorialista do conto é subitamente interrompido pela referência à divulgação, na primeira páginas dos jornais, do encontro de um cadáver no Jardim Botânico. Ressaltando o enfoque sensacionalista dado ao acontecimento, o narrador diz tratar-se de uma “longa notícia, entremeada de gravuras macabras e fisionomias satisfeitas de policiais em diligência” (p. 235), com títulos numerosos e subtítulos chamativos. Colaborava para aumentar essa atmosfera o fato de um punhal com uma inscrição em espanhol (“Soy yo!”) ter sido encontrado junto ao corpo da jovem.

A ruptura do tom evocativo torna-se mais explícita na seguinte passagem:

De súbito e de forma tão tétrica, foi arrancada do esquecimento a lembrança do velho jardim real; e ele surgiu a todos da cidade com uma auréola de martírio, feita da ingratidão de toda uma população a cujos pais e avós, sem nada lhes pedir, ele soubera dar tantos instantes de alegria e amor (Barreto, 2010, p. 236).

A partir daqui, torna-se patente a construção da narrativa pelo contraste com o que (e como) noticiam os jornais. Se o narrador deseja, por um lado, traçar um itinerário do Rio antigo e evocar formas de sociabilidade e relações urbanas ligadas à monarquia, como um cronista que é, por outro o tratamento dado pelos periódicos interfere grandemente na perspectiva.

realidade e à retórica utilitarista e ornamental utilizada pelas instâncias discursivas detentoras do poder político e econômico.

²¹⁷ Ver, por exemplo, as considerações sobre o nome de Policarpo Quaresma feitas por Silviano Santiago.

Voltando nossa atenção para a primeira parte do conto, onde se encontra a referência a Rousseau, o narrador comenta:

Dom João vi devia tê-lo lido [Rousseau] e, sendo desgraçado três vezes, como filho, como marido e como rei, havia de encontrar a sua alma bem aberta para lhe receber as lições e compreender de modo mais amplo a natureza, de modo a ser solicitado para um convívio mais íntimo com as árvores, com os regatos, com as cascatas, fossem elas civilizadas, bárbaras ou selvagens.

Fugindo do seu reino, trazendo consigo a mãe louca, que pedia, ao embarcar em Lisboa, andassem mais devagar, para não parecer que fugiam; obrigado pelo seu nascimento e as condições particulares do seu estado, a suportar uma mulher que perdera toda a conveniência, todo o pudor e todo o respeito a si própria, nos seus desregramentos sexuais — o pobre rei, gordo, glutão, tido como estúpido, desconfiado da sua paternidade oficial, só encontrava na música e nos aspectos naturais derivativos para a sua muito humana necessidade de efusões sentimentais.

Na sua vida de grandes mágoas e profundas dores, o seu desembarque no Rio com certeza foi para a sua alma uma aleluia. A augusta beleza do cenário natural, a sua originalidade imprevista e grandiosa — sem atingir o incompreensível do desmedido e do colossal, a efusão filial de toda uma bizarra população de brancos, índios, negros e mulatos, quase toda a chorar, provocaram muito naturalmente a simpatia, fizeram-lhe logo brotar no coração uma grande afeição pelo lugar, animaram-no novamente a viver, sentir-se rei de fato — Rei — o chefe aceito voluntariamente, como pai e senhor, por todos aqueles súditos longínquos que o viam pela primeira vez (Barreto, 2010, p. 232).

O retrato humano do “simplório rei erisipeloso e gordo” (cuja construção deve muito à leitura que o autor de *Numa e a ninfa* fez da obra *Dom João VI no Brasil*, de Oliveira Lima, publicada em dois volumes em 1908²¹⁸), embora coloque em paralelo as vidas do monarca e a do jovem Lourenço da Mota Orestes, apresenta em relação à segunda parte um nítido contraste, devido principalmente ao fato de que, pela via da memória, constróem-se dois retratos distintos do Rio de Janeiro, sendo que o primeiro gravita em torno da figura decaída e tocante do monarca, enquanto o segundo é “costurado” pela trajetória sinuosa de Lourenço. É o Jardim Botânico, no entanto, lembrado no espaço e no tempo, que une as duas pontas e que, de certa forma, é o ponto de chegada de várias trajetórias²¹⁹, não apenas de

²¹⁸ O interesse de Lima Barreto por Dom João VI aparece já nas anotações que compõem o seu *Diário íntimo*. Num dos registros de 1904, o escritor delineia o plano de uma monografia sobre o regente, motivado certamente pelo concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cujo tema eram memórias históricas sobre o Reinado de Dom João VI. Em carta ao amigo Antônio Noronha Santos (de 11 de junho de 1904), Lima, após ter visto a notícia sobre o concurso no *Correio da Manhã*, propõe que escrevam juntos o trabalho.

²¹⁹ Nesse sentido, é significativa a evocação, por Lima Barreto, de um dado histórico importante: era diante do portão do Jardim Botânico que partia a primeira linha de bondes construída no Rio de Janeiro. Sobre esse tema, é interessante consultar o trabalho de Elisabeth von der Weid. Em seu artigo “O bonde como elemento de expansão urbana no Rio de Janeiro”, a pesquisadora trata das mudanças promovidas pela introdução do

Dom João VI, mas também da jovem alemã assassinada e do próprio jovem que, a exemplo do Orestes da mitologia, “perambula” consumido pela culpa, pela “mágoa que rala”.

Diante disso, é possível dizer que o conto se estrutura sobre múltiplos deslocamentos que se encontram e se interpenetram: o deslocamento da família real da metrópole europeia, sob a pressão das guerras napoleônicas, para as terras brasileiras (para constituir uma “improvisada capital ultramarina”); o deslocamento histórico operado em relação à própria figura e à obra de Rousseau, que, antes da Revolução Francesa foi o “*enfant gâté*”²²⁰ da grande nobreza e da grande burguesia que àquela se assemelhava nos gestos, nos gostos, nos vestuários, em tudo” para depois, por gerações, ser “amaldiçoado pelos filhos e netos dos que o festejaram, como sendo um dos autores do 89 e do rubro 93” (Barreto, 2010, p. 231). Há ainda o deslocamento dos eixos de urbanização, transporte e sociabilidade do Rio de Janeiro e, no plano ficcional, os deslocamentos de Lourenço por um Rio, na visão do contista, já fragmentado e distanciando-se a passos largos da cidade encontrada pelo monarca português no início do século XIX. Nessa interpenetração de deslocamentos é que a figura de Rousseau é evocada.

Considerando o momento histórico em que vive como ameaçador, tanto do ponto de vista das instituições republicanas, como da perspectiva dos grupos sociais privilegiados, o satirista Lima Barreto se volta para um conjunto de normas pretéritas que, para ele, representavam formas de sociabilidade e de vínculos mais duradouros. Essas normas estão associadas muitas vezes ao Império²²¹, mas também à figura de Dom João VI, que foi recebido no Rio com “carinho filial”.

Recuperando a presença do monarca e associando a ela uma “nobreza da terra”, o contista situa, com certo desalento, o contraste entre o período evocado e a burguesia de seu presente inquietante:

Encarando a burguesia atual de todo gênero, os recursos e privilégios de que dispõe, como sendo unicamente meios de alcançar fáceis prazeres e baixas satisfações pessoais, e não se compenetrando ela de ter, para com os outros, deveres de todas as espécies, falseia a sua missão e provoca a sua morte. Não precisará de guilhotina... (Barreto, 2010, p. 234).

transporte sobre trilhos e reforça que “a forma como se deu esse processo levou a uma nova estruturação social na divisão do espaço da capital” (1997, p. 2).

²²⁰ A expressão significa “menino mimado”.

²²¹ Na crônica “A política republicana” (A.B.C., 26 out. 1918, p. 12), o escritor registra: “no império, apesar de tudo, [...] tinha alguma grandeza e beleza. As fórmulas era mais ou menos respeitadas; os homens tinham elevação moral e mesmo, em alguns, havia desinteresse.”

Nesse movimento de trazer normas pretéritas por meio da evocação de Dom João, Rousseau constitui também uma espécie de conjunto de normas positivamente evocado por representar uma “volta à natureza” diante de um cenário em que, para Lima, o Rio parece ter se perdido de si mesmo, não só por sua população ter esquecido locais como o Jardim Botânico, mas também pelo fato de a expansão da cidade, a princípio calma e equilibrada, ter-se acentuado muito entre o fim do século XIX e o início do século XX. Ainda, um elemento constituinte da motivação dessas retomadas é a rememoração e valorização dos subúrbios num momento em que o crescimento desenfreado vai deixando “os lindos recantos do Rio de Janeiro abandonados aos carvoeiros ferozes que, afinal, saem dela mesma” (Barreto, 2010, p. 234).

Ao apontar para os benefícios dos ares do campo para as crianças em *Emile ou de l'éducation*, Rousseau volta-se contra a vida urbana:

Os homens não são feitos para serem amontoados em formigueiros, mas para se espalharem pela terra que devem cultivar. Quanto mais se reúnem, mais se corrompem. As doenças do corpo, assim como os vícios da alma, são o efeito infalível dessa associação muito numerosa. De todos os animais, o homem é aquele que menos pode viver em rebanho. Homens reunidos como carneiros morreriam todos em pouquíssimo tempo. O hálito do homem é mortal para seus semelhantes; isto não é menos verdadeiro no sentido próprio do que no figurado.

As cidades são o abismo da espécie humana. Ao cabo de algumas gerações, as raças morrem ou degeneram. É preciso renová-las, e é sempre o campo que traz essa renovação (Rousseau, 1999, p. 41).²²²

A concepção rousseauiana se faz presente em toda a primeira parte do conto, e sempre por intermédio do contato de Dom João VI com as especificidades ambientais do Brasil:

Podia ele, perfeitamente, amar o passaredo alegre na plumagem e triste no canto, a gravidade alpestre de cenários severos, os morros cobertos de árvores de insondável verde-escuro, que descem pelas encostas amarradas umas às outras, pelos cipós e trepadeiras, até o mar fosco que muge ao sopé deles (Barreto, 2010, p. 231).

²²² Les hommes ne sont point faits pour être entassés en fourmilières, mais épars sur la terre qu'ils doivent cultiver. Plus ils se rassemblent, plus ils se corrompent. Les infirmités du corps, ainsi que les vices de l'âme, sont l'infailible effet de ce concours trop nombreux. L'homme est de tous les animaux celui qui peut le moins vivre en troupeaux. Des hommes entassés comme des moutons périraient tous en très peu de temps. L'haleine de l'homme est mortelle à ses semblables: cela n'est pas moins vrai au propre qu'au figuré.

Les villes sont le gouffre de l'espèce humaine. Au bout de quelques générations les races périssent ou dégénèrent; il faut les renouveler, et c'est toujours la campagne qui fournit à ce renouvellement (Rousseau, 2012, p. 54).

Ao evocar o autor do *Emile*, ligando-o a Dom João VI, o autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma* empreende uma intensa *promenade* pela memória, contrapondo o apego do soberano que, em solo brasileiro, pôde finalmente se sentir “Rei – o chefe aceito voluntariamente” à realidade de que era contemporâneo, marcada por apagamentos diversos, intensa urbanização e mudanças nas formas de sociabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização de estratégias discursivas que visam conduzir os leitores para um processo de conhecimento da realidade aparece, em Lima Barreto, sob diversas formas, sendo a sátira a que exerce verdadeira dominância, aparecendo abertamente ou camuflada nos mais diversos gêneros praticados pelo autor de *Clara dos Anjos*.

Ao ver como nosso autor se recorda das produções de dois filósofos do século XVIII e, com isso, instaura sua *biblioteca*, sólida e ao mesmo tempo sujeita aos apagamentos, invasões, desvios e supressões como aquela de Alexandria, que é a síntese (e parece ser o fim) de toda biblioteca (metafórica ou não), poderíamos ser tentados a acreditar que, lançadas nas “areias” da crônica, deste gênero que lida com o impermanente, com a contingência, com o miúdo e o fragmentário, a filosofia de Voltaire e Rousseau sofreria algum tipo de rebaixamento ou diluição. Principalmente se nos deixássemos levar por um tipo de naturalização de uma pretensa elevação hierárquica desses dois grandes nomes a partir de seu universo de criação localizado nos centros europeus. Mas o que se verifica, quando acompanhamos nosso *huron* inquieto, que vai de uma parte a outra, dialogando com filósofos e com cronistas sociais, combatendo pequenos e grandes tiranos (Aurelino Leal, Pinheiro Machado, Hermes da Fonseca, Barão do Rio Branco, entre tantos outros) e rindo “gostosamente” do pavor que o “Olimpo governamental” sentiu com um levante de trabalhadores, é que Lima Barreto, escritor negro nascido pouco mais de cem anos após a morte do francês e do genebrino, lançou mão da filosofia combativa do autor de *Candide* e do autor de *Emile* como armas para sua escrita militante. E, fazendo isso, atualizou-os, trouxe-os não apenas para perto de si (como fez com os volumes da sua *Limana* para sempre perdida na forma material mas perene pelo inventário e pelas evocações que fez de seu acervo), mas também para perto de seu público, deste público tão diverso (e tão necessário) como o formado por aqueles e aquelas que liam a *Careta*, o *A.B.C.*, a *Revista do Brasil* e tantas outras nas quais lançou seus escritos.

A homenagem à tradição da sátira é evidente na criação do pseudônimo Ingênuo por Lima Barreto. Quer faça referência direta ou não ao personagem voltairiano, o fato é que os temas escolhidos pelo cronista e a forma discursiva como são tratados evocam o tratamento crítico dado a crenças e hábitos pelo indígena Huron e instauram, por jogos semânticos ou estabelecimento de relações dissonantes (como os banhos de mar em automóvel na crônica “Por que será?”), um verdadeiro “teatro de operações” que procura desvelar intenções, desconstruir ideias cristalizadas, desnaturalizar práticas escusas há muito tempo estabelecidas

no fazer político e na vida cotidiana brasileira e pôr a descoberto toda uma retórica falaciosa cultivada pelas instâncias hegemônicas de poder.

Assim, na crônica “Por que será?”, vimos que os jogos com pseudônimos (Paulo de Gardênia, Jasmim do Cabo, baronesa de Staffe, Huron, Voltaire, etc.) constituem camadas de sentido que contribuem para reforçar a ideia de que a criação de um balneário por um clube de automóveis não só está *fora de lugar* como oculta, sob o discurso do benefício público, uma série de interesses particulares. Todos esses elementos se unem para expor, pelo rebaixamento satírico, uma realidade contraditória: num cenário marcado por crise econômica e conflitos, um grupo ligado a automóveis planeja construir um balneário. A disparidade inicial entre os dois elementos de natureza distinta (mar e veículos), portanto, é utilizada como “mecanismo disparador” dos demais signos da contradição, instaurando a estranheza e a comicidade.

Já em “Que governo!”, o princípio satírico da contração de mundo (Fantinati, 2012) é utilizado para fazer uma síntese da política brasileira nas décadas iniciais do século XX. Rememorando as confusões na política do Amazonas (“terra dos espantos e das surpresas”) criadas pelos filhos do governador Pedrosa, Lima Barreto vai buscar no universo infantil uma série de referências para tratar a política como campo onde predomina a irracionalidade. Da mesma forma, o Ingênuo de Voltaire via como incongruentes e bizarras as práticas religiosas católicas, como o batismo e a confissão, sustentadas por um livro (o Novo Testamento) que parecia por demais anacrônico e nada tinha a dizer sobre a realidade concreta.

O uso do diálogo, à semelhança de muitas cenas em *L'ingénu*, também se faz notar em “Um diálogo” e “Por força”, duas crônicas que tematizam a violência de Estado e a “mania do doutor” (respectivamente), assuntos centrais para a motivação do combate satírico por Lima Barreto. Na primeira, o senador Pinheiro Machado, conversando com seu discípulo Anófeles, traz à tona uma série de fatos violentos que mostram a força dos “princípios republicanos” postos em prática pelos poderosos e em tudo diferentes da República sonhada por Lima e por outros intelectuais de seu tempo. Dado o caráter “especular” do discípulo, que apenas “confirma” o que diz seu mestre, esse diálogo nada mais é do que um monólogo, em que a voz de Bastos/Pinheiro Machado apenas exalta, pelo eco do outro, seus próprios “feitos”, como a traição e a condenação dos marinheiros que lutaram pelo fim dos castigos corporais, a asfixia dos revoltosos na ilha das Cobras e os fuzilamentos levados a cabo no navio Satélite.

A tônica de “Por força”, seguindo pelo fio do diálogo, ressalta o caráter ridículo da ambição de um pai “zeloso” que quer fazer o filho doutor. A incapacidade e a ambição de muitos desses membros da “nobreza doutoral” (uma corrupção, na visão limabarretiana, de certos setores das nobrezas precedentes) é tratada de forma muito incisiva, talvez comparável apenas, em seu andamento satírico, ao tratamento do tema dos doutores na poderosa sátira *Os Bruzundangas*. Como muitos pequenos Napoleões que povoam a realidade brasileira nas primeiras décadas da República, pai e filho nesta crônica encenam a *hereditariedade do privilégio*, que faz com que doutores tenham filhos doutores e que estes também queiram ver doutores os seus filhos, numa cadeia de transmissão que é bem um sintoma desse “mundo às avessas” atacado por nosso cronista. A ficcionalização com fim satírico, ou, nas palavras de Frye (2014), o “humor fundado na fantasia” ensina, pelo contraste com a realidade histórica e por meio da “transposição” dessa realidade para o plano ficcional, a verdade defendida pelo satirista e da qual compartilha o público a quem ele se dirige. Lima, “vestindo-se” de Ingênuo, tem como marca dominante o ímpeto questionador que Voltaire imprime a seu Huron, que diz só o que pensa e só faz o que quer, pois não cresceu com os preconceitos e os demais cerceamentos do país por onde circula, a França do século XVII, onde o clero, os ministros e os monarcas são vistos sem reservas em seus defeitos e baixeiras, como representantes corruptos de uma sociedade igualmente corrompida.

Assim como na crônica “Que governo!”, Lima Barreto mergulha outra vez, em “A zanga dos edis”, nos meandros da política, assumindo, ao adentrar no debate, o que Hodgart (1969) define como um compromisso em relação aos problemas do mundo. Volta-se então para a organização política carioca, que, desde a proclamação da República, foi marcada pela confusão entre as atribuições da esfera municipal e da esfera federal, confusão esta que, na antiga Capital Federal, não apenas acirrava os ânimos no centro nervoso do país, mas também a transformava no cenário mais propício para ver, num *microcosmo*, toda a configuração da política nacional, passando pelos desmandos do senador gaúcho Pinheiro Machado até as violências perpetradas pela família Pedrosa no Amazonas. Trazendo consigo uma visão elevada do fazer político, nosso Ingênuo não só brinca com as denominações (Conselho da Mãe do Bispo, edis, etc.), como vai buscar em Vieira Fazenda as referências para um fazer político mais justo, chamando a atenção para o fato de que cartas régias e outros documentos antigos recomendavam que as câmaras fossem compostas pelos “homens bons” da cidade. Nesta crônica, a indignação nasce sobretudo do clima tenso, observado por meio da leitura de jornais, instaurado após a ingerência do prefeito em relação à criação de albergues noturnos na cidade do Rio. A política de real interesse público, neste caso, acaba prejudicada e passa

mesmo a segundo plano diante das divergências entre o legislativo e o executivo do município.

Se o posicionamento de Lima Barreto em relação a Voltaire é de evidente admiração e homenagem à tradição da sátira (Corrêa, 2016), a ponto de o escritor ter assinado crônicas sob o pseudônimo Ingênuo, a relação com a obra de Rousseau se dá numa perspectiva distinta. A instauração da biblioteca, ou seja, o acionamento da memória da leitura (nos termos de Samoyault) ocorre sempre que a questão do discurso se torna relevante. Ou seja, quando estão em jogo concepções cristalizadas ou hegemônicas que se manifestam sobretudo pelos veículos da imprensa e por outras instâncias de poder, como a esfera das decisões políticas, onde o satírico pode de fato adentrar o debate público e promover mudanças (Hodgart, 1969). Vistas como ameaçadoras pelo satirista, tais concepções, contrapondo-se ao conjunto de normas defendidas por este, impelem o *artista militante* para o enfrentamento e a consequente exposição (em graus variados de intensidade) dos mecanismos pelos quais a realidade é falseada. Em relação aos textos que aludem a Rousseau e a suas obras, verifica-se que sua presença se torna frequente apenas a partir de 1918, quando o cenário de crise após a Primeira Guerra Mundial, observado pela lente satírica de Lima, parece abalar a crença nos ideais como os expressos no *Contrat Social* e a fazer o escritor se desmotivar diante dos desvios, da brutalização e da banalização do discurso.

Num esforço de compreender também os resultados mais “práticos” das escolhas intertextuais de Lima Barreto, refletimos também sobre a extensão dos textos que retomam Voltaire e Rousseau. As crônicas publicadas no *A.B.C.* se distinguem dos textos para a *Careta* por serem mais extensas. Os parágrafos apresentam maior fôlego e, além disso, o ímpeto digressivo se faz notar de forma mais acentuada. Possivelmente isso se deva à própria constituição das obras retomadas, já que o ímpeto incisivo de Voltaire, mais *vertical*, mais voltado para a ação, se fazia notar principalmente por meio da narrativa, dos contos filosófico-satíricos cujos quadros ou cenas, pelo uso de técnicas dramáticas, apresentavam-se com mudanças mais repentinas, enquanto o tom acentuadamente memorialista e digressivo de Rousseau (anunciando a retórica do Romantismo), geralmente coerente com a lógica das “*promenades*”, levava à elaboração de períodos mais extensos, onde se misturam fragmentos autobiográficos e reflexões filosóficas. No todo, isso compõe, diríamos, um conjunto mais *horizontal*, mais *discursivo*, que parece ter, de alguma forma, marcado a instauração da biblioteca em Lima, pelo menos na maioria das vezes em que o escritor se refere aos dois autores do século XVIII contemplados neste estudo.

Na crônica “Da minha cela”, um cronista convalescente num hospital militar que antes sediara um colégio jesuíta, aproveita de sua estadia numa “cela” para abrir-se para o mundo e sair em defesa de Rousseau, acusado de anarquista por um articulista anônimo de *O País*. Neste poderoso texto, o autor do *Contrat social*, por força da acusação e da *negação que afirma*, aparece irmanado, por Lima, aos proletários que ousaram investir contra os poderes republicanos (cujos princípios, na visão limabarretiana, são sempre, na prática, aqueles defendidos por Pinheiro Machado e seu séquito). É numa espécie de prisão que Lima combate as distorções propagadas pela imprensa em relação ao movimento anarquista e faz de “Da minha cela” uma das crônicas mais potentes no que se refere à defesa, como porta-voz, de todos aqueles que a história (dirigida em seus discursos e ações pelos “senhores” do momento) procurou desqualificar ou aniquilar. A luta operária, neste texto, é também a luta de Lima Barreto, que não pode sair às ruas, mas combate a partir de sua “trincheira”, a imprensa, por sinal a mesma arma de que se valem os difamadores da luta operária. Com as retomadas de Rousseau, entramos abertamente no campo do discurso esvaziado ou distorcido, ou, nos termos de Oakley (2011) no universo temático da “derrota da inteligência”, quando o saber autêntico, visto pelo autor de *Clara dos Anjos*, aparece distorcido, destruído ou posto “fora de lugar”.

O período de publicação dos textos que evocam Voltaire e Rousseau constituem um momento em que predomina a retórica do domínio, da virilidade e da truculência. Diante disso, o caráter contestatório e mesmo libertário das concepções rousseauianas parece constituir uma ameaça ou pelo menos uma incompatibilidade patente em relação à visão de Estado moderno militarizado e “viril” propagada não só pelo colunista como pela linha editorial de *O País*.

Em “Um ofício da A.P.S.A.”, o que vemos é o paralelo rebaixador entre os discursos veiculados no âmbito do futebol (esporte que, para Lima Barreto, era marcado por ser ao mesmo tempo estrangeiro e violento) e os discursos produzidos por ocasião da Conferência de Paz que resultou no Tratado de Versalhes e, em vez de uma paz duradoura, apenas alimentou interesses, ódios e rancores nacionais que mais tarde desencadearam um conflito de proporções ainda mais destrutivas. Como discurso *sobre* e *entre* discursos (compondo mais de uma camada *discursiva*), esta crônica dialoga contrastivamente com “Alegria curativa”, texto de Antônio Austregésilo que associava a alegria aos sentimentos dos vitoriosos da guerra e a tristeza aos doentes, aos que se valeram da razão para se insurgir contra os abusos, enfim, aos fracos e, em última instância, aos países derrotados no conflito de

1914-1918. Por isso, nasce a referência aos “nossos” doentes de corpo e de cabeça, Voltaire e Rousseau.

“Procurem a sua Josefina” constitui, por sua vez, uma poderosa síntese paródica de todos os “manuais da arte de governar” conhecidos por Lima Barreto. Utilizando-se outra vez de um porta-voz, procedimento muito próprio da sátira, o escritor põe um “amigo” para definir em termos cômicos ou *negativo-afirmativos* os valores e práticas que definem a ascensão política em nossa República, que vão desde não fazer nada pelo bem público até a luta por um casamento vantajoso, como o foi, modelarmente, o enlace histórico de Napoleão e Josefina. Aqui, Rousseau e Voltaire, ainda no âmbito do discurso, são trazidos à tona por meio de referências rebaixadas ou relativizadoras, assim como outros nomes (Maquiavel e Padre Vieira), para mostrar que, no Brasil das primeiras décadas do século XX, tais discursos, voltados para a condução do poder, sobrevivem como “arengas parlamentares”.

Por fim, no conto “Mágoa que rala” vemos um cronista voltar-se afetivamente para a figura de Dom João VI tanto para *lembrar-se* de uma cidade, o Rio de Janeiro, que havia se transformado, como para valorizar a “sobrevida pela memória oral” encarnada pela figura histórica do rei “glutão e desengonçado”, fugitivo das guerras napoleônicas que (ao mesmo tempo *reduzido* e *elevado* à sua condição humana pelo tratamento limabarretiano) foi capaz de abraçar a natureza local e sua população heterogênea, tendo sido guardado por esta na memória coletiva. Um assassinato no Jardim Botânico causa espanto e alvoroço na imprensa e constitui uma fronteira espaciotemporal entre o Rio com seus subúrbios ainda “rousseauianos” e a cidade que, percorrida pelo jovem Lourenço da Mota Orestes, é conhecida (e dada a conhecer) por meio da imprensa e sempre conforme os interesses momentâneos. Ao dividir “Mágoa que rala” em duas porções distintas, Lima Barreto põe lado a lado (mediadas pela narrativa do assassinato da jovem alemã) duas instâncias discursivas que parecem se sobrepor e mesmo se anularem em alguns momentos: a oralidade e a escrita. Essa disposição parece existir também em *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*.

Jogando com os termos do campo lexical do combate, *universo* de significações frequentemente evocado pelos estudiosos da sátira devido ao componente *militância ou ao choque que visa ferir, destruir e transformar* (Gerth, Hodgart, Frye, entre outros), poderíamos dizer que, se o combate por meio da sátira se dá em campo aberto quando Lima evoca Voltaire (instaurando aí a biblioteca, nos termos de Samoyault), dada a postura ácida do autor de *L’ingénu*, um processo distinto se dá quando recorre a Rousseau. Ao evocar o autor do *Contrat Social* sempre que a questão do *discurso ou da falência do discurso* se torna

relevante, Lima Barreto combate *entrincheirado*, ganhando terreno com armas mais sutis, como os contrastes semânticos, as dissonâncias cômicas e o rebaixamento.

REFERÊNCIAS

ALANIZ, Anna Gicelle Garcia. *Ingênuos e libertos: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição (1871-1895)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1994.

ALMEIDA, Milene Suzano. *Humanismo satírico em Lima Barreto e Anatole France*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/.../2013_MileneSuzanoDeAlmeida_VCorr.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Os riscos da alusão. Trad. de Ana Vaz e Dóris Arruda Carneiro da Cunha. *Revista Investigações – Linguística e Teoria Literária*. Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, v. 20, no. 2, 2007.

BANDEIRA, Moniz. *O ano vermelho*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Notas de revisão de Beatriz Resende. 8.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

BARRETO, Lima. *Contos completos de Lima Barreto*. Organização e introdução de Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BARRETO, Lima. *Correspondência ativa e passiva* (tomo 1). São Paulo: Brasiliense, 1956. (Obras Completas, v. 16).

BARRETO, Lima. *Numa e a Ninfa*. São Paulo: Brasiliense, 1956. (Obras Completas, v. 3).

BARRETO, Lima. *O subterrâneo do Morro do Castelo: um folhetim de Lima Barreto*. Organização, introdução e notas de Beatriz Resende. 2.ed. Rio de Janeiro: Dantes, 1997.

BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. 3.ed. São Paulo: Ática, 2001. (Série Bom Livro)

BARRETO, Lima. *Recordações do escrivo Isaías Caminha*. 2.ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Typografia Revista dos Tribunaes, 1917.

BARRETO, Lima. *Sátiras e outras subversões: textos inéditos*. Organização, introdução, pesquisa e notas de Felipe Botelho Corrêa. 1.ed. São Paulo: Penguin Classics – Companhia das Letras, 2016.

BARRETO, Lima. *Toda crônica*. Vol. 1 (1890 [sic]– 1919). Apresentação e notas de Beatriz Resende; organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

BARRETO, Lima. *Toda crônica*. Vol. 2 (1919 – 1922). Apresentação e notas de Beatriz Resende; organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Edição crítica (1. ed). Coordenação de Antônio Houaiss e Carmen Lúcia Negreiros de Figueiredo. Madrid; Paris; México; Buenos

Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José de Costa Rica; Santiago do Chile: ALLCA XX, 1997. 655 p. (Coleção Archivos; v. 30).

BARRETO, Lima. *Vida e morte de M.J. Gonzaga de Sá*. Prefácio de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde). São Paulo: Brasiliense, 1956. (Obras Completas; v. 4).

BARTHES, Roland. Leitura de Brillat-Savarin. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988. pp. 260-277.

BOSI, Alfredo. Figuras do *eu* nas recordações de Isaías Caminha. In: BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Introdução de Alfredo Bosi; prefácio de Francisco de Assis Barbosa; notas de Isabel Lustosa. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010. pp. 9-36.

BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo: Cultrix; Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

BRAYNER, Sônia. Lima Barreto: mostrar ou significar? In: BRAYNER, Sônia. *Labirinto do espaço romanesco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1979. pp. 145-176.

BRILLAT-SAVARIN, Jean Anthelme. *Physiologie du goût ou méditations de gastronomie transcendente*. Paris: Gabriel de Gonet, 1848.

CALLIPO, Daniela Mantarro. *Rimas de ouro e sândalo: a presença de Victor Hugo nas crônicas de Machado de Assis*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

CAMARGO, Áureo Joaquim. *A bagatelização da literatura de Lima Barreto: análise do legado editorial do escritor*. Tese (Doutorado em Letras). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2015.

CAMARGO, Erney Plessmann. Malária, maleita, paludismo. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 26-29, Jan. 2003. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252003000100021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 fev. 2022.

CANFORA, Luciano. *A biblioteca desaparecida: histórias da Biblioteca de Alexandria*. Trad. de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CARONE, Edgard. *A República Velha II: evolução política (1889-1930)*. 4.ed. São Paulo: DIFEL, 1983.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

CISCATI, Rafael. O que é necropolítica. Disponível em: https://www.brasildefdireitos.org.br/atualidades/o-que-necropolitica?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=necropolitica&gad_source=1&gclid=CjwKCAjw1K-zBhBIEiwAWeCOF0xeJbfxWhV5h49f0RDn3F7SEL8G5lsEklG6ZLPZkFc_HgVVxWaQLxoC76kQAvD_BwE. Acesso em: 14 jun. 2024.

COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. Tradução (textos selecionados) de Cleonice P.B. Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

CORÔA, Williane Silva. *Rastreado as origens do Português Brasileiro: a dinâmica da mudança na escrita de “Homens Bons” na Bahia Colonial*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Instituto de Estudos da Linguagem, 2022.

CORRÊA, Felipe Botelho. Notas. In: BARRETO, Lima. *Sátiras e outras subversões: textos inéditos*. Organização, introdução, pesquisa e notas de Felipe Botelho Corrêa. 1.ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2016. pp. 477-550.

CORRÊA, Felipe Botelho. Introdução. In: BARRETO, Lima. *Sátiras e outras subversões: textos inéditos*. Organização, introdução, pesquisa e notas de Felipe Botelho Corrêa. 1.ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2016.

CORRÊA, Henrique Sergio Silva. *O A.B.C. de Lima Barreto (1916-1922)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2012.

COSTA, Renato Gama-Rosa. Do discurso ao plano: o automóvel na cidade do Rio de Janeiro (1900-1946). *Revista Tessituras*, Nova Friburgo, n. 5, p. 1-17, 2013.

DALLABRIDA, Vanessa Eloisa *et al.* Relato de caso: a Medicina Veterinária Forense na identificação de maus tratos em galos (*Gallus gallus domesticus*) utilizados com a finalidade de rinha. *Revista Brasileira de Criminalística*, v. 12, n. 5, p. 47-53, 2023.

DALLA BONA, Fabiano. O prazer estético da comida em Gabriele D’annunzio. *Revista Criação & Crítica*, n. 18, p. 65-81, 2017.

D’ELIA, Antonio. Introdução. Tanto nomini nullum par elogium. In: MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Tradução, introdução e notas de Antonio D’Elia. São Paulo: Cultrix, 2000.

DOBRÁNSZKY, Enid Abreu. *No tear de Palas: imaginação e gênio no séc. XVIII – Uma introdução*. Campinas: Papirus; Editora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 1992.

DUARTE, Luiz Antônio Farias. *Imprensa e poder no Brasil-1901/1915: estudo da construção da personagem Pinheiro Machado pelos jornais Correio da Manhã (RJ) e A Federação (RS)*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. 195 p.

ELNECAVE, Alberto Helade *et al.* A inserção do Brasil no Sistema Multilateral: das Conferências Pan-Americanas à Liga das Nações. *Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional*, v. 13, n. 24, 2020.

ERRE, Fabrice. TILLIER, Bertrand. Du journal à l’illustré satirique. In: KALIFA, Dominique; Régner, Phillipe; Thérenty, Marie-Ève *et al.* *La civilisation du journal: Histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIXe siècle*. Paris: Nouveau Monde, 2011. pp. 417-435.

FANTINATI, Carlos Erivany. *O profeta e o escrivão*: estudo sobre Lima Barreto. Assis: ILPHA-HUCITEC, 1978.

FANTINATI, Carlos Erivany. A sátira em Lima Barreto. In: FANTINATI, Carlos Erivany. *O professor e o escrivão*: estudos sobre literatura brasileira e leitura. Coordenação de João Luís Ceccantini. São Paulo: Editora UNESP; Assis, SP: ANEP, 2012.

FANTINATI, Carlos Erivany. Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá. In: FANTINATI, Carlos Erivany. *O professor e o escrivão*: estudos sobre literatura brasileira e leitura. Coordenação de João Luís Ceccantini. São Paulo: Editora UNESP; Assis, SP: ANEP, 2012. pp. 21-32.

FAZENDA, José Vieira. *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.

FEITOSA, Orange Matos; SAES, Alexandre Macchione. O plano de defesa da borracha: entre o desenvolvimentismo e a negligência política ao Norte do Brasil, 1900-1915. *Am. Lat. Hist. Econ*, México, v. 20, n. 3, p. 138-168, dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-22532013000300006&lng=es&nrm=iso. Acesso em 17 fev. 2019.

FENERICK, Gabriele Maris Pereira. A publicação de livros de autoria feminina na Livraria Leite Ribeiro. *Leitura*, v. 1, n. 79, p. 19-32, 2023.

FERNANDES, Ana Helena Cobra. *Bagatelas em perspectiva*. Lima Barreto - crônicas anotadas. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2010.

FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. *Lima Barreto e o fim do sonho republicano*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. Lima Barreto: A ousadia de sonhar. In: BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Edição crítica (1. ed). Coordenação de Antônio Houaiss e Carmen Lúcia Negreiros de Figueiredo. Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José de Costa Rica; Santiago do Chile: ALLCA XX, 1997. 655 p. (Coleção Archivos; v. 30).

FRYE, Northrop. O mythos do inverno: ironia e sátira. In: *Anatomia da crítica*: quatro ensaios. São Paulo: Realizações Editora, 2014. pp. 368-387.

GENETTE, Gérard. *Palimpsestos*: a literatura de segunda mão. Extratos traduzidos do francês por Luciene Guimarães e Maria Antônia Ramos Coutinho. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006.

GENTILE, Fabio. Entre nacionalismo, fascismo e autoritarismo: elementos para uma análise comparativa sobre a ideia de nação na Itália e no Brasil entre as duas guerras mundiais. *Cadernos Cedec*, v. 96, p. 2-37, 2011.

GERTH, Klaus. Sátira. *Praxis Deutsch*, v. 22, p.83-86, 1977. Tradução de Aluizia Hanisch e Alvaro S. Simões Jr.

GIUDICE, Claudia. O poderoso chefão. *Aventuras na História*, ano XIV, no. 150, janeiro de 2016. pp. 30-39.

GÓES, Fred. O carnaval elegante de Figueiredo Pimentel. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v.12, n.2, p. 21-31, nov. 2015.

HODGART, Mathew. *La sátira*. Tradução de Angel Guillén. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969.

HOUAISS, Antônio. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Vida urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1956 (Obras Completas, v. 11).

HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da paródia*. Ensinaamentos das formas de Arte do século XX. Trad. de Teresa Louro Pérez. Lisboa: Ed. 70, 1989.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Trad. de Carlos Irineu da Costa. 1.ed. [1993]. 9.reimpr. [2000]. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993 (Coleção TRANS).

LIMA, Fábio Souza. A história por trás da origem do uniforme azul e branco das normalistas do Rio de Janeiro. *RevistAleph*, n. 31, 2018.

LUSTOSA, Isabel. *Histórias de presidentes: a República no Catete*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

MACHADO JR., Cláudio de Sá. *Fotografias e códigos culturais: representações da sociabilidade carioca pelas imagens da revista Careta (1919-1922)*. Porto Alegre: Efangraf, 2012.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. *Direito constitucional*. Belo Horizonte: Mandamentos, v. 1, 2000.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. O discurso legitimador da dinastia dos Bragança na obra do Padre Antônio Vieira. *Revista História Hoje*, v. 3, no. 8, dezembro 2005. Disponível em: https://www.anpuh.org/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=8. Acesso em 15 fev. 2022.

MAGRI, Dirceu. *De borboletas e colibris em sobrevoo: presença francesa nas crônicas machadianas*. 1.ed. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2016.

MANGUEL, Alberto. *A biblioteca à noite*. Trad. de Samuel Titan Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. Trad. de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MATIAS, José Luiz. *Vida urbana, Marginália, Feiras e Mafuás: a modernidade urbana nas crônicas de Lima Barreto*. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras, 2007. Disponível em: http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=455. Acesso em: 14 fev. 2019.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Tradução, introdução e notas de Antonio D'Elia. São Paulo: Cultrix, 2000.

MARINS, Álvaro. *Machado de Assis e Lima Barreto: da ironia à sátira*. Rio de Janeiro: Utopos, 2004. (Série Ensaio Brasileiros, v. 1).

MATOS, Franklin de. "O Ingênuo" e as aventuras da formação. In: Folha de São Paulo, 20 de novembro de 1994. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/11/20/mais!/10.html>. Acesso em: 11 fev. 2022.

MELO, Fernando. *Epitácio Pessoa: uma biografia*. João Pessoa: Ideia, 2005.

MENEZES, Edmilson. Prefácio. In: MENEZES, Edmilson (org.). *História e providencialismo: Bossuet, Vico e Rousseau: textos e estudos*. Tradução e comentários de Edmilson Menezes, Humberto Aparecido de Oliveira Guido, Maria das Graças de Souza. Ilhéus, Bahia: Editus, 2006.

MENEZES, Joimar de Castro. *Setor externo e política econômica do Brasil, 1913-1918*. Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2016.

MOREL, Edmar. *A revolta da Chibata*. 4.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

MOURELLE, Thiago. *Estado de Sítio: O Estado de sítio e seu uso na Primeira República*. Disponível em: <http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/465-estado-de-sitio.html>. Acesso em: 14 jun. 2024.

OAKLEY, Robert John. *Lima Barreto e o destino da literatura*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

OUTEIRINHO, Fátima. O século de Voltaire e de Rousseau: reflexões em torno da recepção de François-Marie Arouet e de Jean-Jacques Rousseau em Portugal. *Revista Intercâmbio*, no. 4 (1993). pp. 157-165. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/int/article/view/6026>. Acesso em: 14 fev. 2022.

PAIVA, Wilson Alves. A formação do homem no Emílio de Rousseau. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.33, n.2, p. 323-333, maio/ago. 2007.

PIMENTEL, Márcia. *Cinelândia: onde a cultura e a política se encontram*. Disponível em: <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/12890-cinel%C3%A2ndia#:~:text=No%20%C3%BAltimo%20quarto%20do%20s%C3%A9culo,Jan%20e%201775%20e%201805>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PISSARRA, Maria Constança Peres. Escritura, Verdade, Virtude. *Cadernos de Pesquisa*, p. 01-10, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/3109>. Acesso em 17 fev. 2022.

POMEAU, René. Introduction. In: VOLTAIRE. *L'Ingénu/ La princesse de Babylone*. Paris: Flammarion, 1995. pp. 9-47.

PRADA, Cecília. *Os marinheiros que resistiram*. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/5212_OS+MARINHEIROS+QUE+RESISTIRAM. Acesso em 1º fev. 2019.

PRADO, Antonio Arnoni. *Lima Barreto: o crítico e a crise*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

RECH, Roberto Carlos. Élisée Reclus (1830-1905) - Educação geográfica pela natureza. *Geoiingá*. Maringá, v. 7, no. 1, 2015, pp. 79-99.

REIS, Fabio Paiva. *Ensaio sobre Calvino, o protestantismo na França e o Édito de Nantes*. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/ensaio-sobre-calvino-o-protestantismo-na-franca-e-edito-de-nantes/27114/>. Acesso em: 31 jan. 2019.

RESENDE, Beatriz. O subterrâneo do Morro do Castelo: um folhetim de Lima Barreto. In: BARRETO, Lima. *O subterrâneo do Morro do Castelo: um folhetim de Lima Barreto*. Organização, introdução e notas de Beatriz Resende. 2.ed. Rio de Janeiro: Dantes, 1997.

RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. 2.ed. rev., 1. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

RICCI, Paolo, ZULINI, Jaqueline Porto. Quem ganhou as eleições - A validação dos resultados antes da criação da justiça eleitoral. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, no. 45, 91-105, mar 2013.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emile ou de l'éducation*. S/loc.: La Gaya Scienza, 2012.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da Educação*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (Paideia).

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Le contrat social ou principes du droit politique*. Bibliothèque numérique romande, 2015.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social e outros escritos*. Introdução e trad. de Rolando Roque da Silva. São Paulo: Cultrix, 1965.

SAMOYAUULT, Tiphaine. *A intertextualidade*. Tradução de Sandra Nitri. São Paulo: HUCITEC, 2008.

SANGSUE, Daniel. *La parodie*. Paris: Hachette, 1994. (Coleção Concours Littéraires).

SARNEY, José. Pinheiro Machado: político de lança e palavra. In: SIMON, Pedro (org.). *Discursos do senador Pinheiro Machado*. Brasília: Senado Federal, 2004.

SANTOS, Hamilton Moraes Theodoro dos. A insurreição anarquista de 1918. *Crítica Histórica*, ano XI, no. 21, julho/2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SIMÕES Jr., Alvaro Santos. Da literatura ao jornalismo: periódicos brasileiros do século XIX. In: *Revista Patrimônio e Memória*. Unesp, v.2, n.2, 2006. pp. 126-145.

SILVA, Rolando Roque. Jean-Jacques Rousseau, um pensador controvertido. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social e outros escritos*. Introdução e trad. de Rolando Roque da Silva. São Paulo: Cultrix, 1965. pp. 9-20.

SILVA, Rodrigo Aparecido Ribeiro da. *Um huron perfeito: presença francesa nas crônicas de Lima Barreto para a revista Careta (1915-1922)*. Dissertação (Mestrado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Assis, 2017.

SILVA, Thais Lopes. *Práticas políticas: um olhar sobre o legislativo municipal carioca na década de 1920*. 2010. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOËTARD, Michel. *Jean-Jacques Rousseau*. Trad. de Verone Lane Rodrigues Doliveira. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

SUETÔNIO. *A vida dos doze Césares*. Apresentação de Carlos Heitor Cony. Trad. de Sady-Garibaldi. 2.ed. reform. São Paulo: Ediouro, 2002. (Clássicos ilustrados).

TORGA, Vânia Lúcia Menezes. Jogo alusivo nas crônicas oitocentistas de Machado de Assis. In: I SEMINÁRIO MACHADO DE ASSIS, 2008, Rio de Janeiro. I Seminário Machado de Assis. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. v. 1. p. 1-8.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VOLTAIRE. *L'Ingénu/ La princesse de Babylone*. Paris: Flammarion, 1995.

VOLTAIRE. O ingênuo: História Real, Tirada dos Manuscritos do Padre Quesnel. In: VOLTAIRE. *Contos*. Tradução de Roberto Domênico Proença. São Paulo: Nova Cultural, 2002. pp. 269-338.

WEID, Elisabeth von der *et al.* O bonde como elemento de expansão urbana no Rio de Janeiro. 1997. Disponível em: <https://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/handle/20.500.11997/890/WEID,%20E.%20-%20O%20bonde%20como%20elemento%20de%20expans%C3%A3o%20urbana.pdf?sequence=1>. Acesso em: 12 jun. 2024.

WILLIAMS, Kate. *Josefina: desejo, ambição, Napoleão*. Tradução de Luís Santos. São Paulo: Leya, 2014.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos das mulheres: o primeiro grito feminista*. Tradução e notas de Andreia Reis do Carmo. São Paulo: Mediafashion; Folha de São Paulo, 2021 (Coleção Folha Os pensadores; v. 10)

Periódicos consultados²²³

A.B.C. Rio de Janeiro, 1915-1934.

A Noite. Rio de Janeiro, 1911-1964.

Careta. Rio de Janeiro: Editora Kosmos, 1908-1964.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 1901-1974.

Correio da Noite. Rio de Janeiro, 1913-1915.

Diário da Noite. Rio de Janeiro, 1930-1979.

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 1875-1956.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 1891-2010.

O País. Rio de Janeiro, 1884-1930.

Revista da Semana. Rio de Janeiro, 1900-1918.

Revista do Brasil. São Paulo, 1916-1990.

Outras fontes consultadas

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). Disponível em: <https://www.academia.org.br/>. Acesso em: 25 fev. 2024.

BULFINCH, Thomas. *O livro de ouro da mitologia: história de deuses e heróis*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL (CPDOC/FGV). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 15 jun. 2024.

DINIZ, Ivane Santos. *As representações da morte em O monstro e outros contos, de Humberto de Campos*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020. 103 p.

FRANCHINI, A. S. SEGANFREDO, Carmen. *As 100 melhores histórias da mitologia: deuses, heróis, monstros e guerras da tradição greco-romana*. 9.ed. Porto Alegre: L&PM, 2007.

INFOPEDIA. Antroponímia. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/antroponimia>. Acesso em: 15 jun. 2024.

²²³ Os periódicos encontram-se disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*. 4.ed. São Paulo: Selo Negro, 2011.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA. Sidónio Pais. Disponível em: <https://www.presidencia.pt/presidente-da-republica/a-presidencia/antigos-presidentes/sidonio-pais/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

THAYER, Bill. LACUS CURTIUS. *The life and works of Polybius*. Disponível em: https://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Polybius/Introduction*.html. Acesso em: 15 jun. 2024.

ANEXOS²²⁴**Da minha cela²²⁵**

Não é bem um convento, onde estou há quase um mês; mas tem alguma coisa de monástico, com o seu longo corredor silencioso, para onde dão as portas dos quartos dos enfermos.

É um pavilhão de hospital, o Central do Exército; mas a minha enfermaria não tem o clássico esperado ar das enfermarias: um vasto salão com filas paralelas de leitos.

Ela é, como já fiz supor, dividida em quartos e ocupo um deles, claro, com uma janela sem um lindo horizonte como é tão comum no Rio de Janeiro.

O que ela me dá é pobre e feio; e, além deste contratempo, suporte desde o clarear do dia até à boca da noite o chilreio desses infames pardaís. No mais, tudo é bom e excelente nesta ala de convento que não é todo leigo, como poderia parecer a muitos, pois na extremidade do corredor há quadros de santos que eu, pouco versado na iconografia católica, não sei quais sejam.

Além desses registros devotos, no pavimento térreo, onde está o refeitório, há uma imagem de Nossa Senhora que preside as nossas refeições; e, afinal, para de todo quebrar-lhe a feição leiga, há a presença das irmãs de São Vicente de Paula. Admiro muito a translucidez da pele das irmãs moças; é um branco pouco humano.

A minha educação céptica, voltairiana, nunca me permitiu um contato mais contínuo com religiosos de qualquer espécie. Em menino, logo após a morte de minha mãe, houve uma senhora idosa, Dona Clemência, que assessorava a mim e a meus irmãos, e ensinou-me um pouco de catecismo, o “Padre-Nosso”, a “Ave-Maria” e a “Salve-Rainha”, mas bem depressa nos deixou e eu não sabia mais nada dessas obrigações piedosas, ao fim de alguns meses.

Tenho sido padrinho de batismo umas poucas de vezes e, quando o sacerdote, na celebração do ato, quer que eu reze, ele tem que me ditar a oração.

A presença das irmãs aqui, se ainda não me fez católico praticante e fervoroso, até levarme a provedor de irmandade como o Senhor Miguel de Carvalho, convenceu-me, entretanto, de que são úteis, senão indispensáveis aos hospitais.

²²⁴ Os anexos se referem às crônicas apenas parcialmente reproduzidas (devido à sua extensão) nas análises realizadas no capítulo 3 da tese.

²²⁵ A.B.C., 30 nov., 1918. p. 11 e 14.

Nunca recebi (até hoje), como muitos dos meus companheiros de enfermaria, convite para as suas cerimônias religiosas. Elas, certamente, mas sem que eu desse motivo para tal, me supõem um tanto herege, por ter por aí rabiscado uns desvaliosos livros.

Por certo, no seu pouco conhecimento da vida, julgam que todo escritor é acatólico. São, irmãos, até encontrarem um casamento rico que os faz carolas e torquemadescos. Eu ainda espero o meu...

Testemunha do fervor e da dedicação das irmãs no hospital em que estou, desejaria que fossem todas elas assim; e deixassem de ser, por bem ou por mal, pedagogas das ricas moças da sinistra burguesia, cuja cupidez sem freio faz da nossa vida atual um martírio, e nela estiola a verdadeira caridade.

Não sei como vim a lembrar-me das cousas nefandas daí de fora, pois vou passando sem cuidado, excelentemente, neste *coenobium* semileigo em que me meti. Os meus médicos são moços dedicados e interessados, como se amigos velhos fossem, pela minha saúde e restabelecimento.

O doutor Alencastro Guimarães, o médico da minha enfermaria, colocou-me no braço quebrado o aparelho a que, parece, chamam de Hennequin!

Sempre a literatura e os literatos...

Antes, eu me submeti à operação diabólica do exame radioscópico. A sala tinha uma pintura negra, de um negro quase absoluto, lustroso, e uma profusão de vidros e outros aparelhos desconhecidos ou mal conhecidos por mim, de modo que, naquele conjunto, eu vi alguma coisa de Satanás, a remoçar-me para dar-me Margarida, em troca da minha alma.

Deitaram-me em uma mesa, puseram-me uma chapa debaixo do braço fraturado e o demônio de um carrinho com complicações de ampolas e não sei que mais correu-me, guiado por um operador, dos pés até à ponta do nariz. Com uma bulha especial, fui sentindo cair sobre o ombro e o braço uma tênue chuva extraordinariamente fluídica que, com exagero e muita tolice, classifico de imponderável.

Além do doutor Alencastro, nos primeiros dias, a minha exaltação nervosa levou-me à enfermaria do doutor Murilo de Campos. Esta tinha o aspecto antipático de uma vasta casa-forte. Valentemente, as suas janelas eram gradeadas de varões de ferro e a porta pesada, inteiramente de vergalhões de ferro, com uma fechadura complicada, resistia muito, para girar nos gonzos, e parecia não querer ser aberta nunca. “Lasciate ogni speranza”...

Tinha duas partes: a dos malucos e a dos criminosos. *O crime e a loucura* de Maudsley, que eu lera há tantos anos, veio-me à lembrança; e também a *Recordação da casa dos mortos*, do inesquecível Dotoievski. Pensei amargamente (não sei se foi só isso) que, se

tivesse seguido os conselhos do primeiro e não tivesse lido o segundo, talvez não chegasse até ali; e, por aquela hora, estaria a indagar, na Rua do Ouvidor, quem seria o novo Ministro da Guerra, a fim de ser promovido na primeira vaga. Ganharia seiscentos mil-réis - o que queria eu mais? Mas... Deus escreve direito por linhas tortas; e estava eu ali muito indiferente à administração da República, preocupado só em obter cigarros.

Os loucos ou semiloucos que lá vi pareceram-me pertencer à última classe dos malucos. Tenho, desde os nove anos, vivido no meio de loucos. Já mesmo passei três meses mergulhado no meio deles; mas nunca vi tão vulgares como aqueles. Eram completamente destituídos de interesse, átonos, e bem podiam, pela sua falta de relevo próprio, voltar à sociedade, ir formar ministérios, câmaras, senados e mesmo um deles ocupar a suprema magistratura. Deixemos a política. A irmã dessa enfermaria maudsliana é francesa; mas a daquela em que fiquei definitivamente é brasileira, tendo até na fisionomia um não sei quê de andradino. Ambas muito boas.

O médico da enfermaria, como já disse, é o doutor Murilo de Campos, que parece gostar de sondar essas duas manifestações misteriosas da nossa natureza e da atividade das sociedades humanas. Como todo o médico que se compraz com tais estudos, o doutor Murilo tem muito interesse pela literatura e pelos literatos. Julgo que os médicos dados a tais pesquisas têm esse interesse no intuito de obter nos literatos e na literatura subsídios aos estudos que estão acumulando, a fim de que um dia se chegue a decifrar, explicar, evitar e exterminar esses dous inimigos da nossa felicidade, contra os quais, até hoje, a bem dizer, só se achou a arma horripilante da prisão, do sequestro e da detenção.

Creio que lhe pareci um bom caso, reunindo muitos elementos que quase sempre andam esparsos em vários indivíduos; e o doutor Murilo me interrogou, de modo a fazer que me introspeccionasse um tanto. Lembrei-me então de Gaston Rougeot que, na *Revue des Deux Mondes*, há tantos anos, tratando desse interrogatório feito aos doentes pelos médicos, muito usado e preconizado pelo famoso psicólogo Janet, concluía daí que a psicologia moderna, tendo aparecido com aparelhos registradores e outros instrumentos de precisão, que lhe davam as fumaças de experimental, acabava na psicologia clássica da introspecção, do exame e análise das faculdades psíquicas do indivíduo por ele próprio com as suas próprias faculdades, pois a tanto correspondia o inquérito do clínico a seu cliente.

Não entendo dessas cousas; mas posso garantir que dei ao doutor Murilo, sobre os meus antecedentes as informações que sabia; sobre as minhas perturbações mentais, informei-lhe do que me lembrava, sem falseamento nem relutância, esperando que o meu depoimento possa concorrer algum dia para que, com mais outros sinceros e leais, venha ele servir à

ciência e ela tire conclusões seguras, de modo a aliviar de alguns males a nossa triste e pobre humanidade. Sofri também mensurações antropométricas e tive com o resultado delas um pequeno desgosto. Sou braquicéfalo; e, agora, quando qualquer articulista da *A Época* quiser defender uma ilegalidade de um ilustre ministro, contra a qual eu me haja insurgido, entre os meus inúmeros defeitos e incapacidades, há de apontar mais este: é um sujeito braquicéfalo; é um tipo inferior!

Fico à espera da objurgatória com toda a paciência, para lhe dar a resposta merecida pelo seu saber antropológico e pela sua veneração aos caciques republicanos quando estão armados com o tacape do poder.

Pois, meus senhores, como estão vendo, nestes vinte e poucos dias, durante os quais tenho passado neste remansoso retiro, semi-religioso, semi-militar — espécie de quartel-convento de uma ordem guerreira dos velhos tempos de antanho, têm-me sido uns doces dias de uma confortadora delícia de sossego, só perturbado por esses ignóbeis pardais que eu detesto pela sua avidez de homem de negócios e pela sua crueldade com os outros passarinhos.

Passo-os a ler, entre as refeições, sem descanso, a não ser aquele originado pela passagem da leitura de um livro para um jornal ou da deste para uma revista. A leitura assim feita, sem pensar em outro que fazer, sem poder sair, quase prisioneiro, é saboreada e gozada. Ri-me muito gostosamente do pavor que levaram a todo o Olimpo governamental os acontecimentos de 18.

Não sei como não chamaram para socorrê-lo os marinheiros do “Pittsburg” ... Não era bem do programa; mas não sairia da sua orientação.

O que os jornais disseram, uns de boa-fé e outros cavilosamente inspirados, sobre o maximalismo e anarquismo, fez-me lembrar como os romanos resumiam, nos primeiros séculos da nossa era, o cristianismo nascente. Os cristãos, afirmavam eles categoricamente, devoram crianças e adoram um jumento. Mais ou menos isto, julgaram os senhores do mundo uma religião que tinha de dominar todo aquele mundo por eles conhecido e mais uma parte muito maior cuja existência nem suspeitavam...

O ofício que o Senhor Aurelino dirigiu ao Senhor Amaro Cavalcanti, pedindo a dissolução da União Geral dos Trabalhadores, é deveras interessante e guardei-o para a minha coleção de cousas raras.

Gostava muito do Senhor Aurelino Leal, pois me pareceu sempre que tinha horror às violências e arbitrariedades da tradição do nosso Santo Ofício policial.

Quando a *Gazeta de Notícias* andou dizendo que Sua Senhoria cultivava amoricos pelas bandas da Tijuca, ainda mais gostei do doutor Aurelino. Lembrei-me até de uma fantasia de Daudet que vem nas *Lettres de mon Moulin*. Recordo-a.

Um subprefeito francês, em carruagem oficial, todo agalado, ia, num dia de forte calor, inaugurar um comício agrícola. Até ali não tinha conseguido compor o discurso e não havia meio de fazê-lo. Ao ver, na margem da estrada, um bosque de pinheiros, imaginou que à sombra deles a inspiração lhe viesse mais prontamente e para lá foi. As aves e as flores, logo que ele começou — “minhas senhoras, meus senhores” — acharam a cousa hedionda, protestaram; e, quando os seus serviçais vieram a encontrá-lo, deram com o sublime subprefeito, sem casaca agalada, sem chapéu armado, deitado na relva, a fazer versos. Deviam ser bons...

Mas o Senhor Aurelino, que ia fazer versos ou cousa parecida no Lago das Fadas, no Excelsior, na gruta Paulo e Virgínia, lá na maravilhosa floresta da Tijuca, deu agora para Fouché caviloso, para Pina Manique ultramontano do Estado, para Trepoff, para inquisidor do candomblé republicano, não hesitando em cercear a liberdade de pensamento e o direito de reunião, etc. Tudo isto me fez cair a alma aos pés e fiquei triste com essa transformação do atual chefe de polícia, tanto mais que o seu ofício não está com a verdade, ao afirmar que o maximalismo não tem “uma organização de governo”.

Não é exato. O que é Lenine? O que são os soviets? Quem é Trotski? Não é este alguma cousa ministro como aqui foi Rio Branco, com menos poder do que o barão, que fazia o que queria?

Responda, agora, se há ou não organização de governo, na Rússia de Lénine. Se é por isso só que implica com o bolchevismo...

Esse ódio ao maximalismo russo que a covardia burguesa tem, na sombra, propagado pelo mundo; essa burguesia cruel e sem coragem, que se embosca atrás de leis, feitas sob a sua inspiração e como capitulação diante do poder do seu dinheiro; essa burguesia vulpina que apela para a violência pelos seus órgãos mais conspícuos, detestando o maximalismo moscovita, deseja implantar o “trepoffismo”, também moscovita, como razão de Estado; esse ódio - dizia - não se deve aninhar no coração dos que têm meditado sobre a marcha das sociedades humanas. A teimosia dos burgueses só fará adiar a convulsão que será então pior; e eles se lembrem, quando mandam cavilosamente atribuir propósitos iníquos aos seus inimigos, pelos jornais irresponsáveis; lembrem-se que, se dominam até hoje a sociedade, é à custa de muito sangue da nobreza que correu da guilhotina, em 93, na Praça da Greve, em Paris. Atirem a primeira pedra...

Lembro-lhes ainda que, se o maximalismo é russo, se o “trepoffismo” é russo — Vera Zassulitch também é russa... Agora, vou ler um outro jornal... É o *O País*, de 22, que vai me dar grande prazer com o seu substancioso *leading-article*, bem recheado de uma saborosa sociologia de “revistas”.

Não há nada como a leitura de *revues* ou de *reviews*. Vou mostrar por quê. Lê-se, por exemplo, o nº 23 da *Revue Philosophique*, é-se logo pragmatista; mas dentro de poucos dias, pega-se no fascículo 14 da *Fortnightly Review*, muda-se num instante para o spencerismo.

De modo que uma tal leitura, quer se trate de sociologia, de filosofia, de política, de finanças, dá uma sabedoria muito própria a quem quer sincera e sabiamente ter todas as opiniões oportunas.

O artigo de fundo do *O País*, que citei, fez-me demorar a atenção sobre vários pontos seus que me sugeriram algumas observações.

O articulista diz que a plebe russa estava deteriorada pela *vodka* (aguardente) e as altas classes debilitadas por uma cultura intelectual refinada, por isso o maximalismo obteve vantagens no ex-império dos czares. Nós, porém, brasileiros, continua o jornalista, somos mais sadios, mais equilibrados e as nossas (isto ele não disse) altas classes não têm nenhum refinamento intelectual.

O sábio plumitivo, ao afirmar essas cousas de *vodka*, de “sadio”, de “equilibrado”, a nosso respeito, esqueceu-se que a nossa gente humilde, e mesmo a que não o é totalmente, usa e abusa da “cachaça”, aguardente de cana (explico isto porque talvez ele não saiba), a que é arrastada, já por vício, já pelo desespero da miséria em que vive graças à ganância, à falta de cavalheirismo e sentimento de solidariedade humana do nosso fazendeiro, do usineiro e, sobretudo, do poder oculto desse esotérico Centro Industrial e da demostênica Associação Comercial, tigres acorados nos juncaís, à espera das vítimas para sangrá-las e beber-lhes o sangue quente. Esqueceu-se ainda mais das epidemias de loucura, ou melhor, das manifestações de loucura coletiva (Canudos, na Bahia *Mukers*, no Rio Grande do Sul, etc.); esqueceu-se também do Senhor doutor Miguel Pereira (“O Brasil é um vasto hospital”).

Esquecendo-se dessas coisas mezinhas que são do conhecimento de todos, não é de espantar que afirme ser o anarquismo os últimos vestígios da filosofia (não ponho a chapa que lá está) do *Contrato Social* de Rousseau.

Pobre Jean-Jacques! Anarquista! Mais esta, hein, meu velho?

Mais adiante, topei com esta frase que fulmina o maximalismo, o anarquismo, o socialismo, como um raio de Zeus Olímpico: “Na placidez estéril do ‘nirvana’ da preguiça universal”.

Creio que foi Taine quem, num estudo sobre o budismo, disse ser difícil à nossa inteligência ocidental bem apreender o que seja “nirvana”. Está-se vendo que o incomparável crítico francês tinha bastante razão...

O profundo articulista acoima de velharias as teorias maximalistas e anarquistas, às quais opõe, como novidade, a surgir do término da guerra, um nietzschismo, para uso dos açambarcadores de tecidos, de açúcar, de carne-seca, de feijão, etc. Não trepida, animado pelo seu recente superhumanismo, de chamar de efeminadas as doutrinas dos seus adversários, que vêm para a rua jogar a vida e, se presos, sofrer sabe Deus o quê. Os cautelosos sujeitos que, nestes quatro anos de guerra, graças a manobras indecorosas e inumanas, ganharam mais do que esperavam em vinte, estes é que devem ser viris como os tigres, como as hienas e como os chacais. Eu me lembrei de escrever-lhes as vidas, de compará-las, de fazer com tudo isso uma espécie de Plutarco, já que não posso organizar um jardim zoológico especial com tais feras, bem encarceradas em jaulas bem fortes.

Vou acabar, porque pretendo iniciar o meu Plutarco; mas, ao despedir-me, não posso deixar de ainda lamentar a falta de memória do articulista do *O País* quando se refere à idade de suas teorias. Devia estar lembrado que Nietzsche deixou de escrever em 1881 ou 82; portanto, há quase quarenta anos; enlouqueceu totalmente, tristemente, em 1889; e veio a morrer, se não me falha a memória, em 1897 - por aí assim.

As suas obras, as últimas, têm pelo menos quarenta anos ou foram pensadas há quarenta anos. Não são, para que digamos, lá muito *vient de paraître*. Serão muito pouco mais moças do que as que inspiram os revolucionários russos... Demais, o que prova a idade de uma obra quanto à verdade ou à mentira que ela pode encerrar? Nada.

Compete-me dizer afinal ao festejado articulista que o Zaratustra, do Nietzsche, dizia que o homem é uma corda estendida entre o animal e o super-humano - uma corda sobre um abismo. Perigoso era atravessá-la; perigoso, ficar no caminho; perigoso, olhar para trás. Cito de cor, mas creio que sem falsear o pensamento.

Tome, pois, o senhor jornalista cuidado com o seu nietzschismo de última hora, a serviço desses nossos grotescos super-homens da política, da finança e da indústria; e não lhe vá acontecer o que se passou com aquele sujeito que logo aprendeu a correr em bicicleta, mas não sabia saltar. E — note bem — ele não corria ou pedalava em cima de uma corda estendida sobre um abismo...

É o que ousou lembrar-lhe desta minha cela ou quarto de hospital, onde passaria toda minha vida, se não fossem os horrorosos pardais e se o horizonte que eu diviso fosse mais garrido ou imponente.

Um ofício da A.P.S.A.²²⁶

Nestes últimos dias do ano que se vai esvaindo molemente, torpemente, com a hipocrisia de uns e covardia moral de todos, apesar das solenes preocupações políticas anunciadas como existindo, nos jornais, e proclamadas nos artigos de fundo retumbantemente, como ordens do dia dos generais do Haiti admiradores de Napoleão, não há, para os tristes de nascença ou que a vida os fez tristes, não há, para os evadidos do suicídio ou escapos à cura da “gripe”, não há para estes como encher a sua existência vazia, como curar o seu tédio e a sua hipocondria, remédio melhor do que se preocupar com as cousas do sport nacional que os jornais publicam.

A Conferência da Paz e a nossa embaixada a ela não podem trazer aos homens que se sentem assim a alegria curativa que o Austregésilo aconselhou tão ao alcance de todos pela *A Noite*.

Não há meio de distrair - estou certo - homens desses com as mezinhas e benzeduras humanitárias do fariseu Wilson e de tirá-los de sua profunda melancolia com outras futilidades semelhantes.

Eu mesmo que não cheguei, e peço a Deus que não chegue nunca, a tão desesperada disposição mental, pouco me interessam semelhantes assuntos. Leio-os, nos jornais, por alto e cheio de cepticismo, mas muito pouco risonho.

Não me rio, por exemplo, quando vejo falar nas tenções generosas desse pastor protestante que pontifica de cima de um Capitólio de segunda mão, nas margens do Potomac, embora me lembre logo, à vista de menção delas, de que nós, os brasileiros ainda nos orgulhamos de ter feito guerra para libertar dous ou três povos. Está isto nos compêndios e nos discursos patrióticos.

Generosos como somos, esquecemo-nos altruisticamente de nós mesmos que, pelas épocas de tais guerras, tínhamos nos ferros da escravidão e sob a nossa bandeira mais de meio milhão de homens. O Brasil tem um coração de boêmio...

Essa abnegação, esse esforço sobre nós mesmos em favor dos outros (Vauvenargues), esse esquecimento das nossas necessidades para atender às dos outros, bem poderá um dia fazer-nos figurar, ao lado de Wilson e do seu supimpa Estados Unidos, no *Flos Sanctorum* das nações.

²²⁶ A.B.C., 28 dez. 1918. Pp. 16 e 17.

Será difícil obter qualquer espécie de distração nos jornais, com as perlengas sobre a Conferência que os encham, só lhes deixando espaço largo, para tratar da política portuguesa em estirados artigos, nos quais o assassinato do Senhor Sidônio Pais sempre arrasta — não atino por quê — o recordar o do Senhor Dom Carlos I, rei de Portugal, e o do príncipe, seu filho, Senhor Dom Luís Filipe.

De resto, eu não posso ter a confiança e a esperança que os publicistas oficiais e officiosos depositam na tal Conferência.

Na boca ou na pena deles, sairá de Versalhes não só a grandeza militar do Brasil, a sua riqueza amoedada, a sua importância universal, mas, talvez mesmo a extinção das secas do Ceará.

O que eles não querem é a paz universal e não sei a causa de semelhante ojeriza.

Tenho a respeito da riqueza que a Conferência possa trazer ao Brasil, o mesmo julgamento daquele mendigo inglês que conhecia perfeitamente a opulência do seu país, sabia que o Império Britânico era o mais considerável da História, mas também sabia que continuava sem teto, mal conseguindo diariamente uns vinténs — ele, súdito da maior e mais rica potência de que os homens têm memória!

Se a leitura dos jornais, nessas suas partes, assim se comporta no seu espírito e na minha alma, não posso aconselhá-la aos que vêem os seus sonhos morrendo e se encham de tédio pela vida. Também não lhes aconselharia a leitura de obras de qualquer natureza, porque se elas dessorarem um estado d'alma semelhante, são inúteis; e, se forem animadas de um contrário, são hostis, aborrecem e trazem ódio a tais espíritos combalidos ou saciados.

Como Omar, devem eles queimar as suas bibliotecas, porquanto, quer num, quer noutro caso, não prestam serviço algum, como os livros da de Alexandria a que aquele chefe árabe mandou atear fogo.

Entretanto, em matéria de leitura, a que nos pode trazer distração é a de cousas esportivas, sobretudo as de *football*.

Sempre há o que descobrir, por intermédio dos jornais, nos *sports* atléticos; é um mundo que se abre inopinadamente aos nossos olhos; são perspectivas inesperadas que vamos descortinando de dia para dia.

Quando um clube qualquer inaugura um tanque de natação e arranja umas crianças para cantar alguma cousa fanhosa, temos o cicerone esportivo, atlético e gladiador, o Senhor Coelho Neto a nos ensinar que aquela cantoria e aquela piscina são puramente gregas, tem no seio Hércules e Dejanira, tem o Himeto, tem Olimpíadas, tudo aquilo, enfim, que consta do

formulário de cousas daquela Grécia que não tem Aristóteles, nem Temístocles, nem Tales, nem Praxíteles, nem Eurípides, nem Aspásia.

É uma Hélade especialmente fabricada para o gasto caseiro da gente dos sports da nossa terra.

Quase nunca me incomodei com semelhante assunto atlético, mas vejo agora que tenho feito mal e aconselho que todos se interessem por ele. Diverte e ensina.

Desprezando esse atletismo dominical, não vira eu como ele tendia para o progresso da Pátria, para o rejuvenescimento da nossa juventude que nasce velha, extirpando-lhe d'alma o pessimismo, a melancolia, as perturbações nervosas, fazendo-nos um povo escultural, sadio e alegre, como eram os tais gregos que o Senhor Coelho Neto inventou.

Até bem pouco, a minha atenção só estava voltada para os grandes doentes de corpo e de cabeça, como Pascal, Voltaire, Rousseau e tantos outros; mas, nos dias que correm, considere que tais personagens, incapazes para o football e outros exercícios saudáveis e helênicos, já pela sua constituição física vergonhosa, já pela sua organização mental defeituosa, deviam e devem ser sacrificados no nascedouro.

A vida deve pertencer aos fortes e é um erro estarmos protegendo os bois, os carneiros, os perus, enquanto exterminamos os leões e os tigres.

Capacitado disso e de mais outras cousas, transformei todo o meu sistema de idéias; e, de desdobramento em desdobramento, convenci-me de que não fora o serviço militar obrigatório, a famosa nação armada de von der Goltz, que trouxera ao mundo essa monstruosa guerra de 1914, por todos anunciada como finda.

Essa guerra que se revestiu das clássicas ferocidades das guerras de todos os tempos e requintou de maldade com o emprego das invenções e descobertas mais atuais, feitas geralmente com fins generosos e humanitários, foi obra dos pacifistas, dos internacionalistas, dos anarquistas, dos antimilitaristas, dos que não se entregam a *sports*.

Errava, portanto, quando tinha para mim que essa atroz carnificina originara-se unicamente da realização da tal idéia de nação-exército.

Posta em prática semelhante concepção, por mais que queiram negar os interessados de boa-fé ou não, surge logo uma casta de iniciados, uma espécie de colégio de sacerdotes egípcios, que são os oficiais, sobretudo os das armas chamadas especiais, encarregados de manter perpetuamente o fogo sagrado da guerra. Tal gente tem que empregar toda a sua vida em pensar na guerra, em planos, em novos armamentos, em aperfeiçoamentos da máquina belicosa, etc., etc.; e o prêmio dessa sua vida de pensamento, a sua glória só pode vir da guerra, da grande guerra.

Transmitem o seu sonho guerreiro aos outros oficiais, contaminam-nos; e, por sua vez, estes últimos, como instrutores, e comandantes de todos os graus, infeccionam o espírito dos inferiores e dos recrutas de dezoito anos, quase ainda na infância, de opiniões malsãs com o asseverar que o seu país é o primeiro do mundo, que está escolhido por Deus para fazer a felicidade do universo, que a guerra é divina, que não pode haver paz na terra, que da guerra nasce a riqueza de um país, etc., etc.

Em breve tempo, encontrando um povo dócil, crente, ativo e paciente, está criado um espírito coletivo no país, todo ele inclinado para a guerra e convencido das suas vantagens de toda a ordem.

E, como a idéia tende a transformar-se em ato, uma nação que adquiriu essa alma não se pode resignar a ficar com as armas ensarilhadas.

Quer a guerra, por força, tanto mais que, quando os rapazes, aos vinte e um anos, deixam a caserna, lá encontram o padre ou o pastor a pregar as mesmas cousas quarteleiras, as revistas populares a abundar nos mesmos conceitos e os sports violentos a lhes darem amor pelas cousas que sugerem a guerra.

Pensava assim, mas desde que, há quase dous meses me entreguei à leitura das notícias de *football* e de outros *sports*, vi que laborava em erro.

Todo o meu julgamento era falso, porque eu me tinha posto num ponto de vista humanitário que é absolutamente idiota e efeminado, como me convenci, lendo seguidamente o articulista *ad hoc* dos artigos de fundo do *O País* - um homem feroz que escreve com a cimitarra de Gêngis-Cã e não monta o cavalo fantástico da Utopia, mas sim aquele ginete tártaro de Maomé II que escapou de ir comer a sua ração na basílica de São Pedro, em Roma.

Além do derivativo, para a monotonia dos meus dias atuais, que encontrei em tão profícua leitura combinada com as das crônicas de *football*, quando as conseguia entender — a meditação sobre elas levaram-me à inteligência e certeza de que a força do Brasil há de originar-se principalmente da coesão que o football vai trazer às várias partes da federação, unindo os espíritos e as almas num mesmo pensamento e num mesmo anelo.

Até agora eram o *Malho* e o *Rio Nu* e o Casimiro de Abreu que somavam as nossas almas dispersas para fazer a da nação. Não havia lugarejo da nossa pátria em que não chegassem aquelas revistas e não havia vila obscura em que não soubessem as moças uma poesia do infeliz poeta das Primaveras. Ele tinha chegado, no Brasil, ao ápice da glória que um poeta deve desejar: era recitado, cantado, mesmo sem lhe saberem o nome; tocava todas as almas só pela força do seu estro.

Era isto um mal e é preciso explicar por quê.

Quanto ao *Malho*, o antigo e o novo, o mal não era grande, porquanto ele é patriota, religioso, “retrateiro”, e não tem nada de maximalista que possa incomodar o chanfalho do Senhor Aurelino e a prosa renda de bilros do esquecido filósofo Celso Vieira, da Polícia. Mas o *Rio Nu*? E o Casimiro, então? Este era pior do que a “gripe”. Enchia, com a sua versalhada mórbida, o país de tristeza, de um vago sonho de infelicidade redentora, de ânsias de amor não correspondido e infecundo e, reflexamente, deprimia-o, tirava-lhe a atividade dominadora e expansionista.

Não era possível continuar a cousa assim. A Alemanha tinha abandonado os seus poetas nevoentos e sonhadores; e tratara de encher-se de um ideal de força, de expansão e de domínio. É verdade que fracassou como colonizadora, só se mostrando capaz quando deu cabo dos Herreros; mas só aí. É verdade que a matilha internacional, em nome de idéias opostas às pelo Império Alemão propagadas, caiu-lhe em cima e fê-lo levar a breca. As suas idéias, porém, para maior glória de Deus, passaram para os outros povos vencedores e nós precisamos não ficar atrás. Devemos abandonar os nossos poetas choramingas, para ler as futuras epopéias dos vates do Itamarati, cantando as façanhas do Zé Bezerra e outros que tais impressas na tipografia dos Salesianos e de outras ordens religiosas, bem inspiradas nos Evangelhos canônicos ou mesmo apócrifos.

E para obter essa transposição profunda do sentir nacional estava naturalmente indicado o *football* e mesmo a nossa expansão pelo estrangeiro afora, como mostra a Associação Paulista de Sports Atléticos (A.P.S.A.) no seu célebre ofício à confederação dos mesmos *sports*, publicado *n’O Imparcial*.

Diz aquela sociedade textualmente, defendendo três dos seus sócios: “Amílcar, Neco e Friendreich têm sido os defensores das nossas cores (as do Brasil) na Argentina, no Uruguai e aí, nesta Capital (Rio de Janeiro), sempre que se precisa dos seus valiosos concursos”.

Mostra ainda a referida agremiação esportiva que esses três jogadores são constantemente afastados dos seus empregos, para tomar parte em pugnas de pé-bolado (V. *País*, de 22-12-18 – “Reportagens Esportivas”), fato que muito lhes prejudica no avanço das carreiras que abraçaram.

Essa obrigação em que está ela de designar quase sempre ou sempre esses três *players* não fornece a conclusão de que, apesar de tão generalizado, como dizem estar o *football*, não tenham eles substitutos ou equivalentes. Uma conclusão dessas seria ilógica, porquanto é fito a propagação do jogo de pontapés na bola concorrer para o desenvolvimento físico da nossa raça, o que não se daria, se após tantos anos, o “*sport* bretão” só tivesse em São Paulo essas três figuras obrigadas para os encontros mais importantes. O

desenvolvimento da raça deve ter sido conseguido e, com os quinhentos mil habitantes, a linda Paulicéia possuiria certamente muitos outros *footballers* da força daqueles três. O mesmo, suponho eu, deve se dar com o Rio de Janeiro, quanto “àqueles que perdem no seu interesse, quando concorrem para o triunfo das nossas cores e para os superávits do balanço dos grandes jogos”.

Tanto por lá como por aqui, podemos concluir que o desenvolvimento físico da população do país se vai generalizando sem que possa causar espanto a existência de alguns insubstituíveis.

Acredito, por isso digo “do país”, que, na Bahia, em Alagoas, em Mato Grosso, em Santa Catarina, seja o football intensamente cultivado. É verdade que ainda não li notícia das apostas entre jogadores daqui e da cidade do Salvador, mas o citado ofício faz suspeitar que já as tenha havido, pois diz que o “profissionalismo” “começa a irradiar dessa capital para o sul e norte do país”.

Há muitas cousas mais a observar e a concluir de tão interessante ofício e as conclusões a tirar é que o football tem trazido vantagens sociais, comerciais, financeiras, políticas, tanto no ponto de vista interno como no externo.

De todo o coração confesso, agora, o meu erro de julgamento sobre tão digno *sport*. Houve tempo até que acreditei que ele viesse a causar, entre São Paulo e o Rio de Janeiro, uma guerra de secessão brasileira.

Após a leitura do ofício em questão, desvaneceram-se essas minhas apreensões e fiquei convicto de que reina a máxima harmonia entre os paladinos das duas cidades.

Concorrendo, assim, para a coesão nacional, para um perfeito entrelaçamento da família brasileira, o jogo de football, ainda por cima, atua como elemento poderoso da nossa expansão nacional e faz falar do Brasil no estrangeiro.

Se os nossos sábios, os nossos poetas, os nossos artistas não são conhecidos lá fora, entretanto os jogadores de football são conhecidos na estranja.

Atualmente, fora dos *grounds*, só um brasileiro pode orgulhar-se disso: Rui Barbosa. É honroso para o desporto nacional!

Procurem a sua Josefina!²²⁷

Segundo as crônicas, a vida de Maquiavel não foi daquelas mais bem governadas pelo bom senso. Dizem por aí que ele gostava de conviver com vagabundos e bebericar pelas tavernas de Florença, malvestido e de algibeira pouco provida de dinheiro. Entretanto, saiu-se um dia dos seus cuidados e julgou-se capaz de dar conselhos aos políticos, para a boa governança dos seus estados. Escreveu o *Príncipe*, que ainda hoje é objeto de meditação e estudo, menos para a generalidade dos homens de governo.

Muitos outros homens tem havido, sagrados pela posteridade e pelos dicionários biográficos, que, tendo vivido uma vida muito pouco decente e equilibrada, segundo as regras comuns, não trepidaram em indicar aos homens de Estado o caminho são para estabelecer um governo forte, fecundo e as leis a que devem obedecer com segurança de acertar.

Rousseau foi um deles e até escreveu um tratado geral de ciência política, cujos ensinamentos, sob este ou aquele disfarce, com estas ou outras palavras, perpassam ainda hoje no fraseado das arengas parlamentares e nos sólidos artigos da imprensa política.

É verdade que também Rousseau publicou uma obra sobre a educação das crianças; e este seu livro —*Émile*— provocou de Voltaire a reflexão de que era dever de quem se propunha a tal coisa ser primeiramente bem-educada. Suponho que o patriarca de Ferney se referia ao cidadão de Genebra.

Apesar de não conhecer nenhum modesto e bem-equilibrado funcionário ou honesto negociante que tenha tentado estabelecer as regras da sã política; há, entretanto, homens austeros que, direta ou indiretamente, têm se permitido a liberdade de incutir no espírito dos príncipes normas do bem-governar.

Pessoas autorizadas dizem que Fénelon, no seu *Telêmaco*, visou isso, tanto mais que o escreveu “ad usum Delphini”, no caso: o duque de Bourgogne. Há mesmo quem vá além e afirme que, nesse seu livro, existem críticas aos processos governamentais e às ideias administrativas de Luís XIV, augusto avô do seu augusto discípulo.

Livro que se lê em menino, logo que se consegue traduzir francês, não é possível a quem não se entrega à exegese de obras célebres da literatura dizer até que ponto tem fundamento a opinião dos que examinaram à luz da vida dos personagens, dos costumes, das medidas de governos contemporâneos, a elas. Os sábios, em resumo, as estudaram, com as

²²⁷ A.B.C., 4 jan. 1919. p. 14-15.

respectivas sabedorias, na sua ambiência natural e as localizam na sua época. Nós não podemos fazer o mesmo para discutir com eles.

Li o *Telêmaco*, como toda a gente; mas, hoje, só me lembro de Salento e da felicidade dos salentinos com a emoção simples de menino. Não posso adiantar coisa alguma sobre o que se assegura por aí com relação às censuras, às indiretas, às críticas veladas ao poderoso Rei Sol, existentes no popular romance do obediente prelado que se retratou humildemente do quietismo herético de Mme Guyon.

Julgo também que o Padre António Vieira deu por escrito conselhos políticos ao duque de Bragança que foi mais tarde rei de Portugal; mas nunca os li, nem serei capaz de lê-los. Se citei o célebre jesuíta, foi para prestar homenagem a um gênio seminacional e ao seu lídimo português, que é bem outra língua para muita gente, da qual não me envergonho de fazer parte.

Vendo, agora que a idade me chega e a experiência também, que os mais diversos homens, tanto de costumes como de importância social, se haviam animado a aconselhar príncipes, reis, doges, com verdadeiros manuais da arte de governar, eu me lembrei de transmitir aos leitores os preceitos que o meu obscuro amigo Alamiro Viana julgava próprios para fazer um perfeito governante na nossa terra.

Este Alamiro, conquanto tivesse a vida mais honesta que se pode exigir, era incapaz de governar o seu colarinho no pescoço ou a gravata no colarinho; entretanto, sempre o conheci interessado pelas cousas de governo. Ele me expôs as suas idéias, em diversas épocas e ocasiões. Eu, porém, vou resumi-las aqui e expô-las num corpo só, como se assim ele me tivesse feito. Ei-las:

Essencialmente agrícola e democrático como o Brasil, não era possível que eu tivesse em mira organizar com papel, pena e tinta, o modelo do "Príncipe Perfeito" que lhe fosse adequado. Nós não temos "príncipe"; temos presidente da República. Pela natureza do régimen, deve provir este das camadas médias e atravessar vagarosamente os cargos políticos e administrativos que o ponham em evidência.

Não é de supor que tenha uma grande ilustração nas letras, nas ciências e nas artes. Formado em bacharel ou em outra qualquer coisa, o seu comércio com os livros deve ser pouco abandonado. Não só porque isto lhe pediria tempo que deve ser mais bem empregado no estudo de cousas eleitorais e no cultivo de relações com pessoas poderosas e decisivas no lugar em que ele começar sendo juiz, promotor ou médico de aldeia, como também os livros lhe tirariam a energia precisa ou dispersá-la-iam quando é seu dever consagrá-la toda num único propósito: subir.

Poderão objetar que o aprendiz de presidente deve ser fácil na palavra, fazer discursos, citar autores políticos e celebridades financeiras, para o que precisa leitura. Para tudo isso, porém, os gastos da carreira não exigem o manuseio de grandes obras e o comércio de tratadistas em vigor. Bastará o emprego da sabedoria comum, sem abandonar a leitura constante dos jornais e das revistas vulgares. Uma vez ou outra, entretanto, é conveniente conversar com os malucos que estudam a vida inteira ou ler-lhes apressadamente as maluquices que escrevem.

O principal e mais fecundo ideal do político é não querer fazer nada de útil aos outros e tratar unicamente de si, da sua fortuna pessoal e da família. Não quer isto dizer que não propugne a execução de obras de utilidade geral. Aí, porém, há os seus conformes. Se for vereador de um vilar qualquer, trabalhará para a substituição de um pontilhão de madeira que há na estrada do Itaí, por um outro mais sólido de alvenaria.

Quando o melhoramento se inaugurar, promoverá uma festança: arcos de bambus, foguetes, girândolas, bênção do vigário, discursos, notícias nos jornalecos locais e nos da capital e o barulho da filarmônica local. Entretanto, no cargo de deputado estadual, os projetos devem ser mais platônicos e inócuos, revestindoos, porém, de uma feição de grandeza e de fecundo em resultados práticos. Por exemplo: autorizará o governo a mandar ao lugarejo em que foi promotor ou clinicou uma comissão para estudar as jazidas de cobre que lá existem.

A comissão irá, ocupará cômodos nos hotéis, namorará as belezas locais, empregará uns camaradas indígenas, fará uns buracos, apresentará um relatório suculento que terá uma grande repercussão. Os matutos esperarão muito tempo a inauguração da exploração em regra que nunca terá início; mas sempre falarão na boa vontade do doutor para obter a prosperidade do município.

A sua influência na Câmara ficará solidificada e os que a tiverem em outras limítrofes procurarão a sua amizade e entendimento político, de modo que, em breve, poderá ele ser deputado federal.

É nesta parte da vida pública que se decidirá a sua ascensão final ao Catete.

Tenho observado que é útil ao deputado, no interesse de sua carreira, não procurar fazer figura no início de sua deputação. Deve evitar dar muito na vista e ter opiniões sobre qualquer assunto. O bom deputado não deve ter opinião sobre cousa alguma, para poder ter toda aquela que for do agrado dos chefes. Dando na vista e afetando opiniões suas, parecerá a estes que o novo parlamentar quer se emancipar deles ou mesmo dominá-los ou dar-lhes o tombo. A prudência e a segurança na sua escalada ao poder pedem que ele receba com o maior acatamento e veneração as ordens, as idéias e as opiniões dos Zés Bezerras ou Pires Ferreira. Dessa massa é que se fazem os leaders das bancadas e saem aqueles deputados que têm as boas graças dos governos. É preciso não esquecer que a Câmara é uma média, além de ser uma "multidão"; e quem nela está ou faz parte, perde muito de próprio e ganha muito pouco.

O deputado novato que se guiar por essas observações e tivê-las sempre em mira como princípio de sua conduta política, não será leader na primeira legislatura, mas na segunda sê-lo-á e a sua carreira no parlamento estará feita. É preciso, porém, ter os olhos voltados para um ministério, por isso ele não se deixará anular. Convém que o seu nome saia nos jornais, para isso deve cultivar a amizade dos jornalistas de todas as opiniões do momento, desde os famosos até o

mais obscuro. Procure mesmo que os rapazes dos jornais o trocem. Troçado no Rio de Janeiro, é célebre em Santa Efigênia do Roncador. De quando em quando, o nosso futuro presidente deve afirmar a necessidade imperiosa de tratarmos do desenvolvimento da indústria pecuária e do fortalecimento da federação nacional, não permitindo a deturpação do régimen. Tudo isto muito vagamente, sem tocar de frente no assunto.

Há, porém, um escolho na vida do político que tenciona chegar à presidência: é o casamento.

Um homem hábil que quiser guindar-se às alturas políticas deve ter muito cuidado com a escolha de sua esposa. Três espécies de casamento podemos estabelecer, para facilidade do nosso estudo: o de fortuna, o de interesse e o primitivo, o natural.

O de amor não se conta, pois esse negócio, dizem os entendidos, só é encontrado fora do matrimônio. Vejamos quais são os característicos das espécies e qual a que é útil ao político.

O de fortuna é aquele em que o cidadão procura na mulher o dinheiro, pois é raro que a mulher procure no homem a mesma cousa, deixando tal propósito para mais tarde, independente do marido. Justiça lhe seja feita!

O de interesse é aquele em que o cidadão enxerga na mulher, pelo seu nascimento ou por suas relações de família, um bom meio de subir e brilhar. As mulheres procuram, às vezes, a última cousa nos maridos.

Quanto à terceira, o nome está dizendo o que é; e não preciso lembrar cousas da época das cavernas, para explicá-la melhor. Casamentos desta natureza são, em raros casos, almejados pelos homens; mas, sempre, pelas mulheres. Coitadas!

Nenhuma destas espécies de casamentos convém ao político que tem os olhos voltados para o Catete.

O de dinheiro é bom, se a mulher é completamente idiota. É fácil encontrar um homem idiota, mas uma mulher é muito difícil; é fácil, em compensação, encontrar um homem muito inteligente; mas uma mulher é muito difícil.

A mulher rica que não é idiota, o que quer é dominar o homem, por isso, compra-o. Não o deixará com a liberdade de movimentos necessários ao político de grandes remígios. Não permitirá que afague os chefes influentes e as respectivas famílias, pois leva a sério as suas fumaças de nobreza de armazém... Tudo isto trará dificuldades na ascensão da carreira que ela não sentirá necessária, porque tem o dinheiro "dela" que será o dos filhos. "Ele" que lhe fique às sopas...

O de interesse não dará resultados, porquanto os primeiros passos que tem de dar o político, só pode ser em lugares longínquos; e se aí casar-se para ser vereador, talvez, no máximo, consiga ser deputado estadual, não tendo o sogro e os seus parentes valimento para levá-lo mais longe. É melhor não passar nunca dos namoros sem conseqüências e estabelecer com eles os degraus de sua escada.

O primitivo trará a carga pesada da matrona e dos filhos, que se sucederão quase de ano em ano, tolhendo-lhe os movimentos e obrigando-o, por decência, à morrinha enervante do lar.

Um político que começa deve viajar no seu caminho aligeirado de cargas e trambolhos morais, materiais, sociais e familiares.

De resto, as mulheres adequadas às duas últimas espécies de casamentos são fáceis de contentar. São pouco motrizes, ou nada!

Qualquer uma delas está contente em ser segunda, não em Roma, mas em qualquer aldeia. A rica poderá ser mais motriz, mas não o é. O seu ideal é o dinheiro, figurar em uma grande cidade e um deputado pode fazer uma cousa ou outra, sem deixar a Câmara, pensa ela. Fá-lo estagnar, uma e outra.

Não convindo nenhuma mulher dessas três espécies, o político deve encontrar a sua em casamento mais complexo, de natureza muito especial, não esquecendo nunca de ter em vista estes dous princípios que devem guiar a sua vida:

- a) fazer fortuna;
- b) não ter nenhum propósito de beneficiar a comunhão geral.

No Brasil, observo (não se esqueçam que é o Alamiro que fala) que os políticos, se bem que se guiem por estes dous vitais princípios, não chegam nunca ao ápice da glória de sua carreira, para felicidade deles e para nos dar um espetáculo soberbo da energia humana. Atribuo isto aos seus casamentos desastrosos e indecentemente bacharelescos e burgueses. Quase sempre com eles afastam de si quase todas as chances de subir bem alto e dominar completamente. Se casam ricos, causam inveja; se casam por interesse, param, não prosperam; se casam pelo império da natureza, são olhados como mendigos que precisam de bons empregos para manter a mulher e os filhos.

O casamento que convém a um político de longo curso deve ser feito como o de Napoleão com a viúva Beauharnais, a Rose do Diretório, que será mais tarde a imperatriz Josefina. Eles, os políticos, devem, como Buonaparte, procurar, nesse negócio de casamento, antes "trouver l'amour tout fait que l'amour à faire". Entendam bem. Rose, na sua atroz e dourada miséria, julgava que o corso tinha dinheiro, à vista dos ricos presentes que lhe oferecia; e Napoleão necessitava dela, já por supô-la com alguma fortuna na... Martinica, já pelos seus vitoriosos e infalíveis préstimos junto aos poderosos do dia.

Todos os dous precisavam de dinheiro e um esperava encontrá-lo com o auxílio do outro.

Conta Barras, nas suas *Memórias*, então todo-poderoso diretor da República Francesa, que Bonaparte lhe dissera: "Les femmes sont bonnes à quelque chose en ce monde; elles sont plus serviables que les hommes".

É preciso, como Napoleão, para afastar os obstáculos de uma grande carreira, arranjar uma mulher *serviable* como Josefina, que o foi generosamente para Hoche, generosamente para a ordenança deste e generosamente para *tutti quanti*, como diz Barras.

As mulheres desta espécie têm os predicados de educação das ricas, com a superioridade de tê-la feito objetivamente na vida; têm as vantagens das mulheres que, pelas suas relações, podem fazer subir o marido; têm as qualidades requintadas das mulheres primitivas, sem o trambolho dos filhos. Sabem escamoteá-los...

Demais, possuem a ambição, não lhe dando limite algum; conhecem toda a espécie de homens de alto a baixo, sabendo como ferir, um por um, na sua corda sensível; e, finalmente, unem-se comercialmente na esperança de lucro avultado, que cada um por si não poderia obter. São motrizes e operatrizes, para resumir afinal.

O destino do general Buonaparte, que até ali era um general de rua, uma espécie de delegado de polícia agalado, e não conseguira obter um comando-em-chefe, uma comissão importante, apesar de todo o empenho de Barras, vai mudar, logo que conhece a Rose do Diretório. Trata casamento com a faiscante viúva do general Beauharnais, trouxe-a a conferência com Barras num gabinete secreto, espera-a na ante-sala; o diretor não deixa o manto nas mãos da futura imperatriz e está o nosso homem no caminho do domínio político, da fortuna e, por quebra, da glória. Ei-lo feito general-em-chefe, tendo vencido a desconfiança jacobina do honesto Carnot.

Na véspera do seu embarque, para assumir o comando do exército da Itália, à custa da República Francesa, enche de dinheiro, de mobílias, de cavalos, de carruagens, a sua esposa, "qui", conta ainda Barras, "des longtemps exercée à ce genre de métier, savait faire de l'argent".

Os nossos principiantes políticos não devem esquecer que Buonaparte nasceu na maior miséria; que sua mãe e irmãs, quando ele andava no exército, em cargos subalternos, viveram em Marselha e outros lugares, da caridade pública e privada; e que, afinal, ele veio a passear a cavalo a Europa toda, como vencedor, e ainda hoje atormenta o mundo e é aclamado como grande general e extraordinário político.

Quando Alamiro me disse isto, olhou, um por um, os retratos e quadros de sua modesta biblioteca e me disse:

— Não admiro Napoleão; é um tipo negativo, teatral e grosseiro. E da espécie de teatro dos grandes lances, dos berros e grandes gestos. Dos tipos negativos, o que admiro, é aquele.

Apontou um busto em gesso que havia entre duas estantes. Perguntei:

— Quem é?

— É o imperador Juliano. É o mais puro dos negadores; é aquele que soube, sem baixeiras ignóbeis, discretamente, modelar a sua vida no seu ideal. "Venceste, Galileu!" Que se há de fazer?

Depois acrescentou:

— Admiro, entretanto, muito Josefina. Vou mandar pôr no quadro a reprodução, em heliogravura, do seu retrato por Isabey.

Este diálogo talvez nada adiante aos políticos, mas um ensinamento ainda surge dele: procurem a sua Josefina!

Mágoa que rala (*Histórias e sonhos*)

I

Dos chefes de Estado que tem tido o Brasil, o que mais amou, e muito profundamente, o Rio de Janeiro, foi sem dúvida, Dom João VI; e a população da cidade e arredores ainda tem na memória, nos dias contemporâneos, mais de um século após a sua chegada a estas plagas, a lembrança do seu nome. Nas freguesias afastadas do antigo Município Neutro, que conservam até hoje uma forte feição roceira, a recordação do rei bondoso e bonachão é mais viva e o seu nome é pronunciado pela gente mais humilde de tais lugarejos, sofrendo uma abreviatura singular — “Dom Sexto”. Os que o precederam e nos governaram como vice-reis e governadores gerais portaram-se na capital da ilimitada colônia portuguesa como simples funcionários, executores de ordens dos reis, ministros, conselhos, mesas disto e daquilo, sem olhar sequer as árvores, o céu, as cenas que os cercavam e muito menos a gente da terra. Acredito que, com a sua empáfia de fidalgos avariados, muitos deles duvidassem da humanidade dessa última e se aborrecessem com a natureza local, pululante e grandiosa. Não se pareciam com as coisas semelhantes de Portugal e não se podiam medir pelo estalão delas; não prestavam, portanto. A gente, para eles, um pouco mais que animais, eram uns negros à-toa; e a natureza, um flagelo de mosquitos e cascavéis, sem possuir uma proporcionalidade com o homem, como a de Portugal, que parecia um jardim, feito para o homem. Mesmo os nossos poetas mais velhos nunca entenderam a nossa vegetação, os nossos mares, os nossos rios; não compreendiam as nossas coisas naturais e nunca lhes pegaram a alma, o *subtractum*; e se queriam dizer alguma coisa sobre ela caíam no lugar-comum amplificado e no encadeamento de adjetivos grandiloquentes, quando não voltavam para a sua arcadiana e livresca floresta de álamos, plátanos, mirtos, com vagabundíssimas ninfas e faunos idiotas, segundo a retórica e a poética didáticas das suas cerebrinas escolas, cheias de pomposos tropos, de rapé, de latim, e regras de catecismo literário.

Se, nos poetas, o sentimento da natureza era esse de paisagens de poetas latinos, numa diluição já tão exaustiva que fazia que os autores do decalque se parecessem todos uns com os outros, como se poderia exigir de funcionários, fidalgos limitados, na sua própria prosápia, uma maior força original de sentimento diante dos novos quadros naturais que a luminosa Guanabara lhes dava, cercando as águas de mercúrio de suas harmoniosas enseadas?

Dom João VI, porém, nobre de alta linhagem e príncipe do século de Rousseau, mal enfronhado na literatura palerma dos árcades, dos desembargadores e repentistas, estava mais apto para senti-los de primeira mão, diretamente. Podia ele, perfeitamente, amar o

passaredo alegre na plumagem e triste no canto, a gravidade alpestre de cenários severos, os morros cobertos de árvores de insondável verde-escuro, que descem pelas encostas amarradas umas às outras, pelos cipós e trepadeiras, até o mar fosco que muge ao sopé deles.

O sucesso de Rousseau entre a alta fidalguia do seu tempo foi um estranho acontecimento que hoje surpreende a todos nós, tanto mais que não se passa uma geração e vem ele a ser amaldiçoado pelos filhos e netos dos que o festejaram, como sendo um dos autores do 89 e do rubro 93.

Antes disso foi ele o *enfant gâté* da grande nobreza e da grande burguesia que àquela se assemelhava nos gestos, nos gostos, nos vestuários, em tudo, enfim, até no modo de assinar o nome.

Depois dos seus primeiros sucessos musicais e literários, mesmo antes com a sua mãe-amante, Madame de Warens, Jean-Jacques foi o mimo, o autor predileto da alta nobreza e da grande burguesia, que esperavam a guilhotina da Grande Revolução lendo as suas declamações e objurgatórias contra a civilização. Sempre lido por elas, sempre por elas agraciado e socorrido, ambas sorveram com lágrimas nos olhos as palavras do genebrino, cujas obras deviam inspirar e sustentar o ânimo do sumo pontífice da guilhotina — Robespierre. E Rousseau, nas festanças e bailes do rico financeiro Dupin, avô ou coisa parecida de George Sand que, numa edição das *Confessions*, prefaciada por ela, se confessa fiel ao espírito do comensal de seu avô, naquele lacustre castelo de Chenonceaux, erguido a capricho sobre as águas do Cher; é Mme. d'Épinay, é a marechala de Luxembourg, é o marquês de Girardin, é o príncipe de Conti, é Frederico II, é o marechal, governador de Neuchâtel, em nome deste último, e tantos outros magnatas do tempo.

Dom João VI devia tê-lo lido e, sendo desgraçado três vezes, como filho, como marido e como rei, havia de encontrar a sua alma bem aberta para lhe receber as lições e compreender de modo mais amplo a natureza, de modo a ser solicitado para um convívio mais íntimo com as árvores, com os regatos, com as cascatas, fossem elas civilizadas, bárbaras ou selvagens.

Fugindo do seu reino, trazendo consigo a mãe louca, que pedia, ao embarcar em Lisboa, andassem mais devagar, para não parecer que fugiam; obrigado pelo seu nascimento e as condições particulares do seu estado, a suportar uma mulher que perdera toda a conveniência, todo o pudor e todo o respeito a si própria, nos seus desregramentos sexuais — o pobre rei, gordo, glutão, tido como estúpido, desconfiado da sua paternidade oficial, só encontrava na música e nos aspectos naturais derivativos para a sua muito humana necessidade de efusões sentimentais.

Na sua vida de grandes mágoas e profundas dores, o seu desembarque no Rio com certeza foi para a sua alma uma aleluia. A augusta beleza do cenário natural, a sua originalidade imprevista e grandiosa — sem atingir o incompreensível do desmedido e do colossal, a efusão filial de toda uma bizarra população de brancos, índios, negros e mulatos, quase toda a chorar, provocaram muito naturalmente a simpatia, fizeram-lhe logo brotar no coração uma grande afeição pelo lugar, animaram-no novamente a viver, sentir-se rei de fato — Rei — o chefe aceito voluntariamente, como pai e senhora, por todos aqueles súditos longínquos que o viam pela primeira vez.

Dom João, diz Oliveira Lima, caminha sereno, com a melancolia a fundir-se ao calor da simpatia que o estava acolhendo.

Para bem ver a terra, então, ele se esqueceu das quinze mil pessoas que o acompanhavam desde as margens do Tejo, daqueles quinze mil “desembargadores e repentistas, peraltas e sécias, frades, e freiras, monsenhores e castrados — enxame de parasitas imundos”, como diz Oliveira Martins, que aportava em São Sebastião para esvair quotidianamente a Ucharia Real e enchê-la em troca de zumbidos de intrigas, mexericos e alcovitices.

E o rei pagou bem o carinho filial com que o Rio de Janeiro o recebeu; foi grato. Tratou logo de arranjar uma nobreza da terra, que ele mesmo dizia não ser “nobreza” mas “tafetá”; protegeu José Maurício e autorizou que a sua desgraciosa mas sagrada figura de rei, de nobre da mais alta e pura fidalguia, apesar da filha do Barbadão, fosse pintada na tela por um pobre pintor mulato, José Leandro, que nunca vira a Itália, nem museus, nem academias, e talvez até nem tivesse mestres.

Mas, não foi só aí que mostrou a sua gratidão para os afagos recebidos por ele, na sociedade da Guanabara; não o foi também, unicamente, nas instituições de ensino e outras que criou; foi para a terra que o seu agradecimento se voltou, foi para a sua beleza de que se enamorou, onde quis deixar as marcas e o penhor do grande amor que ela lhe inspirara.

De fato, não há lugar no Rio de Janeiro que não tenha uma lembrança do simplório rei erisipeloso e gordo. De Santa Cruz à Ilha do Governador, numa distância de vinte léguas, as há por toda parte; da ilha do Governador à Gávea, também; e no centro da cidade são inúmeras.

Com as más entradas daqueles tempos, talvez pouco piores que as de hoje, é incrível como esse homem, tido por preguiçoso, indolente, vadio, vencesse tão grandes distâncias, andando de um lado para o outro, só para gozar os pitorescos e pitorescos recantos de sua improvisada capital ultramarina.

Hoje, com bondes elétricos, automóveis e o mais, os nossos grandes burgueses, alguns, dados todos os descontos, mais ricos do que o príncipe regente, só sabem amontoar-se em Botafogo, em palacetes de um gosto afetado, pedras falsas de arquitetura, com as tabuletas idiotas de “vilas” disto ou daquilo.

E não era só o rei; a própria rainha foi-se para Botafogo, hoje “melindroso” e “encantador” mas, naquele tempo, roça perfeita; Von Langsdorff, cônsul geral da Rússia, tinha uma fazenda na raiz da serra, onde cultivava em larga escala a mandioca; Chamberlain, também cônsul-geral, mas da Inglaterra, era proprietário de uma chácara em Santa Tereza, para caçar borboletas e plantar café; um emigrado político, o conde de Hogendrop foi morar como simples roceiro da terra, nas Águas Férreas; e o pintor Taunay, membro do Instituto de França, que veio com a missão artística de Lebreton, foi residir com toda a família, nas proximidades da cascatinha da Tijuca.

A nossa burguesia atual, porém, é panurgiana e, por isso, banaliza tudo em que toca ou de que se utiliza. Darwin, quando passou por aqui, em 1832, habitou durante os belos meses cariocas de Maio e junho uma pequena casa de roça, nas cercanias da baía de Botafogo. É impossível, diz ele, sonhar nada mais delicioso do que essa residência de algumas semanas em país tão admirável! Hoje, se ele visse esse subúrbio do Rio de Janeiro, com as suas casas quase todas iguais em pacholice; com os seus jardins econômicos de terra e, mais do que isso, avaros; com a sua aristocracia de melindrosas desfrutáveis e encantadoras com o espírito nas pontas dos dedos, ambos, machos e fêmeas, estetas de cinemas; com os seus verdadeiros e falsos ricos, arrogantes e ávidos; com os seus lacaios e *badauds* do luxo de pacotilha que lá impera; como não se recordaria da meiguice primitiva do lugar, quando por ali ele caçava “planárias”, classificadas por Cuvier como vermes intestinais, mas que, por sinal, não se encontram nos intestinos de qualquer animal; como lhe dariam saudades a música vespéral e dissonante iniciada pelas cigarras estridentes, e seguida pelo coaxar de rãs e sapos e pelo chiar dos grilos, com a iluminação instantânea dos pirilampos? Mas, a nuvem pardo-azul, que nos grandes dias de luz funde ao longe as cores e as nuances, observada pelo sábio inglês, ainda se pode ver aquele célebre recanto do Rio de Janeiro. Os burgueses não se erguem da terra; não escalam o céu. Isso é coisa para titãs... A nossa plutocracia, como a de todos os países, perdeu a única justificação da sua existência como alta classe, mais ou menos viciosa e privilegiada, que era a de educadora das massas, propulsora do seu alevantamento moral, artístico e social. Nada sabe fazer de acordo com o país, nem inspirar que se faça. Ela copia os hábitos e opiniões uns dos outros, amontoa-se num lugar só, e deixa os lindos recantos do Rio de Janeiro abandonados aos carvoeiros ferozes que, afinal, saem dela mesma.

Encarando a burguesia atual de todo gênero, os recursos e privilégios de que dispõe, como sendo unicamente meios de alcançar fáceis prazeres e baixas satisfações pessoais, e não se compenetrando ela de ter, para com os outros, deveres de todas as espécies, falseia a sua missão e provoca a sua morte. Não precisará de guilhotina...

É bom lembrar, porém, já que falávamos em Darwin, que ele — e não podia deixar de fazê-lo — se refere também ao Jardim Botânico; e este recanto do Rio de Janeiro, tão peculiar à cidade que é até um dos seus emblemas, fala ainda de Dom João VI. Até bem pouco tempo, era o lugar predileto para os passeios burgueses e familiares. Era o lugar dos piqueniques ou convescotes; e, aos domingos e dias de festas, quem lá fosse, encontraria, sombra das suas veneráveis árvores, famílias e convivas, criados e mucamas e noivos, a comer o leitão assado e o peru recheado, votivos à boa harmonia e felicidade dos lares, em dias de sacrifício doméstico do nosso culto aos penates. Foram proibidos, e o Jardim Botânico só ficou lembrado por causa de uma casa rústica que havia defronte dele, espécie de hospedaria disfarçada em que, à noite, se realizavam pândegas alegres de rapazes e raparigas que não tinham o que perder. Assim mesmo, entretanto, ele não se aguentou na memória dos cariocas passeadores. Como Silvestre, a Tijuca e o moderno Sumaré, passou da moda. Hoje é em Copacabana e adjacências que se realizam as pândegas e se epilogam tragédias ou comédias conjugais. O Jardim Botânico, porém, ficou sossegado, quieto entre o mar bem próximo e a selva verde-negra que cobre os contrafortes do Corcovado ao fundo, polvilhada de prata após as grandes chuvas, lançando sobre os que o abandonaram o desdém de suas palmeiras altivas e titanicamente para o céu, à espera de que, para as suas alfombras, voltem as famílias em festança honesta e os amorosos irregulares em transportes sagrados, a fim de abençoar, quer umas, quer outros, debaixo das arcaicas góticas dos seus bambus veneráveis.

Conquanto tenha tido a primazia de nortear, para o seu portão, a primeira linha de bondes que se construiu no Rio de Janeiro, de uns tempos a esta parte o jardim deixou de ser falado nos jornais, nas crônicas elegantes, não mais foi escolhido para festividades mundanas a estrangeiros de distinção efêmera; e a massa dos cariocas desabitua-se de lhe ouvir o nome, nem vendo a sua alameda senhoria de palmeiras nas notas do Tesouro, esqueceu-se daquele pedaço da cidade, que é bem e só ele mesmo, ele unicamente, sem semelhança com outro.

Um belo dia de anos passados, porém, nas primeiras horas da manhã, logo após o café, abrindo os jornais, deram os cariocas com a primeira página de quase todos os quotidianos ocupada com uma longa notícia, entremeada de gravuras macabras e fisionomias satisfeitas de policiais em diligência.

Cada qual das gazetas tinha mais títulos e subtítulos e cada qual destes era mais campanudo e inexplicável. Leram a notícia e, em suma, tratava-se do seguinte: tendo fechado o jardim, os guardas, conforme mandava o regulamento, passaram revista a todo ele. Davam-na por acabada, quando um deles encontrou, na borda de um gramado, um punhal esquisito, “esquinado”, dizia ele, com uma inscrição na face da lâmina. Era simples e em espanhol o mote: *Soy yo!* O achado intrigou-o, esquadrinhou melhor os arredores e veio a dar, dissimulado em uma moita, com o cadáver de uma mulher com o rosto arroxado e congestionado, inteiramente vestida, só com chapéu fora do lugar, mas, posto por outra mão ao lado dela. Parecia estrangeira. De súbito e de forma tão tétrica, foi arrancado do esquecimento a lembrança do velho jardim real; e ele surgiu a todos da cidade com uma auréola de martírio, feita da ingratidão de toda uma população a cujos país e avós, sem nada lhes pedir, ele soubera dar tantos instantes de alegria e amor.

Os jornais lembraram a sua história, a sua fundação pelo rei Dom João VI, os benefícios que havia prestado com fornecimentos de sementes de plantas úteis ou “mudas” de variedades de cana-de-açúcar; lembraram a plantação de chá que lá houvera, sem esquecer de louvar as esguias e majestosas palmeiras, uma das quais, plantada pelas próprias mãos do rei, estava morrendo de velha.

O inquérito veio a correr, ou melhor, a arrastar-se sem esperança de resultado; e a inscrição em espanhol, no punhal, fazia que as autoridades policiais prendessem, não só todos os súditos do rei da Espanha que encontravam à mão, como também colombianos, argentinos, chilenos, e até um filipino azeitonado foi preso, apesar de ser um simples e inofensivo malaio vagabundo e cabeludo, que vivia a catar ervas medicinais para vendê-las aos herbanários da rua Larga e aos chefes de macumbas e “candomblés” dos subúrbios longínquos. Tudo em pura perda.

A vítima foi identificada. Era uma criada alemã, arrumadeira de um grande hotel de luxo do Silvestre ou de Santa Tereza, que, nos seus dias de folga ou licença, gostava de passear pelos arredores da cidade e beber cerveja em toda parte. Todos os frequentadores de casas de chopes conheciam aquela pequena alemã, de Baden, rechonchudinha, polpuda que nem um repolho, com os maldres sempre rosados, possuidora de um perfeito aspecto de boneca alemã de carregaço, que bebia mais do que os patrícios, rindo e estalando as palavras no duro e gutural alemão, cuja família diziam ser de camponeses de um lugarejo do grão-ducado. Os seus papéis eram cartas dos pais, de irmãos e parentes, além de lembranças de uns e outros, como retratos, sem mais outro traço sentimental que não este da família; e sobre o seu cadáver foram encontradas as joias que a sua modesta condição permitia possuir: um anel

de pouco preço, umas bichas de ouro e brilhantes mas de valor pouco considerável, um par de pulseiras, algum dinheiro e mais nada.

II

O doutor Matos Garção era quem conduzia o inquérito; mas esse moço, feito delegado de polícia, por empenhos de políticos do interior e sendo ele mesmo de São Sebastião de Passa Quatro, pecava por inteiro desconhecimento do Rio de Janeiro, de forma que, apesar de ter alguma inteligência, andou dando por paus e por pedras, cego, tonto, numa descontinuidade de esforços de causar riso e pena.

Houve até uma diligência que, inspirada por ele, parecia encaminhá-lo para a descoberta do assassino da pequena Grauben Hunderbrok; mas que ele não a soube aproveitar. Tendo observado que muitos desses imigrantes espontâneos chegam ao Rio de Janeiro, com passagem por Buenos Aires, conseguiu obter da polícia argentina informações a respeito da alemãzinha assassinada. De lá, noticiaram que ela estivera naquela cidade do Prata, havia já quatro anos, quando, tendo vinte e três de idade, viera de França, de Paris, acompanhando uma família rica argentina, como criada. Meses depois, poucos, quatro, se tanto, despedira-se bruscamente e subitamente embarcara para a Guanabara. Era o que informaram as pessoas da família Avendaña, com a qual aportara em Buenos Aires. Um casal de alemães, cujo marido tinha um emprego secundário nas oficinas da Cervejaria Brama, sem ser solicitado, depôs perante o delegado. O que havia de importante, no depoimento dele, era que Grauben tinha na sua companhia um filho de quatro anos, a que dera à luz alguns meses após a sua chegada de Buenos Ayres. O exame médico-legal tinha já indicado essa maternidade que ela parecia querer ocultar.

O punhal foi bem examinado; mas apesar de parecer a todos uma arma de luxo e antiga, cabo de prata lavrada, guarda de aço com arabescos tauxiados e a tal inscrição sibilina — *Soy yo!* na lâmina também tauxiada de arabescos, nenhum dos armeiros, chamados para quesitos, se animavam a dizê-lo autêntico, hesitavam na determinação de sua procedência, uns queriam-na toledana, outros italiana das primitivas armas da Renascença e alguns mesmo chegaram a pensar em uma imitação, para “engazopar” os colecionadores “rastas” da América do Sul. A bainha não foi encontrada; a adaga estava imaculada de sangue, pois a morte se dera por estrangulamento, tendo o assassino simplesmente esganado a rapariga com ambas as mãos.

Ia assim o inquérito, cansando todos: delegado, escrivão, comissários, guardas, agentes, polícias de farda, “encostados”, jornalistas e o público; e já o doutor Matos, de São

Sebastião de Passa Quatro, se resolvera a fechar a semana “espanhola” e inaugurar a “germânica” com a detenção de muitos alemães, quando a 22 de junho, isto dias depois do assassinio, surge na delegacia um rapaz de vinte e poucos anos de idade, boa aparência, que se acusa como autor do homicídio do jardim.

Chamava-se ele Lourenço da Mota Orestes e era empregado nos Telégrafos, em um modesto lugar, sendo muito estimado pelos chefes, superiores e colegas, pela sua reserva, sua assiduidade e obediência. Fora, antes, empregado no comércio, onde seu pai era também muito estimado e considerado, pela sua honestidade e rigor no cumprimento das suas obrigações. Tinha este um grande “bazar” muito apregoado, pelas bandas do Estácio de Sá, onde comerciava com toda a lisura, não tendo por isso grande fortuna, empregando quase toda a renda da loja nas suas despesas de família.

Lourenço, ao entardecer daquele úmido dia de junho de... chegou à delegacia e disse precisar falar ao delegado sobre o assassinio da alemãzinha. Estava já a autoridade muito enfarada com o caso e demorou razoavelmente em recebê-lo. Devido à insistência do rapaz, veio a ser ouvido duas horas depois de sua chegada. Logo que se aproximou do doutor Matos, disse-lhe sem mais detença que confessava ser ele o matador de Grauben. O jovem bacharel de São Sebastião de Passa Quatro estremeceu na ampla cadeira, levantou-se como se fosse impelido por uma mola, e, acompanhando a fala com um olhar desvairado, perguntou ao rapaz, para quem tinha a mão direita estendida, apontando-o dramaticamente, com o dedo indicador:

— Foste tu, então?

— Fui, doutor, disse o rapaz serenamente.

Tocou o delegado a campainha, chamou os seus auxiliares, aos quais disse em tom de grande satisfação:

— Está ali (apontou) quem matou a alemã no jardim.

Todos exclamaram a um só tempo:

— Este!

O delegado, de novo apontando para o rapaz, confirmou:

— Sim; é este.

Perguntou em seguida ao Lourenço:

— Não foste tu?

— Fui, doutor.

Determinou, então, o doutor Matos Garção que o metessem no xadrez; que o vigiassem muito e não deixassem conversar com ninguém. Logo que o rapaz se encaminhou

para a prisão da delegacia, onde estavam os xadrezes, ordenou ao prontidão que telegrafasse ao chefe, aos auxiliares, à Associação de Imprensa, a todos os jornais, convidando todos para assistir à confissão do criminoso.

Com tal notícia, a cidade teve um contentamento de alívio e alguns, curiosos de ver o assassino e talvez ouvir-lhe a confissão que a nova estampada à porta dos jornais tinha feito encaminharem-se para o posto policial longínquo, tiveram que esperar até quase às onze horas da noite o momento de serem satisfeitos e dele saíram nas imediações da madrugada.

O chefe e os policias graúdos chegaram às nove horas, os repórteres dos principais jornais pouco depois, mas faltava o do *O Arauto do Povo*, um jornal ainda novo, mas de grande venda, que chegou pelas proximidades das onze horas e foi esperado devido às ordens do chefe, pois *O Arauto* fazia-lhe uma oposição cega e queria ele provar à sua redação o quanto eram infundados os seus artigos.

Tendo chegado, afinal, o repórter, seguido de fotógrafo como alguns outros, o criminoso foi introduzido.

Antes, tinham os jornalistas tirado aspectos da “mesa”, como chefe de polícia, auxiliares, delegados, escrivão, sentados, e, de pé, às costas destes, inspetores, guardas, polícias, etc.

O moço entrou e puseram-no em uma cadeira próxima ao delegado distrital que esperou, para tomar por termo a confissão, que os fotógrafos “batessem” a chapa à luz da explosão do magnésio.

No começo, correu tudo em ordem e o acusado, com voz firme, articulando distintamente palavra por palavra, disse o seu nome, a sua filiação, ter vinte e cinco anos de idade, etc., etc. Narrou como se dera o crime. Tendo, todos os anos, quando podia gozar férias, aí pelo mês de junho, o hábito de vir passar os quinze dias delas em casa de seu amigo Leopoldo Martins Barroca, nos arredores da praia do Pinto, da lagoa Rodrigo de Freitas, viera como de costume naquele ano.

Gostava de passá-los aí, pois, com a sua família, até aos quatorze anos, antes de estabelecer-se seu pai, ao deixar de ser feitor do jardim, ele residira naquelas redondezas das quais guardava as mais suaves recordações. Naquele dia, 14 de junho de... o do assassinio, tendo almoçado com a mulher e os filhos do seu amigo, sem ele, pois o fazia mais cedo para não perder o seu ponto no Arsenal de Marinha, onde era escrevente, saiu e foi ler o *Jornal do Comércio* na venda do “seu” Eduardo, que ficava justamente na praia, fazendo esquina com a rua do Pau, em que estava a casa do seu hospedeiro amigo.

Lera a folha vagorosamente e dera-lhe vontade de ir ao jardim passear. Assim fizera e, vagando pelas alamedas, naquele dia de semana, silenciosas e desertas, encontrara com aquela alemã que, só agora, pela leitura dos jornais, soube chamar-se Grauben. Travara, a propósito não se lembra de quê, conversa com ela. Ria-se muito a moça, com um riso estreito e de pouca duração, com propósito ou não, e pareceu-lhe, por diversos gestos, ter-se ela apaixonado por ele. Em um dado momento, quis beijá-la, ela o repeliu, mas continuou a conversar com ele como se nada tivesse havido, no seu mau português.

Chegando a um lugar mais sombrio, repetiu a tentativa de abraçá-la e beijá-la e repetiu com mais força e decisão. Ela, a alemã se enfureceu e arrancou não sabia de que dobra do vestido, o punhal que foi encontrado, tentando feri-lo. Foi por esse tempo que, desvairado pela luxúria, pelo despeito, pelo medo — tudo isto misturado e multiplicado levou-o a agarrar a rapariga pelo pescoço, com ambas as mãos, cheio de frenesi apertou-o loucamente, cegamente e, quando pôde refletir, viu que ela estava morta. Vendo-a assim, ocultou o cadáver em uma moita e saiu muito naturalmente, aí pelas três horas da tarde. Foi para a casa de que era hóspede e, ao dia seguinte, no noturno, embarcava para São Paulo, onde estivera até à véspera daquele dia 22.

Essa parte principal do depoimento correu bem, mas logo que o acusado deu por finda a acusação que fazia a si mesmo, todos começaram a interrogá-lo, quase a um só tempo — chefe, delegados, comissários, jornalistas, homens do povo e até polícias.

Apesar da barafunda, a todos respondia com calma e precisão, mesmo porque, em geral, as perguntas eram as mais idiotas possíveis ou não tinham relação alguma com o torpe crime do Jardim Botânico.

No dia seguinte, os jornais, pejados de retratos e outras gravuras, traziam longas notícias, com os comentários do costume e alguns elogiavam o chefe, outros calavam-se a tal respeito; mas, todos eram acordes em tachar de revoltante o criminoso, tipo verdadeiramente lombrosiano, pelas feições e pela cínica calma dos delinquentes natos.

A não ser a calma, não havia nada de verdade nisso. O rapaz era bem parecido e conformado de corpo e rosto, mais alto que baixo, branco sem jaça, robusto mais do que a média; e tinha um olhar agudo, por vezes agudíssimo, mas sempre meigo e triste, onde havia muito de vago e de melancolia.

No dia seguinte, começaram a interrogar as pessoas aludidas na confissão pelo criminoso, dois guardas do jardim reconheceram-no; um, porém, dizia que o vira entrar na véspera do crime, no dia de santo Antônio; entretanto, o outro jurava que ele estivera no

jardim, a 14, por sinal que o avistara, nas proximidades do chafariz, quando ia o visitante dobrar a alameda à esquerda e perpendicular à principal da entrada.

Este depoimento, se bem que fosse confirmado, mais tarde e em acareação como protagonista da tragédia, estava em contradição com muitos outros. Dona Zilda, a mulher do amigo em cuja casa Lourenço estivera hospedado, depôs dizendo que, no dia do crime, o seu hóspede lhe chegara à casa, aí pelas três horas e pelos fundos, pois era seu hábito, depois de ler o jornal na venda, descer a praia, embrenhar-se na restinga, chupar cambuim, pitangas, frutas de cardo, mexerica, qualquer fruta silvestre e voltar para a casa pelos fundos que davam para a restinga do Leblon. Perguntada se era costume dele ir ao jardim, disse que sim, parecendo-lhe até que, no dia de santo Antônio, lá fora.

O proprietário da venda, o senhora Eduardo Silveira, mais ou menos confirmou o depoimento de dona Zilda. Disse que, deixando o senhora Lourenço de ler o *Comércio* pelas duas horas, o vira descer à praia, como era do seu hábito, procurar um atalho que levava à restinga; e não acreditava que tivesse ido ao jardim, naquele dia, por aquelas horas, pois estava sem colarinho nem gravata, não se entrando, como é sabido, naquele logradouro público sem esses complementos do vestuário.

O marido de dona Zilda, o amigo de Lourenço, pouco sabia, mas asseverava que ele fora ao jardim, a 13, dia de santo Antônio, pois, tendo ficado em casa para remendar uma cerca e concertar o galinheiro, o vira sair completamente vestido, convidando-o, a ele, depoente, a acompanhá-lo, o que não fez, e com isso desculpou-se, por ter de executar aqueles servicinhos caseiros.

Reinquirido, à vista do depoimento do vendeiro, a respeito de como tinha podido entrar no jardim sem colarinho, nem gravata, explicou Lourenço que obtivera esses dois objetos no caminho de Jorge Turco, nas Três-Vendas, e os colocara no pescoço, nos fundos do botequim do canto da estrada de Dona Castorina.

Jorge Turco, convidado a depor, afirmou nunca ter vendido um alfinete ao rapaz, que conhecia, entretanto, por lhe passar pela porta do negócio em companhia do “seu” Leopoldo da rua do Pau, um dos seus bons fregueses e a mulher também.

O dono do botequim dissera que, de fato, um dia destes da semana passada, tinha consentido que ele fosse aos fundos do seu negócio, mas não sabia ao certo o dia e não podia garantir que, para lá entrasse sem colarinho e gravata. Com eles, saiu; disso, tinha memória.

Apesar de toda essa confusão de depoimentos que resultava em mostrar não ter ele coparticipação nem ser autor do crime, Lourenço continuava a afirmar com a mais convincente das firmezas que era autor do assassinio; que fora só ele quem matara a alemã;

que merecia castigo e juntava detalhes elucidativos da sua luta com a alemã que dizia ter morto, nas condições do seu primitivo depoimento.

Vindo a saber-se que os dias que mediarão entre o do crime e o da confissão, não estivera ele em São Paulo, mas, na barra da Guaratiba, em casa de uns antigos serviçais de seu pai, muito chegados à família, sendo ele até padrinho de um dos filhos deles — vindo a saber-se disso, explicava a falsidade, do seu primeiro depoimento nessa parte, como tendo por fito não querer comprometer aqueles pobres pretos aos quais muito estimava e amava.

Toda a sua confissão ia assim se desmoronando com as informações que traziam as pessoas conceituadas no seu meio peculiar, e indicadas tácita ou explicitamente nos depoimentos do acusado, as quais procuradas para elucidar os passos dados por ele naquele sinistro posmerídio de 14 de junho de... vinham todas elas mostrar a inverosimilhança de suas afirmações, fazendo-o claramente inocente. Não se sabia o que pensar de tão esquisito caso...

O pai, como informante, depôs longamente sobre o caráter e os hábitos do filho. O seu depoimento foi tocante e longo. Era um velho português forte e firme, com um olhar ladino, mas bondoso, inspirando toda a sua pessoa, retidão e franqueza. Contou ele que desde uns cinco ou seis anos para cá o gênio do seu filho se transformara. Até aos vinte anos, era alegre, até folgazão, gostava de regatas, de festas, de vestuário e atavios. Logo, aos dezesseis anos, pedira-lhe que o empregasse, porque não tinha propensão para os estudos. Ele, pois, se entristecera, porquanto o julgava, como todos os seus mestres, inteligente e aplicado. Fazendo-lhe a vontade, apesar de isso desgostá-lo e também à mulher, empregara-o em uma casa comercial, por atacado, onde fez carreira, sendo de ano para ano aumentado de vencimentos. Deu em morar fora da casa paterna, sob o pretexto de ficar mais perto do clube de regatas de que era sócio, e não precisar acordar-se tão cedo para comparecer aos “ensaios”. Não se opôs, já por julgá-lo ajuizado, já por apreciar o seu desenvolvimento físico e o ar de saúde que ia ganhando.

Aos dezenove anos para os vinte, sem explicação alguma (aí a sua voz tremeu), soube que o seu filho tinha abandonado o emprego e fugira não sabia para onde. Fora ao patrão, pagou-lhe uns pequenos adiantamentos que fizera a casa ao rapaz e, quase dois anos depois, veio a saber que o filho estava na maior miséria em São Paulo, exercendo os duros e humildes ofícios de varredor e carregador de uma venda de arrabalde. A instâncias de sua mulher, partiu para aquela capital, trouxe-o e, um ano inteiro, Lourenço lhe ficou em casa, trocando raras palavras com ele e os irmãos, só se expandindo mais longamente com a mãe. Não atinava com a mágoa do filho e temia que se matasse. Vivia a ler livros de religião e espíritas, cujos títulos ele, o pai, não sabia repetir. Não queria ver jornais, nem revistas. Seus

cuidados com a integridade mental do filho eram grandes, tanto mais que, várias vezes, lhe dissera a mulher que, quase sempre, quando ia ao quarto, o encontrava a chorar ou com a fisionomia de quem tinha acabado de fazer isso. Por intermédio dela, sempre lhe fornecia dinheiro, para as suas pequenas necessidades; e, longe de empregá-lo consigo, seu filho dava a maior parte aos criados da casa, às crianças da vizinha, só reservando uma pequena e diminuta quantia para a compra de cigarros ordinárissimos e fósforos. Quisera-o mandar para a Europa, e ele não aceitara, dizendo à mãe que tinha medo do oceano. Preferia que lhe arranjassem um pequeno emprego público modesto; com as suas relações, conseguira ele, o pai, obter; e, desde que o exercia, como que tinha melhorado de estado de espírito. Quanto ao crime, não sabia nada; mas não julgava seu filho capaz de tanta maldade, antes o supunha louco, com a mania do martírio e, em tempo, havia requerido o competente exame de sanidade mental.

A parte do depoimento do pai que aludia à fuga do filho para São Paulo impressionou o repórter de *O Arauto*, que, daqui e dali, veio a saber e publicou o motivo dela. Ele abalara para lá, devido a ter dado um desfalque na casa em que era empregado, no valor de dois ou três contos, que foram pagos pelo pai.

A polícia que já estava disposta a não acreditar na sua confissão, à vista de tal precedente, voltou à carga, encerrou o inquérito e remeteu-o ao juiz competente. As contradições e incongruências entre a confissão do réu e os depoimentos de testemunhas e informantes continuaram a encher de mistério o caso.

O juiz sumariante ficou completamente atrapalhado, doido até, com tal crime e tal criminoso. Não havia uma hipótese a fazer, quase todos os depoimentos levavam à convicção de que a confissão de Lourenço era falsa; ele, porém, confessava com tal firmeza! Que havia de pensar?

Quem sabe se ele não queria despistar a polícia, mas com que interesse? Os seus amigos do peito eram poucos e todos eles podiam dar numerosas testemunhas como tinham passado todo o dia 14, quase todo, nas suas repartições. Por dinheiro? Era absurdo.

O advogado, chamado pelo pai, disse-lhe logo:

— Aceito, mas o meu maior adversário é seu filho... Não cessa de confessar que foi ele e justificar mais ou menos bem os desmentidos às suas afirmações. Olhe como se saiu daquela “potoca” de São Paulo. Perfeitamente aceitável... É o diabo! Mas... aceito!

O advogado, em desespero de causa, pediu exame de sanidade mental para o seu cliente. O juiz com muito contentamento deferiu o pedido. Lourenço foi para o hospício, onde esteve internado dois meses. Da comissão, fazia parte o doutor Juliano Moreira, que

empregou todo o seu saber e toda a sua quente simpatia para decifrar aquele angustioso enigma psicológico.

Observado cuidadosamente, virado o seu espírito pelo avesso, interrogado dessa e daquela forma, escrevendo e falando não revelou qualquer perturbação nas suas faculdades mentais. Era o homem comum, o médio, sem nenhuma degenerescência ou psicose, inferior ou superior, acentuada.

Foi pronunciado; mas, antes que entrasse em júri, uma pequena revista lembrou um caso muito semelhante acontecido na Alemanha, em Essen, e contando em um livro do senhora Hugo Fridlaender e resumido, no *Le Temps*, por Th. De Wyzewa. Tratava-se de um tal Alfred Land que, tendo praticado uma pequena falcatura, um furto doméstico, se sentiu tão angustiado, tão cheio de mágoa, de ralação íntima a lhe pedir expiação da falta, que não trepidou em acusar-se como autor de um assassinio misterioso, o qual ele estava materialmente impossibilitado de executar.

Citando Wyzewa, o autor do artigo dizia que, em Lourenço, a consciência de ter desonrado o seu nome, de ter cometido um crime vil e covarde, de ter injuriado, maculado a honra dos pais e da família, era o que o roía interiormente, o desassossejava, o ralava dia e noite, silenciosamente, sem que ele avaliasse bem a tensão desse estado d'alma, até o dia em que a notícia do assassinio da pequena alemã, num recanto afastado do Jardim Botânico, sugeriu-lhe a ideia de resgatar o seu erro de rapazola com uma condenação por assassinio. Levava-o a júri uma espécie de necessidade de resgatar a sua falta de um modo “heroico, romanesco e místico” da honestidade; uma premente determinação de expiação do seu crime de furto, determinação que invadira aos poucos, insidiosamente, a sua vontade, no silêncio de suas meditações e nas horas angustiosas do remorso e do arrependimento.

Ninguém aqui, como aquele juiz de instrução do *Crime e castigo* se abalança a ler as pequenas revistas de rapazes, para estar a par da psicologia mórbida dos criminosos cerebrais e inexplicáveis; e, por isso, muito naturalmente, não houve quem interpretasse de modo plausível a atitude daquele rapaz que parecia desejar com volúpia uma condenação por crime hediondo e execrando.

Foi a júri e não foi difícil absolvê-lo. Ninguém acreditava na sua criminalidade, nem o promotor, nem jurados, nem juiz, ninguém!

Quando, porém, o juiz, à vista das respostas do júri, mandou-o pôr em liberdade, se por “al” não estivesse preso, conforme a linguagem forense, Lourenço se levantou, pediu vênua ao juiz, e, perante este e os jurados, protestou contra a sua absolvição, nos seguintes termos:

— Senhora juiz e senhores jurados, eu protesto contra a minha absolvição que é iníqua e injusta, em face da minha consciência. Sou um criminoso, ninguém melhor do que eu pode afirmá-lo; quero sofrer, para resgatar-me e poder, então, viver outra vez com alegria e satisfação, no convívio dos meus semelhantes. Nenhuma justiça, nenhum homem tem o direito de se opor a esse meu sincero desejo... Protesto, portanto!

Sentou-se; mas, o promotor não apelou.